

em pauta

n. 42, v. 16 – 2º Semestre de 2018

20
anos

ISSN 2238-3786 (Versão Online)



FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS



Teoria Social e Realidade Contemporânea

Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – 2º Semestre de 2018 – n. 42, v. 16, 1-300
ISSN 2238-3786 (Versão online)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ruy García Marques

Reitor

Maria Georgina Muniz Washington

Sub-reitor

Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-reitoria de Graduação

Egberto Gaspar de Moura

Sub-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Elaine Ferreira Torres

Sub-reitoria de Extensão e Cultura

Domenico Mandarinó

Diretor do Centro de Ciências Sociais

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Renato dos Santos Veloso - **Diretor**

Guilherme Silva de Almeida - **Vice-diretor**

Silene Moraes Freire - **Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Vânia Morales Sierra - **Coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Equipe Editorial (FSS/UERJ - Rio de Janeiro/RJ, Brasil): Elaine Marlova Venzon Francisco, Carla Almeida, Felipe Demier, Guilherme Almeida, Isabel Cristina da Costa Cardoso, Marilda Villela Iamamoto, Mônica de Jesus Cesar, Mônica Maria Torres de Alencar

Editora Responsável: Elaine Marlova Venzon Francisco

Assessoria técnica e administrativa: Patrícia Trajano

Revisão de texto: Klein Editora

Tradução/revisão de inglês: Klein Editora

Projeto gráfico, editoração e capa: Márcia Carnaval

Fotografias: Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN

Agradecimentos: Andréa de Sousa Gama, Regina Célia T. Miotto, Lia de Mattos Rocha, Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN, Marco Antônio Teobaldo, Keli Regina Dal Prá e Michelly Laurita Wiese

AGÊNCIA FINANCIADORA: PROEX-CAPES



Endereço para correspondência

Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea

Faculdade de Serviço Social

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Centro de Ciências Sociais

Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001

Bairro Maracanã – 20.550-013 Rio de Janeiro/RJ – Brasil

URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>

Email: revistaempauta.uerj@gmail.com

Telefones: 2334-0299; 2334-0291 – ramal 221

Fax: (21) 2334-0572 – ramal: 221

ISSN 2238-3786 (Versão online)

Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea é um periódico semestral, arbitrado, de circulação nacional e internacional, dirigido a assistentes sociais e profissionais de áreas afins, professores, pesquisadores e demais sujeitos políticos, comprometidos com os processos democráticos.

A revista pretende ser um instrumento de divulgação e de disseminação de produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito do Serviço Social e de áreas afins, através da publicação de artigos, ensaios teóricos, pesquisas científicas, resenhas de livro, comunicações, relatórios de pesquisas científicas e informes, visando contribuir para a formulação e a divulgação de políticas públicas e debates, no âmbito da academia e da sociedade civil.

E55

Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea.

– vol. 16, n. 42 (2018) – . – Rio de Janeiro

UERJ /Faculdade de Serviço Social, 2018 – . v. : il.

Semestral.

Inclui bibliografia.

ISSN 1414 – 8609

1. Serviço social – Periódicos. 2. Ciências sociais – Periódicos 3.
Políticas públicas – Periódicos. 1. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social



ISSN 2238-3786 (Versão online)
2º Semestre de 2018 – n. 42, v. 16

Equipe Editorial

Elaine Marlova Venzon Francisco
Carla Cristina Almeida
Felipe Demier
Guilherme Silva de Almeida
Isabel Cristina da Costa Cardoso
Marilda Villela Iamamoto
Monica de Jesus Cesar
Mônica Maria Torres de Alencar

Editora Responsável: Elaine Marlova Venzon Francisco

Assessoria Técnica e Administrativa: Patrícia Trajano

Indexação: a Revista Em Pauta, Teoria Social e Realidade Contemporânea está disponível através do SEER/IBICT, no site da UERJ/Revistas Eletrônicas – <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>> –, onde se encontram as últimas edições para pesquisa e download. Está também indexada e/ou resumida em:

- DOAJ - Directory of Open Access Journals
- DIADORIM
- EBSCO
- CAPES - Portal de Periódicos
- CENGAGE Learning
- LATINDEX - Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
- OAJI - Open Academic Journals Index
- SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

Conselho Editorial Científico: composto por professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Internacionais: Atilio Borón (UBA-Argentina), Denise Freitas Soares (IMTA-México); Jaime Pastor (UNED-Espanha); Jacques Rancière (Univ. ParisVIII-França); Margarita Rozas (UNLP-Argentina); Maria Eugenia Bersezio (UARCHIS-Chile); Maria Lorena Molina (UCR-Costa Rica); Michel Husson (Institut de Recherches Economiques et Sociales-França); Norberto Alayon (UBA-Argentina); Susana Malacalza (UNLP- Argentina); Thereza Matus (UC-Chile). **Nacionais:** Alba Zaluar (UERJ); Ana Elizabete Mota (UFPE); Ana Maria Amoroso Lima (UFJF); Auta Stephan de Souza (UFJF); Berenice Rojas Couto (PUC-RS); Carlos Montaña (UFRJ); Franci Gomes Cardoso (UFMA); Francisco de Oliveira (USP); Gaudêncio Frigotto (UERJ); Ivanete Boschetti (UNB); Ivete Simionatto (UFSC); João Antonio de Paula (UFMG); José Paulo Netto (UFRJ); José Ricardo Ramalho (UFRJ); José Roberto Novaes (UFRJ); Josefa Batista Lopes (UFMA); Jussara Mendes (UFRS); LauraTavares Soares (UFRJ); Marco Aurélio Nogueira (UNESP); Maria Beatriz da Costa Abramides (PUC-SP); Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP); Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP); Maria Rosângela Batistoni (UFJF); Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA); Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP); Marildo Menegat (UFRJ); Marina Maciel Abreu (UFMA); Paulo César Pontes Fraga (UFJF); Potyara Amazoneida P. Pereira (UNB); Raquel Raichellis (PUC-SP); Ricardo Antunes (UNICAMP); Silvia Gerschman (ENSP/FIOCRUZ); Vera Maria Nogueira (UFSC); Vicente de Paula Faleiros (UNB); Virgínia Fontes (UFF); Yolanda Guerra (UFRJ).



Sumário

9	Editorial	
	Dossiê “Família e Políticas Sociais”	
17	Que família é esta? Mosaico de diferenças, contradições, discriminações	<i>Edilane Bertelli e Liliane Moser</i>
34	Política social e famílias: a difícil arte da superação da autoimagem familiar	<i>Rosemeire dos Santos</i>
49	Família, gênero e proteção social	<i>Cassia Maria Carloto e Bárbara Weinert Ferreira Nogueira</i>
65	A produção de cuidados na família e as políticas para o envelhecimento	<i>Maria Helena de Jesus Bernardo</i>
81	Sobre las dimensiones de la paternidad en la adolescencia	<i>Mónica De Martino Bermúdez</i>
96	Políticas familiares. Una revisión crítica a partir de la singularidad de las experiencias de familia	<i>Claudia Sandra Krmpotic</i>
109	Famílias e assistência social: reflexões sobre o BPC e o PBF	<i>Mônica de Castro Maia Senna e Brenda Luanda Silva Costa</i>
125	Política social e família: desafios colocados aos assistentes sociais do Brasil e de Portugal	<i>Cilene Sebastiana da Conceição Braga e Maria Inês Martinho Antunes Amaro</i>
136	Acompanhamento familiar no Suas: diálogo com o município do Rio de Janeiro	<i>Antônio Carlos de Oliveira, Ariane Rego de Paiva e Sindely Chahim de Avellar Alchorne</i>
151	O trabalho social com famílias na Proteção Social Básica da assistência social	<i>Poliana de Oliveira Carvalho e Solange Maria Teixeira</i>

	Tema Livre
167	O “eco” do marxismo: o metabolismo social do capital e o pensamento ambiental <i>Luiz Felipe Barros Silva</i>
182	Karl Marx e a crítica dos direitos humanos <i>Vicente Rodrigues, Inez Stampa e Ana Lole</i>
199	Ética e direitos humanos no trabalho de assistentes sociais na Saúde <i>Sâmya Rodrigues Ramos, Aione Maria Costa Sousa, Iana Vasconcelos e Larissa Jéssica Ferreira de Souza</i>
215	O protagonismo da juventude estudantil alemã no Maio de 68 <i>Sandra Oliveira Teixeira</i>
228	História do Serviço Social – resgatando uma história de mulheres <i>Rita Freitas, Nivia Barros, Adriana Mesquita e Iris da Silva</i>
	Mostra Fotográfica
247	Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN <i>Marco Antônio Teobaldo</i>
	Entrevista
261	Protección social y familia: la experiencia de la construcción del Sistema Nacional Integrado de Cuidados de Uruguay – Entrevista con el profesor Marcelo Castillo <i>Keli Regina Dal Prá e Michelly Laurita Wiese</i>
	Homenagem de Vida
274	A vida e as lutas de Marielle Franco <i>Lia de Mattos Rocha</i>
	Resenhas
281	Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero <i>Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro</i>
287	Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT <i>Carolina Gonçalves Santos de Brito</i>
293	Normas Editoriais



Contents

13	Editorial	
	Dossie “Family and Social Policies”	
17	What family is this? Mosaic of differences, contradictions, discriminations	<i>Edilane Bertelli and Liliâne Moser</i>
34	Social policy and families: the difficult art of overcoming family self-image	<i>Rosemeire dos Santos</i>
49	Family, gender and social protection	<i>Cassia Maria Carloto and Bárbara Weinert Ferreira Nogueira</i>
65	The production of family care and policies for aging	<i>Maria Helena de Jesus Bernardo</i>
81	On the dimensions of fatherhood in adolescence	<i>Mônica De Martino Bermúdez</i>
96	Family policies. A critical review based on the uniqueness of family experiences	<i>Claudia Sandra Krmpotic</i>
109	Families and social assistance: reflections on the Continued Payment Benefit (BPC) and the Bolsa Família (PBF) programs	<i>Mônica de Castro Maia Senna and Brenda Luanda Silva Costa</i>
125	Social policy and the family: challenges faced by social workers in Brazil and Portugal	<i>Cilene Sebastiana da Conceição Braga and Maria Inês Martinho Antunes Amaro</i>
136	Family support in the Unified Social Assistance System (SUAS): dialogue with the municipality of Rio de Janeiro	<i>Antônio Carlos de Oliveira, Ariane Rego de Paiva and Sindely Chahim de Avellar Alchorne</i>
151	Social work with families in social assistance’s basic social protection	<i>Poliana de Oliveira Carvalho and Solange Maria Teixeira</i>

	Free Theme
167	The “echo” of Marxism: the social metabolism of capital and environmental thinking <i>Luiz Felipe Barros Silva</i>
182	Karl Marx and the critique of human rights <i>Vicente Rodrigues, Inez Stampa and Ana Lole</i>
199	Ethics and human rights in the work of social workers in health-care <i>Sâmya Rodrigues Ramos, Aione Maria Costa Sousa, Iana Vasconcelos and Larissa Jéssica Ferreira de Souza</i>
215	The leading role of German students in the events of May 1968 <i>Sandra Oliveira Teixeira</i>
228	History of Social Work – Recuperating a history of women <i>Rita Freitas, Nivia Barros, Adriana Mesquita and Iris da Silva</i>
	Photography Exhibition
247	Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN <i>Marco Antônio Teobaldo</i>
	Interview
261	Social protection and family: the experience of the construction of the Integrated National System of Care of Uruguay - Interview with Professor Marcelo Castillo <i>Keli Regina Dal Prá and Michelly Laurita Wiese</i>
	Homage
274	The life and struggles of Marielle Franco <i>Lia de Mattos Rocha</i>
	Reviews
281	Changes in Brazilian families (1976-2012): a class and gender perspective <i>Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro</i>
287	State, democracy, public policies and LGBT rights <i>Carolina Gonçalves Santos de Brito</i>
297	Editorial Norms

A presente edição 42 da Revista Em Pauta, Teoria Social e Realidade Contemporânea, inaugura a prática de editoria convidada para a organização de dossiês temáticos, dentro do fluxo editorial da revista. Assim, o dossiê temático *Família e Políticas Sociais* possui editoria das professoras Andréa de Sousa Gama, da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e Regina Célia Tamasso Miotto professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, ambas com trajetória acadêmica no referido campo temático de estudo e pesquisa. Esperamos, a partir dessa primeira experiência, aprofundar nosso objetivo editorial de oferecer ao público leitor e autor das áreas de Serviço Social, Ciências Sociais e Humanas um periódico de qualidade acadêmica e científica, incentivador e difusor do pensamento social crítico e com relevância social. A seguir, passamos a apresentação do conteúdo editorial da edição nº42, iniciando pelo dossiê temático *Família e Política Social*.

As discussões referentes às famílias e à atuação junto a elas remonta aos primórdios da profissão de Serviço Social, no Brasil, acompanhando o caráter conservador que se caracterizava fortemente por um processo normatizador de condutas e comportamentos familiares. Entretanto, apesar do Serviço Social sempre ter atuado junto às famílias, as investigações e a produção de conhecimentos não acompanhou as mudanças de concepção teórico-metodológica e de projeto profissional e o debate sobre as famílias foi durante algum tempo secundarizado e/ou dissonante com as abordagens críticas que conformam a atualidade da profissão. O grande ponto de inflexão que determinou as discussões contemporâneas sobre as famílias foi o impacto do ideário neoliberal nas políticas sociais e o pluralismo de bem-estar que recoloca a família em condição de centralidade na provisão de proteção social. Tais influências provocaram o aprofundamento de um processo de *familiarização* que incrementou ainda mais as desigualdades entre as classes sociais e a reativação de práticas disciplinadoras, principalmente, em relação às famílias pobres.

O principal objetivo desse número especial foi apresentar o estado da arte das produções contemporâneas sobre as famílias como fonte importante para o trabalho com as mesmas em sua articulação com as políticas sociais. Realizar um balanço crítico dessa produção é também a preocupação da Rede de Pesquisa Família e Política Social (REFAPS), que visa articular a produção do conhecimento entre pesquisadoras(es) e profissionais do Serviço Social e áreas afins no campo da Família e Política Social e na qual as edito-

ras especiais desse número tomam parte. Ademais, adquire extrema relevância a necessidade de aprofundamento dessa temática no contexto da realidade brasileira, particularmente no campo da formação de graduação e pós-graduação em áreas profissionais que atuam diretamente com famílias.

Nesse sentido, o que esta Chamada nos sinalizou em termos das produções contemporâneas sobre Família e Políticas Sociais? Quais dilemas ou lacunas foram enfrentados e quais ainda não foram adequadamente tematizados? Os primeiros artigos versam sobre discussões teóricas sobre a família inserindo-a em uma perspectiva histórica e socialmente determinada, assim como alguns deles incorporam as contribuições dos estudos de gênero. Outro grupo de artigos traz o debate sobre família e política social e joga luz na construção de políticas sociais que tem por base a família e os desafios profissionais colocados. Esses aparecem de maneira comparativa entre países e ganha destaque a seção *Entrevista* que apresenta a experiência de construção do Sistema Nacional Integrado de Cuidados do Uruguai, modelo que vem crescentemente sendo estudado como uma inovadora experiência de construção de políticas sociais relacionadas às famílias. Os artigos que abordam o trabalho do serviço social com famílias não à toa se concentram no interior da política de assistência social que traz em seu bojo a matricialidade socio familiar como um dos seus eixos estruturantes.

Apesar do rico mosaico que esses trabalhos apresentam, podemos identificar algumas ausências no debate como, o trabalho social com famílias nas demais políticas sociais, como a saúde, a educação e o sistema sociojurídico que atuam fortemente com as famílias, além da não incorporação do marcador étnico-racial. No entanto, verifica-se uma concentração em determinados grupos sociais, como idosos e adolescentes. Frente à gama de demandas sociais correlatas ao cuidado presentes no trabalho profissional e os desafios para as famílias, chama a atenção a necessidade de ampliar estudos e pesquisas sobre o trabalho do cuidado, seja para os grupos sociais que o recebem, seja para os sujeitos sociais que provêm esse cuidado, de forma remunerada ou não.

Aparentemente tão heterogêneos, todos os textos deste número temático fazem parte da mesma preocupação de fazer caminhar uma agenda de debates sobre Famílias e Políticas Sociais e aprimorar os serviços sociais à população usuária e suas famílias que integram o campo das diferentes políticas sociais. Para isso é fundamental tanto o reconhecimento de que as famílias não são homogêneas em recursos, fases do ciclo de vida, formas culturais e nível de interação com o conjunto da legislação e das políticas sociais, como a superação do caráter *familista* que transpassa a cultura política da sociedade brasileira.

Na sequência ao dossiê, a revista publica cinco artigos que compõem a seção editorial *Tema Livre* e que analisam questões históricas e teóricas da realidade social capitalista, da produção marxista e do Serviço Social, com ênfase sobre processos históricos de mobilização e resistência da socie-

dade civil, os limites e potencialidades do campo dos direitos humanos na sociedade burguesa e na profissão do Serviço Social e sobre relações de gênero na história do Serviço Social.

No ano de 2018, o Brasil completou 130 anos de abolição formal da escravidão. Contudo, o racismo estrutural e institucional que acompanha a história da formação brasileira, e a reprodução de diferentes e reiterados modos de opressão de negros e negras, no Brasil, até o tempo presente, nos alertam e convocam a refletir e a denunciar o racismo como praxis persistente e secular de produção de formas desiguais de dominação. Nesse sentido, as seções *Mostra Fotográfica* e *Homenagem de Vida* compõem o conteúdo editorial dedicado ao não apagamento da memória da violência da escravidão em nosso país, à reflexão crítica sobre a persistência do racismo no Brasil, mas também objetiva visibilizar formas culturais, políticas e biográficas de resistência ao racismo, de construção de ações interseccionais entre raça, gênero e direitos humanos, e de preservação da história e da memória africana e afro-brasileira. Assim, o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), situado no bairro da Gamboa, no Rio de Janeiro, território da Região Portuária da Cidade também conhecido historicamente como “Pequena África”, abre a mostra fotográfica apresentando a história do Cemitério dos Pretos Novos, a partir da qual se entrelaça a história do próprio IPN. Como anunciado no texto inicial da mostra fotográfica,

Os vestígios arqueológicos e históricos deste campo santo são testemunhos da ação violenta e cruel sofrida pelos africanos que não resistiram aos maus tratos da captura e viagem transatlântica. Este relato revelado pela historiografia e trazido à luz pela Arqueologia, repleto de desrespeito e dor, ainda é desconhecido por muitos, pois não é contado em todas as escolas e nem sequer é mencionado nos livros de história que têm a escravidão como tema. Por isto, reafirma-se a importância deste Museu Memorial, no qual o Cemitério dos Pretos Novos se impõe como peça central para este debate.

Dando continuidade ao eixo de reflexão dos 130 anos de abolição da escravidão no Brasil, a revista apresenta *Homenagem de Vida* à Marielle Franco, mulher, negra, moradora da favela da Maré, militante dos direitos humanos e vereadora da cidade do Rio de Janeiro assassinada em março de 2018, um crime, até hoje, sem solução investigativa e criminal, que segue impune. A professora de Ciências Sociais da UERJ e amiga pessoal de Marielle, Lia de Mattos Rocha, escreve a homenagem de vida à Marielle. Como bem sintetiza suas palavras,

A mudança que queríamos ver na política estava expressa no corpo dela. (...) ela vinha das lutas, dos movimentos sociais, dos coletivos negros das universidades, vinha dos blocos de carnaval, vinha dos grupos de artistas do funk. Ela era porque nós todos éramos uma forma diferente de viver, de circular na cidade, de estar na política, de lutar.

Através da escolha editorial por essa homenagem de vida, no contexto dos 130 anos de abolição formal da escravidão, mas não do racismo, o Comitê Editorial brada: Marielle, presente!

Esta edição conta também com a entrevista *Protección social y familia: la experiencia de la construcción del Sistema Nacional Integrado de Cuidados de Uruguay – Entrevista con el profesor Marcelo Castillo* que compõe as reflexões do dossiê temático. Marcelo Castillo é cientista político, professor pesquisador da Universidad de la República de Uruguay (UDEAR) e trabalha na área de Planejamento e Monitoramento do Sistema Nacional Integrado de Cuidados do Uruguai, onde é responsável pela gestão de conhecimento, além de integrar a equipe de gerenciamento do Centro de Informação e Estudos do Uruguai (CIESU). Por último, apresentamos as resenhas dos livros *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero*, de Nathalie Reis Itaboraí, e *Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT*, de Marcio Sales Saraiva.

Editoria Convidada:
Andréa de Sousa Gama
Regina Célia T. Mioto

Comitê Editorial

DOI: 10.12957/rep.2018.39402



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

The 42nd issue of Em Pauta Journal – Social Theory and Contemporary Reality, inaugurates the practice of inviting guests for the edition of thematic dossiers within the journal's editorial flow. Thus, the *Family and Social Policies* thematic dossier is edited by professors Andréa de Sousa Gama, from UERJ's Faculdade de Serviço Social, and Regina Célia Tamasso Mioto, professor of the Universidade Federal de Santa Catarina's Graduate Program in Social Work, both with an academic trajectory in the field of study of the theme. We hope, from this first experience, to deepen our editorial objective of offering readers and authors of the areas of social work, social sciences, and humanities a journal of academic and scientific quality, encouraging and promoting critical social thought with social relevance. The following is the presentation of the editorial content of issue 42, starting with the *Family and Social Policies* theme.

Discussions about families and their activities go back to the beginnings of the profession of social worker in Brazil, following the conservative character that was strongly characterized by a normative process of personal and family behavior. However, although social work has always worked with families, research and knowledge production did not follow the changes in theoretical-methodological design and professionalisation project, and the debate on families was for some time secondary and/or dissonant with the critical approaches that make up the current reality of the profession. The major turning point in contemporary discussions about families was the impact of neoliberal ideology on social policies and welfare pluralism that places the family in a condition of centrality in the provision of social protection. These influences have led to the deepening of a *familiarization* process that has further increased inequalities between social classes and the reactivation of disciplinary practices, especially in relation to poor families.

The main objective of this special issue was to present the state of the art of contemporary productions about families as an important source for working with them in their articulation with social policies. Taking a critical assessment of this production is also the concern of the Family and Social Policy Research Network (REFAPS), which aims to articulate the production of knowledge among researchers and social work professionals and related areas in the field of Family and Social Policies and in which the special editors of this issue take part. In addition, the need to deepen this subject in the context of the Brazilian reality, particularly in the field of undergraduate and graduate training in professional areas that work directly with families, becomes extremely relevant.

In this sense, what has this call for papers signaled us in terms of contemporary productions on Family and Social Policies? What dilemmas or gaps have been faced and which have not yet been adequately thematized? The first articles deal with theoretical discussions about the family by inserting it in a historical and socially determined perspective, as some of them incorporate the contributions of gender studies. Another group of articles evidence the debate on family and social policies and throws light on the construction of social policies based on the family and the professional challenges posed. They appear comparatively between different countries and a special highlight is the *Interview* section, which presents the experience of building Uruguay's Integrated National System of Care, a model that is increasingly being studied as an innovative experience of building social policies related to families. Articles that address the practice of social work with families are no exception at all within the social assistance policy that brings sociofamiliar matriciality as one of its structuring axes.

Despite the rich mosaic that these works present, we can identify some absences in the debate, such as social work with families in other social policies, such as health, education, and the socio-legal system, all of which work strongly with families, in addition to the absence of the ethnic-racial marker. However, there is concentration in certain social groups, such as the elderly and teenagers. Faced with the range of social demands related to care present in professional work and the challenges for families, the need to expand studies and research on caregiving draws attention, either for the social groups that receive it or for the social subjects that provide this care, whether paid or not.

So heterogeneous in appearance, all texts in this thematic issue are part of the same concern to advance an agenda of debates on Families and Social Policies and to improve social services that are part of the different social policies for the user population and their families. For this reason, it is fundamental to recognize that families are not homogeneous in resources, stages of the life cycle, cultural forms, and level of interaction with the whole of legislation and social policies, such as the overcoming of the *familistic* character that permeates the political culture of Brazilian society.

Following the dossier, the journal publishes five articles that compose the editorial section *Free Theme* and analyze historical and theoretical issues of capitalist social reality, Marxist production, and social work, with emphasis on historical processes of mobilization and resistance of civil society, the limits and potentialities of the field of human rights in bourgeois society and the profession of social work, and on gender relations in the history of social work.

In 2018, Brazil completed 130 years of formal abolition of slavery. However, the structural and institutional racism that goes hand in hand with the history of Brazilian formation, and the reproduction of different and repeated modes of oppression of black men and women in Brazil, still alive

today, alert us and call us to reflect and denounce racism as a persistent secular praxis of production of unequal forms of domination. In this sense, the sections *Photographic Exhibition* and *Homage* compose the editorial content dedicated to preserving the memory of slavery's violence and to reflecting critically on the persistence of racism in Brazil. In this sense, the goal is to make visible the many cultural, political, and biographical ways of resisting racism, of constructing intersectional actions between race, gender, and human rights, and of preserving African and Afro-Brazilian history and memory. Thus, the Pretos Novos Research and Memory Institute (IPN), located in the Gamboa neighborhood of Rio de Janeiro, part of the Port Region of the city, also known historically as "Little Africa", opens the photographic exhibition presenting the history of the Pretos Novos Cemetery, with which the history of IPN itself is interwoven. As announced in the opening text of the photographic exhibition,

The archaeological and historical vestiges of this holy ground are testimony to the violent and cruel action suffered by the Africans who did not resist the mistreatment of the transatlantic capture and travel. This account revealed by historiography and brought to light by archeology, full of disrespect and pain, is still unknown by many, because it is not recounted in schools and is not even mentioned in history books about slavery. For this reason, the importance of this Memorial Museum is reaffirmed, in which the Novos Pretos Cemetery stands as the centerpiece for this debate.

Continuing with the axis of reflection on the 130 years of abolition of slavery in Brazil, the journal presents a *Homage* to Marielle Franco, a black woman from the Maré favela, a human rights activist, and a Rio de Janeiro city councilor assassinated in March 13, 2018. The crime, until now, has no investigative or criminal solution, and goes unpunished. Lia de Mattos Rocha, a professor of social sciences at UERJ and Marielle's personal friend, writes the life homage to Marielle. As her words very well sum up,

The change we wanted to see in politics was expressed in her body. (...) it came from struggles, from social movements, from black collectives of universities, from carnival blocks, from groups of funk artists. She was because we all were a different way of living, of moving in the city, of being in politics, of fighting.

Through the editorial choice for this life homage, in the context of the 130 years of formal abolition of slavery, but not of racism, the Editorial Team cries: Marielle, present!

This edition also presents the interview *Protección social y familia: la experiencia de la construcción del Sistema Nacional Integrado de Cuidados de Uruguay – Entrevista con el profesor Marcelo Castillo* that adds to the reflections of the thematic dossier. Marcelo Castillo is a political scientist,

research professor at the Universidad de la República de Uruguay (UDELAR) and works in the area of Planning and Monitoring of Uruguay's Integrated National System of Care, in which he is responsible for knowledge management, as well as being part of the management team of the Information and Studies Center of Uruguay (CIESU). Finally, we present the reviews of the book *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero* (Changes in Brazilian Families 1976-2012: a class and gender perspective), by Nathalie Reis Itaboraí, and *Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT* (State, democracy, public policies, and LGBT rights), by Marcio Sales Saraiva.

Guest Editors:
Andréa de Sousa Gama
Regina Célia T. Mioto

Editorial Team

DOI:10.12957/rep.2018.39402



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Que família é esta? Mosaico de diferenças, contradições, discriminações

What family is this? Mosaic of differences, contradictions, discriminations

Edilane Bertelli*

Liliane Moser**

Resumo – As análises desenvolvidas sobre família nas ciências humanas e sociais no Brasil revelam o quanto se trata de um tema sujeito a determinismos e generalizações, os quais se tornam obstáculos à investigação científica e à intervenção profissional. A diversidade de questões na reflexão acerca da família na sociedade brasileira, concomitantemente às diferenças culturais, mostram contradições, desigualdades e discriminações sociais, conforme as relações sociais de classe, de gênero e étnico-raciais. Neste artigo, a partir de revisão bibliográfica do ponto de vista histórico, objetiva-se problematizar concepções naturalizadas e universalizantes quando se trata “da” família brasileira. Inicialmente, situa-se a concepção pretérita de família patriarcal, bem como as incongruências da generalização da família nuclear moderna para o contexto brasileiro. Em seguida, apontam-se tendências sociodemográficas às sociedades ocidentais e os rumos da família, concluindo que é de fundamental importância desnaturalizar concepções de família e pensá-la como fenômeno histórico e produto de determinadas circunstâncias econômicas, políticas, sociais e culturais, na medida em que seu entendimento impacta na formulação de políticas sociais e nas intervenções de profissionais de diferentes áreas.

Palavras-chave: família; família patriarcal; família nuclear; gênero.

Abstract – The analyzes carried out on family in the human and social sciences in Brazil reveal how much this theme is subject to determinism and generalization, which become obstacles to scientific research and professional intervention. The diversity of questions in the reflections about

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social – NISFAPS e da Rede de Pesquisa em Família e Política Social – REFAPS. *Correspondência:* Rua Sebastião L. da Silva, 365 Apto 1201 – Córrego Grande, Florianópolis – SC. CEP: 88037-400. *Email:* <edilane.b@ufsc.br>.

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social – NISFAPS e da Rede de Pesquisa em Família e Política Social – REFAPS. *Correspondência:* Avenida Governador José Boabaid, 494 – Córrego Grande, Florianópolis – SC. CEP 88 037 – 2000. *Email:* <liliane.moser@ufsc.br>.

family in Brazilian society, along with cultural differences, show contradictions, inequalities, and social discrimination, according to class, gender, and ethnic-racial relations. This article, based on a bibliographical revision of a historical perspective, aims to problematize naturalized and universalized traces when it comes to “the” Brazilian family. Initially, the past conception of a patriarchal family is presented, as well as the incongruities of the generalization of modern nuclear family in relation to the Brazilian context. Afterwards, sociodemographic tendencies are pointed out to Western societies and the ways family is developing. It is concluded that to denaturalize conceptions of family is of fundamental importance, and also to rethink it as a historical phenomenon and product of certain economic, political, social, and cultural circumstances, in so far as its understanding impacts the formulation of social policies and the interventions of professionals from different areas.

Keywords: family; patriarchal family; nuclear family; gender.

Introdução

Ainda que não se constituam questões exclusivas da contemporaneidade, no contexto brasileiro, a partir da década de 1970, afirmações sobre família e relações de gênero, no passado e no presente, começaram a adquirir outros contornos e interpretações em pesquisas científicas de áreas das ciências humanas e sociais. Haja vista que, numa perspectiva de longa duração, quando se trata do tema família, observam-se tendências à sua homogeneização e naturalização, não exclusiva do senso comum, pois fora compartilhada e difundida também pelo conhecimento científico.

Estudos históricos, antropológicos e sociológicos, em particular de feministas, relacionados ao tema família (e gênero) no Brasil revelaram não apenas a complexidade que o envolve, mas também o quanto se trata de tema sujeito a determinismos e generalizações, os quais se tornam obstáculos à investigação científica e/ou à intervenção profissional. O caráter de familiaridade para aqueles que a estudam e/ou nela intervêm traz impregnado o risco de torná-la tão familiar que “narciso acha feio o que não é espelho”¹. Nesse sentido, demonstram a “face” da família não homogênea e linear de que foi revestida historicamente – “formatada” num modelo único e como regra universal.

O campo profissional do Serviço Social, desde sua emergência na sociedade brasileira em meados da década de 1930, desenvolveu ações direcionadas às famílias da classe trabalhadora. Destacou-se, porém, ao longo dessa trajetória, a abordagem de orientação positivista-funcionalista, a qual atribuía ao indivíduo e à família a responsabilidade pelos “sucessos” e “falências” no cotidiano da vida social sob as hostes do modo de produção e reprodução social capitalista. Tal entendimento foi questionado, em parte, no período pós-reconceituação do Serviço Social, sob a perspectiva analítica

¹ Da música “Sampa” (1978) de Caetano Veloso.

da teoria social-marxista. Essa perspectiva, a partir da década de 1980, constituiu as bases da construção do projeto ético-político e das diretrizes da formação profissional, considerando, portanto, os múltiplos condicionantes estruturais ao analisar as condições objetivas vividas pela classe trabalhadora – indivíduos e famílias que as configura.

Todavia, questões relacionadas à família permaneceram obscurecidas nesse debate, adquirindo determinada visibilidade a partir da última década do século XX em decorrência dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federativa da República do Brasil de 1988, que representou legalmente o reconhecimento de necessidades sociais como direitos sociais e de novos sujeitos de direitos. Verificou-se o “ressurgimento” da família como agente de proteção nas políticas sociais – adquirindo, desse modo, centralidade nas regulamentações infraconstitucionais relacionadas a esses direitos e às respectivas políticas sociais; entretanto, sem considerar as condições concretas condicionadas às determinações de classe, gênero e étnico-raciais.

Diante desses aspectos, importa trazer à tona determinadas ideias e concepções de família difundidas socialmente. Contrariamente à aparente naturalidade, enfatiza-se neste artigo a família a partir da sua historicidade, conflitos e contradições sociais, remetendo à complexidade e à multiplicidade de fatores envolvidos quando se trata de pensar, conceber e definir família.

Assim, o propósito dessa reflexão, através de revisão da literatura de estudos das ciências humanas e sociais sob o tema do ponto de vista histórico, é problematizar interpretações deterministas e generalizantes sobre a família e a posição das mulheres na sociedade. Tais interpretações as “engessam” e geram obscurecimentos quanto à dinâmica da vida social e, não raro, reiteram e reproduzem estigmas e preconceitos sociais, inclusive no trabalho cotidiano de profissionais das múltiplas áreas de conhecimento e de intervenção.

A abordagem de família como “algo” que se define histórica e contraditoriamente percorreu neste artigo, inicialmente, reflexões sobre concepções de família patriarcal na sociedade brasileira e de família nuclear burguesa no mundo ocidental capitalista, particularizando o contexto brasileiro. Na sequência, são contextualizadas mudanças nas dinâmicas sociais e demográficas relacionadas às famílias, as quais esboroam determinados “traçados” fixos e lineares quando se trata da família e das relações de gênero que a constitui.

De “um” passado da “família brasileira”

Determinismos e generalizações, especialmente quando se trata de estudos de família, não são recentes na história e na historiografia. Uma

breve incursão às interpretações da formação social brasileira, em Oliveira Viana (1938), Gilberto Freyre (1933), Antônio Cândido de Mello e Souza (1951), por exemplo, permite constatar a importância econômica e política da família na organização da vida em sociedade². A referência, no entanto, era um determinado modelo de família – a patriarcal, extensa e rural.

Contrariamente, estudos no âmbito das ciências humanas e sociais, a partir dos anos 1970 e 1980, puseram em xeque essa versão particular de família, desenvolvida por Gilberto Freyre (1933) sobre dado contexto delimitado, e, ao mesmo tempo, apresentaram outras versões para a história da família no Brasil e, incluso, das mulheres. Esse pensamento social brasileiro, pelo menos até determinado momento da história e da historiografia, corrobora a afirmação de Michelle Perrot (1992, p. 185) sobre o ofício do historiador: “um ofício de homens que escrevem a história no masculino”, uma vez que “os campos que abordam são os da ação do poder masculinos [...]. Economia, a história ignora a mulher improdutivo. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou ‘mental’, ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade”.

A antropóloga Mariza Corrêa (1994), quando analisa a história das formas de organização familiar no Brasil colonial, baseada nas interpretações de Gilberto Freyre (1933) e Antônio Cândido (1951), questiona a adoção desse modelo tradicionalmente utilizado como parâmetro em que outras formas são silenciadas. Põe em questão, por conseguinte, se essa família patriarcal de fato se constituiu no modo cotidiano de viver da maioria da população, ou, antes, tratava-se do modelo ideológico dominante, numa determinada época e lugar.

De acordo com essa autora,

ocorre uma homogeneização histórica: uma situação bem localizada no tempo e no espaço – a economia açucareira pernambucana dos séculos XVI e XVII ou a plantação de café dos séculos XVIII e XIX – transforma-se em matriz, em denominador comum da sociedade colonial inteira do século XVI ao século XIX. (CORRÊA, 1994, p. 19).

As interpretações de família são aquelas da classe dominante – senhoria –, as quais exageram na generalização desse modelo para um território com diferentes culturas produtivas e tipos de mão de obra, além de marginalizarem e tornarem invisíveis outras formas de organização familiar.

Não se trata de negar a concretude dessa família patriarcal, nem, tampouco, os seus efeitos no ordenamento econômico, político e cultural da vida em sociedade, mas de atentar para sua inconsistência como forma exclusiva de organização social familiar em solo brasileiro. Concordando

² Vários outros autores, entre fins do século XIX e início do século XX, abordaram essa questão. A respeito do caráter ideológico dessas e de outras interpretações do Brasil, ver: Dante Moreira Leite (1992), Carlos Guilherme Mota (1994) e Lourenço Dantas Mota (1999).

com a afirmação de Corrêa (1994, p. 27), “apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa-grande o processo total de formação da sociedade brasileira”. A crítica é, portanto, ao uso indiscriminado do conceito de família patriarcal, pois, “como tem sido utilizado até agora, achata as diferenças, comprimindo-as até caberem todas num mesmo molde que é então utilizado como ponto central de referência quando se fala de família no Brasil” (CORRÊA, 1994, p. 27).

A historiadora Eni de Mesquita Samara (1987) partilha dessa crítica à concepção homogênea e genérica de estrutura familiar quando verifica, nas pesquisas históricas de outrora, o encobrimento da complexidade social brasileira e, inclusive, a geração de confusões entre conceitos. A família brasileira tornara-se sinônimo de família patriarcal, que passou a significar família extensa. Para completar, família e parentela adquiriram o mesmo significado. A subsunção de sua diversidade é verificada a partir de estudos datados do último terço do século XX – entre esses, sua própria pesquisa sobre a composição da família paulista no início do século XIX, publicada sob o título *A família brasileira*, em 1983.

Ao observar essa realidade e compor um quadro da família paulista, a autora constata que a do tipo “patriarcal” ou “extensa” constituía apenas 26% dos domicílios. Portanto, era pouco representativa e característica de determinado segmento social. Dessa feita, o que dizer em face dos 74% “outros”? A autora ratifica a crítica às interpretações generalizantes acerca da família brasileira quando afirma “que as famílias ‘extensas do tipo patriarcal’ não foram as predominantes, especialmente no sul do país nos séculos XVIII e XIX, onde eram mais comuns aquelas com estruturas mais simplificadas e menor número de componentes” (SAMARA, 1987, p. 30).

A generalização empírica dessa família patriarcal na “*terra brasilis*” corroborou visões estereotipadas no tempo passado e presente. Por exemplo, a ideia da “família unida” de “antigamente”, que, sob a lógica evolucionista, fora transladada para a chamada família nuclear contemporânea. De acordo com Claudia Fonseca (1995a, p. 70), a premissa subjacente indicava a existência de uma família ideal – unida e feliz, “naturalmente”. Todavia, esse “mito”, segundo a autora, fora demolido ainda na década de 1980 com estudos históricos e antropológicos abrangendo o “circuito matrimonial”, mais ainda porque, associado à família patriarcal (ou nuclear, na contemporaneidade), estivera o entendimento da família como aquela legitimamente constituída.

As conclusões trazidas à tona por alguns estudos informam que as uniões ditas “irregulares” no Brasil Colônia e Império, para além dos ditames da Igreja e da Coroa Portuguesa, eram as predominantes. O casamento consoante às regras oficiais era, assim, “privilégio” de poucos. Tanto o passado ocidental europeu, quanto o passado colonial brasileiro mostraram que essa forma de união, à revelia da legitimidade oficializada, não constitui característica exclusiva de nossos dias, como pudessem ou possam crer alguns.

Além disso, a preponderância de unidades domésticas pequenas somava-se às famílias chefiadas por uma mulher – o suposto protótipo da família desagregada –, que chegava a ser tão comum quanto a família conjugal em certas localidades de Minas Gerais e São Paulo no início do século XIX. Segundo a conclusão de Fonseca (1995a, p. 71), “a família patriarcal extensa não parece ter sido muito mais comum no passado do que hoje; assim como as famílias nucleares e as mulheres chefes de família não são nenhuma invenção da modernidade”.

A versão da “família sagrada”, constituída sob as hostes da Igreja, tampouco fora hegemônica no percurso histórico ocidental europeu. O estudo do historiador Ronaldo Vainfas (1992, p. 25) sobre a moral sexual cristã revela que, apesar da crescente influência do cristianismo no Ocidente Medieval, “a união dos casais e a celebração das núpcias conservaram-se como atos domésticos nos quais o clero praticamente não intervinha”. Mesmo porque, na tradição da nobreza europeia na alta Idade Média, o casamento vinculava-se a valores de linhagem, transmissão de heranças e formação de alianças políticas – como contrato para manter e, preferencialmente, ampliar o poder econômico e político. Submetida a esses valores, a fecundidade da mulher era indispensável ao casamento, assim como sua fidelidade absoluta – afinal, envolvia poder e patrimônio –, de modo que o adultério feminino implicava o abandono ou mesmo, conforme o contexto, a morte da esposa transgressora. A esterilidade dela, por sua vez, gerava o repúdio a essa mulher e, por conseguinte, a anulação do contrato matrimonial.

O casamento, porém, não era universal, nem mesmo para a nobreza. Nem todos casavam: os filhos mais novos tinham como “destino” a possibilidade do clero, preferida conforme a tradição religiosa da família. Ao mesmo tempo, havia outras formas de união, as temporárias – também nominadas “conjugalidade de segunda categoria” –, que disciplinavam “a atividade sexual dos rapazes sem comprometer definitivamente o destino da honra” (VAINFAS, 1992, p. 28). Concomitantemente, o casamento, mesmo para a aristocracia, nem sempre fora algo pacífico. O “rapto”, por exemplo, era artifício utilizado com diferentes finalidades: pelo “consorte”, para se livrar da esposa, pois o direito franco instituía que uniões dessa natureza fossem desfeitas; provocado pelos rapazes para afastar as irmãs da herança paterna; incitado pelos pais para evitar ônus com a cerimônia.

De acordo com esse autor, a partir da fragmentação política do Ocidente e do fortalecimento da Igreja, através da “reforma gregoriana” entre os séculos XI e XIII, ascendem os adeptos do matrimônio (“até que a morte os separe”) e da sua vinculação à ideia de sacramento. Significava, portanto, “tirar” o casamento do “mundo profano” para torná-lo essência do “mundo sagrado” e, nesse sentido, disposições canônicas foram criadas sobre a escolha do cônjuge, a cerimônia nupcial e a vida conjugal, normatizando a instituição matrimonial e o vínculo conjugal como monogâ-

mico, indissolúvel e sagrado (VAINFAS, 1992). Entretanto, isso não significou a eliminação de modos de instituir os vínculos familiares e afetivo-conjugais para além dessas fronteiras jurídicas e/ou religiosas.

No Brasil Colônia e Império, em linhas gerais, a posição da mulher na sociedade e na família era de inferioridade em relação ao homem, integrada numa determinada estrutura de dominação escravista e patriarcal. Porém, ainda que houvesse um aparato legal de dominação que garantia ao homem autoridade de mando e privilégios sobre a mulher, na vida cotidiana os valores patriarcais eram burlados, de forma que se torna equivocada absolutizar a subordinação feminina nesse contexto. Seja porque a família patriarcal, sem negar sua importância histórica enquanto modelo ideológico dominante, não se constituiu como forma exclusiva de organização familiar, seja porque o casamento, que legalmente tornava a mulher dependente do marido, não se constituía em prática geral, indistintamente, na sociedade brasileira da época, eram frequentes as uniões conjugais à margem do instituído.

Desnaturalizam-se assim ideias fixas e estereotipadas de família normal e casamento formal, sinônimos “supremos” de união, harmonia, reciprocidade e felicidade. A visão dominante de outrora, no âmbito das ciências humanas e sociais, partia de um modelo de família, demasiado rígido e naturalizado. A utilização desse modelo, ao se pensar as relações de gênero, por exemplo, demarcava um campo dicotômico – autoridade do marido e dependência da mulher –, conferindo à mulher uma única posição: de subalternidade na dinâmica social. Ainda que seja reconhecida a inserção num sistema mais amplo de dominação masculina, as imagens femininas construídas pela historiografia recente apontaram outras histórias que esboçam esse traçado fixo.

Embora as histórias como as referidas à família chefiada por mulheres por vezes sejam representadas como fenômeno recente, estudos de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984) mostram também que, em algumas regiões do Brasil, foram quase tão comuns quanto a família conjugal. Esse arranjo, nos dias atuais, é interpretado (por alguns, pelo menos) não apenas como “novo”, mas – o que é pior – como “desestruturado” e outros tantos sinônimos que estigmatizam especialmente as famílias pobres e, entre essas, mais ainda as famílias afrodescendentes, herdeiras do racismo que alimentou e permanece alimentando as relações sociais no Brasil.

Da moderna família nuclear burguesa ocidental: versões e discriminações

Ao passo que no pretérito a família brasileira foi comumente identificada como patriarcal, a contemporaneidade cristalizou-a na forma nuclear (burguesa). Em linhas gerais, esse ideal de família moderna caracterizou-se

pela composição pai, mãe (casal) e filhos; pela hierarquia entre os sexos e as gerações, cujo homem-pai é o chefe provedor da família, e a mulher-mãe, a responsável pela educação e socialização das crianças e pelos afazeres domésticos; para a constituição do vínculo afetivo-conjugal é fundamental a livre escolha dos cônjuges e o amor romântico como elemento do casamento feliz. O casal se formava pelo casamento civil e religioso, cuja finalidade última visava à procriação, e, nesse sentido, destacava-se concomitantemente a importância da infância e da mãe (“amor materno”) enquanto socializadora principal dos filhos. O “lar, doce lar” (sagrado) fora transformado também no refúgio das pressões do mundo público (profano)... Se referida inicialmente às classes burguesas, foi se impondo idealmente, ao longo da história, para outras classes e camadas sociais.

Todavia, como verificado, trata-se de ideal que não é natural e, menos ainda, universal. A despeito dessas regras culturais e sociais, estudos da história social, da antropologia e da sociologia foram desmistificando a absolutização da generalidade desses modelos idealizados e a sua exclusividade “sadia”, bem como o caráter a-histórico e natural das formas como foram pensadas as famílias e suas dinâmicas sociais.

O estudo de Philippe Ariès (1981), já clássico no âmbito da história social, mostra o caráter histórico da família moderna. Ainda que haja controvérsias quanto à definição do período histórico em que a família adquiriu sentido nas sociedades ocidentais – leiam-se europeias –, os elementos trazidos à tona contribuíram para sua desnaturalização. A análise empreendida pelo autor levou-o a constatar que as representações da intimidade da vida privada invadiram a iconografia no Ocidente dos séculos XVI e XVII, antes raras, e que o sentimento de família era desconhecido na Idade Média – originado entre os séculos XV e XVI, consolida-se no século XVIII. Entretanto, nem no meio aristocrático, nem entre os camponeses e artesãos dos séculos XVI e XVII, o público e o privado constituíam esferas rigidamente separadas e, tampouco, detinha a família as funções afetiva e socializadora de nossos dias.

Essa família moderna se moldara com a ascensão da burguesia. Ariès (1981) aponta alguns mecanismos que a constituíram: a privatização da instituição familiar e a função socializadora restrita ao lar – a privacidade e a intimidade se tornaram valores morais. O espaço da casa no século XVIII passa a ser organizado de forma diferente – há independência entre os cômodos, visando à intimidade, discrição e isolamento entre a nobreza e os burgueses em ascendência.

A emergência desse “sentimento da família” no século XVIII articula-se, porém, a determinados elementos históricos, como a intervenção do Estado e o surgimento pós-Revolução Industrial do trabalho fabril, que contribuíram para o enclausuramento da família na esfera privada, lócus de consumo e reprodução. Serviram, ademais, para compartimentalizar os espaços de seus integrantes por sexo e idade – adensando a divisão entre público e privado, a divisão sexual do trabalho, o ideal de individualidade.

O estudo, também clássico, de Jacques Donzelot (1980) mostra a intervenção do Estado e da ciência (especialmente a medicina) na consolidação da família burguesa para o contexto francês desde o século XVIII. Com o propósito de fortalecimento do papel, fundamental, da mãe e da esposa, valorizando a criança no seio conjugal, e o espaço da casa como “habitat natural” das mulheres.

Em suma, conforme Michelle Perrot (1992, p. 179-180), na Europa do século XIX esboça-se um triplo movimento: “relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público; constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino; superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas”.

É incontestável que ocorreu a valorização da figura da mãe, impingendo às mulheres voltarem-se ao ordenamento do espaço privado, da vida familiar e da maternidade. De acordo com Perrot (1992, p. 186), como a participação feminina no trabalho assalariado intercalava-se com as necessidades da família, “o século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a maternidade e a casa cercam-na por inteiro”.

Convém lembrar que o modelo de família nuclear, apresentado como “ideal” e/ou “natural” (no singular, obviamente), expandiu-se a partir de meados do século XX sob a égide da interpretação sociológica de Talcott Parsons (1956). Localizada em tempo e contexto específicos, fomentou, embora não exclusivamente, a difusão de concepções classificatórias e qualificatórias tanto em pesquisas acadêmicas quanto em práticas sociais. Essas corroboraram para o encobrimento da diversidade cultural de formas de organização familiar, bem como para o fortalecimento de determinados mitos e preconceitos em relação à(s) família(s). Perpetuaram a visão de que os arranjos familiares que não lhes são espelho fossem entendidos pelas formas predicadas negativamente (da falta, da ausência), ou seja, como “desorganizados”, “desestruturados”, “fragmentados”, menos desenvolvidos, culturalmente menos civilizados, moralmente inferiores e menos sadios.

Comumente, sejam cientistas ou não, toma-se como referência a forma de viver e interpretar as relações familiares e a aceitação de serem legítimas aquelas que são o “nosso” espelho. O relativismo, enquanto alternativa de interpretação, propõe-se a olhar o outro partindo de sua própria lógica, de como explicam e dão sentido às suas relações. É, dessa forma, uma abordagem que permite o distanciamento, o “estranhamento” de si e do outro. Não se trata de afirmar sobre o outro, pois significaria já a sua negação, mas de captar como este outro se define, interpreta sua forma de viver, de se relacionar, de significar o e no mundo.

A necessidade de desnaturalização da família – de compreendê-la como construção histórica e cultural – constituiu, na segunda metade do

século XX, uma das preocupações de estudos antropológicos³ no Brasil. Esses estudos puseram e têm posto em xeque a forma tradicional de interpretar e conceber “a” família enquanto “o grupo conjugal como forma básica e elementar de toda família e à percepção do parentesco e da divisão de papéis como fenômenos naturais” (BRUSCHINI, 1990b, p. 31). A ruptura com a tendência evolucionista de interpretar o mundo requer, segundo proposta de Claudia Fonseca (1995b) – partilhada por Cynthia Sarti (1996) e Cristina Bruschini (1990b) –, a desconstrução da “visão etnocêntrica do mundo para escapar aos ardis tanto do preconceito racista como do romantismo”; a compreensão do comportamento dos outros para conter a ânsia de julgar e hierarquizar; a captação da lógica do outro, que implica sair de nosso próprio sistema simbólico, que é apenas mais um. Para tanto, implicado está “olhar para nossos próprios conceitos, desmontar a moralidade das nossas categorias de percepção” (FONSECA, 1995b, p. 19-20) e inverter o procedimento dito normal:

em vez de encaixar as práticas e atitudes do ‘outro’ dentro de esquemas acadêmicos preestabelecidos, o conhecimento do outro é usado para ressaltar os limites destes esquemas assim como a fragilidade dos valores que os subjazem. Ao tornar o exótico familiar, o familiar perde sua naturalidade e, com isso empreendemos a transformação de nossas próprias categorias de pensamento. (FONSECA, 1995a, p. 69).

Nesse sentido, em pesquisas realizadas na periferia de Porto Alegre (RS), Claudia Fonseca (1995a) não nega a integração dos grupos populares ao sistema econômico, porém, aponta a existência de diversas “culturas populares” com normas e ideais que, se não autônomas, apresentam distinções face às relações familiares tidas como dominantes para o conjunto da sociedade. Alerta para a ideia corrente de fragmentação das relações afetivo-conjugais nos estudos de comportamentos familiares, em que se corre o risco de se tornar edição atualizada do que denomina o “mito da família unida” – outrora extensa, agora conjugal, cujo invólucro fora a convivência harmoniosa do casal e de seus filhos sob o mesmo teto. De acordo com Fonseca (1995a, p. 70), “tal imagem seria a lenha que alimenta o fogo das denúncias alarmistas sobre a ‘nova’ ‘desagregação da família’”.

Para esses grupos populares, a família tende a comportar outros integrantes, em geral, da parentela. Há diferenças nas relações entre seus membros, especialmente aquelas estabelecidas pelos laços consanguíneos, que unem os pais a seus filhos, os irmãos entre si, os avós aos netos, os tios aos sobrinhos. Dito noutros termos, o foco das relações não se dá predominantemente na conjugalidade, mas, antes, na consanguinidade, que im-

³ Essa área, no século XIX, vinculava-se fortemente ao pensamento evolucionista, característico da Europa colonialista, que partia da dicotomia entre “povos primitivos” e “civilizados”, pressupondo que o “colonizado” era uma expressão primitiva do ser humano e que este deveria se desenvolver para constituir-se como os europeus. Interpretação ainda presente, seja no senso comum, seja nas ciências no que se refere às famílias.

plica a distinção entre unidades domésticas e sistemas familiares e a construção de outros sentidos às famílias chefiadas por mulheres (FONSECA, 1995a, 1995b).

Nesse horizonte das famílias das camadas populares, a antropóloga Cynthia Sarti (1996, p. 2), ao se propor “compreender com quais categorias morais os pobres organizam, interpretam e dão sentido a seu lugar no mundo”, concebe a família não como “apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social” (SARTI, 1996, p. 33).

Ainda que a preocupação estivesse direcionada à moralidade das famílias pobres, destaca-se aqui uma questão pertinente: o tratamento que em geral lhes é dado em estudos acadêmicos e intervenções sociais. Recorrentemente partem da “falta”: da carência econômica num primeiro momento, da ausência e/ou falta de reconhecimento dos direitos de cidadania mais recentemente. Sem negar a existência dessas desigualdades, a análise implica a inclusão de outras “lentes” para conhecer as famílias e os indivíduos, não mais apenas pela negatividade, mas pelos espaços criados, “adaptados” e ressignificados na forma como “organizam, interpretam e dão sentido a seu lugar no mundo”.

No que se refere às mulheres das camadas empobrecidas da população, por exemplo, Sarti (1995, 1997) evidencia, através de suas pesquisas, que a individualidade para essas não se traduz num valor que orienta seu cotidiano e que o significado do trabalho remunerado se diferencia de acordo com as classes e camadas sociais. As mulheres “pobres” sempre trabalharam, de forma que a inserção no mercado de trabalho não alterou substancialmente o seu cotidiano familiar, pautado numa lógica hierárquica e de obrigação familiar. Se, para as mulheres das camadas médias e altas, a entrada no mercado de trabalho foi um fenômeno considerado novo nas décadas de 1960 e 1970, o mesmo não se pode inferir para as mulheres das camadas populares.

De alguns rumos das famílias na contemporaneidade

Quando se pensa a família na contemporaneidade, tem-se no horizonte mudanças e permanências. O historiador Eric Hobsbawm (1995) destaca algumas tendências que considera mundiais no transcorrer do século XX, envolvendo a família e as relações entre os sexos e as gerações. A maioria das sociedades partilhava certas características: “o casamento formal com relações sexuais privilegiadas para os cônjuges”; “superioridade dos maridos em relação às esposas” e “dos pais em relação aos filhos”; “famílias consistindo em várias pessoas”. Observa ainda que, qualquer que fosse a extensão e complexidade da rede de parentesco e dos direitos e obrigações, “uma

família nuclear – um casal com filhos – estava geralmente presente em alguma parte” (HOBBSBAWM, 1995, p. 315).

Entretanto, conforme o autor, na segunda metade desse século, mudanças na “família tradicional” e na vida doméstica configuraram novas tendências, em especial, nos chamados países desenvolvidos: aumento do número de divórcios; diminuição do número de casamentos; redução do desejo de filhos; aumento do número de pessoas vivendo sozinhas; crescimento de famílias chefiadas por mulheres e de filhos nascidos de mães solteiras. Essas tendências certamente não afetaram todas as partes do mundo igualmente e todos os indivíduos indistintamente, além de constituírem parte de um processo mais amplo de transformações econômico-sociais.

Quanto à família brasileira, estudos de Ana Maria Goldani (1991, 1994), bem como de Gelinski e Moser (2015), entre outros, mostraram tendências semelhantes, principalmente nas três últimas décadas do século XX, as quais se mantiveram nos primeiros anos do século XXI, ainda que de modo não uniforme para as diversas regiões do país. Entre as mudanças na estrutura dos arranjos familiares, destacam-se: redução do tamanho médio das famílias; diminuição do arranjo conjugal casal com filhos; incremento do número de famílias monoparentais (chefiadas por um dos cônjuges ou parceiros e com filhos), com maior proporção de mulheres; aumento das unidades unipessoais (pessoas vivendo sozinhas); queda do número de casamentos ao lado da elevação do montante de divórcios.

Esses indicadores sociais acerca dos arranjos e dinâmicas familiares mantêm estreita relação com mudanças sociais e culturais, especialmente entre as décadas de 1960-1970. Uma delas se refere à difusão da pílula anticoncepcional, que, a partir dos anos 1960 no país, separando sexualidade e reprodução, possibilitava às mulheres maior liberdade de escolha, embora o acesso a essa tecnologia de controle da reprodução não fora de modo igual entre elas e, portanto, também seus efeitos na dinâmica familiar. Outra diz respeito à legalização do divórcio, em 1977 na sociedade brasileira, reconhecendo legitimamente a ruptura do vínculo conjugal, ainda que pouco interferisse nas uniões informais, não incomuns no Brasil. Já nos anos de 1980, houve o surgimento das novas tecnologias reprodutivas (inseminação artificial, fertilização *in vitro*), que dissociaram a gravidez da relação sexual entre homem e mulher, e, nos anos de 1990, a difusão do exame de DNA, permitindo a identificação da paternidade.

Ao mesmo tempo, as próprias lutas e conquistas dos movimentos feministas e de mulheres foram agentes importantes para essas e outras mudanças na sociedade – entre as quais a participação crescente da inserção das mulheres no mercado de trabalho e a elevação contínua nos níveis de escolaridade dessas trabalhadoras. Como dito, também nesse caso houve implicações, significados e efeitos conforme as relações de gênero, étnico-raciais e de classe social.

A adoção de um modelo de família não só exclui outros arranjos como os estigmatizam – os casos não são poucos, nem tampouco recentes na história brasileira, como vimos anteriormente. Dessa perspectiva decorre a ideia de que as famílias que não correspondam a esse modelo sejam definidas como “incompletas, irregulares ou desorganizadas” – não raro, em discursos de representantes de instituições governamentais, de meios de comunicação e da sociedade civil, além dos humanos comuns, quando se trata de “famílias chefiadas” por mulheres, cuja medida varia se pobre ou rica, se negra ou branca.

Nesse sentido, convém que sejam considerados os debates havidos entre estudiosas feministas brasileiras questionando concepções e metodologias das pesquisas censitárias, as quais obscureciam famílias e mulheres, por exemplo, bem como a confusão existente entre família e casa, reforçada, por certo tempo, inclusive pelos estudos censitários. Se não são a mesma coisa, não é algo tão evidente. Tanto que, conforme Cristina Bruschini e Sandra Ridenti (1994, p. 31), a ideia ainda dominante de família no Brasil “é a de um grupo composto por um casal e seus filhos, abrigados sob o mesmo teto, nos limites da unidade doméstica”, e, como tal, atravessa tanto as pesquisas científicas quanto as práticas institucionais e profissionais.

No caso de pesquisas empíricas, como os censos demográficos, se o “modelo domiciliar” de família tem o mérito de viabilizá-los, concomitantemente gera equívocos analíticos. Nos estudos da demografia, a família fora tomada como lugar ou contexto onde os indivíduos atuam, sendo definida pela “convivência sob o mesmo teto, que implica compartilhar despesas com o consumo de alimentos e de bens duráveis. A unidade de enumeração, nesse caso, é o próprio domicílio e a família é entendida como uma unidade de consumo” (BRUSCHINI, 1990a, p. 40). Essa definição funcionalista, criticada pela autora, torna equivalente estrutura domiciliar e parentesco. Ainda segundo Bruschini (1990a), se o censo brasileiro incorporou, em fins da década de 1980, o parentesco para compor a definição de unidade familiar, esse foi reduzido à residência em comum.

Outra questão suscitada, nesse tipo de pesquisa censitária, concerne à definição e identificação da “chefia familiar”, cujos critérios usados são os de autoridade e de responsabilidade econômica pelo grupo conjugados numa só pessoa. Concordando com Bruschini (1990a, p. 40), tanto os critérios quanto as categorias usadas são produtos da representação social dominante no local e momentos em que se formaram. Assim, a elaboração de censos e de pesquisas por amostra domiciliar, originadas nos países ocidentais ditos centrais, findou transferindo ideias de família dominantes nesses contextos, em que imperara o pressuposto do homem como a autoridade da família e o responsável primeiro pelo seu sustento econômico, obtido através do trabalho remunerado. Além disso, utilizando o exemplo dessa autora (BRUSCHINI, 1990a), que dizer dos arranjos com a presença de várias gerações num domicílio, em que o filho seja o responsável pelo

sustento econômico e outro homem, mais velho, o portador da autoridade no grupo familiar?

Ademais, não menos permeada de obscurantismo era quando se tratava da identificação feminina na chefia familiar. Nas pesquisas censitárias, dificilmente a mulher fora “classificada como chefe, uma vez que os procedimentos censitários se baseiam no modelo de família nuclear, de família patriarcal, no qual predominava a rígida assimetria de papéis sexuais” (BRUSCHINI, 1990a, p. 40). Nessa ótica, contrária à defendida pela autora, as mulheres apenas eram reconhecidas chefes de família na ausência do cônjuge, portanto, as viúvas ou separadas.

A alteração na metodologia do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1980 – motivada inclusive pelas mudanças na participação das mulheres no mercado de trabalho, bem como pelos questionamentos dos estudos e movimentos feministas brasileiros iniciados na década de 1970 –, com a adoção do parâmetro de identificação da chefia familiar pelos integrantes da própria família, não eliminou, porém, os reveses provocados pela multiplicidade de critérios adotados, pela subjetividade das pessoas envolvidas, pela ausência de consenso entre seus componentes (BRUSCHINI, 1990a). De mais a mais, são pesquisas que, pela sua natureza, não captam a totalidade das dinâmicas socioculturais das famílias.

Contudo, a incorporação de mudanças pelo IBGE prosseguiu nos anos 1990 e 2000. Inicialmente, apesar da ampliação do conceito de família, conservou a noção de dependência doméstica e, concomitantemente, incorporou a de convivência. Posteriormente, houve a incorporação de outras alterações também reivindicadas pelos movimentos feministas, como a adoção da categoria de pessoa responsável pelo domicílio e de pessoa responsável pela família – no lugar do tradicional chefe do domicílio e chefe da família.

Considerações finais

Diante dessa (re)leitura histórica de estudos envolvendo concepções de família, muitos deles de feministas de áreas das ciências humanas e sociais, verifica-se e se reitera o quanto importa a historicidade na análise desse tema para não cair nas “armadilhas” da generalização de determinados tipos de família, da naturalização de ideias e imagens da família hierarquicamente constituída, harmoniosa e ensimesmada, de determinismos simplistas que descontextualizam as múltiplas determinações das relações sociais.

O intento de problematizar concepções de família e pensá-la como fenômeno histórico e produto de determinadas circunstâncias econômicas, políticas e culturais corrobora preocupações atuais no campo do Serviço

Social quando se trata de analisar a relação entre Estado e famílias no sistema de proteção social brasileiro, assim como o lugar atribuído às famílias nas políticas sociais hodiernas. É inconteste que reflexões da teoria social-marxista, no que se refere à família, também produziram mudanças na interpretação de suas demandas ou necessidades sociais e no direcionamento da intervenção profissional em defesa dos direitos sociais das classes e camadas sociais exploradas e subalternizadas. Todavia, debater família ainda constitui tema com certa “marginalidade” no âmbito da formação e da produção acadêmica desse e de outros campos do conhecimento e de intervenção profissional.

Referências

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BRUSCHINI, C. Estrutura familiar e trabalho na Grande São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 72, fev. 1990a.
- _____. *Mulher, casa e família*. São Paulo: Vértice, 1990b.
- BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Família, casa e trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 88, fev. 1994.
- CANDIDO, A. The Brazilian Family. In: SMITH, T. L.; MARCHANT, A. (Org.) *Brazil - Portrait of half a continent*. New York: The Dryden Press, 1951.
- CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, A. A. et al. *Colcha de retalhos – estudos sobre a família no Brasil*. Campinas/SP: Unicamp, 1994.
- DIAS, M. O. S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- FONSECA, C. Amor e família: vacas sagradas de nossa época. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO A. C. T. (Orgs.). *Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995a.
- _____. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995b.
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- GELINSKI, C. R. O. G.; MOSER, L. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.
- GOLDANI, A. M. A “crise familiar” no Brasil hoje. *Revista Travessia*, jan./abr. 1991.
- _____. Retratos de família em tempo de crise. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, número especial, out. 1994.
- HOBSBAWM, E. Revolução cultural. In: _____. *A era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PARSONS, T. et al. *Family: Socialization and Interaction Process*. London: Routledge & Kegan Paul, 1956.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SAMARA, E. M. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. et al. (Org.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

SARTI, C. A. O valor da família para os pobres. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO A. C. T. (Org.). *Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *A família como espelho*. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. A sedução da igualdade. In: SCHPUN, M. R. (Org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997.

VAINFAS, R. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1992.

VIANNA, O. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

DOI: 10.12957/rep.2018.39404

Recebido em 29 de junho de 2018.

Aceito para publicação em 03 de novembro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Política social e famílias: a difícil arte da superação da autoimagem familiar

**Social policy and families: the difficult art of overcoming
family self-image**

Rosemeire dos Santos*

Resumo – O artigo ora apresentando se propõe a refletir sobre a categoria família diante das transformações societárias, perspectivando salientar a necessidade de superação da autoimagem da família a partir da experiência vivida de um modelo unívoco familiar. Consequentemente, indica ao leitor, principalmente os trabalhadores sociais que cotidianamente atendem e intervêm na vida das famílias brasileiras, a necessidade de compreensão das mais diversas possibilidades dos modos de viver em família na sociedade contemporânea, a partir de estudiosos da categoria família. Tal discussão se faz necessária, principalmente, pelo direcionamento das políticas sociais de proteção social que, desde os anos de 1980, vem chamando às famílias a responsabilidades e funções de proteção social que historicamente estão além do grupo familiar. A construção e a reflexão teórica desse artigo partem do processo da pesquisa bibliográfica da tese que se debruçou sobre família e proteção social.

Palavras-chave: famílias; proteção social; política social.

Abstract – The present article proposes to reflect on the family category in face of societal transformations, with a view to emphasizing the need to overcome the family's self-image arising from the experience of a univocal family model. Consequently, it indicates the need to understand the most diverse ways of living in family in contemporary society, as pointed by scholars of the family category, mainly to social workers that attend and intervene daily in the life of Brazilian families. This discussion is necessary, mainly for the direction of social policies of social protection that, since the years of 1980, have been transferring to families the responsibilities and functions of social protection which historically are beyond the scope of the family group. This article's construction and theoretical reflection starts from the process of bibliographical research for a doctoral thesis that focused on family and social protection.

Keywords: families; social protection; social policy.

* Doutora em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (2016). Professora de nível superior da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT (2015). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias – GEPPSFAM. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade e Assistência Social – NEPSAS da PUC-SP e compõe a Rede de Pesquisa Família e Política Social – REFAPS, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. *Correspondência:* Universidade Federal do Tocantins – Quadra 109 Norte, Avenida NS15, ALCNO-14 – Plano Diretor Norte, Palmas – TO. CEP: 77001-090. Email: <rosemeiresantosp@gmail.com>.

Introdução

O texto ora proposto tem como ponto de partida o direcionamento dado pela Constituição Federal de 1988, que coloca no âmbito da responsabilidade estatal a seguridade social brasileira e, consequentemente, a proteção social de cidadania, que inclui a família. Assim, processa o trânsito da proteção social do âmbito individual e privado para o âmbito das relações sociais e coletivas.

Entende-se que a família, independentemente do tempo e configuração, sempre exerceu o papel de provedora e cuidadora de seus membros; todavia, não cabe exclusivamente a ela a responsabilidade da proteção social, sobretudo numa sociedade de mercado, que exige condições e capacidades de consumo de mercadorias como formas de proteção social.

A partir dos estudos do antropólogo Lewis Morgan, realizados em 1817, e retomados por Friedrich Engels (2002), em 1884, a proteção social ao indivíduo – em provisão e cuidados – constitui-se como cargo ou encargo à família a partir de suas propriedades, que possibilitam segurança aos seus membros. Sob esse entendimento fundante e histórico, a família constituiu-se como lugar de manutenção, valorização e legalização de laços de consanguinidade, e tem como dever moral a provisão e os cuidados privados para com seus membros.

Resultante ao modo capitalista de produção, a sociedade de mercado apresenta a divisão de classes entre proprietários e trabalhadores; consequentemente, há famílias herdeiras e famílias deserdadas, cuja única mercadoria a oferecer é sua força de trabalho. Concretamente, essa sociedade contará com famílias que exercem a proteção social pela posse de bens e riqueza privada, e aquelas que vivem do trabalho, as quais muitas vezes não conseguem garantir condições protetivas a seus membros a partir da ausência de condições de sobrevivência, no âmbito interno, no limiar da dignidade humana.

Compreende-se ainda que o primeiro momento de externalização da proteção social às famílias e seus membros não é direcionado ao Estado. A Igreja instalou uma prática moral religiosa, a partir da concepção do exercício da caridade e da filantropia das famílias herdeiras para com as famílias deserdadas, via compaixão divina ao próximo, a fim de obter “créditos divinos do Céu”. Nessa prática, a ausência de igualdade entre os homens, assim como a ausência de respeito e justiça social, traveste-se no campo do exercício da prática moral religiosa, e não do direito e do respeito à dignidade humana.

Com a superação da monarquia e a presença histórica do regime republicano das sociedades e do Estado, as relações de consanguinidade e herança como constitutivas da família são envolvidas por uma aura de relativa relação de igualdade entre homens e mulheres. Nesse momento de organização societária, a proteção social passa a ser não somente um exer-

cício da família ou uma prática do campo sacral, mas é considerada de forma laica como uma prática de justiça humana. Isto é, a proteção social se transfere para o campo das responsabilidades públicas e dos direitos sociais ao ser humano.

A presença do Estado como responsável por proteções sociais tem expressões na sociedade brasileira ao final do século XIX e início do século XX. Porém, isso não significará que todos os homens e mulheres passam a ser filhos do Estado. A proteção social pública não retira das famílias suas relações individuais de cuidados, de provisão, afetivas, psicossociais, de pertencimento e de reconhecimento.

A objetivação de respostas públicas de proteção social às famílias se dá por meio das políticas sociais, que, face às condições reais das famílias, são ao mesmo tempo um apoio à família e um reconhecimento de cidadania como exercício da solidariedade, assentada no reconhecimento da dignidade e no respeito aos direitos humanos e sociais. Entretanto, quando fogem às ações disciplinares, colocam a família como negligente para com seus membros, sobretudo com aqueles que mais demandam cuidados no ciclo de desenvolvimento e vida humana. Ou seja, podem ser direito como também podem ser o cerceamento da liberdade das famílias e de seus membros.

Apresenta-se aqui a compreensão de que família é um grupo social que sofre transformações sociais, relacionadas ao resultante das transformações societárias. Assim, não deixa de ser um campo de proteção e de desproteção social para os indivíduos.

Contudo, parte-se do exercício para a compreensão de que a família é um grupo socialmente constituído para trocas objetivas e subjetivas, em que suas responsabilidades protetivas são mútuas e exercidas no âmbito interno do grupo familiar. Tais funções podem ser realmente efetivas, na medida em que o Estado cumpra com as demandas e a provisão de proteção a ele colocadas.

As transformações societárias e os modos de viver em famílias

As transformações sociais e relacionais no âmbito e no interior da “família” não são situações postas na atualidade. As famílias se transformam a cada dia e desde sua origem, o que é possível comprovar diante dos estudos dentro das ciências sociais de tais como Morgan (1817, apud Engels, 2002), retomado na obra de Engels (1884/2002), Canevacci (1981), Therborn (2014), Young e Willmott (1975), Ariès (1981), Laslett (1972 apud Saraceno e Naldine), Segalen (1981/2002), Samara, (1992/ 2004), Sarti (1992/1996), Singly (1996), Saraceno e Naldine (2002), Kaslow (2001 apud Szymanski, 2002), Szymanski (2001, 2002), Gargoullaud e Vassallo (2013) e Santos (2017), entre outros. Isso para apresentar apenas alguns dos estudos que colocam como foco as transformações no âmbito da família, resultantes do

processo das modificações societárias. Compreende-se, assim, que a família não é uma instituição isolada das relações sociais presentes na sociedade, desde sua origem e em todas as fases de organização.

A ‘família’, diz Morgan, é um elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente. (ENGELS, 2002, p. 34-35).

Afirma-se que, no que se refere à família, quando considerada como uma instituição presente em uma dada sociedade em constante mudança, as transformações societárias necessariamente modificam seu cotidiano e a dinâmica em seus “modos de viver”. Ariès (1981) dedicou-se à análise de quadros e fotografias sobre a “forma” de viver em família em vários momentos históricos, o que o permitiu afirmar que:

Se percorremos as coleções de estampas ou as galerias de pinturas dos séculos XVI-XVII, ficaremos impressionados com essa verdadeira avalanche de imagens de famílias. [...] a maioria representa uma família reunida. Estes últimos surgem no século XV, com os doadores que se fazem representar modestamente o nível inferior de alguma cena religiosa, como sinal de sua devoção. De início, esses doadores são discretos e estão sozinhos. Mas logo começam a trazer a seu lado toda a família, incluindo os vivos e os mortos: as mulheres e os filhos mortos também têm seu lugar na pintura. De um lado aparece o homem e os meninos, do outro a ou as mulheres, cada uma com as filhas de seu leito. (ARIÈS, 1981; p. 138).

A família a que hoje nos referimos como “tradicional” é, para Engels (2002), resultado do surgimento da propriedade privada. Em seus estudos, evidencia-se a transição dos modos de viver em família até a lógica da família monogâmica, cujo principal objetivo foi atender à necessidade de garantir a transmissão dos bens e propriedades adquiridos pelo homem durante sua vida produtiva aos herdeiros legítimos.

O modelo de família aceito e considerado como “normal” pela sociedade é um modelo patriarcal burguês. Além da necessidade de reconhecer os membros legítimos para a garantia da hereditariedade dos bens, a família patriarcal será resultado de ilustrações de imagens produzidas na França nos séculos XVI e XVII, remetendo-se ao individualismo familiar. Será apresentada nas pinturas a ideia de família ideal, composta pelo pai (homem e provedor do sustento da família); pela mãe (a responsável pela harmonia da família e pelos cuidados da casa) e pelos filhos. Esse modelo de família fica mais evidente como a família “normal” a partir, também, das imagens e obras sacras esculpidas e pintadas, baseadas nos princípios religiosos e bíblicos: “[...] é provável que as famílias católicas tenham sofrido uma evolução

quase paralela, e que também tenham sentindo a necessidade de uma devoção nem pública nem individual: de uma devoção familiar” (ARIES, 1981; p. 150).

As mudanças significativas no modo de vida familiar operária ocorreram durante a Revolução Industrial, anterior à interferência das máquinas na economia da era artesanal, tanto no setor fabril quanto agrícola. A produção, em sua maioria, principalmente na agricultura, se baseava nas divisões dos papéis familiares, cujos filhos do sexo masculino eram vistos dentro da economia agrícola como soma ao trabalho na lavoura, ou seja, um trabalhador a mais nas plantações. As filhas, por sua vez, eram criadas desde a infância para cuidar da casa e dos irmãos, treinadas para serem futuras “boas esposas e boas mães”.

Na perspectiva de analisar os impactos da industrialização e o desenvolvimento das ações capitalistas de viver em sociedade, sociólogos ingleses ligados ao Partido Trabalhista Inglês pesquisaram e publicaram a situação das famílias nas vilas operárias inglesas, ao redor das fábricas. Possibilitou-se, assim, que vivenciassem o cotidiano das famílias disciplinadas ao contexto produtivo do trabalho coletivo na fábrica.

Os antropólogos Young e Willmott (1975), no século XX, analisaram, com o apoio das estratégias de mobilização do Partido Trabalhista Inglês, a vida das famílias operárias no pós-guerra, o que resultou na denominação/classificação de modos de famílias, tais como: família por casamento – instituída pela relação marital; família de origem – a procedência de cada um dos cônjuges; e família antecedente – refere-se àquelas de origem, como os avós, tios, tias, irmãs, irmãos etc., enfim, aqueles que reservam algum grau de parentesco. Esse conjunto passa a ser denominado por “rede de parentela”.

Prefaciando uma de suas publicações na França, o pesquisador Willmott (1975) destacou sua surpresa ao descobrir que, na pesquisa, existiam relações familiares e de vizinhanças alargadas, quase que como uma tribo, o que destituía a tese de que as famílias operárias viviam sem raízes e isoladas. Essa descoberta possibilitou, ainda, a contraposição aos pensadores conservadores e fundamentalistas, que defendiam a preservação de núcleos isolados de famílias na sociedade industrial.

Seguindo a análise de Young e Willmott (1975), que colocam a família no âmbito da produção e reprodução econômica e social, ela se evidencia ainda mais na metade do século XX e, principalmente, na vida das famílias pobres. Dessa forma, entende-se que a maior parte da população vende sua força de trabalho aos mais favorecidos e, consequentemente, a reprodução dos filhos é vista como mais trabalhadores nas unidades familiares.

Em uma sociedade que favorece o mercado e a economia, reforçam-se os costumes patriarcais, remetendo ao homem a supremacia de decisão sobre sociedade e, assim, sobre o interior da família também. Desse

modo, “o poder paterno é o significado central do patriarcado, histórica e etimologicamente e várias vezes e em vários lugares, [...]” (THERBORN, 2014, p. 22). Estes, até na contemporaneidade, são aspectos tão naturalizados frente às dimensões da vida conservadora que não causam espantos.

A família corresponde à empresa. O pai é também o patrão; a paternidade pela gestão do patrimônio, por meio da autoridade e do poder corresponde à propriedade capitalista dos meios de produção; a mulher os filhos, os empregados, são, portanto, simultaneamente explorados e dominados. Reich não vê na família burguesa uma mimese (imitação) da sociedade global capitalista. Ele inverte esta perspectiva: no ‘lar’ familiar entrevê o centro onde se produzem e reproduzem as relações globais. É uma tese que não recua perante algumas extrapolações (visto que passa por cima da teoria da mais valia e do subproduto social), mas que tem o mérito de equacionar, em toda a sua extensão, o problema fundamental. As gerações passam, os homens mudam, as relações ‘estruturais’ permanecem. Como é que isso é possível? Onde se produz a reprodução? Embora Reich conclua apressadamente da parte para o todo, ele não deixa de compreender, por isso o problema e um parte da resposta. (LE-FEBVRE, 1977 apud GAMA, 2014, p. 35-36).

Compreendendo a família como unidade produtiva, percebe-se a naturalização histórica do trabalho infantil doméstico, pois há divisão social do trabalho mesmo no interior das famílias que vivem do trabalho, as quais reconhecem que seus “herdeiros” serão soma da força de trabalho para a sobrevivência da família nos séculos XIX e XX. Torna-se evidente, portanto, a divisão de papéis e funções dos filhos, tanto na cidade como no campo.

As crianças também trabalham desde uma pequena idade, as meninas ajudam suas mães e os meninos seus pais, ou se convertiam em serventes na casa dos outros, ajudavam o casal à mando delas. A escola havia sido, em sua maior parte, um fator ocasional e em certo modo sem importância na vida rural. As crianças aprendiam fazendo os que seus pais lhes ensinavam. Aos 6 ou 7 anos o filho de granjeiros era tomado baixo ao cargo de seu pai, levando recados, pegando ferramentas, levando a comida a seu pai no campo, e na medida que crescia se ensinava as tarefas mais difíceis de vigiar os animais, tosar as ovelhas, arar os campos e pegar a colheita. Da mesma forma, a mãe preparava sua filha para o cuidado dos filhos, da cozinha, o cuidado dos animais, os afazeres domésticos e o trabalho de vaqueira. (YOUNG; WILLMOTT, 1975, p. 71-72).

O modo de produção vigente em seu momento de expansão e consolidação ressalta o patriarcado, inclusive, no que tange à valorização/desvalorização da mão de obra, com as mudanças em fluxos pelo processo de industrialização, em que a agricultura perde sua centralidade na economia. A consequência é o êxodo rural de famílias para a vida nos centros industriais.

Todavia, os salários oferecidos pelas indústrias não são suficientes para a sobrevivência básica das famílias com apenas um membro familiar nas indústrias. Isso as obriga a venderem toda e qualquer mão de obra de seus membros, tanto de mulheres quanto de crianças, numa condição de exploração ainda maior que a mão de obra adulta masculina, significando a valorização ao poder masculino.

A família brasileira: suas particularidades desde a colonização

Na particularidade da família brasileira, precisa-se destacar que o Brasil é um país que, inicialmente, possuía uma proposta de colonização que difere da “terra para viver”. Configura-se, portanto, como a “terra para ser explorada”, principalmente no que tange às riquezas naturais, como as especiarias, madeira e ouro, visando fortalecer o processo de mercantilização europeia, a Metrópole, como se dizia, de Portugal.

Com a proposta de exploração, vieram ao Brasil expedicionários portugueses para extrair riquezas naturais e cultivar produtos produzidos em climas tropicais; todavia, o trabalho braçal não seria executado pelos homens brancos e colonizadores. Dessa maneira, houve uma tentativa de utilizar a mão de obra indígena. No entanto, sem o sucesso esperado, recorre-se à intensificação do processo de mercantilização da população negra africana para ser escravizada no trabalho agrícola e doméstico.

No Brasil, as relações entre os homens brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado, pelo sistema de produção econômica – a monocultura latifundiária –, e, de outro, pela escassez de mulheres brancas entre os conquistadores (FREYRE, 2006, p. 32). Claro que cabe destacar que o abuso e a exploração das mulheres indígena e negra são carregados de violência por parte dos senhores colonizadores.

A relação de soberania e dependência colocada entre as diferenças étnicas instaurada em solo brasileiro resultou em uma formação étnico-racial miscigenada:

Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira, os europeus e seus descendentes tiveram, entretanto, de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. [...] A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. (FREYRE, 2006, p. 33).

A obra *Casa-Grande e senzala*, de Freyre (2006), apresenta a relação sexual entre os homens brancos e as mulheres negras e indígenas no

Brasil. Nesta obra clássica, em seu momento histórico, não é demonstrado o conflito das relações de classes e etnias, ou seja, há a apresentação de uma relação harmoniosa entre as raças e etnias que é inexistente na história brasileira. Todavia, essa relação resultou na diversidade e miscigenação entre as etnias que não pode ser negada para o entendimento da formação da família brasileira.

A economia brasileira firmou-se como sociedade agrária e escravocrata, enraizada pelas elites, pela cultura europeia. Em paradoxo, na convivência com a escravidão negra e indígena, “[...] trata-se de uma colonização que não é obra do Estado, mas da iniciativa particular, que promove a mistura de raças, a agricultura latifundiária e a escravidão” (BASTOS, 1999, p. 221).

Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia de Jesus. (FREYRE, 2006, p. 85).

A família colonial brasileira carregou traços da cultura indígena que antes da chegada dos europeus, sobretudo em São Paulo. E das missões jesuítas, eles possuíam rituais de uniões poligâmicas, que, com o processo de evangelização e interferência dos modos de vida dos europeus, fizeram com que os índios tivessem, na concepção conservadora, alcançado o estágio avançado da organização familiar. Ou seja, para viverem em sociedade havia a necessidade de instituir a organização monogâmica da família, principalmente para as mulheres. Isso porque, para povoar o “novo mundo”, os homens europeus propunham casamentos e/ou uniões com as mulheres indígenas.

A organização familiar portuguesa, principalmente a de famílias ligadas à coroa, era constituída por homem, mulher, filhos e vários empregados. Já aos negros que chegaram para serem escravizados o sentimento de família foi negado, pois o sistema escravocrata os considerava “[...] indivíduos sem história ou família” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 79).

A família colonial brasileira trouxe à cena o sentimento da família definido pelos romanos:

[...] A expressão foi inventada pelos romanos para designar um organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre eles. ‘A palavra não é, pois, mais antiga que o férreo sistema familiar das tribos latinas, que nasceu ao introduzirem-se a agricultura e a escravidão legal’, [...]. (ENGELS, 2002, p. 60).

Entre os escravos pertencentes à família, havia a divisão entre escravos da “senzala e os domésticos”. Estes, “[...] conviviam com a família nuclear, desempenhando funções de cozinheiras, babás, pajens, amas de

leite – era uma criadagem que acompanhava os senhores no seu dia a dia” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 79).

Jurandir Freire Costa (1979) é responsável por fazer o estudo sobre a família colonial brasileira, do século XVII, e a colonizada, do século XIX. Ele afirma que a “gênese familiar do espaço urbano foi o ponto de partida do absolutismo patriarcal sobre a cidade. [...]” (COSTA, 1979, p. 37). Assegura, ainda, que há normalização da medição sobre os costumes e o modo de viver em família na sociedade brasileira.

O sistema colonial familiar no Brasil processou-se nos séculos XVI a XIX, momento em que o Estado reconhece a população negra escrava como indivíduos livres. Uma liberdade com custo de serem abandonados à própria sorte, no que se refere às condições de vida e de sobrevivência. Assim, latifundiários brasileiros se negaram a contratar negros como trabalhadores assalariados e investiram no sistema de colonato, que significou a exploração do trabalho familiar dos imigrantes europeus que recém chegavam ao país.

[...] o colonato era um sistema de trabalho baseado na exploração do trabalho familiar. Claro está que os colonos estavam cientes de sua exploração e dela se ressentiam, isto é demonstrado por suas persistentes (apesar de intermitentes) formas de resistência, inicialmente restrição da produção de café e mais tarde greve geral [...]. (STOLCKE, 1986, p. 111).

O início do século XX, a partir desse percurso, se reveste de um “mix” econômico agrícola-industrial, em que a “Família Brasileira” tem por raiz uma mistura de culturas, tanto no que se refere aos costumes, como aos cuidados no âmbito das relações sociais e familiares. Ou seja, é fruto de um constructo histórico marcado pela miscigenação de raças, culturas e costumes. Desse modo, a família brasileira, independente da sua composição, tem como base a miscigenação das várias culturas, etnias e costumes.

A inverdade está na afirmação de que a família brasileira é de característica única e, acima de tudo, “pura”, isto é, de uma raça somente e de um único costume. Reconhecer a mestiçagem na formação da família brasileira não significa afirmar que todas as famílias se reconhecem como iguais, ou, ainda, que alcancem o mesmo patamar de cidadania. Isso resulta em “[...] um projeto de cidadania inconclusa, uma república de valores falhados [...]” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 14).

Na ausência de reconhecimento de igualdade e cidadania, as famílias brasileiras centram-se na continuidade de um ranço histórico do “familismo” dos favores, em que se apresenta um “[...] costume arraigado de transformar questões públicas em questões privadas” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 17). Em outras palavras, para que as famílias alcancem questões de ordem pública, como o acesso a serviços que garantam proteção social, devem vincular-se a um relacionamento ou fazer uma aproximação com um representante político (secretário de alguma política social, vereador,

deputado etc.). Desse modo, existem “cordialidades” que atravancam os avanços devidos da cidadania das famílias brasileiras. Como diz o velho ditado: “Quem tem padrinho não morre pagão!”

Diante da construção sócio-histórica da família brasileira, e ressalvada a sua distinção no interior das classes sociais de pertencimento, constata-se no Brasil a predominância de famílias-que-vivem-do-trabalho, sendo subordinadas àquelas de classe dominante. Além disso, não diferente do restante do mundo, as famílias brasileiras são cotidianamente marcadas pela influência da sociedade de mercado e de trabalho, o que exige transformações no seu âmbito constantemente frente a normas, regulações e direcionamentos construídos social e culturalmente, e não menos instruídos pelo Estado.

A família recebe, em sua dinâmica e relações, influências das transformações societárias, considerando que: “a revolução da sociedade global significou uma aceleração ou intensificação de movimento a que já se achavam acostumados em princípio” (HOBSBAWM, 1995; p. 283).

A família burguesa, nos termos contemporâneos, é classificada como a “classe média alta”, que, por sua vez, necessita das famílias pobres para servi-la. São as famílias-que-vivem-do-trabalho que são alvos das políticas sociais distributivas.

As famílias subalternizadas brasileiras lutam cotidianamente pela manutenção da vida e da sobrevivência, não somente pela falta de condições materiais, mas sobretudo para serem reconhecidas como indivíduos e famílias cidadãs portadoras de direitos que afiancem a dignidade humana e a proteção social. Diante do cenário e das peculiaridades da família brasileira, o sistema de proteção social não é diferente. Com a decadência da monarquia brasileira e a instituição da República, o Estado não assume suas responsabilidades para com suas famílias e seus membros no que se refere à proteção social.

O Brasil, como os demais países capitalistas, indica, inclusive constitucionalmente, políticas de proteção social, utilizando o binômio repressão e assistência à classe trabalhadora. A prioridade não são os trabalhadores, e sim a manutenção das condições de mercado e trabalho, ou seja, os empregadores e seus trabalhadores têm de buscar formas de proteção social sob a lógica do trabalho assalariado, resultando nas corporações de mutualidades e associações entre os trabalhadores. Já aos que não possuíam a formalidade do trabalho assalariado, a proteção ficava a cargo das instituições religiosas e de caridade.

A sociedade evolui e retrocede contraditoriamente nos seus costumes e modo de viver a cada dia; conseqüentemente, a família também. Isso se deve ao processo do desenvolvimento capitalista na sociedade, com reproduções dos modos e costumes de vida da sociedade burguesa. O paradigma de uma “família adequada e estruturada” resulta dos modelos familiares burgueses, reproduzidos pela Igreja e pela onda de ascensão conservadora em defesa da moral e dos bons costumes.

A desigualdade estrutural na sociedade, caracterizada pelo desenvolvimento do capitalismo, acarreta também a desigual distribuição de renda, resultando no desenvolvimento de composições familiares diferenciadas ao estilo burguês. Entre essas famílias, aquelas que não correspondem aos padrões da família burguesa e religiosa, consequentemente, serão consideradas como famílias “irregulares” e “desajustadas”.

A compreensão que precisa permear o momento de intervenção dos trabalhadores que desempenham seu papel profissional nas políticas sociais de atenção a famílias é a de que essa instituição e/ou grupo não necessariamente precisa ser constituído somente por laços sanguíneos. A formação familiar no mundo do capital é baseada nas condições e formas de sobrevivência, principalmente quando nos referimos às famílias trabalhadoras afetadas pela pobreza.

A família para os pobres, associa-se aqueles em quem se pode confiar [...]. Como não há status ou poder a ser transmitido, o que define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações. São essas redes de obrigações que delimitam os vínculos. (SARTI, 1996, p. 63).

Sob a análise em trânsito, da proteção social à família, do âmbito privado para o âmbito público, transcende a missão da prática religiosa, o que implica adentrar no campo público estatal. Ou seja, coloca-se a proteção no âmbito da responsabilidade do Estado e na dimensão de planejamento e execução das políticas sociais e ações que envolvam atendimentos às famílias brasileira. Precisa-se colocar na pauta a desconstrução e/ou a desnaturalização sobre a compreensão da família, isto é, a necessária superação da autoimagem de um modelo unívoco, em que os olhares transcendam a experiência de viver em família.

A questão determinante para a política social visando afiançar a proteção social é o desafio de distanciar-se de propósitos disciplinadores da composição familiar, respeitando sua natureza de formação histórico-afetiva-relacional entre humanos e se aproximando da provisão de adequadas condições objetivas da família a partir do lugar onde vive, bem como de investimento no fortalecimento em condições subjetivas para prover relações familiares baseadas em afinidade, reciprocidade e pertencimento. Ou seja:

Conhecer a família da qual se fala e para a qual muitas vezes dirigimos nossa prática profissional é muito importante; também é imprescindível compreender sua inserção social e o papel que a ela está sendo atualmente destinado; e, da mesma forma, é necessária a mobilização de recursos da esfera pública, visando implementação de políticas públicas de caráter universalista que assegurem proteção social; entretanto, o

mais fundamental é que o indivíduo e sua família tenham efetivas condições para prover sua autonomia, sejam respeitados em seus direitos civis e sociais (acesso à educação, à saúde, à justiça e ao trabalho) e contem com a possibilidade de elevação do nível de qualidade de vida, aspectos estes inerentes à construção da cidadania. (GUEIROS, 2002, p. 119-120).

Entende-se que mesmo a família, em sua dinâmica, já exerça sua função protetiva. Cabe ao Estado, por meio das políticas sociais, subsidiar possibilidades para tal. Por isso, reafirma-se a necessidade da ultrapassagem da autoimagem e de um unívoco modelo familiar, possibilitando um trabalho com a família direcionado não apenas como atividade educativa ou coercitiva para o cumprimento de condicionalidades e exigências das políticas sociais, e sim ações que possibilitem a emancipação crítica e questionadora dos sujeitos e famílias, reconhecendo, assim, os direitos humanos e de cidadania.

Considerações finais

Considera-se que o enfrentamento às dificuldades sobre a compreensão dos modos de viver em família, bem como a proteção social como parte das relações sócio-históricas da sociedade, coloca-se na pauta das políticas de atenção à proteção social de indivíduos e famílias. Da mesma forma, deve haver efetividade da capacitação continuada dos trabalhadores que desempenham funções de atenção à família.

Com vistas à busca de superação de uma proteção social vinculada à lógica do trabalho, em que o acesso se desenvolve por categorias profissionais que atingem o “direito à proteção social” advinda do trabalho, constitui-se o que Wanderley Guilherme dos Santos (1979) conceitua de cidadania regulada. Nesta, o Estado somente reconhece como cidadão de direitos protetivos aqueles vinculados ao trabalho.

Salienta-se a importância de reafirmação dos Direitos Constitucionais de Seguridade Social como uma proposta de garantia de proteção social, por intermédio de políticas sociais, mesmo com reconhecimento do dever de proteção do Estado. Numa conjuntura política e econômica de recessões, o Estado apresenta estratégias para exercer ações de proteção social às famílias e aos indivíduos, distinguindo-os entre “beneficiários e assistidos” (SPOSATI, 1988, p. 314). Ou seja, famílias trabalhadoras possuem benefícios a partir da lógica contributiva, e as famílias que não acessam o trabalho e dependem da política distributiva são “assistidas” e devem buscar sua autonomia e emancipação pela via do trabalho.

Outro paradoxo constitucional é a interpretação ao princípio da subsidiariedade, que consiste na concepção de que o Estado deve ser a última instituição a agir, quer dizer, a responsabilidade primeira é da família,

depois da sociedade e, na ausência ou “incapacidade” desses, o Estado deve ser acionado. No entanto, o Estado deve ser o primeiro responsável, promovendo condições objetivas e subjetivas para o exercício da proteção social.

No Brasil, quando se propõe a discussão de proteção social, há grandes tensões, já que há alguns que defendem a existência de serviços de proteção; por sua vez, estes devem ser vinculados às condições de miserabilidade e, assim, as ações devem ser focalizadas e imediatas. No entanto, há também os que defendem a proteção social como algo vinculado ao direito e reconhecimento da cidadania, em que as atenções devem se pautar na perspectiva de direito social, da universalidade e da cidadania.

O Estado, na função de regulador da sociedade, é a primeira influência, se não a principal, nas decisões que atingem o âmbito familiar. Nesse processo de regulação, a instituição “Estado” transmite idealizações sociais, comportamentais e culturais para o interior da família, haja vista as orientações e condutas estabelecidas sobre a família nas Constituições Federais, destacando-se a Constituição Federal de 1988. Nela, o Estado reconhece as diversas composições familiares e, ainda, a igualdade de direitos e deveres conjugais entre homens e mulheres. É somente nessa carta magna que se inaugura, na forma da lei, a tentativa de superar a existência do sistema patriarcal familiar, ou seja, a difícil arte de superação da autoimagem unívoca de família.

Referências

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ATTIAS-DONFUT, C.; LAPIERRE, N.; e SEGALIN, M. *Le Nouvel Esprit de Famille*. Paris: Editions Odile Jacob, 2002.
- BASTOS, E. R. Gilberto Freyre, Casa-Grande e senzala. In: MOTA, L. D. (Org.). *Introdução ao Brasil, um banquete no trópico I*. São Paulo: Editora Senac, 1999.
- CANEVACCI, M. (Intr. e Org.). *Dialética da família gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva por: Engels, Freud, Reich, Marcuse, Fromm, Lévi-Strauss, Adorno, Horkheimer, Habermas, Laing, e outros*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Centauro, 2002.
- FREYRE, G. *Casa-Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.
- GAMA, A. de S. *Trabalho, família e gênero*. Impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2014.
- GARGOULLAUD, S.; VASSALLO, B. *Réinventer la famille?* Paris: La Documentation Française, 2013.
- GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 71, 2002.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos*. O breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAMARA, E. de M. *A Família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção tudo é história; 71)
- SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SANTOS, R. dos. Modos de ser família. In: SANTOS, R. dos. DAL BELLO, M. G. (Org.). *Família que vive do trabalho e proteção social*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- SARACENO, C.; NALDINI, M. *Sociologia da família*. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.
- SARTI, C. A. *A família como espelho*. Um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 1996.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SINGLY, F. *Le Soi, le couple et la famille*. Paris: Natan, 1996.

SPOSATI, A. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.

STOLCKE, V. *Cafeicultura – Homens, mulheres e capital 1850-1980*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZYMANSKI, H. *A relação família/escola: perspectivas e desafios*. Brasília: plano, 2001.

_____. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 71, 2002.

THERBORN, G. *Sexo e poder a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2014.

VILLALOBOS, V. S. O Estado de Bem-Estar Social na América Latina: necessidade de redefinição. *Cadernos Adenauer 1: Pobreza e política social*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

YOUNG, M.; WILLMOTT, P. *La família simétrica um estudio sobre el trabajo y el ocio*. Madrid: Editorial Tecnos, 1975.

DOI: 10.12957/rep.2018.39405

Recebido em 30 de junho de 2018.

Aprovado para publicação em 06 de setembro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Família, gênero e proteção social

Family, gender and social protection

Cassia Maria Carloto*

Bárbara Weinert Ferreira Nogueira*

Resumo – Este artigo tem por objetivo analisar as relações entre proteção social, família e gênero, com destaque para o contexto das reformas neoliberais e para a centralidade da família. Procura enfatizar como os modelos de proteção social incorporam as famílias e as mulheres a partir do modelo de família nuclear-burguês, reforçando os papéis tradicionais de cuidadora da casa e dos filhos para o bom desempenho, na perspectiva liberal, de programas sociais como os de transferência condicionada de renda. O texto em seu desenvolvimento aborda os sistemas de proteção social baseados no modelo homem provedor e mulher dona de casa e o papel estratégico das mulheres nesses modelos. Além disso, também discute as medidas neoliberais e responsabilização das famílias e das mulheres na proteção social. O texto está organizado em três tópicos: Estado, família e as relações de gênero; a retomada da família no neoliberalismo familista; e, por fim, as mulheres nos programas de combate à pobreza.

Palavras-chave: Estado e família; mulheres e modelos de proteção social; gênero e família.

Abstract – This article aims to analyze the relationship between social protection, family, and gender, highlighting the context of neoliberal reforms and the centrality of the family. It seeks to emphasize how social protection models incorporate families and women according to the bourgeois nuclear family model. They reinforce the traditional women roles of homemaker and childrearer when evaluating, from a liberal perspective, the performance of social programs, such as those with conditional transfer of income. The text in its development approaches the systems of social protection based on the model of man as provider and woman as housekeeper, and the strategic position of women in these models. It also discusses neoliberal measures and accountability of families and women

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC-SP (2001). Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). *Correspondência:* Rua Pequim, 177, bairro de Cláudia, Londrina - PR. CEP: 86050-310. *Email:* <cmcarloto@gmail.com>.

** Assistente Social (UNIFESP, 2014). Mestre em Serviço Social e Política Social (2017). Atualmente é Assistente Social residente no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Estadual de Londrina (UEL). *Correspondência:* Rua Paes Leme, nº 1204, apt. 604, Jardim América, Londrina - PR. CEP: 86010-610. *Email:* <barbarawfn@hotmail.com>.

in social protection. The text is organized into three topics: state, family, and gender relations; the resumption of family in familial neoliberalism; and finally, women in poverty reduction programs.

Keywords: state and family; women and models of social protection; gender and family.

Estado, família e as relações de gênero

As formas pelas quais o Estado intervém sobre as famílias remonta ao período do nascimento do Estado moderno e são permeadas por múltiplas contradições e conflitos desde sua gênese. Como exemplo, podemos chamar atenção para aqueles modos de intervenção que visam, por meio da legislação, normatizar as relações familiares. É o caso das constituições, do código civil, das demais leis e políticas que se destinam à organização familiar ou refletem nela, como as políticas de controle ou incentivo à natalidade, dentre outras.

Saraceno (1997, p. 212) assinala que, por intervir na esfera da reprodução, que também é o espaço de atuação das famílias, o Estado social “redefine as fronteiras entre responsabilidades e direitos públicos e privados, redesenha e em parte condiciona a própria organização e divisão do trabalho no interior das famílias”. Essa influência pode ser observada no tamanho e na composição das famílias em determinados momentos da história, bem como nos valores e normas correntes no interior delas mesmas e em sentido ampliado pela sociedade em geral.

A relação entre família e Estado é constitutiva da história das políticas sociais, porém, um momento importante que demarca a intersecção entre as duas esferas é a criação do seguro social no fim do século XIX. Com a instituição desse seguro podemos observar uma ação institucional que passa a envolver direta e indiretamente família e Estado. É no âmbito familiar que os reflexos da ampliação dos direitos, como o acesso dos trabalhadores – para alguns – aos sistemas de pensões e aposentadorias serão sentidos (CAMPOS, 2015).

Pateman (1988, p. 2) reconhece que a relação desigual entre os sexos foi esquecida da *consciência teórica* de grande parte dos autores que discutiram a democracia e os sistemas de Welfare, e por isso propõe analisá-los desde uma perspectiva feminista. Fraisse (2003) adverte ainda que “o sonho do homem democrático”, no que diz respeito às mulheres, é o de

que essas não sejam nem cidadãs, nem trabalhadoras. Ilustra-se, assim, o que se esperava das mulheres, tanto pela visão dos formuladores das políticas, quanto de alguns intelectuais que, mais à frente, se dedicaram aos estudos sobre os estados de bem-estar.

Dessa forma, as mulheres foram submetidas à condição de dependentes da proteção social que o marido detinha, justamente pelo fato de que o trabalho deste, fora do lar, era valorizado e reconhecido pelos sistemas de seguro, dando a este trabalhador uma maior proteção previdenciária e trabalhista. O que restava para as mulheres, quando esta via não era possível, era a assistência social.

Ao serem fundadas sobre o chão do patriarcado, as primeiras experiências de seguros sociais na Europa não foram estruturadas levando em consideração as particularidades e a historicidade “dos problemas de gênero”. Aliás, a condição da mulher na sociedade vigente, a naturalização de sua subalternidade por meio da essencialização biológica, foi utilizada justamente para que estes sistemas ganhassem materialidade e impulsionassem o desenvolvimento e consolidação dos Welfare States.

Para Saraceno (1995), em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a família, além de representar o espaço primário de reprodução social, age como reprodutora de desigualdades. Consideramos que essa desigualdade, que se manifesta no interior dos lares com a divisão sexual do trabalho, é peça-chave (mas não a única) para compreender a construção (ou negação) da cidadania das mulheres.

Saraceno (1995) atesta ainda que os interesses das mulheres sempre foram vinculados à sua posição no interior das famílias. Logo, como a elas fora delegado pelo patriarcado o ambiente doméstico, dos cuidados com o lar e com os filhos, este era então o único espaço que ela poderia representar e que também, de alguma forma, a representava. Seus interesses pessoais, neste sentido, tornavam-se difusos, uma vez que sempre estavam ligados à sua função como responsável por prover o bem-estar do domicílio, do casamento e dos filhos. Por isso, não haveria justificativa para incorporação das mulheres enquanto cidadãs plenas, por meio de políticas sociais que atendessem às suas demandas individuais, nos estados de bem-estar.

O cuidado com o desenvolvimento dos filhos, justamente pela divisão desigual do trabalho dentro de casa, acaba sendo de responsabilidade praticamente exclusiva da mulher-mãe, expropriando dela a possibilidade de pensar e agir para além destes liames. Ou seja, a capacidade que as mulheres têm de desenvolver-se enquanto ser e gênero humano, enquanto alguém que deseja, que raciocina, idealiza e busca realizar-se, é totalmente subtraída, pois o trabalho que elas realizam dentro do lar não é valorizado. Desconsidera-se que ele exige esforços como qualquer outro tipo de trabalho, e esforços que não se limitam à condição física, mas envolvem fatores emocionais e afetivos. Há uma inversão, portanto, do caráter desta dependência, bem como um “esquecimento” proposital, fruto de um complexo sistema

que o reitera continuamente por meio das relações sociais, da dependência dos homens em relação às mulheres.

Nos sistemas de proteção social que se baseiam no modelo de homem provedor e mulher dona de casa, o pressuposto é de que os homens precisam que as mulheres estejam nos lares, poupando-os do trabalho doméstico, para que eles tenham tempo e disposição o suficiente para trabalhar em empregos com maiores exigências, mais bem remunerados e consequentemente com maior possibilidade de acesso aos seus direitos. Para Saraceno (1995), os direitos sociais estão atrelados ao trabalho assalariado passado, presente ou futuro, e quando são desvinculados das relações de trabalho são, na maioria, precários, discricionais, de tempo limitado e condicionais.

A despeito das múltiplas conjunturas que conformaram os Estados de Bem-Estar Social pelo mundo, um fato é que estes sempre basearam suas políticas em algum modelo definido de família, que é aquele que consideramos “tradicional”, pelo menos no Brasil, até os nossos dias.

Quando da instauração do seguro social na Europa, o modelo de família *ideal* estava centrado no nuclear burguês, no qual o homem é o provedor, chefe de família, e a mulher é a *dona-de-casa* que depende do marido. O próprio relatório Beveridge (1942), ao dizer que sem o trabalho não pago realizado pelas mulheres os homens não conseguiriam trabalhar, o que influenciaria diretamente o desenvolvimento da nação, confirma as teses de que este modelo de família, biparental e fundado na heterossexualidade e maternidade compulsória, sempre foi funcional ao Estado capitalista. Não é sem razão que a manutenção deste Estado perpassa, sobretudo, pela manutenção deste tipo de família e de sua moral, ligada aos preceitos católicos. Nesse sentido, Therborn (2006, p. 278) confirma:

casamento e a família são temas caros ao conservadorismo social, centrais à sua concepção de ordem desejável. Os direitos individuais, principalmente de mulheres e crianças, são vistos negativamente, como um colapso ou, pelo menos, como uma séria ameaça à ordem.

Para Pateman (1988, p. 27), embora seja necessário situar o papel da mulher nos Estados de Bem-Estar Social mais consolidados, esta questão é “apenas uma parte do todo”, pois “o desenvolvimento do estado de bem-estar também trouxe desafios ao poder patriarcal e ajudou a proporcionar uma base para a cidadania autônoma das mulheres”. Muito antes da conquista da cidadania formal, as mulheres já faziam campanhas para que o Estado funcionasse como provedor de bem-estar para elas e para as crianças. Os Estados de Bem-Estar, segundo a autora (referindo-se ao sistema britânico, australiano e estadunidense), têm sido vistos pelas mulheres como um importante meio de apoio e, não de forma unívoca, como um explorador do trabalho não pago realizado pelas mesmas. Indica, ainda, que “organizações de mulheres e ativistas continuaram as suas atividades políticas em torno

de questões de bem-estar, não apenas em oposição ao seu status de dependentes” (PATEMAN, 1988, p. 27).

A retomada da família no neoliberalismo familista

Atualmente, principalmente nos países da América Latina, a família vem sendo chamada a suprir os déficits do Estado como instância primeira de proteção social, conformando por aqui o que se convencionou chamar de neoliberalismo familista. Importante ponderar, no entanto, que a família nos países de capitalismo periférico sempre foi responsabilizada por essa tarefa; porém, a partir da década de 1980, outros contornos foram se delineando nesta relação.

Sobre este processo, Campos (2016, p. 202) chama a atenção para dois processos paralelos na atenção às demandas sociais da população. Um, que é uma verdadeira “regressão” em relação ao momento anterior, da política praticada pelo Estado (já deficiente em termos de cobertura das necessidades e demandas); e o outro, por consequência, uma “reprivatização” da proteção social em muitos de seus setores. Para a autora, se verifica uma crescente centralidade atribuída ao grupo familiar e seu uso também como estratégia na adoção e execução de políticas e de programas sociais, tais como os operadores via transferência condicionada de renda.

A reprivatização pontuada pela autora diz respeito ao processo de desresponsabilização estatal e simultânea responsabilização da família pela proteção social iniciada em fins da década de 1980, com a crise dos Estados de bem-estar, e que hoje consolida-se como direção hegemônica no formato dos sistemas de proteção social na maioria dos países latino-americanos.

Para entender o processo de reprivatização das funções exercidas pelas famílias, é preciso retomar a década de 1970, momento em que outra crise cíclica do capitalismo passa a assolar os diversos territórios globais, provocando mudanças na forma com que as políticas sociais são concebidas. O neoliberalismo sob o capitalismo flexível, tão logo se desenvolve, abre um caminho de privatizações, precarização e eliminação de postos de trabalho, desregulamentação e retração de direitos sociais e desresponsabilização do Estado no provimento de bens e serviços públicos gratuitos e de qualidade.

Foram os países de capitalismo central que empreendem, a partir do direcionamento pactuado no Consenso de Washington, as primeiras medidas de liberalização comercial e financeira, que mais tarde irão se disseminar, em formas mais ou menos ortodoxas, pelos demais países. Neste sentido, tiveram fundamental importância os direcionamentos e perspectivas apontadas pelos organismos multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, para

que os países em desenvolvimento iniciassem o processo de contrarreformas. Conforme Mauriel (2006, p. 55), o programa neoliberal incorporado pela maioria dos países da América Latina

combina políticas recessivas de estabilização – redução do gasto público e reestruturação dos sistemas de previdência pública para obtenção de superávits fiscais primários – e ‘reformas estruturais’ – liberalização financeira, abertura comercial, desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais.

Foi assim que os organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI,

mudaram quase que da noite para o dia seus parâmetros de política, e em poucos anos a doutrina neoliberal fizera uma curta e vitoriosa marcha por sobre as instituições e passaram a dominar a política, primeiramente no mundo anglo-saxão, e mais tarde em boa parte da Europa e do mundo. (HARVEY, 2005, p. 130).

Com a reconfiguração do papel do Estado colocada em marcha nos idos dos anos 1990, a responsabilidade pela provisão de proteção social precisou encontrar novas fontes de sustentação. Com esse objetivo, a família é “redescoberta” como a instância primeira de proteção social, e, portanto, passa a ter a incumbência de gerir este papel. Ao abrir mão de seus deveres, o Estado se desresponsabiliza e coloca no âmbito familiar uma série de atribuições que estão para além das vontades ou capacidades dos cidadãos. A ideia é a de que o Estado só deverá intervir quando a família e o mercado falharem.

Desencadeia-se, assim, um Estado de bem-estar *pluralista*, em que as três esferas (mercado, Estado e família) deverão exercer uma função específica na ordem social. Ao explorar o “pluralismo de bem-estar”, Pereira (2006, p. 34) esclarece que

está-se diante da construção de uma fórmula pragmática e asséptica de solução dos problemas sociais, que não prevê responsabilidades cativas ou obrigações exclusivas e, muito menos, adesões ideológicas. Seu grande intento declarado consiste em incrementar índices de emprego, reduzir a pobreza e a exclusão social e promover a coesão social com imaginação e conjunção de atores e recursos. Com isso inaugura-se um ‘novo pacto social’ em que as classes sociais, subsumidas que estão nos conceitos amorfos de Estado, mercado e sociedade, perdem a identidade ou a razão de ser.

Na empreitada para ratificar as formas de manutenção da ordem vigente, agora sob o domínio do capital financeiro, as ideias antidemocráticas dos representantes desta ordem foram revestidas de cientificidade e/ou de naturalidade, e trazidas à tona por meio de políticas que se anunciavam

como mais eficientes, eficazes e capazes de superar os problemas da pobreza. No entanto, os efeitos foram a ampliação do fosso das desigualdades e a crescente pauperização da população.

Fazendo um exercício de inflexão para a atualidade, a título de demonstrar algumas das consequências das medidas econômicas adotadas no período, podemos afirmar que as mulheres (sobretudo as negras, jovens ou idosas e que vivem nas periferias) são as que mais foram e ainda têm sido afetadas com as dinâmicas do capitalismo na sua fase flexível e financeirizada. As mulheres têm recebido, na média global, salários 23% menores que os dos homens e quase 40% das que trabalham (em trabalho remunerado ou assalariado) não contribuem para nenhum sistema de proteção social. Em países em desenvolvimento, esse percentual pode aumentar consideravelmente. Apesar de quase todos os países manterem algum tipo de legislação de proteção à maternidade para as mulheres trabalhadoras, 60% delas não acessam esse direito (OIT, 2016).

As taxas de desemprego são maiores entre as mulheres e a probabilidade de uma mulher ficar desempregada é maior que a de um homem (OIT, 2016). Cabe um adendo aqui pelo fato de que o desemprego feminino pode ser muito maior do que consta nos dados oficiais disponíveis, pois muitas mulheres que não conseguem emprego são consideradas como “donas de casa”.

É importante atentar-se ao fato de que o trabalho realizado pelas mulheres na esfera doméstica e de cuidados não é contabilizado, nos meios oficiais, como atividade que gera valor econômico. Assim, os nexos entre o trabalho reprodutivo e produtivo são invisibilizados; porém, necessitam ser desvelados, se entendemos a necessidade de se reconhecer o valor econômico gerado pelo trabalho não pago realizado pelas mulheres. Desvelar, nesse sentido, significa demonstrar o quanto esse trabalho é essencial para o processo de acumulação capitalista e que, enquanto o Estado não intervir para reduzir a divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidados, as mulheres continuarão esbarrando nos mesmos entraves para obtenção de renda própria.

Pela ótica neoliberal, logicamente, a diminuição desses entraves não passava pelo investimento em políticas que visam à diminuição da desigualdade no interior dos lares. Pelo contrário, os recursos para “sanar” a feminização da pobreza e a reprodução intergeracional dela canalizaram-se na escolha de ferramentas que reafirmam os papéis de gênero tradicionais, como veremos a seguir.

As mulheres nos programas de combate à pobreza

A consolidação da ideologia neoliberal, todavia, não se deu de forma simples e sem resistências. Para que ela se concretizasse, era necessário

que novas teorias e ideologias, agora incorporadas pelas premissas neo-liberais, fossem disseminadas pelo globo. Os teóricos e pensadores simpatizantes deste sistema foram os responsáveis por esta tarefa, que, há de se admitir, realizou-se com êxito e requinte. Uma nova forma de ver o mundo e as relações sociais passou então a ser construída, desde uma perspectiva individualista, fundada no *ter* em detrimento do *ser* e alicerçada na cultura da meritocracia.

Apesar de a questão ser mais ampla e poder ser observada em vários aspectos, nos deteremos aqui a refletir sobre a ressignificação do conceito de questão social e pobreza conduzida por alguns destes autores, a fim de resgatar, na história, as concepções que na década de 1990 foram retomadas e adotadas pelos organismos financeiros multilaterais.

Ao realizarem um *diagnóstico* dos países em desenvolvimento, estas instituições orientaram boa parte das políticas sociais na América Latina, prescrevendo a criação de programas focalizados e seletivos, como formas de superação da pobreza e da miséria.

Para explicar a mudança de paradigma erigida para tanto, Mauriel (2006) retoma o pensamento de Amartya Sen (2000) e analisa os argumentos utilizados para que tal campanha ideológica vingasse. Assim, ela argumenta que, juntamente com o redimensionamento do papel do Estado, houve uma inflexão tanto na forma de ver quanto na de tratar a pobreza. Segundo a autora, sob a lógica liberal, a pobreza “aparece como um conjunto de incapacidades individuais para levar a vida, e o indivíduo é entendido a partir de sua própria capacidade de ação” (MAURIEL, 2006, p. 62).

A pobreza, que até a década de 1980 era entendida em grande parte da América Latina como uma expressão da questão social, “associada a processos econômicos, sociais e políticos” (MAURIEL, 2006, p. 49), que deveria ser amenizada por medidas interventivas do Estado, individualiza-se. Passou, assim, a vigorar como um “conjunto de carências individuais” passíveis de serem sanadas com o desenvolvimento e potencialização das capacidades dos indivíduos. As características e carências individuais das pessoas são enaltecidas como as principais responsáveis pela condição em que estas se encontram, retirando da estrutura do capitalismo a responsabilidade pela determinação dos modos e condições de vida da população.

As políticas sociais, por esta via, deveriam então ter a função de introduzir os indivíduos neste padrão de vida, baseado no consumo. Distanciam-se portanto da noção de direitos universais e se encaminham para a perspectiva de intervir apenas sobre os mais pobres, para que estes se adequem e consigam se manter, sem o auxílio do Estado, na *nova* ordem societária. Com essa ressignificação, as políticas públicas transformaram-se em instrumento trivial “de compensação das desvantagens de capacidade, atuando caso a caso, grupo a grupo, onde a focalização funciona para tornar mais eficiente o uso dos recursos” (MAURIEL, 2008, p. 327).

Essa metamorfose na raiz do entendimento dos processos que levam os indivíduos às condições de pobreza e exclusão, consequentemente, modificou o direcionamento das intervenções do Estado nas refrações da questão social, pois “o foco analítico deslocou-se das estruturas para o indivíduo” (MAURIEL, 2006, p. 50). Novas categorias são criadas ou ressignificadas, como os conceitos de território e comunidade, inclusão e exclusão, empoderamento, desenvolvimento de capacidades, fortalecimento de vínculos familiares, solidariedade e responsabilidade social, dentre outros, com o objetivo de subsidiar e nutrir as políticas e programas sociais (MOTA, 2009).

É retirado do debate o conteúdo da economia política crítica, que explicava as contradições da relação capital/trabalho e, por conseguinte, interpretava que a pobreza só poderia ser diminuída por meio da redução das desigualdades sociais, com políticas públicas e investimentos do Estado na distribuição de recursos. A extinção absoluta da pobreza, por esta perspectiva, só seria passível em outra ordem societária, pois, sumariamente, compreendia-se que no capitalismo a lógica é a de que a pobreza aumenta na mesma proporção em que a riqueza se concentra. Logo, sua superação não depende de “vontades” ou “incentivos” individuais, mas sim da redistribuição igualitária daquilo que fora produzido coletivamente.

No que se refere à forma como as mulheres foram incorporadas às/pelas políticas criadas neste contexto, Anzorena (2013) argumenta que as orientações do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de outros organismos internacionais para as políticas públicas nos países em desenvolvimento se ampararam ideologicamente na junção de duas teorias: a teoria do capital humano (TCH) e a Nova Economia da Família (NEF).

O economista da Escola de Chicago, Theodore Schultz (1973), é quem irá produzir, na década de 1950/1960, a Teoria do Capital Humano. Esta teoria afirma que os indivíduos têm capacidades produtivas (ou seja, produtoras de valor econômico) que são *impulsionadas* ao receberem “investimentos” no decorrer de suas existências. O maior investimento que uma pessoa poderia receber, na visão de Schultz (1967), seria a educação. Além da formação pela educação, ele também enfatizava a importância da “saúde, a formação no posto de trabalho, a educação formal, a capacitação de adultos (formação profissional) e a migração para ajustar-se aos cambiantes oportunidades de trabalho” para o desenvolvimento do capital humano (ANZORENA, 2013, p. 80 – tradução nossa).

Essas medidas exercem um importante papel ideológico, uma vez que colocam os indivíduos como responsáveis tanto pelo seu próprio sucesso quanto pelo próprio fracasso, incutindo na consciência coletiva dos sujeitos a ideia de que cada um deve se qualificar para poder concorrer a um espaço no mercado de trabalho. Como se a escolaridade garantisse a livre escolha do sujeito da forma como quer se inserir no mercado de trabalho, e não as

exigências, imposições e condicionantes pautadas pelo próprio mercado e pelo conflito de classes.

A Nova Economia da Família, por sua vez, é “a expressão da teoria neoclássica para o estudo do comportamento da família” (ANZORENA, 2013, p. 82). Além disso, a família tomada como referência nessa perspectiva é a nuclear burguesa, com atribuições e funções delimitadas a partir das características de cada sexo. Para Gary Becker (1987), expoente deste pensamento, homens e mulheres, pela ótica do capital humano, optam por investirem em áreas diferentes justamente por ocuparem posições distintas – e *naturais* – no interior dessa família. Esse entendimento se vincula e é subsidiado pela aplicação, na esfera doméstica, da teoria das vantagens comparativas, que foi formulada no século XIX por David Ricardo.

No campo da economia, a teoria das vantagens comparativas é utilizada para explicar as vantagens e desvantagens dos países no comércio internacional, partindo do pressuposto de que cada país contribui de alguma maneira para o sistema comercial, a depender de suas características naturais e econômicas. Esta teoria foi retomada então por Becker (1987 apud ANZORENA, 2010, p. 727) para tentar explicar a desigualdade na distribuição das tarefas domésticas, ou, melhor dizendo: para naturalizar esta desigualdade. Nesta visão, como homens e mulheres possuem capacidades naturais distintas, constitutivas de cada sexo biológico, cada um deverá cooperar para a economia à sua maneira: os homens dando aquilo que lhes fora instituído pela natureza na esfera pública e a mulher cumprindo seu papel *inato* na esfera privada/doméstica, haja vista sua capacidade de procriação e cuidado.

Essas formulações foram incorporadas e utilizadas como forma de justificar os baixos salários que as mulheres recebiam e para encobrir o desemprego feminino. Ao alegar que as mulheres continham a possibilidade de gerar filhos, e, portanto, um dom natural que só pertencia a elas, a participação da mulher em outras esferas estava suprimida automaticamente. Já a responsabilidade do homem-pai na esfera dos cuidados era omitida. Ademais, por se tratarem de tarefas produtivas apenas para o trabalho doméstico, as atividades realizadas pelas mulheres não acumulavam capital humano suficiente para o mercado, até porque o “investimento seguro” a ser feito pelas mulheres é aquele que está vinculado às suas aptidões tradicionais como cuidadoras da casa e dos filhos (ANZORENA, 2013, p. 82).

A incorporação dessas teorias resulta em um entendimento de que as famílias compostas por homens e mulheres, vinculados pelo contrato de casamento e com filhos, são as mais eficientes ou “comparativamente avantajadas”, uma vez que um complementa perfeitamente o outro e assim o capital humano de cada um é utilizado e potencializado da melhor (e mais “natural”) maneira possível. Podemos deduzir disso que as famílias que não se encaixavam neste modelo sofriam “desvantagens”, isto é, estavam mais propensas a situações de pobreza e outras vulnerabilidades. Por esta razão é que para combater este cenário era necessário canalizar os programas

e ações nesta camada da população, principalmente naquelas famílias extremamente pobres compostas por mães e filhos, pois estas já estariam fadadas ao insucesso devido à condição feminina.

Hoje, sabemos que “é a discriminação sexista no mercado de trabalho que torna os domicílios chefiados por mulheres mais pobres que os outros domicílios” (LAVINAS, 1997, p. 181), e que a causa da maior pobreza são os menores salários e renda em comparação aos homens. Como afirma Lavinas (1997), não é a condição de pobreza ao ser enfrentada por mulheres que torna os domicílios chefiados por mulheres mais frágeis, mas o fato de o adulto responsável pelo grupo familiar ser discriminado sexualmente no mercado de trabalho por ser mulher.

Além disso, a realidade das famílias e da organização dos domicílios na atualidade encerram a consistência explicativa do modelo teórico encabeçado por Becker (1987 apud ANZORENA, 2010). No entanto, sua influência, no sentido ideológico e simbólico, continua determinando o desenho de políticas públicas na América Latina¹.

A teoria do capital social de Sen (2000), com seu enfoque nas capacidades dos indivíduos, e a teoria do capital humano de Schultz (1973), aliadas a uma compreensão de família restrita aos moldes tradicionais, conformaram o *script* dos programas que ganharam centralidade nos países da América Latina. No Brasil, essa centralidade, no entanto, ocorreu em detrimento da expansão de um sistema amplo de proteção social, ou, segundo as palavras de Mota (2009, p. 189 – grifos nossos), “a Assistência Social passa a assumir, para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção social, e não parte da política de proteção social”².

Apesar de Schultz (1983 apud ANZORENA, 2010) invocar a importância do acesso à saúde e à educação, a incorporação destas áreas não se deu na forma de melhorias e expansão dos serviços que envolvem a prevenção e promoção de saúde e/ou criação de creches, escolas, universidades. O caminho encontrado para diminuir os gastos com serviços sociais sem que a população sucumbisse a níveis ainda mais alarmantes de miséria foi a criação de Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) destinados às famílias que estavam abaixo da linha de pobreza.

Sob estas justificativas, o Estado de desonerava dos encargos que deveria prover, principalmente na área social, e assim dificultava cada vez mais o acesso das mulheres à cidadania real. Campos e Teixeira (2010, p. 22) assinalam que, para que a população aceda aos melhores e mais abrangentes benefícios de proteção social, dois pontos parecem ser cruciais: sua “posição no sistema sexo/gênero” e o tipo de vínculo que mantém no

¹ Para mais considerações, ver: Esquivel (2012).

² Para Di Giovanni (2008, p. 44), essa identificação entre proteção social e assistência social acontece pois o neoliberalismo, ao determinar que educação, habitação, saúde, emprego e renda são itens passíveis de serem comprados no mercado, fornece um constructo ideológico que leva os indivíduos a associarem a política de assistência social como o único meio de proteção social.

mercado de trabalho. É neste sentido que entendemos aqui que as mulheres, justamente por ocuparem a posição subalterna na hierarquia dos gêneros e, conseqüentemente, a mais precária no mundo do trabalho (remunerado ou não), foram as mais prejudicadas com a sobrecarga que passa a ter a família a partir do novo ordenamento das políticas sociais.

Sem o Estado como meio de prover bem-estar – seja por meio de serviços de acolhimento, de saúde, de educação ou de benefícios monetários – para crianças, idosos e/ou doentes, as mulheres se veem mais uma vez desprotegidas e presas a funções e papéis tradicionais. Além disso, essas funções foram utilizadas e reafirmadas por muitos países da América Latina quando estes começam a implantar seus PTCR.

A maioria dos PTCR orienta que as mulheres-mães devam ser as beneficiárias titulares dos programas. Além de serem as mulheres a maioria da população pobre mundial, elas também são responsabilizadas por serem as mães dos futuros pobres. Essas crianças necessitam, portanto, de subsídios para que possam desenvolver suas capacidades e assim romper com a pobreza.

A opção pelas mulheres-mães é justificada pela ideia de que elas “gerem” melhor os recursos da casa e que são as responsáveis pelo cuidado com os filhos. Portanto, se o benefício for destinado a elas, o dinheiro será investido em objetos, vantagens e melhorias para a casa e para os filhos. Por isso, entende-se que os PTCR se edificam a partir do modelo de família tradicional, e por essa razão instauram-se sobre as famílias que são atendidas com um “espírito de família” correspondente a apenas *um* tipo idealizado de família, uma construção social naturalizada, mas que não condiz com a realidade das famílias contemporâneas.

A partir de suas análises sobre programas de transferência monetária na Argentina, Anzorena (2015, p. 109 – tradução nossa) assevera que “essas medidas, longe de desfazer a identificação mulher = mãe = família, pilar fundamental das relações heteropatriarcais e capitalistas, a promovem, porque entendem que as mulheres são antes de tudo mães e seu principal interesse são seus filhos”. Essa instrumentalização do trabalho não pago realizado pelas mulheres e uma homogeneização das formas e funções familiares tem sido apontada por autoras que discutem os PTCR no Brasil, como Mariano e Carloto (2011), Carloto (2012), Teixeira (2012) e Pereira (2006).

Considerações finais

No século XIX, as políticas sociais nascentes representaram um reconhecimento, por parte do Estado e dos cidadãos naquele momento, de que nenhuma pessoa consegue ser autossuficiente em todas as fases da vida. Entender que, em cada ciclo e momento de vida, dependeremos em

maior ou menor grau de outrem, de maneiras distintas em cada fase – ou até muito parecidas, quando pensamos no tratamento que necessitam os idosos doentes e nos cuidados que necessitam os bebês –, nos coloca em um patamar de compreensão mais amplo sobre as políticas que afetam as famílias. Além disso, nos possibilita requerer do Estado a provisão de equipamentos, serviços e benefícios públicos específicos para as diversas necessidades que acometem os cidadãos ao longo de suas vidas. Podemos dizer que até os dias atuais a proteção social ainda é sustentada na tríade Estado, mercado e família. O peso em cada um dos pilares dessa tríade vai mudar conforme o país e conforme a história e a conjuntura.

Os direitos sociais nos sistemas de proteção social continuam sendo direitos do trabalho, pois, de um lado, estão ligados a um estatuto de trabalho remunerado passado, presente ou até futuro, como no caso dos programas voltados à inserção dos jovens no mercado de trabalho. De outro lado, os direitos sociais, quando são desvinculados da relação de trabalho, configuram-se na maior parte como direitos mais precários, discricionais, de tempo limitado, condicionais. Isso vale tanto para o direito a uma renda mínima quanto para os serviços sociais prestados às pessoas.

Com o desenvolvimento de medidas neoliberais, a partir da década de 1970 acirra-se a perspectiva familista nos modelos de proteção social na América Latina, e dentro desta destaca-se o Brasil. Neste contexto de cortes de gastos em relação aos serviços públicos que garantam direitos sociais, muitos trabalhos de assistência, particularmente os relacionados às crianças, idosos e doentes, são delegados às famílias e, dentro destas, às mulheres. Há um fortalecimento de um modelo econômico no qual o papel do Estado perde protagonismo na garantia de direitos sociais e o mercado ganha força como pilar privilegiado na tríade Estado-família-mercado. Mantém-se a orientação familista, com o regime não absorvendo as responsabilidades familiares e delegando às mulheres um papel ativo e protagonista na garantia dos cuidados intrafamiliares. Assim, sobrecarrega-as com uma jornada extensa (trabalho pago e não pago) e penaliza-as com a falta de serviços públicos de socialização das tarefas “tradicionalmente familiares” como possibilidade de diminuição das desigualdades sociais e dos encargos das famílias e, portanto, de aquisição de autonomia.

Referências

ANZORENA, C. Mujeres: destinatarias privilegiadas de los planes sociales de inicios del siglo XXI – Reflexiones desde una perspectiva crítica de gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, set./dez. 2010.

_____. *Mujeres en la trama del Estado: una lectura feminista de las políticas públicas*. Mendoza: Ediunc, 2013.

_____. ¿Qué implica la protección social para las mujeres? Un análisis feminista de las políticas sociales y de igualdad en Argentina. *Oxímora: Revista Internacional de Ética e Política*, Barcelona, n. 7, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/fUVifa>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BECKER, G. *Tratado sobre la familia*. Madrid: Alianza, 1987.

BEVERIDGE, W. *Social Insurance and Allied Services*. London: His Majesty's Stationery Office, 1942.

CAMPOS, M. S. O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz? In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Família: dificuldades na sua configuração como objeto de estudo científico e de prática profissional. In: TEIXEIRA, S. M. (Org.). *Política de assistência social e temas correlatos*. Campinas: Papel Social, 2016.

CAMPOS, M. S.; TEIXEIRA, S. M. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/Lrm7zE>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CARLOTO, C. M. Condicionais nos programas de transferência de renda e autonomia das mulheres. *Pelotas: Sociedade em Debate*, v. 18, n. 2, jul./dez. 2012.

DI GIOVANNI, G. Políticas públicas e trabalho social: polêmicas em debate. In: CARBAJAL, C.; ARREGUI, D. N. B. (Org.). *Metodologias do trabalho social*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008.

ESQUIVEL, V. (Ed.). La economía feminista desde América Latina: una hoja de ruta sobre los debates actuales en la región. *ONU-MUJERES*, Santo Domingo, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/jwVOpB>>. Acesso em: 20 mar. 2018

FRAISSE, G. *Los dos gobiernos: la familia y la ciudad*. Madrid: Cátedra/Instituto de la Mujer, 2003.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

LAVINAS, L. Gênero, cidadania e políticas urbanas. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JÚNIOR, O. A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza no Programa Bolsa Família. In: BONETTI, A.; ABREU, M. A. *Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil*. Brasília: Ipea, 2011.

MAURIEL, A. P. O. Combate à pobreza na América Latina: impasses teóricos e ideológicos na construção da política social contemporânea. *Revista Ser Social*, Brasília, n. 18, jan./jun. 2006.

_____. *Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade*. 2008. 351 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2008.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. (org.). *O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2009. 3. Ed.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Mulheres no trabalho: tendências 2016*. Genebra: OIT, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/okwShd>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

PATEMAN, C. The patriarchal welfare state: woman and democracy. In: GUTMANN, A. *Democracy and the welfare state*. Princeton: Princeton University Press, 1988. Disponível em: <<https://goo.gl/amAKTR>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: MIONE, A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2006.

SARACENO, C. A dependência construída e a interdependência negada. In: BONACCHI, G.; GROPPPI, A. (Org.). *O dilema da cidadania*. São Paulo: Unesp, 1995.

_____. *Sociologia da família*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1997.

SCHULTZ, T. W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. *O Capital Humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TEIXEIRA, S. M. Sistemas de proteção social pós-reformas: desmonte ou adaptação? *Revista Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 18, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/y6vpGb>>. Acesso em: 1 maio 2017.

THERBORN, G. *Sexo e poder*: a família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

DOI: 10.12957/rep.2018.39407

Recebido em 18 de junho de 2018.

Aprovado para publicação em 30 de julho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A produção de cuidados na família e as políticas para o envelhecimento

The production of family care and policies for aging

Maria Helena de Jesus Bernardo*

Resumo – A proposta de aprofundar as reflexões críticas em torno do envelhecimento populacional e o impacto dos cuidados no universo das famílias instigou a problematização dos dispositivos de proteção social dirigidos ao segmento idoso. Nessa direção, o artigo discorre sobre os cuidados domiciliares, na lógica do trabalho reprodutivo, mediante a configuração familista das políticas sociais brasileiras e dos paradigmas hegemônicos nas áreas da geriatria e gerontologia. A principal ênfase desse estudo repousa sobre a naturalização da responsabilização familiar no cenário contemporâneo de aumento da população idosa com maiores probabilidades de perdas funcionais, aliado às mudanças socioeconômicas e aos novos arranjos familiares. Reafirma-se o quanto é elementar lançar luz sobre essas questões, contribuindo para que assumam maior transparência em momento histórico tão nebuloso. Além disso, situam-se as demandas de cuidados impostas às famílias da classe trabalhadora como um desafio a ser enfrentado por políticas efetivamente públicas.

Palavras-chave: envelhecimento; cuidado; família; políticas sociais.

Abstract – The proposal to deepen the critical reflections about the aging population and the impact of caregiving in the universe of families instigated the problematization of the social protection devices directed to the elderly segment. In this sense, this article deals with home care in the logic of reproductive work, through the familistic configuration of Brazilian social policies and hegemonic paradigms in the areas of geriatrics and gerontology. The main emphasis of this study rests on the naturalization of family responsibility in the contemporary scenario of an increasingly older population with greater probabilities of functional losses along with socioeconomic changes and new family arrangements. It reaffirms how fundamental it is to shed light on these issues, helping to ensure greater transparency in such a nebulous historical moment. In addition, it places the demands of care imposed on working-class families as a challenge to be faced by effectively public policies.

Keywords: aging; caregiving; family; social policies.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da FSS/UERJ. Assistente Social do Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI/UnATI - HUPE/UERJ). Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *Correspondência:* Rua 8 de dezembro, n. 375, apt. 303, Vila Isabel, Rio de Janeiro - RJ. CEP: 20550-200. Email: <helenabernardo@uol.com.br>.

Introdução

O texto ora apresentado é resultante de pesquisa, em andamento, realizada no doutorado. Visa traçar um panorama sobre a temática dos cuidados familiares na sua interface com o envelhecimento populacional, analisando o cenário social, político e econômico que aciona a família como arcabouço central na provisão de cuidados. Discorreremos sobre a inclinação familista na política social voltada ao segmento idoso, os cuidados domiciliares na divisão sexual do trabalho, a perspectiva do *care* e um painel sobre as proposições na área.

O estudo circunscreve o debate no âmbito das produções elaboradas pelo campo geriátrico/gerontológico¹, identificando suas premissas e os determinantes que conformam o envelhecimento como uma questão da esfera privada. Partimos de um de nossos pressupostos de pesquisa, de que o referido campo, apesar da intenção interdisciplinar, mantém a primazia do referencial biomédico (BARBIERI, 2014). O enunciado produzido sobre a velhice, a despeito de sua maior evidência social e política, secundariza a dimensão de classe social, reforçando a individualização dos cuidados e a banalização dos encargos familiares (BERNARDO, 2017).

Destacamos a ideia de velhice bem-sucedida, saudável e ativa que predomina nos tratados internacionais, influencia as legislações e ingressa nos países periféricos como um modelo a ser alcançado, encobrendo a velhice da classe trabalhadora, dependente, doente e invisível. Teorias e práticas se multiplicam, adotando duas grandes diretivas: transferência para a sociedade das responsabilidades pelas mazelas sociais, por meio do convite à solidariedade; e particularização de tais responsabilidades, compreendendo-as como decorrências danosas de uma sociedade desigual, as quais devem ser enfrentadas pela valorização dos atributos pessoais.

Enfatizamos o quanto as desigualdades de classe social são elementos centrais para a devida apreciação das condições atuais dos cuidados domiciliares, em uma sociedade que impõe constrangimentos ao exercício da democracia plena, instituindo obstáculos à promoção das liberdades humanas. Tal sociabilidade certamente afeta a constituição dos sujeitos em processo de envelhecimento e a formulação de discursos sobre a velhice, refletindo, por sua vez, as contradições sociais estruturadoras da sociedade capitalista (BEAUVOIR, 1990; HADDAD, 2017; TEIXEIRA, 2008).

Depreendemos que o esmaecimento de classe incluso nas formulações geriátricas/gerontológicas se transforma em potente recurso para mascarar as vicissitudes das experiências do velho trabalhador, em particular da velhice dependente, com graves repercussões no universo da proteção social (TEIXEIRA, 2008).

¹ Geriatria – especialidade médica; Gerontologia – campo de estudo interdisciplinar sobre envelhecimento.

No Brasil, o tripé da seguridade social conquistado na Constituição Federal (CF) de 1988 reafirma os direitos sociais e desloca a concepção das políticas sociais do viés assistencialista para a ótica da cidadania. Não obstante os avanços previstos na Constituição, os anos de 1990 foram marcados pelo advento do neoliberalismo, redimensionando os direitos já consagrados. As “reformas” neoliberais preconizam, dentre outras ações, a redução dos gastos sociais por parte do Estado na oferta de políticas públicas, redirecionando suas ações para setores vulneráveis. O reordenamento do capital e a assunção dos encargos sociais por parte dos indivíduos estabelecem um novo modelo de regulação social com favorecimento dos setores financeiros e restrição das ações estatais junto à reprodução social. Os direitos previstos na seguridade social passam a ser orientados pela focalização, aderindo às recomendações dos organismos internacionais com crescente privatização e incisiva intimação à sociedade civil e às famílias (BEHRING, 2008).

Na sequência, Debert (2014) alerta que o tema dos cuidados ganha proeminência pelo atravessamento de duas mensagens. A primeira é a qualificação da velhice como um problema devido ao seu crescimento demográfico – que pleiteia investimentos em ações públicas e, simultaneamente, corrobora argumentos para as contrarreformas do Estado, particularmente da Previdência Social. A segunda se refere às dificuldades provenientes das mudanças familiares – quando não conseguem mais absorver tão prontamente a função de cuidados. De acordo com a autora, a legislação propaga um “intrincado paradoxo” (DEBERT, 2014, p. 45): não assegura plenamente os direitos e realça o papel tradicional da família.

1. Família e políticas sociais

1.1 A centralidade da família na legislação

O panorama da legislação direcionada aos idosos propõe ações intersetoriais e em diferentes níveis de atenção. Especialmente após a promulgação da Política Nacional do Idoso (PNI), em 1994, e do decreto de 1996, constata-se avanços em termos assistenciais com maior notabilidade para a questão do idoso na sociedade (BRASIL, 1994). A desconstrução da velhice associada à incapacidade é outra característica presente nas regulamentações seguintes, como o Estatuto do Idoso, em 2003, e a Política de Saúde do Idoso (1999) (BRASIL, 2004, 1999), revisada em 2006 pela Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) (BRASIL, 2006).

Para Groisman (2015), a PNI e o Estatuto apontam intenções protetivas, principalmente quando se referem aos cuidados domiciliares, em detrimento do institucional, e ao fenômeno da violência como passível de prevenção, punição e controle. Já as políticas de saúde (BRASIL, 1999, 2006) explicitam preocupações com a assistência ampliada aos idosos ativos e

dependentes. Para esse último grupo, a PNSPI projeta ações de reabilitação, cuidados paliativos e atenção domiciliar.

Em que pese a relevância da atenção da sociedade às necessidades dos mais velhos, a crítica que aqui se impõe, além do ocultamento das contradições da velhice do trabalhador, é quanto à ênfase na responsabilidade familiar, em contexto de significativa debilidade das políticas públicas e de mudanças estruturais nas condições de vida e de trabalho da população.

Com efeito, o conjunto de leis delineia um ambiente de disputas por garantia de direitos, como, da mesma forma, exprime as lutas em torno de projetos societários distintos. Como lembra Behring (2008), é apropriado levar em conta também a antecipação da política às questões emergentes e latentes. No caso da velhice, o desenlace aos alarmantes indicadores demográficos coloca-a como ameaça aos sistemas de seguridade social, exibindo-se como artimanha histórica de nossas políticas sociais de antecipação e cooptação de uma demanda, transformando-a em possíveis soluções às necessidades da população².

Como é possível verificar, a legislação atual da área do envelhecimento, seguindo o texto da própria carta constitucional em seus artigos 229 e 230, atribui proeminência à família, acionando-a como primeira instância para salvaguardar os direitos básicos do idoso (BRASIL, 1988). Podemos inferir que se evidencia, nesse caso, uma estratégia de privilegiar os espaços familiares e comunitários, em oposição à institucionalização tão predominante e criticada na assistência para os idosos no Brasil. Outrossim, diversos estudos atestam a importância dos laços familiares e vínculos afetivos para a saúde em seu sentido mais amplo. Ao priorizar o meio comunitário, busca-se preservar relações, histórias e, obviamente, promover saúde e prevenir riscos de hospitalização, asilamento e outros tipos de isolamento social.

Não devemos, entretanto, desconsiderar os interesses políticos e econômicos que permeiam tais discussões, muito menos as ambiguidades presentes na legislação. Se, por um lado, a defesa da convivência familiar indica a tentativa de fortalecimento das redes protetivas primárias; por outro, impõe uma armadilha às famílias diante das lacunas institucionais das políticas brasileiras e das diferentes composições familiares. Em concordância com Alencar (2009, p. 64), a família tem potencial para a proteção de seus membros, pois reiteradamente assumiu esse lugar de “anteparo social”. Contudo, não é pertinente tratá-la como uma órbita exclusivamente privada, despolitizando o quadro das determinações macrosociedade.

Segundo Pereira (2009), a chamada centralidade familiar remonta à crise do Estado de Bem-Estar Social no final nos anos 1970 nos países capitalistas centrais, e, no Brasil, com início nos anos 1990. A crise capitalista é caracterizada pelo arrefecimento do crescimento econômico, desequilíbrio fiscal e perda da legitimidade das políticas sociais, com drásticas repercussões

² Sobre o discurso ideológico do envelhecimento e sua apropriação pelo capital, ver Santos Neto (2013).

nas forças produtivas e na relação do Estado com a sociedade. Ou seja, com o recuo do Estado como principal protagonista na proteção social, novos atores ganharam notoriedade, tais como: o mercado, alçado à condição de regulador da vida social, econômica e política; e a família, convocada para o provimento de bens e serviços. Passa a prevalecer o dever familiar para atender às situações de insuficiência individual; as ações solidárias pelas redes comunitárias, filantrópicas e religiosas; o mercado para quem pode pagar e o Estado como intermediador nas condições extremas.

A expressão familismo ou grau de familiarização designa a organização da política pública com participação ampla da família na provisão das necessidades sociais em contrapartida à redução do papel do Estado (SPING ANDERSEN, 1991). No Brasil, a participação da família na proteção social sempre foi tensionada por princípios altruístas e voluntaristas. De forma mais ou menos acentuada, o Estado continuamente exigiu das famílias recursos de autoproteção, intensificado nos anos de 1990, cujo cenário oferecia contornos ainda mais restritivos à concepção de seguridade social (PEREIRA, 2009).

Na contemporaneidade, Santos (2017) assevera que o familismo não se revela apenas como uma propensão, mas como fundamento das políticas sociais no Estado capitalista. O autor nomeia esse padrão como “circuito familista” (SANTOS, 2017, p.13), no qual há uma complexa relação entre o Estado e a família na delegação de obrigações sociais, transitando por três níveis: transferência, compartilhamento e omissão. Tais variantes se sobrepõem e se metamorfoseiam nos discursos e práticas, convertendo-se em manobras operadas pelo Estado na gestão das políticas.

Para Pereira (2009), o formato familista presente na política social exaure o sentido de direito propagado pelas lutas sociais, flexibilizando as fronteiras entre o público e o privado. Revigora valores como predisposição feminina para os cuidados, sacrifícios, engajamento altruísta, etc., ofuscando as variações familiares e destituindo-as de contradições. Miotto (2009) corrobora que a centralidade da família nas políticas anula a pluralidade de experiências familiares, acirrando as desigualdades culturais e de gênero.

Para darmos continuidade ao debate sobre o lugar da família (e no interior dela, a mulher) na execução dos cuidados, convém situá-la na relação com a produção e reprodução social.

1.2 A dissociação entre as esferas da produção e reprodução social

Diversos autores, ao examinarem a associação trabalho/vida familiar, partem da hipótese de que há um conflito entre tais dimensões. Este se manifesta, sobretudo, pela divisão social e sexual do trabalho, que separa esses campos e ratifica as diferenças de gênero (HIRATA, 2001; GAMA, 2012).

Partindo da concepção ontológica de trabalho como fundante do ser social e eixo estruturador da sociabilidade humana (MARX, 2008), confirma-se que o homem, por intermédio do trabalho, gera modificações na natureza e em si próprio. Ao produzir respostas às suas necessidades, efetua, ao mesmo tempo, transformações no universo da cultura, das subjetividades e das relações sociais.

Para Iamamoto (2010, p. 40), é seminal o entendimento de que a produção das condições materiais de vida é inseparável das “formas sociais pela qual se realiza”, sob o risco de reificá-las. Consequentemente, a reprodução não se reduz à dimensão material, muito menos à simples renovação da energia vital, mas, essencialmente, às formas ideológicas de consciência social e determinados modos de vida. A autora observa a necessidade de “considerar o processo de reprodução no seu vir a ser” (IAMAMOTO, 2010, p. 49), uma dinâmica complexa em realização e densa de contradições. A reprodução não consiste na repetição automática de um dado sistema produtivo, e sim na ampliação, modificação, continuidades e rupturas de práticas sociais, envolvendo tanto a produção quanto as relações sociais instituídas. Restringir a produção ao “chão de fábrica” e a reprodução ao consumo não somente fragmenta esses níveis, como esvazia de historicidade e limita a análise do trabalho à sua face concreta, sem atentar para o seu caráter abstrato e para a formação do valor. Destarte, a produção individual (trabalho concreto) é cada vez mais diluída e dependente da produção social ou do trabalho abstrato.

O capitalismo comporta variações no feitiço como o trabalho é apropriado e provoca, concomitantemente, mudanças nos padrões de reprodução social e biológica. Na produção, o trabalho é mediado pelo valor expresso na forma mercantil e permeado por interesses de classes. Na reprodução, há rebatimentos diretos na divisão sexual do trabalho, na “invisibilidade” do trabalho feminino e na própria “função/natureza” das famílias (HIRATA; KERGOAT, 2007). Estas passam a funcionar não mais como unidades de produção, tornando-se unidades de consumo e desencadeando uma desvalorização da esfera reprodutiva. Tal tendência, delineada no bojo do desenvolvimento capitalista nos séculos XVIII e XIX, estabelece uma nova organização de família (nuclear burguesa), que assume a incumbência pela reprodução social, incorporando claramente função econômica. Sem embargo, esse modelo, largamente difundido no Estado de Bem-Estar Social, entra em declínio com as flutuações cíclicas na economia capitalista e a entrada maciça da mulher no circuito da produção (MARCONDES, 2012).

A alienação do trabalho coisifica as relações, contraindo aparência a-histórica, e a divisão do trabalho parece ganhar ares de naturalidade. Essa distinção, datada historicamente entre a família e o trabalho, fornece pistas para a compreensão da depreciação do trabalho familiar e doméstico, bem como da divisão do trabalho entre homens e mulheres. Para Hirata e Kergoat (2007), esse raciocínio atende a dois princípios organizativos: o da separação,

no qual veicula-se a concepção de que o trabalho masculino é diferente do trabalho feminino, e o da hierarquização, que atribui valores diferentes aos respectivos trabalhos.

É oportuno dizer que a trajetória do assalariamento feminino é marcada por contradições. Embora o ingresso das mulheres no mundo produtivo poderia gerar a emancipação feminina, revelou-se como desigualdades entre os trabalhos feminino e masculino (ANTUNES, 2006). Ademais, não houve trânsito de maior participação masculina no ambiente doméstico, tampouco do Estado, na oferta de bens e serviços (MARCONDES, 2012).

Com a reestruturação produtiva e o aumento dos recursos de terceirização das atividades domésticas, flexibilização e precarização do trabalho, surgem propostas de conciliação entre a vida familiar e o trabalho, pautadas na ênfase das obrigações femininas (GAMA, 2012). Essa orientação vem se tornando uma política na Europa (após a cúpula de Luxemburgo, em 1997), qualificada por Hirata e Kergoat (2007, p. 603) como uma política sexuada consagrando “o *status quo* segundo o qual os homens e mulheres não são iguais perante o trabalho”. Porém, essa não é a única tendência certificada em termos de recomendações políticas. Há ainda a perspectiva mais tradicional, que apoia funções e papéis distintos entre o homem e a mulher, e o modelo de delegação, que terceiriza tais atividades para outras mulheres em um ciclo consecutivo.

Por certo, é impreterível que a análise sobre o trabalho avance das suas dimensões constitutivas para o aprofundamento das implicações sociais e as determinações históricas do trabalho doméstico e dos cuidados na sociedade capitalista. Isto posto, podemos definir genericamente o trabalho familiar como o conjunto de atividades fora da produção, mas necessárias à reprodução social do trabalho, a saber, alimentação, vestuário, higiene, etc. (SARACENO, 1992). Para a autora, o trabalho familiar é atividade localizada no espaço da vida doméstica, desempenhada, em geral, pelas mulheres gratuitamente, englobando tanto as atividades rotineiras de uma casa como os cuidados diretamente voltados às pessoas.

Pensando na lógica do processo de trabalho, a atividade doméstica ou de cuidados requer atuação sobre determinado objeto e aprimoramento de habilidades e conhecimentos específicos. A atividade não remunerada cria valor de uso; todavia, não se insere na órbita do mercado, em razão de não haver produção de valores de troca. Participa do circuito de valor ao localizar-se na reprodução da força de trabalho e, por conseguinte, da produtividade, mascarando despesas sociais não absorvidas pelo capital e pelo Estado. Como lembrado por Alencar (2009), a família e a mulher cumprem esse papel, arcando com os custos privados de reprodução.

Portanto, à medida que o debate sobre os cuidados (ou *care*) se acirra em torno da percepção dessa atividade como trabalho, ativam-se os questionamentos sobre o seu traço voluntário, gratuito, e a circunscrição ao

universo feminino (HIRATA; KERGOAT, 2007). A partir da próxima seção, problematizaremos o cuidado domiciliar sem remuneração efetivado no interior das famílias e destinado às pessoas idosas com graus variados de dependência.

2. Cuidados e envelhecimento

2.1 A perspectiva do *care* – o cuidado como trabalho

Segundo Hirata (2010), *care* é um termo polissêmico e de difícil tradução. Aproxima-se, em linhas gerais, da ideia de “cuidado, solicitude, preocupação com outro, atenção às necessidades” (HIRATA, 2010, p. 56). Consoante a autora, não cabe recorrer a uma definição agregadora de todos os sentidos empregados ao termo, pois, além da diversidade teórica, comporta dimensões distintas, requisitando cautela no emprego da noção para não diluí-la nas diferentes expressões nem encarcerá-la em um conceito generalista. Diante disso, esclarecemos que usamos a expressão cuidado associando-o ao significado de *care* atribuído pela autora.

Hirata (2010), semelhante a Saraceno (1992), utiliza a definição de trabalho doméstico e de cuidados para designar as atividades cotidianas exercidas na casa ou fora dela, abrangendo uma dinâmica de cuidados com segmentos populacionais (criança, idoso, pessoa dependente, etc.). Retrata uma das faces do trabalho precário e mal remunerado.

Inicialmente, as produções e pesquisas exploravam a temática de cuidados com as crianças e adolescentes e, mais recentemente, com pessoas idosas, dada a maior expectativa de vida populacional. Por esse motivo, as discussões se avolumaram nos campos da geriatria/gerontologia, enfermagem, saúde pública e, somente no final do século passado, nas ciências sociais e nas ciências sociais aplicadas. As teorias do *care* se expandiram na Inglaterra e nos EUA desde os anos 1980; na França, no decorrer dos anos 1990 e, no Brasil e na América Latina, nos anos 2000.

Para Küchemann (2012), o cuidado é uma questão central na vida humana. Implica dedicação, zelo e compromisso, significando uma relação de si com o outro, disponibilidade e desejo. Por ter se complexificado em virtude dos quadros de dependência no envelhecimento, o cuidado requer habilidades específicas e não pode ser movido unicamente por questões humanitárias. Por outra via interpretativa, Tronto (1997) frisa as questões éticas do cuidado, visto que o ato de cuidar não se resume ao fardo ou à sobrecarga, dada a importância subjetiva para quem o realiza. Outro aspecto a ser observado é que o cuidado presume confiança e comprometimento com o outro – o qual nem sempre tem condições de assumir autonomamente as decisões. Isto é, o cuidado também revela relações assimétricas, de autoridade e poder (GROISMAN, 2015).

Compreendemos o cuidado como uma experiência relativa à produção de serviços e pode (ou não) pressupor a existência de sentimentos e laços de afeição. Há, em vista disso, uma natureza dual no conceito: expressa relações pessoais e subjetivas, assim como relações de trabalho.

Hirata (2010), respaldada na reflexão acima, chama a atenção para o necessário aprofundamento sobre o trabalho doméstico e de cuidados com remuneração pelas suas particularidades no que tange à regulamentação, às atividades e ao reconhecimento social. Com base em dados do IBGE (PNAD, 2009), a autora percebe que os trabalhadores formais de cuidado, mesmo sem estatuto legal específico, integram uma arena de disputas entre profissionais de enfermagem nos diferentes níveis de formação e são propensos a terem maior escolaridade, remuneração e status do que os trabalhadores domésticos propriamente ditos. Além disso, refere fluidez nas fronteiras entre uma atividade e outra, obscurecendo as diferentes formas de trabalho.

Embora não seja nosso foco de estudo³, citamos as conclusões da autora, pois concordamos que o reconhecimento da atividade de cuidados como profissão suscita a sua valorização como trabalho familiar. Melhor dizendo, a certificação de tal atividade como trabalho impulsiona argumentos a favor da regulamentação dos direitos nos diferentes desdobramentos do trabalho reprodutivo.

2.2 O panorama dos cuidados na área do envelhecimento

Groisman (2015), em revisão bibliográfica sobre as produções acerca da temática, identifica que, em um primeiro momento, há a preocupação com a capacitação de cuidadores, com forte influência da PNI (1994/96), que previa qualificação para a área. Com isso, ocorre a criação de experiências pioneiras de cursos voltados especificamente para esse segmento no decorrer da década de 1990. A referida década é grifada por outro acontecimento, como a denúncia sobre a condição degradante dos idosos internados na Clínica Santa Genoveva, culminando na alta mortalidade de idosos e no seu fechamento em 1996. A primeira geração de estudos concentrou suas produções sobre a temática da sobrecarga e do estresse do cuidador. Em contraste, a segunda geração compôs o debate na agenda pública, emitindo documentos com sustentação teórica na geriatria e gerontologia para instrução dos cuidadores.

Afora as controvérsias sobre o reconhecimento da profissão de cuidador, que está longe de se esgotar, há ainda os impasses experienciados pelas famílias ao não poderem arcar os custos da contratação de um profissional. Apesar dos cuidados com idosos estarem cada vez mais mercantilizados, no Brasil, essa realidade é acessível a poucos, e não às classes trabalhadoras em geral.

³ Para mais detalhes sobre a formação do cuidador, ver pesquisa de Groisman (2015).

Mendes (1998) destaca que, em geral, a definição do cuidador principal na dinâmica familiar segue algumas regras, a saber: o vínculo de parentesco, principalmente o cônjuge e depois os filhos; o gênero, com predominância da mulher; a proximidade física e a existência de laços afetivos.

No tocante ao caráter afetivo que envolve os cuidados, a responsabilização das famílias pode dissimular eventuais conflitos intergeracionais ao idealizar modelos familiares pautados na pretensa felicidade e harmonia (MIOTO, 2009). Para Groisman (2015, p. 76), a intimação da “reciprocidade intergeracional” – outra expressão do familismo – reforça a solidariedade familiar diante da obrigação dos filhos em retribuir os cuidados prestados pelos pais. A indisponibilidade afetiva para os cuidados tem sido um dos grandes transtornos expressos pelos familiares nos espaços de atenção à saúde (BERNARDO, 2016). Usualmente, o cuidador não escolhe autonomamente esse lugar. Costuma ser eleito por características de cada organização familiar, sendo a proximidade afetiva um dos últimos critérios para a definição do cuidador principal, como dito anteriormente (MENDES, 1998).

A participação nessa atividade, ao longo da vida, impõe sérias restrições no âmbito dos direitos. Filhas adultas jovens, frequentemente, são impelidas a tomarem decisões e escolhas difíceis entre a sua trajetória profissional/pessoal e os cuidados domiciliares. As mulheres cuidadoras não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho, gerando dependência financeira e instabilidade diante de um futuro sem a garantia da proteção social, abreviando ainda mais as chances de retaguarda via trabalho assalariado.

Tais dados são absolutamente relevantes quando verificamos os diversos arranjos familiares, com redução de filhos, famílias monoparentais e participação das mulheres no mercado do trabalho. A naturalização do lugar da família nos cuidados replica a concepção tradicional de família, invalidando as suas transformações internas e externas. Fortalece um discurso retrógrado em relação aos direitos, singularmente os direitos da mulher.

Para Groisman (2015, p. 14), dentre as demandas do processo de envelhecimento populacional, tem-se a problemática dos cuidados, exigindo políticas efetivamente públicas, de modo a “garantir condições dignas de vida e bem-estar para as pessoas que necessitam de auxílios no seu cotidiano, bem como para seus cuidadores”. Ressalta que o cenário atual aponta para uma “crise dos cuidados”, tanto institucional quanto familiar. Uma crise que emerge em uma conjuntura de profundas contradições das políticas públicas brasileiras, cujo enfrentamento exige retomar pontos essenciais na agenda de mobilização social dos diferentes segmentos e setores da sociedade; dentre eles, o lugar do Estado na provisão do bem-estar.

Cumprе acrescentar que há fartos documentos que exploram conceitualmente o impacto das doenças crônicas na vida dos idosos, sobretudo a capacidade de autonomia e necessidades de cuidados. As proposições

sobre envelhecimento ativo (manter-se produtivo e ativo por mais tempo) e de capacidade funcional (habilidades para fazer atividades cotidianas), em que a saúde não é mais medida pela presença de enfermidade e sim pela capacidade de exercer suas funções vitais, surgem como candidatos a novos paradigmas na área por tentar reverter a antiga associação entre velhice e doença (GROISMAN, 2015). Ambos os conceitos são correlatos à ideia da prevenção de perdas no envelhecimento ou demarcação de zonas de risco e vulnerabilidades (VERAS; CALDAS; CORDEIRO, 2013). A despeito do mérito desses ensaios, outras análises relativizam o corte preventivo, elucidando a intenção que subjaz às práticas sociais de redução dos riscos e normatização da vida social (AROUCA, 2003).

Como desdobramento dessa racionalidade, tem-se uma série de instrumentos rastreadores de déficits e orientadores de atuação profissional. Os objetivos centram-se na mensuração dos níveis de comprometimento, prevenção das perdas funcionais, seu restabelecimento ou cuidados paliativos. A ideia central é abarcar o bloco de capacidades – cognitivas, motoras, funcionais, sociais, psicológicas – e escalonar as perdas. Valores numéricos são atribuídos e servem de parâmetros para pesquisas e condutas interprofissionais. A abrangência das escalas é tão vasta que buscam estimar suporte familiar “deficitário”, trivializando essa função e incorporando-a no rol das síndromes geriátricas, chamando-a de insuficiência familiar.

É propício lembrar que a geriatria/gerontologia tende a reduzir a discussão dos cuidados de idosos à sua variável simbólica, sem levar em conta o significado material presente na divisão sexual do trabalho, sobressaindo fatores como sobrecarga do cuidador na sua dimensão subjetiva e legitimando o recorte de gênero (BERNARDO, 2017).

Por esse prisma, parece notória a correspondência entre o paradigma contemporâneo do campo geriátrico/gerontológico às propostas de contrarreforma do Estado, singularmente nas composições previstas para o sistema de proteção social, sancionando a cultura privacionista no trato das expressões da “questão social” e os ditames das políticas neoliberais e familistas (TEIXEIRA, 2008; BERNARDO, 2017). Acentuamos a importância de maior investimento, por parte de pesquisadores da área e outros domínios, no sentido de desconstruir e desvelar as complexas contradições que marcam a velhice e a produção de cuidados familiares no Brasil.

Considerações finais: por uma política de cuidados

As reflexões apresentadas procuraram salientar que os inúmeros e complexos desafios vivenciados por familiares/cuidadores não são abstratos. De maneira oposta, denunciam a realidade concreta e precisam assumir maior nitidez no espaço público. Pela sua invisibilidade, tendem a ser mantidos na privacidade familiar, equivalendo à “conspiração do silêncio”,

como definido por Beauvoir (1990), quando se constrói um pacto implícito de conservar os cuidados no espaço íntimo das famílias, cuja solução deve permanecer nesse mesmo espaço – individualizado. Para Debert (2014), a privatização dos cuidados se manifesta ideologicamente para firmar uma prática social que deliberadamente transfere as ações coletivas de cuidados do aparato público para o privado.

Ratificamos a existência de determinações concretas na vida das famílias. As necessidades e/ou dificuldades encontradas não estão relacionadas apenas aos atributos individuais de cada grupo familiar, como intencionam as avaliações de sobrecarga e estresse dos cuidadores em uma intervenção pedagógica de “ensinar como cuidar”. Diversamente, trata-se de uma delimitação proveniente do lugar ocupado pelas famílias e idosos da classe trabalhadora na sociedade, do empobrecimento e do contexto desigual da formação social brasileira, da ausência ou fragmentação das políticas sociais e das inúmeras alterações ocorridas na própria dinâmica familiar. Em outras palavras, os cuidados são traçados por injunções e transformações do mundo do trabalho que impactam diretamente o desenvolvimento dessa atividade pelas famílias.

Variados programas internacionais de apoio aos cuidadores vêm investindo na capacitação, através de cursos, manuais, etc. No Brasil, temos algumas experiências análogas (GROISMAN, 2015). Porém, advertimos para a incompletude dessa ação, caso caminhem sem programas de suporte concreto às condições dos cuidadores e às necessidades dos idosos. Seguindo esse fio condutor, apuramos que alguns programas internacionais preveem benefícios monetários aos cuidadores ou à sua inserção no sistema previdenciário, preservando direitos da seguridade social. No entanto, é útil discernir criticamente os fundamentos teóricos desses programas, para não confundir com perspectivas que legitimam a parceria público/privado e as corresponsabilidades com ênfase na família, reeditando as desigualdades de gênero (HIRATA, 2010; GAMA, 2012). Parafraseando Iamamoto (2010, p. 78), sustentamos “o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal”.

Para Hirata (2010), o cuidado deve ser problematizado quanto ao seu caráter coletivo. A questão de gênero deve ser enfrentada, e a política deve garantir direitos aos demandantes de cuidados e aos principais provedores, no caso, as mulheres. Marcondes (2012), por sua vez, defende que os cuidados precisam sair da esfera privada, sendo primordial reconstruir a clássica divisão sexual do trabalho e a valorização de quem cuida, e não somente de quem é cuidado. O reconhecimento profissional e a ampliação de equipamentos públicos, similarmente, podem contribuir para a construção de um sistema mais extensivo.

Assim, é crucial o aprofundamento das condições nas quais são realizadas as formas atuais de cuidados na área do envelhecimento, que traduz um duplo movimento: a abstração da condição de trabalhador velho

desfigura as reais condições de vida desse segmento na sociedade capitalista e o obscurecimento das relações entre trabalho e família impõe o compromisso solitário na provisão social e dos cuidados.

Finalmente, é imperativo, cada vez mais, produzir pesquisas e reflexões dessa natureza, fomentando a desnaturalização do cuidado familiar, inserindo-o na dialética de produção e reprodução social, bem como exigindo compromissos do poder público frente aos dilemas vivenciados regulamentemente por familiares cuidadores, cuja atividade, discutimos aqui, trata-se de trabalho, precarizado e travestido pela obrigação moral do cuidar.

Referências

ALENCAR, M. M. T. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: MIONE, A. S. et al. (Org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

ANTUNES, R. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

AROUCA, S. *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

BARBIERI, N. A. *Doença, envelhecimento ativo e fragilidade: discursos e práticas em torno da velhice*. São Paulo, Tese (Doutorado) – Ciências, Universidade Federal de São Paulo, 2014.

BEAUVOIR, S. *A velhice*. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1990.

BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e a perda de direitos*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

BERNARDO, M. H. J. Envelhecimento com dependência: a invisibilidade dos cuidados familiares. In: BERNARDO, M. H. J.; MOTTA, L. B. (Org.). *Cuidado e interprofissionalidade – Uma experiência de atenção integral à saúde da pessoa idosa (NAI/UnATI-Hupe-Uerj)*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

_____. A velhice da classe trabalhadora e a naturalização dos cuidados familiares. In: TEIXEIRA, S. M. (Org.). *Envelhecimento na sociabilidade do capital*. São Paulo: Editora Papel Social, 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018.

_____. *Lei nº 8.842*, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm>. Acesso em: 7 jun. 2018.

_____. *Portaria 1395*, de 10 de dezembro de 1999. Aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso. Brasília, 1999. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/3idade/?page_id=117>. Acesso em: 7 jun. 2018.

_____. *Lei nº 10.741*, de 1º de outubro de 2003. Institui o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 7 jun. 2018.

_____. *Portaria nº 2.528*, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://>

bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html>.
Acesso em: 07 jun. 2018.

DEBERT, G. G. Políticas públicas diante do envelhecimento no Brasil. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França – Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

ESPING ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*, São Paulo, n. 24, 1991.

GAMA, A. S. *O conflito entre trabalho e responsabilidades familiares no Brasil – Reflexões sobre os direitos do trabalho e a Política de Educação Infantil*. Tese (Doutorado) – ENSP, Rio de Janeiro, 2012.

GROISMAN, D. *O cuidado enquanto trabalho: envelhecimento, dependência e políticas para o bem-estar no Brasil*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

HADDAD, E. G. M. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

HIRATA, H. S. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, 2001.

_____. Teorias e práticas do *care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Org.). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010.

HIRATA, H. S.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, v. 37, n. 132, set./dez., 2007.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital fetiche – Capital financeiro, trabalho e “questão social”*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2009 – PNAD. 2009.

KÜCHEMANN, B. A. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 1, jan./abr., 2012.

MARCONDES, M. M. A divisão sexual dos cuidados: do welfare state ao neoliberalismo. *Revista Argumentum*, Vitória (ES), v. 4, n. 1, 2012.

MARX, K. *O capital*. Crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

MENDES, P. B. M. T. Cuidadores: heróis anônimos do cotidiano In: KARSCH, U. M. S. (Org.) *Envelhecimento com dependência: revelando cuidadores*. São Paulo: EDUC, 1998.

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: MIONE,

A. S. et al. (Org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

PEREIRA, P. A. Mudanças estruturais, política social e o papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: MIONE, A. S. et al. (Org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

SANTOS, W. R. O circuito familista na política de assistência social. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, ago./dez., 2017.

SANTOS NETO, A. B. O discurso do envelhecimento da população como ideologia. *Revista Argumentum*, Vitória (ES), v. 5, n. 2, jul./dez., 2013.

SARACENO, C. *Sociologia da família*. Lisboa: Estampa, 1992.

TEIXEIRA, S. M. *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital*. Implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

TRONTO, J. C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

VERAS, R. P.; CALDAS, C. P.; CORDEIRO, H. A. Modelos de atenção à saúde do idoso: repensando o sentido da prevenção. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 23, 2013.

DOI: 10.12957/rep.2018.39408

Recebido em 29 de junho de 2018.

Aprovado para publicação em 30 de julho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Sobre las dimensiones de la paternidad en la adolescencia

Sobre as dimensões da paternidade na adolescência

On the dimensions of fatherhood in adolescence

Mónica De Martino Bermúdez*

Resumen – El artículo es producto del proyecto *Visibilizando la Paternidad Adolescente en sectores de Pobreza*, financiada por la Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC) de la Universidad de la República. Dicha investigación fue avalada y respaldada por organizaciones públicas y privadas tales como: Ministerio de Desarrollo Social (MIDES); Aldeas Infantiles S.O.S. y Vida y Educación. El texto dialoga en ese espacio fronterizo entre saberes académicos, saberes técnicos y el saber cotidiano de adolescentes entrevistados. Pretendemos poner en común los resultados de esta investigación, de carácter exploratorio, sobre los sentidos y experiencias de la paternidad en la adolescencia pobre y suburbana. Especialmente desde la ética sexual que rige la vida de los entrevistados, en términos de cómo entienden su virilidad y su vida de pareja. Para ello nos hemos guiado por la intención de elucidar el problema estudiado, en términos de pensar y saber lo que se hace y piensa científicamente.

Palabras claves: paternidad; adolescencia; pobreza; ética sexual.

Resumo – O artigo é produto do projeto *Visibilizando a paternidade na adolescência pobre*, financiado pela Comissão Setorial de Pesquisas Científicas (CSIC) da Universidade da República. Esta pesquisa foi apoiada por organizações públicas e privadas, tais como: Ministério do Desenvolvimento Social (Mides); Aldeias Infantis S.O.S. e Vida e Educação. O texto, portanto, dialoga nesse espaço de fronteira entre o conhecimento acadêmico, o conhecimento técnico e o conhecimento diário dos adolescentes entrevistados. Pretendemos, assim, compartilhar os resultados desta pesquisa, de caráter exploratório, sobre os sentidos e experiências da paternidade na adolescência pobre suburbana, abordando especialmente a ética sexual que rege as vidas dos entrevistados, em termos de como eles entendem sua virilidade e a vida com seu parceira. Para isso, fomos guiados pela intenção de elucidar o problema estudado, em termos de pensar e saber o que é feito e pensado cientificamente.

Palavras-chave: paternidade; adolescência; pobreza; ética sexual.

Abstract – This article is a product of the project *Visibilizing Adolescent Fatherhood in Poverty Sectors*, financed by the Sectoral Commission for

* Asistente Social. Dra. en Ciencias Sociales – Unicamp. Profesora Titular en Régimen de Dedicación Total en Facultad de Ciencias Sociales en la Universidad de la República – Udelar. *Correspondencia:* Constituyente 1502, Piso 4to. Montevideo – Uruguay. CP: 11200. Email: <monica.demartino@cienciassociales.edu.uy>.

Scientific Research (CSIC) of the Universidad de la República in Uruguay. This research was endorsed and supported by public and private organizations such as: Uruguay's Ministry of Social Development (MIDES); Aldeas Infantiles S.O.S., and Vida y Educación. The article bridges the border space between academic knowledge, technical knowledge, and the daily knowledge of the teenagers interviewed. We intend to share the results of this exploratory research about the senses and experiences of fatherhood in poor and suburban adolescence, especially on the sexual ethic that governs the lives of the interviewees, in terms of how they understand their virility and their life as a couple. For this we have been guided by the intention to elucidate the problem studied, in terms of thinking and knowing what is done and think scientifically.

Keywords: fatherhood; adolescence; poverty; sexual ethics.

Introducción¹

Hablar de sexualidad masculina y paternidad es hablar de las representaciones sociales que las predetermina. En palabras de Connell (1987) de aquel orden de género que coloca a nuestra disposición todo un inventario de ideas, representaciones y conductas consideradas, por un orden social determinado, como pertinentes y adecuadas para cada sexo. Órdenes e inventarios son producto de las prácticas políticas y sociales de generaciones precedentes que objetivadas en normas, instituciones, reglas, expectativas, regulan las conductas de hombres y mujeres desde su infancia. El material recogido, parecería indicar que existe una variedad de situaciones en torno a la paternidad a edades tempranas y en entornos de pobreza: aquellos jóvenes que asumen en cierta medida el cuidado o sostén de su hijo/a, familias por vía paterna que lo hacen, ausencia de la figura masculina en todo el proceso. Una variada gama de actitudes frente a la paternidad y una variada gama de identidades masculinas para las cuales esa paternidad cobra significado. Las identidades masculinas “clásicas”, “hegemónicas”, casi “patriarcales”, no son factor de protección a la hora de jugar la partida de la inclusión social. Tales identidades son poco flexibles, esquemáticas y subordinan a la mujer. A lo que se suman las responsabilidades asociadas al hijo/a, si es que son asumidas. Todo ello constituye un cuadro de vulnerabilidad que creemos no ser necesario profundizar. Tal vulnerabilidad que, además “incluye” a ese hijo/a de esa pareja adolescente.

Desde otra perspectiva, fue un proyecto enmarcado en los llamados *gender studies* y/o *men studies*, que constituyen toda una tradición en la bibliografía anglosajona y francesa, especialmente. Pero al respecto, consideramos pertinente realizar algunas precisiones. Los estudios sobre masculinidades, desarrollados a partir de la segunda mitad de la década de los ochenta, registraron una cuestión relevante, levantada en varios espacios de debate sobre género, incluso en aquellos específicamente feministas: la importancia de percibir la diversidad de las voces masculinas (Vale de Al-

¹ El artículo se basa en el informe final de la investigación mencionada en el resumen, elaborado por quien suscribe.

meida, 1995,1996). Connell (1987, 1995), uno de los pioneros en esa tentativa, procuró desarrollar un modelo conceptual que, dando énfasis al carácter político de las relaciones de género, ofreciese herramientas analíticas para expresar esa diversidad. Discutiendo las masculinidades en el marco de una sociología política de los hombres en las relaciones de género, Connell (1995) consideraba, ya a inicios de los noventa, los lugares y las prácticas de los varones en las relaciones de género como objeto de esa sociología. Las revisiones de los estudios sobre masculinidades muestran también la tendencia a identificar masculinidad con hombres, tanto en la bibliografía internacional como en la vernácula, como lo señala globalmente Piscitelli (1998). Estudiar masculinidades o feminidades asociadas a los cuerpos sexuados correspondientes, solamente coloca limitaciones para el análisis desde una perspectiva de género. Los análisis concretos realizados, tanto a nivel nacional como internacional, siguiendo la perspectiva de Connell (1997), muestran ausencias que no se refieren solamente a las masculinidades en sí. Si analizamos minuciosamente la producción nacional consultada (GÜIDA, 2006; GÜIDA et al., 2006) podríamos indicar que ella evidencia, al mismo tiempo, la inexistencia de una problematización equivalente en lo que se refiere a las identidades femeninas. Por ello la necesidad de estudiar nuestro objeto desde una perspectiva de género no dicotómica pero colocando especial interés en los varones y sus prácticas subjetivas en torno a su identidad sexual y al ejercicio de la paternidad.

Estrategia metodológica

Técnicamente la estrategia metodológica se basó en entrevistas en profundidad a varones en contextos de pobreza, cuyas edades oscilaron entre los 14 y 24 años y que fueron padres en su adolescencia. Esta estrategia combinó tales testimonios con la aplicación de entrevistas en profundidad a las mujeres-madres de los/as hijos/as de los varones entrevistados, como forma de superar una mirada dicotómica de género y tratar de comprender las interacciones entre los miembros de la pareja al respecto. Paralelamente se aplicaron entrevistas en profundidad a equipos técnicos y operativos y agentes tecno-políticos de las instituciones que apoyaron el proyecto. El criterio de selección de la muestra teóricamente se basó en lo que Bourdieu ha denominado “competencia”. Indica Bourdieu (1990, p. 57):

se puede aceptar así que son técnicamente competentes los que son socialmente designados como competentes, y basta designar a alguien como competente para imponerle una propensión a adquirir la competencia técnica que funda a su vez la competencia social.

El número de entrevistados se rigió por el principio de saturación, estableciendo un mínimo de 10 adolescentes entrevistados. La identificación

de la muestra se realizó a partir de los dispositivos institucionales que avalaron la investigación y remitió al área suburbana de Montevideo. Es por ello que se seleccionaron, a partir de referentes institucionales, el grupo de adolescentes y jóvenes que se presumió que “tienen algo para decir” (BOURDIEU, 1990, p.57). En total se entrevistaron a diez varones y nueve mujeres. En el presente artículo, cabe aclarar que hacemos referencia al primer objetivo específico de la investigación, que pretendía analizar las formas de ejercicio de la paternidad por parte de varones pobres y las formas que asume su identidad masculina.

Una primera aproximación

Tal vez una distinción en la vivencia de la sexualidad adolescente, además de su carácter inaugural y novedoso, es que oscila entre la infancia y la adultez, entre lo vulnerable y lo fuerte, o como indica Meler (2009b, p. 159) “entre el desamparo infantil y el poder atribuido a los adultos”. Las posturas ante el hijo luego nacido y la paternidad que denominamos “nula” o “fragmentada”, por decirlo de alguna manera, son expresión de la tensión indicada por Meler (2009b). En el contexto reproductivo analizado (adolescencia pobre y suburbana) y de acuerdo a la bibliografía consultada, la paternidad masculina biológicamente entendida, se expresa por una serie de elementos que trataremos de sintetizar a continuación. En primer lugar, cabe destacar que, para los adolescentes, el ejercicio sexual aparece como una práctica alejada del afecto, como expresión de virilidad extrema, como elemento que refuerza la identidad masculina, al confirmar no ser homosexual ni mujer, como ya se ha dicho. Pero el material empírico recogido nos permite pensar que esto no es regla universal. El hijo es, como ya dijimos, medianamente buscado, dentro de relaciones consideradas de *novíos* que poseen cierta historia o tiempo. En la mayoría de las historias que nuestros interlocutores contaron con amabilidad y apertura, el sexo deviene de relaciones más o menos estables y prolongadas, en una percepción del tiempo muy acotada y rápida, por ser simplemente adolescentes. Pero en general los adolescentes hablan de tales relaciones como consolidadas y que permiten invertir no sólo eróticamente a la pareja sino como padres potenciales, también en una situación de tensiones ambiguas. Pues es cierta la preocupación por el desempeño, por el estar a la altura de lo que se espera de un hombre, en fin, una serie de características vinculadas a los padrones sexuales masculinos hegemónicos que hacen que la sexualidad sea, muchas veces, el desempeño de un rol.

Del mismo modo, el hijo entendido como dádiva a la mujer, coloca a la mujer en un lugar simbólico históricamente tradicional: extractora de semen, de energía, aunque no se verbalice (SEIDLER, 1997). Gilmore (1990) indica que el hombre es evaluado por su potencia sexual y su capacidad de

fecundar a la mujer. En situaciones donde el proveer es algo prácticamente vedado, el fecundar, como ya hemos visto, tal vez sea una de las pocas formas de consideración y estima de la figura masculina, en un tramo de edad donde la afirmación personal es sumamente necesaria. Un atributo asociado a la masculinidad biológica y que parece desdibujado en las situaciones a las que pudimos abordar, es que la seducción no aparece como forma de ganar prestigio masculino, sí el hacerse cargo de los hijos, que dotaría a estos adolescentes de hombría, además de su condición masculina (FULLER, 2000c). Del mismo modo, la represión de la afectividad no se percibiría en estos varones jóvenes, especialmente en relación a los hijos con quienes establecen relaciones casi fraternales y casi siempre como una modalidad de juego (FULLER, 2000a, 2000b). Estos atributos asociados a la masculinidad hegemónica parecerían estar atenuados, no porque el repertorio del sistema sexo/género sea diferente, sino por la edad que atraviesan. El ser adolescente tal vez explique más que la clase y el género estas características. No obstante vale la pena recordar la tendencia al control de la mujer, al control de su cuerpo, es decir, dónde está, con quién y cómo está vestida, son tres preguntas frecuentes a través de diversos dispositivos electrónicos. Tal expresión social de la sexualidad masculina dominante expresa también el costo que deben pagar estos varones para dar cuenta de la figura masculina imperante. Su inversión narcisista se agota en mantener y reproducir tal figura. De esto habla Seidler (1997), haciendo referencia a mantener tal masculinidad biológica que sustente el dominio social y por tanto la masculinidad social. Socialmente, este tipo de paternidad biológica – que hace alusión clara ciertas expresiones ideó-interpretativas del ejercicio de la sexualidad – se asume en acciones sociales e interpretaciones sociales. Desde la perspectiva de las adolescentes, ya es conocida su asociación fortísima a las tareas de cuidado, desarrollando fuertes influencias en el ámbito privado, no así en el público donde se encuentran profundamente limitadas en el ejercicio de cualquier tipo de poder o derecho. Es prácticamente nula la participación masculina en tareas de cuidado, siendo más presente cuando la pareja convive. Si bien esto es así, también lo es que los adolescentes encuentran muchas dificultades para sobresalir en el ámbito público. Estrictamente estamos hablando de encontrar y mantener o sostener un trabajo estable y bien remunerado. Paralelamente su influencia en el ámbito doméstico es menor. Esta masculinidad retraída, ese rol de proveedor sumamente diluido expresaría posibles fuentes de frustración a las que debe prestarse atención.

La paternidad en su expresión social posee un elemento que para nosotros amerita ser objeto de reflexión. Ya hemos insistido respecto a la escasa o nula participación de los jóvenes en tareas de cuidado. El domicilio matrilocal no es ajeno a ello: el sentirse ajeno en casa de los suegros, el sentir que debe pedirse permiso, es algo que coarta la iniciativa y espontaneidad. Pero lo que también debe considerarse es la capacidad de estos varones jóvenes o adolescentes para colocar límites a sus hijos, o en otras pa-

labras, desempeñar la función “de corte” introduciendo la norma y ley cultural, en otras palabras, ponemos en duda la capacidad de interdicción paterna. En las entrevistas realizadas, cuando observamos el tipo de vínculo espontáneo de estos adolescentes padres con sus hijos, es un vínculo basado en el juego donde el padre se infantiliza y a la hora de colocar límites se invoca a la autoridad materna. Este punto merecería más atención para poder complejizarlo. Esto habla de una tríada que no es la típica edípica, donde la madre parecería ejercer cierto poder derivado del cuidado, por tanto, del conocimiento del niño o por estar muchas veces sola ante toda responsabilidad, más allá de la convivencia. Seidler (1997) indica que la tríada digamos clásica, o más específicamente, el padre interdicto, es posible cuando los padres son conscientes o rescatan sus propias necesidades. En palabras de Meler (2009a, p. 291): “[...] para limitar la omnipotencia infantil se requiere, de acuerdo a estas posturas, adoptar una posición de rival, donde se percibe al niño como competidor por bienes escasos, tales como el tiempo, el esfuerzo, el descanso o la atención de la madre”.

Que el padre esté mejor dotado para colocar límites es también una construcción ideológica, asociada a su “fuerza”, “menor capacidad para el sacrificio”, etc. Pero lo cierto es que en las situaciones analizadas observamos madres con fuertes tendencias a la “apropiación” del hijo, como fuera reseñado, desempeñando papeles de relevancia y a padres adolescentes absolutamente alejados o que sostienen de la manera que pueden la paternidad y la vida. En tal sentido, y teniendo como base y trasfondo una pobreza límite, nada más alejado que aquel panorama descrito por Freud (1984) con relación al niño como “Su Majestad”. Más se acerca a una experiencia, a un rol instrumental, a un objeto propio y a un mandato asumido y materializado. O a una gran aporía e impostura, respecto a los y las adolescentes, donde el hijo es un certificado de adultez e identidad sexual plena para mujer y hombre. A esto se suma, socialmente, la figura de un padre proveedor frágil, con escasa presencia y una madre que apunta a la apropiación, esto es, asume la impostura de una adultez socialmente obligada cuando ambos padres son y deben ser aún adolescentes como decíamos.

Indagando a Edipo y su presente

Lo que queremos señalar, básicamente dada la extensión del artículo, es ¿dónde se ancla la legalidad de la paternidad de estos adolescentes? También cabe preguntarse ello para las adolescentes, pero por falsa conciencia, parecería que en el caso de las mujeres, es más evidente su papel de madres. Sin pretender agotar el tema, traemos a este diálogo a Tuber (1997, p. 78) que critica las construcciones lacanianas respecto al nombre-del-padre. Nos dice:

Así tenemos por un lado al padre sublime, al gran hombre, al pacificador y por otro, al padre que exige la obediencia ciega a su autoridad y una creencia absoluta incuestionable. En consecuencia, la función paterna no puede transmitir solo el principio de la razón, sin acarrear igualmente la crueldad y la irracionalidad.

Esta concepción del padre simbólico se relaciona con un contexto en el cual el hombre se adueñó simbólicamente del origen materno de la vida. Es el Padre de Edipo (FREUD, 1993) el portador real de la prohibición que impide la unión con el objeto incestuoso (ŽIŽEK, 2001) y que retornará como autoridad simbólica posteriormente en “Tótem y Tabú” (1943). Este padre no es el tercero en juego, el que impide la unión con el objeto incestuoso, por el contrario, es su asesinato el que impide la unión simbólica con la madre, como objeto de deseo. Y ese asesinato, colectivo, debió haber sucedido para pasar del estado animal a un estado social, integrado culturalmente. Mientras en el mito de Edipo alguien mata al padre de manera excepcional, en Tótem y Tabú todos lo hicimos, la Horda lo hizo y ese crimen compartido por todos juega el papel de una base cultural común: El Padre pasa a ser un símbolo. En este padre conviven el padre goce, vivo y sexuado y el padre muerto y símbolo interdictor (FREUD, 1943; ŽIŽEK, 2001).

Posteriormente, en “Moisés y la religión monoteísta”, ambas figuras se sintetizan en Moisés, el hombre que, barriendo con supersticiones, introdujo el monoteísmo y, si se quiere, la idea de un mundo gobernado por un sistema racional único. Pero este Moisés convive con la figura de un Moisés furioso y vengativo si su pueblo lo traiciona. Este Dios vengativo no es el Padre Goce, sino el que introduce la interdicción del incesto, la norma, lo cultural y expulsa todo goce o sexualización. El Padre de “Moisés y las religiones monoteístas” no es el padre de “TÓTEM y Tabú” que imponía la prohibición conociendo el goce, sino que éste Padre prohíbe sin conocerlo y con furia. (FREUD, 2016; ŽIŽEK, 2001).

La familia moderna burguesa, al unificar en su seno las dos funciones paternas (objeto de identificación y, por otra parte, un superó mayúsculo; función de corte y función nutricia, ha generado no solo lo que algunos denominan “crisis de Edipo”, sino también una “crisis de investidura” de las figuras de autoridad (ŽIŽEK, 2001, p. 331). Este proceso histórico que trabaja Freud (DE OLIVEIRA; ARAUJO, 2010) se asocia históricamente con una paternidad y maternidad en la que el origen materno de la vida ha sido expropiado por el padre, a partir del linaje patrilineal. Además, es claro que una madre afectiva, nutricia y un padre que ordena y coloca límites reproduce la división sexual del trabajo industrial y las “esferas” de la producción y reproducción. Sin embargo, por las entrevistas realizadas, parecería que el parentesco y la filiación se ubican matrilinealmente, en estos contextos alejados de la producción y trabajo industrial. El origen materno no es el que se oculta, en estos casos y no sólo en estos, también en el mundo adulto, mientras que el padre adolescente no es un padre interdictor, Norma y

Símbolo. Si bien no tenemos respuestas, debe pensarse cómo se desarrollan las funciones nutricia y de corte en estas parejas adolescentes, inestables y frágiles. Siempre habrá en el contexto familiar alguien que las desempeñe o complemente. Más que la presencia importa que la función se cumpla pero lo cierto es que las condiciones de ejercicio de estas paternidades y maternidades en la adolescencia deban ser pensadas desde otra perspectiva. Por un lado, dentro del contexto histórico general de la pérdida de investidura de las figuras adultas, debemos reconocer las dificultades derivadas de la propia edad (ser adolescente) para construir autoridad. Es especialmente la figura del padre interdictor la que se encuentra en proceso de retiro, con sus límites difusos (ŽIŽEK, 2001). Lo que queremos invocar es que diversos autores hoy colocan en duda la vigencia del Edipo como elemento estructurador del sujeto y/o de la patología (GIL, NUÑEZ, 2002; DE OLIVERA, ARAUJO, 2010). El avance de los derechos de la mujer; las diversas formas de ser familia, la diversidad de padrones culturales a aquellos que Freud observaba, deben ser reconocidos e incluidos en el análisis de la vigencia de la tríada edípica. Heritier (1995) dice que lo verdaderamente prohibido sería el contacto de los cuerpos y la transmisión de flujos de un cuerpo a otro. En la tragedia, el Coro no le dice a Edipo que se relacionó sexualmente con su madre, sino que encontró a su padre en el útero materno. Esto es lo impensable. Si el límite desaparece entramos en el terreno de lo indiscriminado. Y es precisamente en el campo de lo sexual y de las relaciones sexuales y de parentesco, donde adquiere mayor relevancia la diferencia de sexos y generaciones y las funciones paterna y materna, por el lugar que tienen en el psiquismo humano

cuando en cualquier cultura hay un hecho que pone en riesgo la distinción entre lo diferente y lo idéntico, circunstancia en que se borran las categorías, las leyes del espíritu humano, para utilizar los términos de Lévi-Strauss, se produce un punto impensable, que es como si el sujeto cayera en lo indiscriminado, lo no representable, quedando arrojado de la cultura del mundo y perdiera su condición humana (SCHKOLNIK, 2002, p. 178).

¿Qué efectos tendrán todos estos cambios en las generaciones futuras. Creemos que aún no lo sabemos. Tal vez la única seguridad es que diciendo “inconciente” podemos pensar los efectos de lo que escapa a la voluntad y la razón, que nos hace aceptar lo desconocido de nosotros mismos, nos estructura en base al conflicto psíquico y nos constituye en nuestra subjetividad. En este sentido amplio es que abordamos estas familias que no son, en general, las tradicionales nucleares pero las tienen como modelo. Además de conformarlas adolescentes que aún transitan sus búsquedas particulares de identidad, en un contexto adverso, material y subjetivamente.

Sobre las éticas sexuales

Foucault (1986) otorga al ejercicio de la sexualidad la capacidad de constitución de un sujeto libre y ético, a partir del reconocimiento del otro/a, con igualdad de derechos, objeto y sujeto de liberación del self. Si retomamos tal concepción, a nivel teórico el ejercicio de la sexualidad (y de la paternidad/maternidad tal como ha sido explicado), se asocian en un proyecto de constitución del yo que el autor establece de la siguiente manera:

En esta moral de hombres hecha para los hombres, la elaboración de sí como sujeto oral consiste en instaurar de sí a sí mismo una estructura de virilidad: sólo siendo hombre frente a sí mismo podrá controlar y dominar la actividad de hombre que ejerce frente a los demás en la práctica sexual. Aquello que debe tenderse en la justa agonística consigo mismo y en la lucha para dominar los deseos es el punto en que la relación de sí se volverá isomórfica a la relación de dominación, de jerarquía y de autoridad que, a título de hombre y de hombre libre, se pretende establecer sobre los inferiores, y con tal condición de virilidad ‘ética’ es que se podrá, según un modelo de ‘virilidad social’ dar la medida que conviene al ejercicio de la ‘virilidad sexual’. En el uso de sus placeres de varón, es necesario ser viril respecto de uno mismo, como se es masculino en el papel social. La templanza es en su pleno sentido una virtud de hombre. (FOUCAULT, 1986, p. 81).

Esta conformación histórica de la virilidad, que el autor no separa de ciertos atributos de lo que posteriormente Connell (1987) denominaría masculinidad hegemónica, la hemos detectado en aquellas situaciones donde se unen algunos factores: 1. una edad un poco más avanzada de los padres; 2. parejas que conviven de manera más o menos estable; 3. que cuentan con un mínimo espacio propio, por mínimo que sea, para ellos y sus hijos; 4. como obvia derivación de los atributos masculinos de virilidad, los padres y en algunos casos las mamás, poseen trabajos estables, incluso formales, dentro de la precariedad o nivel salarial que caracteriza al conjunto. No es novedoso lo que indicamos, se trata de una sexualidad y paternidad/maternidad ejercidas a partir de aquella ética que denominados de la conyugalidad y que habilita también una ética de la virilidad. Estos entrevistados constituyen un ejercicio de la sexualidad y la paternidad que consideran ético, o sea, consideran necesario que su experiencia sexual y paternal se asocie a estas normas. A saber, dentro del marco de una pareja estable y que convive. Más allá que la vivencia del tiempo adolescente implique que las convivencias y relaciones puede ser a corto plazo, los adolescentes entrevistados se sienten involucrados en una relación conyugal. Son aquellos jóvenes entrevistados, que viven con sus parejas de manera continua y estable, que han sido padres con pocos años más – en torno a los 19 – y que comparten un espacio que otorga un poco más de independencia, los que se acercan a este proceso. Parecería ser que la llegada de los hijos ha

provocado esta conjunción entre virilidad ética, sexual y social, respetuosa de los padrones hegemónicos. Se trata de escenarios un poco más estables, con funciones y roles parentales un poco más definidos o claros, aun dentro de condiciones objetivas de vida sumamente limitadas. Son parejas que poseen un mínimo apoyo familiar material – un terreno, construcción de una pieza, etc. y afectivo. O sea, el mundo adulto, en la figura de familiares, se hizo presente de una manera habilitadora, aunque no exenta de dificultades. Queremos destacar que en estas parejas el hijo no ha sido una dádiva, tampoco un salvador o reparador. Parecería que son hijos corolario de una relación amorosa que se considera ya prolongada dentro de parámetros adolescentes. Son adolescentes que provienen de familias que, aún con dificultades, han mantenido cierta estabilidad en el tiempo, aún cuando la figura paterna no sea el padre biológico exactamente, y en las que existe, más allá de las condiciones de trabajo, una actividad laboral permanente, una trayectoria estable, formal y protegida. En estas parejas la figura del padre, más allá de limitaciones, se acerca a la del “padre legislador”, con apoyaturas funcionales de otras personas con las que convive, en alguno de los casos (FREUD, 1943).

Otras situaciones la componen aquellas parejas para los cuales constituir una pareja y, como corolario, tener un hijo, los ha asentado en la vida, les ha dado un lugar, un espacio afectivo donde ser para sí y para esos otros que poseen gran significación afectiva. Existen una gran inversión e investimento afectivo tanto en la pareja como en el hijo. No se trata del hijo reparador, sino de alcanzar un espacio socio-afectivo que exprese su “yo soy”, “estoy aquí”, etc. Más que la paternidad, la construcción de una familia, como refugio afectivo en un mundo hostil es la tónica de sus deseos y acciones. La paternidad, el hijo, es corolario, pero no elemento fundante de la relación familiar que se establece. La ética que caracteriza a este tipo de paternidad es la de la conyugalidad sobre la de la virilidad. Son padres presentes que en general delegan las tareas de cuidado. La posterior evolución de estas parejas varía: permanecen juntas o se separan, pero destacamos que la llegada del hijo, en estos casos ha sido planificada, luego de un período de noviazgo que estos adolescentes en algún momento consideraron suficiente para consolidar la pareja. En las situaciones analizadas los tiempos varían desde nueve meses a cuatro años, en contextos donde la vivencia del tiempo es voraz. Las formas de familia siempre se asocian, en estas situaciones, a la pareja monógama y conyugal. En general estos padres y madres provienen de familias de origen, de orden nuclear, pero con conflictos vinculares muy importantes, donde en algunos casos los padres han desarrollado figuras delictivas. Las trayectorias laborales son erráticas. Los vínculos amorosos son confusos.

Otro grupo lo constituyen aquellos que, viviendo de manera distante de sus hijos o hijas, problematizan esa situación y sienten el peso de no haber podido superar a un padre ausente y que ha dejado su mella. Son

situaciones claras donde el sentido del hijo es reparador. No tiene condiciones objetivas para desempeñar una paternidad que la conciben desde la autoridad, la cercanía y el traslado de la experiencia. Desarrollan relaciones sumamente conflictivas con la madre de los niños y aparece la figura femenina de la suegra, también como portadora de males posibles. El papel de proveedor es puntual, más allá de los esfuerzos, pero tratan de mantener un vínculo cercano con sus hijos. Son situaciones donde se hace presente la ética de la virilidad en un contexto donde la conyugalidad, también asumida en un momento, no ha podido ser sostenida. Se trata de situaciones donde además se expresa la necesidad de compartir los cuidados, dentro de los límites que implica la separación de la pareja amorosa.

En estas agrupaciones de situaciones, los adolescentes hacen presentes las dos interrogantes fundamentales a la hora de llegar al mundo adulto señaladas por Freud: el amar y el trabajar. Estos adolescentes lo plantean aún desde su condición no adulta y en sus limitadas condiciones materiales de existencia.

Por último tenemos situaciones donde los padres apenas asumen su paternidad como mínimos proveedores, deslindando responsabilidades o llevando adelante acompañamientos puntuales. Son situaciones donde el hijo dádiva se hace presente, por ejemplo, pero reproduciendo la dominación masculina y no el poder negociador de los dos sexos. Son situaciones también donde el hijo es un “accidente” y se da fuera de una relación afectiva y a partir de una sexualidad machista. Son situaciones donde no encontramos una ética de la hombría o virilidad como la hemos entendido hasta ahora. Se trata de una ética masculina hegemónica profundamente poco respetuosa de lo femenino.

Queremos ser claros. No respecto a las situaciones que hemos mapeado. No debemos olvidar que estamos frente a adolescentes que, siendo sujetos de derechos especiales por tal condición, deben asumir responsabilidades del mundo adulto, que además les exigen comportarse como tales, cuando deberían continuar siendo, de alguna manera, adolescentes. Por otra parte, conforman y son modelados por un orden social patriarcal y asumen diferentes aspectos de los inventarios de género de la sociedad uruguaya: subordinación femenina, ser hombre es ser padre, la mujer debe dedicarse a tareas de cuidado y el hombre a ser proveedor y muchos rasgos más que cada lector identificará a partir de sus prácticas socio-políticas y profesionales. Pero lo cierto es que la mujer adolescente madre carga con una mayor soledad y aislamiento. Por último algunas interrogantes que nos planteamos desde esta conjunción biológica, social y ética de la sexualidad y paternidad en la adolescencia.

Parecería que la perspectiva freudiana se hace más presente en aquellas situaciones donde ética de la virilidad y conyugalidad coexisten. Donde las funciones paternas y maternas parecerían estar más claras. Parecería que, aunque de manera frágil, estos jóvenes pueden asumir la figura

del Padre Legislador, del padre tradicional, que se interpone entre la fusión del niño y la madre onnipotente y narcisista a nivel teórico. Hemos observado juegos pero también la colocación de límites cuando interactúan con sus hijos, además de la definición de espacios “adultos” e “infantiles” de manera muy precaria dentro de sus casas también muy precarias. Por tanto, ni la adolescencia ni la pobreza estarían definiendo *per se* la conformación de estas identidades masculinas y conformaciones familiares. Existe un proceso que es profundamente cultural y psicológico, pero que hace a la manutención de un orden social profundamente injusto y sexista, aun dentro de esa ética viril y conyugal.

Desde otra perspectiva, podemos preguntarnos si en aquellas situaciones donde la autoridad paterna se encuentra deteriorada, o se observa la ausencia del padre como cuidador cercano, no podría fomentarse la erotización del vínculo madre-hijo (MELER, 2009a). De alguna manera los técnicos lo aprecian, intelectualmente lo intuyen, pero no logran definir con exactitud: “ese apego extraño”; “en el que todo pasa por el cuerpo”; un vínculo donde la madre es la única gran dadora, ya que ser madre es solo “dar mañas”.

Pensar complejamente desde nuestra perspectiva no es simplemente pensar en la diversidad. Sino también pensar en los contextos socio-históricos a partir de los cuáles han surgido ciertas formas de comprensión de estos temas. Es entender el contexto de construcción y validación de ciertas formas del pensamiento teórico, en otras palabras, asociar la producción teórica a su contexto de génesis. Lo real y la forma como el ser humano lo piensa, la relación entre consciencia y existencia, la consciencia que el humano adquiere de la “cosa”, en sentido filosófico, es lo que nos habilita a pensar en clave de diversidad, complejidad, o, en palabras que consideramos más adecuadas, en clave de totalidad, aunque sea como horizonte posible. Porque como bien indica Sartre (1966) no existe totalidad sin totalizador, aunque si nos apresuramos por las ansias institucionales que nos permean, podemos terminar como totalizadores sin totalidad. No es un juego de palabras, si no ponemos en juego, además de la experticia, la capacidad de comprender y complejizar los temas como pertenecientes a un orden social, no tendremos totalidad. Y si lo hacemos burdamente, remitiéndonos solo a la pobreza como causa única o a la cultura o dinámica del capitalismo sin más – tendencia generalizada en nuestra profesión, seremos totalizadores ineficaces ya que no habremos ni siquiera asomado a los límites de las expresiones fenoménicas de la realidad. Por último y a la luz de Sartre (1966), es interesante pensar, tan sólo como línea de indagación, ¿por qué adolescentes con un “campo de los posibles” tan limitado (es decir, con un elenco de objetivaciones posibles tan escaso) se objetivan especialmente como padres o madres? Su campo instrumental, de elementos materiales y subjetivos para objetivarse en un yo que otorgue identidad y en actividades que otorguen sentido y placer a sus vidas, ya dijimos que es

limitado. Pero tienen su cuerpo, que les permite reproducirse y tener hijos y ser padres o madres y otorgar dádivas. Lo que queremos indicar, a modo de hipótesis, es que quizás vivan su cuerpo de manera instrumental, como forma de objetivarse y encontrar respuesta a las preguntas ¿Quién soy? ¿Qué soy?

Referencias

- BOURDIEU, P. *Sociología y Cultura*. Ciudad de México: Grijalbo, 1990.
- CONNELL, R. *Gender and power*. Society, the person and sexual politics. California: Stanford University Press, 1987.
- _____. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA J. (Ed.) *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Santiago de Chile, n. 24, 1995.
- DE MARTINO, M. *Visibilizando la paternidad adolescente*. Experiencias y prácticas en la pobreza. Reflexiones socio-políticas desde el Trabajo Social. Montevideo: FCS/DTS/UdelaR, 2017.
- DE OLIVEIRA MOREIRA, J.; ARAÚJO, A. P. B. A castração e seus destinos na construção da paternidade. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, 22, n.2, 2010.
- FOUCAULT, M. *Historia de la sexualidad*. Tomo II El uso de los placeres. Ciudad de México: Siglo XXI, 1986.
- FREUD, S. *Tótem y Tabú*. Buenos Aires: Editorial Americana, 1943.
- _____. Introducción al narcisismo. In: *Obras completas*, Vol.14. Buenos Aires: Amorrortu, 1984.
- _____. El complejo de Edipo. In: *Obras Completas*, Vol.19. Buenos Aires: Amorrortu, 1993.
- _____. *Moisés y la religión monoteísta*. Buenos Aires: Amorrortu, 2016.
- FULLER, N. Conclusiones. In: FULLER, N. (Ed.). *Paternidades en América Latina*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2000a.
- _____. Introducción. In: FULLER, N. (Ed.). *Paternidades en América Latina*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2000b.
- _____. Significados y prácticas de paternidad entre varones urbanos del Perú. In: FULLER, N. (Ed.). *Paternidades en América Latina*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2000c.
- GIL, D.; NUÑEZ, S. *¿Por qué me has abandonado?* El psicoanálisis y el fin de la sociedad patriarcal. Montevideo: Trilce, 2002.
- GILMORE, D. *Manhood in the making: cultural concepts of masculinity*. New Haven/London: Yale University Press, 1990.
- GÜIDA, C. *Desafíos para la integración de la perspectiva de género e involucramiento de los varones en los CAIF*. Montevideo: Infamilia, 2006.
- GÜIDA, C. et al. *De paternidades y exclusiones*. El papel de los varones en situación de pobreza extrema. Montevideo: Inau, 2006.

- HERTIER, F. *Del incesto*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1995.
- LASCH, C. *La cultura del narcisismo*. Barcelona: Andrés Bello, 1991.
- MELER, I. Los padres. En: BURIN, M, y MELER, I. *Varones. Género y subjetividad masculina*. Buenos Aires: Mujeres Editoras, 2009a.
- _____. La sexualidad Masculina. Un estudio psicoanalítico de género. In: BURIN, M. y MELER, I. *Varones. Género y subjetividad masculina*. Buenos Aires: Mujeres Editoras, 2009b.
- PISCITELLI, A. *The gender of the gift*. Marilyn Strathern. *Cadernos Pagu*, n. 2. 1998
- SARTRE, J. P. *Crítica de la razón dialéctica*. Tomo I. Buenos Aires: Editorial Losada, 1966.
- SCHKOLNIK, F. La función paterna y el lugar de la mujer en la sociedad contemporánea. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, n.96, 2002.
- SEIDLER, V. *Man. Embodying masculinities*. Londres: Sage, 1997.
- TUBER, S. *Figuras del padre*. Valencia: Ediciones Cátedra, 1997.
- VALE DE ALMEIDA, M. *Senhores de si*. Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.
- _____. Gênero, masculinidade e poder. *Anuário Antropológico*, n. 5, 1996.
- ŽIŽEK, S. *El espinoso sujeto. El centro ausente de la ontología política*. Buenos Aires: Paidós, 2001.

DOI: 10.12957/rep.2018.39410

Recebido em 01 de maio de 2018.

Aprovado para publicação em 13 de setembro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Políticas familiares. Una revisión crítica a partir de la singularidad de las experiencias de familia

**Políticas de família. Uma revisão crítica
baseada na singularidade das experiências familiares**

**Family policies. A critical review
based on the uniqueness of family experiences**

Claudia Sandra Krmpotic*

Resumen – Se problematiza el campo de las políticas familiares desde un análisis microsocioal, tomando como punto de partida la experiencia de familia. A través de un estudio de caso, se analizan tramos narrativos seleccionados obtenidos en entrevistas en profundidad, destacando las singularidades como las limitaciones de las intervenciones institucionales. Se evidencia el fracaso de las intervenciones públicas, incluso en lo que respecta a la institucionalización de la marginación. En la tensión entre lo impuesto y lo disponible resalta la capacidad de agencia para conseguir sobrellevar la pobreza y construir identidad.

Palabras clave: estado de bienestar; modelización; experiencia de familia; significatividad; Argentina

Resumo – O campo das políticas familiares é problematizado a partir de uma análise microsocioal, tomando como ponto de partida a experiência familiar. Por meio de um estudo de caso, são analisadas seções narrativas selecionadas, obtidas em entrevistas feitas em profundidade, destacando as singularidades como limitações das intervenções institucionais. O fracasso das intervenções públicas é evidente, mesmo no que diz respeito à institucionalização da marginalização. Na tensão entre o que é imposto e o que está disponível, destaca-se a capacidade de agência para superar a pobreza e construir uma identidade.

Palavras-chave: Estado de Bem-Estar Social; modelagem; experiência familiar; significancia; Argentina.

Abstract – The field of family policies is problematized from a microsocioal analysis, taking as a starting point the family experience. Through a case study, selected narrative sections obtained in in-depth interviews are analyzed, highlighting singularities as limitations of institutional interventions. The failure of public interventions is evidenced, even about the institutionalization of marginalization. In the tension between what is

.....
*Doctor en Servicio Social por la Universidad Católica de Sao Paulo (Brasil), con Postdoctorado Interdisciplinar en Ciencias Humanas, por la Universidad Federal de Santa Catarina (Brasil). Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Buenos Aires, Argentina. *Correspondencia:* Av. de Mayo 1437, 1º “A”, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. CP C1085ABE. Email: <claudia.k@conicet.gov.ar>.

imposed and what is available, the agency to overcome poverty and build identity stands out.

Keywords: welfare state; modeling; family experience; significance; Argentina.

Introducción

Existe una vasta literatura regional que aborda la compleja relación entre familia y políticas sociales, siguiendo el clásico contrapunto entre espacio público y privado, para definir en dicha intersección, las responsabilidades de los agentes en la provisión de bienestar. En el marco de una sociogénesis del Estado de Bienestar, el planteo predominante se ha basado, por un lado, en unos supuestos productivistas propios del enfoque bienestarista del siglo XX, y por otro, en la existencia de familia. Ello redundando en una interpretación económica del bienestar como en un resistente familismo.

También reconocemos algunas rupturas. Por un lado, las políticas de cuidado emergieron como reacción a la mercantilización de los recursos de protección y afecto como funciones familiares, reubicando el cuidado en su esencia ontológica, como condición de la interdependencia. En segundo lugar, el reconocimiento de una pluralidad de familias en los discursos técnicos como de sentido común (así como de niñeces) ha dado lugar a una renovada sociología de la familia como a una perspectiva socio-jurídica que vincula las políticas sociales con la regulación normativa y la realización de justicia en el ámbito público y privado. En tercer lugar, los significados atribuidos del “ser familia” han sido problematizados desde la visión del “hacerse” individuo, generando en ese devenir, modos de relacionamiento (*relatedness*), de establecer relaciones, vínculos y conexiones entre las personas que no tienen por qué coincidir con los vínculos de parentesco (CARSTEN, 2000) o del emparentamiento (*kinning*) (HOWELL, 2004), buscando desplazar la consanguinidad como eje del sistema cultural familiar.

Es a partir de estas anotaciones que se propone problematizar el campo de las políticas familiares, tomando como punto de partida la experiencia de familia, desde un análisis microsocioal con énfasis en la perspectiva del sujeto, en lo que refiere tanto a sus comportamientos y creencias como a lo que las instituciones esperan de aquel.

Estado y familias

En aquellas sociedades como la argentina, donde el Estado ha sido motor del desarrollo moderno, y el crecimiento económico se alcanzó recién a mediados del siglo XX con la expansión del trabajo asalariado en el

sector industrial, los ciclos familiares y los lugares de residencia se definieron en función del trabajo y la regulación estatal. Ello determinó la organización de la vida cotidiana, tal como lo han demostrado diversos estudios a la hora de explicar la desestructuración de la vida familiar a partir de la caída por la crisis económica y el desempleo, como por las angustias ante las reorientaciones de la política social. Fueron más escasos los trabajos que – a la inversa – indagaron acerca de los conflictos familiares como desestabilizadores de la inserción laboral de sus miembros, como en torno a las resistencias individuales y grupales a los esquemas de normalización fundantes de los programas sociales. En cualquier caso, lo importante es que se cimentó una memoria familiar que de generación en generación transmitiría esa cultura del trabajo, así como un tipo de demandas constantes y crecientes al sistema de seguridad social y asistencia estatal. Sin embargo, en dicha idealización se ocultó y desatendió la contracara del desarrollo industrial con el sostenimiento del sector informal urbano, combinando actividades formales e informales, legales e ilegales. Asimismo, un sostenido proceso de maternalización de las mujeres y politización de la maternidad (NARI, 1994) conllevó la feminización de la pobreza como de la política social.

En la actualidad, ese funcionamiento social y familiar se evanesce en el pasaje de al menos tres generaciones sin empleo fijo, mientras se mantiene el discurso de la laboralidad como si los cambios en la empleabilidad no hubieran ocurrido. En el campo de la política social se revela una línea de continuidad entre la política de mínimos o básicos iniciada en América Latina en los 90', acompañando la tendencia hacia una *flexicurity* (flexibilidad laboral y seguridad social) actualizada en los programas de transferencia condicionada y reafirmada en la noción de “piso de protección social” (OIT, 2012), junto a una focalización en problemas específicos a ciertas categorías sociales y en aspectos ligados directamente al control social y la penalización.

Por otra parte, la modelización que deriva de la mirada heteronormativa y la planificación condicional como práctica típica en el diseño de políticas sociales son aspectos que pueden explicar los posibles fallos en la intervención con familias. Respecto de lo primero, la heteronormatividad refiere a la construcción del dimorfismo sexual en la cultura occidental, destacando su carácter inmanente y natural como estructurante de la forma familiar. La distinción entre hombre y mujer, las dos normas para la vida humana (ANNAS, 1996) y el modelo del cuidador y proveedor únicos, hacen que ninguna experiencia y expectativa sea indiferente al hecho que seamos hombres o mujeres. Por su parte, el hecho que el modelo de familia nuclear se haya efectivamente impuesto en la sociedad occidental contemporánea tiene sin embargo particularidades en función de la posición de clase: Donzelot (1998) advertía al menos dos modelos en la sociedad capitalista al referirse a la familia popular (objeto por excelencia de la política social) y a la

familia burguesa. Respecto de lo segundo, la política social dirigida a las familias asumió en la región las características de una planificación condicional, es decir, basados en el “si... entonces”: si se presenta la circunstancia “x”, se aplica la intervención “y”. Subyace una verdadera planificación de la familia a partir de la definición de un modelo homogéneo que permitió aplicar la lógica condicional y compensatoria (KRMPOTIC, 2009).

Offe (1995) entiende que algunos de los siguientes supuestos – que denomina productivistas – se han vuelto cuestionables: a) la mayoría de la gente vive en familia y deriva sus medios de subsistencia de los ingresos compartidos, proveyendo de una red de seguridad “micro” a partir de la cual potencia la actividad de cada uno de sus miembros; b) la mayoría de las familias tiene como mínimo un sostén de familia empleado regularmente (aun en condición de subempleo, precariedad o informalidad); c) que hay un sistema civil de actores colectivos que media y negocia ante los conflictos, y brinda una “meso” red de apoyo social a las categorías que representan; y d) que el Estado provee de un “macro” mecanismo suplementario de seguridad y asistencia para cubrir los fallos del sistema como las necesidades residuales no cubiertas por el micro y el meso sistema.

Se sigue pensando la política familiar como un aligeramiento de las responsabilidades familiares a través de descuentos o compensaciones frente a tales cargas. Son débiles las acciones tendientes a reforzar la capacidad decisonal y el ejercicio de las titularidades, como a regular las funciones de cuidado y de control social. Algunos autores sostienen que en lugar de ser valoradas por su carencia o déficit y hasta penalizadas, las familias sean recompensadas en su propia forma de ser: sea por el reconocimiento del trabajo en el hogar, por la asistencia a las personas mayores, por la pertinencia de cuidados especiales en casos de capacidades disminuidas, por los logros educativos de los jóvenes, o en materia de salud de sus miembros, etc. Así una prestación por maternidad no vale solo por el monto y la capacidad de compra, sino por las relaciones contextualizadas en la red comunitaria que promueve dicho recurso monetario. Se trata del pasaje del código de inclusión por el dinero, al código relacional en términos de Donati (2004) o a una ciudadanía profunda, *deep citizenship* (CLARKE, 1996).

El Estado produce a las familias mediante definiciones jurídicas como desde los objetivos de política pública. Si bien desde ambos planos regulatorios (jurídico y político) ha logrado inculcar unas formas y categorías de percepción, unos recursos cognitivos y evaluativos en los distintos sectores sociales, en especial los más desventajados, elevando la tolerancia y el conformismo con una reducción de las disonancias, también es cierto que no llega a todos los rincones del territorio. Es así que la mirada sobre los márgenes del Estado nos introduce en un acontecer familiar disonante, en contextos de ilegalidad, de economía informal, con ciudadanías cercenadas y pertenencias parciales, y desorden institucional (DAS; POOLE, 2004).

La conformidad respecto de clases y modelos de familia en lugar de arreglos familiares emergentes de construcciones sociales, coadyuvan en un estándar profesional anclado en los límites de la normalidad. Illich (2002) acuñó el concepto de iatrogenia social para referirse así al daño profesional – indebido, incorrecto, involuntario – como al modo sociopolítico de transmisión, cuando la burocracia institucional aumenta el stress de los usuarios, multiplica una dependencia incapacitante, genera nuevas necesidades, reduce los niveles de tolerancia al malestar, y cuando la asistencia se convierte en un ítem estandarizado.

Experiencia de familia

Sabemos que predomina una concepción de familia (*kinship*) como sistema cultural cuyo símbolo central es la consanguinidad, sustrato de la visión occidental del parentesco. La sangre – junto con otras sustancias biogenéticas como el espermatozoides u óvulos – representan la verdad genealógica, origen de la verdad biográfica, componente básico de la identidad individual (RIVAS RIVAS, 2009). Compartir y transmitir una misma sangre como resultado del acto sexual es el elemento natural que legitima el establecimiento de un tipo de relaciones sociales, filiales, conyugales, fraternas, que se van extendiendo de forma ascendente y descendente hasta conformar la malla genealógica. No obstante, algunos han procurado enfocar el proceso de devenir persona. La noción de relacionamiento a partir de las concepciones *emic* acerca de los modos de establecer relaciones y de estar relacionados (CARSTEN, 2000), o del emparentamiento (HOWELL, 2004) enfatizan la capacidad de agencia de sus miembros y nos introducen en la creación y continuidad de unos vínculos como producto de actos conscientes y deliberados.

También resulta productivo hacer una revisión de las funciones familiares. Siguiendo a Segalen (2013), ello implica transitar por vivencias – transitorias como cristalizadas – sobre el socializar, educar y escolarizar, sobre el habitar y la construcción del “en casa”, sobre el trabajar, como respecto de la función de vincular y transmitir lazos, patrimonios, movilidad y memoria familiar (normas, reflexividad y reviviscencia). La esfera íntima y familiar es pensada como un lugar específico de intercambios, que Giddens (1991) denomina relación pura, incondicional y gratuita, en un registro que se enfrenta a la lógica contractual.

El papel de la familia es clave en el plano cognoscitivo, en la medida que en ese marco se elaboran las percepciones acerca de los recursos y las oportunidades de vida (amplia gama de recursos, o enfrentados a fragmentos de evidencia en contrario), ampliando o restringiendo el margen de maniobra para afrontar necesidades y padecimientos, en función de la disponibilidad de saberes: para encontrar un trabajo, para aprender destrezas,

a depender de los ahorros personales o de la ayuda de la familia o vecinos, a llevar una vida saludable, a hacernos cargo de un hijo o de una infracción cometida.

Considerar la experiencia de familia nos aleja de sus efectos normativos e ideales, para abordar las vivencias encarnadas en sujetos y contextos particulares, en los que la familia adquiere un grado de significatividad. Retomando a Schutz (1974) podemos reconocer unas “significatividades intrínsecas”, que son el resultado de nuestras elecciones, de nuestras decisiones espontáneas, que hasta cierto punto podemos controlar y cambiar; y otro conjunto de ‘significatividades impuestas’, en tanto sometidas a sucesos que, si bien nos afectan, son ajenas a nuestro control en el sentido del ‘ser arrojado al mundo’ como aspecto inherente a la condición humana. Puede inferirse de ello que cuanto mayor sea la distancia social, o más débil y extraña la relación entre hermanos, o padre e hijo, por ejemplo, será

menos discernible para el copartícipe el lugar que aquel ocupa en el cosmos social, tanto menor es la zona de significatividades intrínsecas compartidas y tanto mayor la zona de las significatividades impuestas. (SCHUTZ, 1974. p. 127).

Dicha situación conduce al hecho de que “cada vez somos menos dueños de determinar por nosotros mismos lo que es y lo que no es significativo para nosotros” (SCHUTZ, 1974, p. 128).

Decimos que las relaciones familiares son producto de acciones conscientes y deliberadas. La acción crea poder y se opone al poder, en un equilibrio entre el determinismo y la libertad de acción, entre el padecer y el decidir. Será la conciencia que volcará la balanza hacia uno u otro extremo. La conciencia – que siempre es conciencia de algo – establece el límite de lo posible a partir de las vivencias y las experiencias para cada historia singular. Ello no implica desestimar el conjunto de posibilidades reales que nos ofrece la comunidad, pero es desde la conciencia individual que se padece lo impuesto y se decide hacer lo disponible en el escenario social. Siguiendo con Schutz (1974), la situación biográfica define el modo de ubicarnos en el escenario de la acción, interpretar sus posibilidades y enfrentar sus desafíos: “el” mundo se convierte en “mi” mundo.

Preferimos entonces comprender la familia como organización abierta en constante devenir, situada en el entramado sujeto-vínculo-cultura. Como tal se instituye en el ámbito básico de socialización humana, en tanto es la encargada de insertar al sujeto en la cultura. De este modo, es productora y reproductora de modelos vinculares, así como generadora de subjetividad y fundante del psiquismo. Es en el espacio singular de encuentro con el otro que modifica e inscribe marcas en nuestra psiquis. De esa manera, la familia como organización vincular, ligada a una red social, recibe al niño/niña en un encuentro humanizante que obedecerá a dos códigos diferentes: el de la disposición genética, y el del mundo humano que lo espera para asignarle

un lugar. En este encuentro de inscripciones y transcripciones la familia se constituye en el dispositivo primordial, pero no único, de transmitir no solo un código familiar sino también cultural.

La experiencia de Matías

Un joven – al que llamaremos Matías – tiene hoy día 22 años y una historia de vida que nos podrá ayudar a desenredar algunos aspectos de la madeja conceptual. Conocimos estos pormenores mediante entrevistas en profundidad en un proceso que se inició en 2014 a partir de un contacto espontáneo en una oficina pública de un Municipio del Conurbano Bonaerense donde él trabajaba. Los intercambios se repitieron durante 2016 ya orientados por una guía de entrevista, en su lugar de trabajo y en su domicilio, de acuerdo con los criterios del consentimiento informado. Al respecto, se explicitó que el respeto por la vida privada era el principio rector que estructuraba la indagación, dejando en claro que la información recabada sería utilizada exclusivamente con fines académicos. La participación fue voluntaria, con el compromiso de proteger su identidad a través del anonimato y dejando siempre abierta la posibilidad de interrumpir la entrevista cuando el joven así lo deseara. La interpretación se nutrió de los intercambios y lecturas en el marco de un proyecto de investigación mayor en el que se abordaba el papel de la cultura en la resolución de conflictos vitales¹. Para este material seleccionamos algunos párrafos a fin de ilustrar las que presentaremos como singularidades y limitaciones de la intervención con familias.

Matías es el mayor de cinco hermanos. Con un padre (biológico) alcohólico y violento, su madre (biológica) abandona hace muchos años el hogar conyugal junto a cuatro de sus hijos. Desde los 6 hasta los 17 años, Matías vivió solo con su padre. Tiene carisma, impresiona como un joven trabajador, responsable y de modos cordiales. Ello pone en juego nuestro propio prejuicio: historia de sufrimiento y carencias con un resultado que contrasta con las previsiones teóricas.

“Me dejó con mi viejo y se salvó ella y los salvó a mis hermanos, pero... ¿y yo?”. “Yo sé que él la podía matar, pero ella también sabía y se fue y me dejó ahí”.

“Mi papá me golpeaba tanto... veía las estrellas”

Dice el joven que el cinto y las trompadas eran prácticamente cotidianos, hasta con una llave francesa en la cabeza. “Nos mudamos muchas veces: San Petersburgo, Puerta de Hierro y Santos Vega”².

¹ Con referencia al proyecto acreditado “*La dimensión cultural en la resolución de conflictos vitales en escenarios diversos*”. PROINCE PIDC A 203. Universidad Nacional de La Matanza. Programación 2016-2017.

² Barrios caracterizados por concentrar altos índices de pobreza, delincuencia, consumo y comercialización de drogas.

Singularidad: se produce lo inesperado en estos roles trastocados. La madre abandona y deja sin cuidado. Matías queda a cuidado de quien no se espera cuidado: es el padre, y a quien se le atribuye la violencia. La situación pasa inadvertida por la mayoría de los servicios sociales y comunitarios, quienes no ponen atención en el niño, ¡pues claro, no estaba con su madre! Se hace patente aquella aserción de Chejter (1992) acerca del “sexo natural del Estado”, respecto de un Estado de bienestar “de y para” mujeres, sosteniendo sus intervenciones en el binomio madre-hijo, a través de la movilización e interpelación constante y un cambio social que pivotea sobre el dinamismo de aquellas (KRMPOTIC; ALLEN, 2003).

Limitaciones: al no cumplirse los supuestos sobre los que operan los programas sociales no hay prácticamente intervención reparadora ni compensadora: hogar con dos varones, sin proveedor, con cuidador que más bien refleja las patologías del cuidado, en tanto negación del cuidado esencial en el maltrato de personas, de la casa y de sí mismo, como en el descuido, en la carencia y la incompletud (KRMPOTIC, 2016; BOFF, 2011). Por su parte, los sucesivos cambios de domicilio inhiben los seguimientos profesionales e impactan sobre la continuidad de las intervenciones. Las derivaciones entre servicios sociales no se concretan, tampoco el intercambio fructífero de información. Los servicios de bienestar precisan de un domicilio relativamente estable. El tiempo es necesario para establecer vínculos de reciprocidad con vecinos y redes comunitarias. Asimismo, el contexto barrial ilustra cabalmente la noción de capital social negativo (PORTES, 1999).

“Mi padre no trabajaba, se ganaba algún dinero vendiendo drogas... no conocí otros familiares de él... tampoco sus conocidos podían ayudarme”
“Dejé la escuela antes de terminar la primaria, y hacía chingas en el barrio... Muchas veces mi papá no me abría la puerta de casa para dormir... y pasaba hambre porque con lo que ganaba gracias que me alcanzaba para comprar un sándwich y se lo daba a mi viejo... él no me obligaba a dárselo, se lo daba porque no quería que sufra”
“Nunca consumí drogas, pero sí inhalaba pegamento porque era la única manera de no tener hambre y frío”

Singularidad: el servicio social escolar no logró resultado satisfactorio; según el relato tampoco se revelaron otras instituciones amparando al niño. Pernoctar en la calle, inhalar pegamento y tener hambre no fueron advertidos por las redes comunitarias ni oficiales.

Limitaciones: podemos presumir que – por la actividad del padre – las relaciones eran restringidas, con personas que difícilmente pudieran ocupar el rol de referentes afectivos para Matías. Asimismo, los profesionales suelen plantear objeciones para el ingreso a barrios críticos por su peligrosidad. Las redes de organizaciones e instituciones funcionan en base a intercambios y beneficios recíprocos. En la medida que no hay reciprocidad, las solicitudes y derivaciones no se concretan. Hace tiempo sostenemos

una definición compleja de exclusión social, con la incorporación de indicadores referidos al desorden institucional, a la falta de control del territorio con las dificultades inherentes al funcionamiento de los organismos públicos, como del civismo (*civiness*) como base para la organización ciudadana (QUINTI, 1999).

Cuando Matías tenía aproximadamente 17 años, su madre y una tía materna lo contactaron:

“Me convencieron de ir a vivir con ellos... Lo hice por mis hermanos... porque les costaba vincularse con mamá”

“Ella no sabe qué hacer para que la perdone, pero yo no puedo y tampoco quiero porque ella se salvó y salvó a mis hermanos y a mí no”

Para sus 18 años, Matías estaba en pareja y la joven embarazada. Estaban construyendo la casa en un terreno que les cedió la tía (apoyo fundamental de la familia ampliada, quien por entonces ostentaba un cargo de representación política a nivel local). Convivían en la vivienda aún sin terminar, demostrando un vínculo fuerte con la joven. Contó que iba a tener una niña y se lo veía feliz y orgulloso. Sin embargo, cada tanto reaparecía la violencia, pero junto a ello la superación convertida en actividad física:

“Tengo que volver a practicar boxeo... me sirve para largar el odio y la bronca. A veces siento ira y deseos de pegar. Eso me pasa desde más joven y boxear me hace sentir mejor”

“Una vez me tuvieron que sacar a un tipo de las manos, si me dejaban lo mataba”. “Lo había encontrado maltratando a mi papá en casa”

“No, pero no voy a permitir que nadie se meta con mi viejo... conmigo era malísimo y más de una vez sentí ganas de matarlo, pero no voy a permitir que nadie lo humille, en todo caso yo soy el único que lo puede lastimar”

Agrega contundente: “pero nunca le pegué”.

Singularidad: significatividades impuestas, como la defensa del honor y el rechazo a la humillación de su padre. Como contracara, una dura sanción a la madre al no perdonar su abandono, algo inconsistente con su percepción del rol de madre.

Después de unos meses sin verlo y preguntar a varios compañeros por Matías, nos informan de que estaba detenido en la cárcel de Olmos (provincia de Buenos Aires). Su padre había sido asesinado en una gresca por ajuste de cuentas, y su reacción fue la de vengarlo, enfrentando y matando a las dos personas involucradas. Matías contrajo matrimonio en la prisión con aquella joven, quien ya cuidaba de la hija en común. Tiempo después sabemos por terceros – inexplicablemente dada la índole del delito – que ya estaba libre.

Singularidad: por lo general observamos como recaen en los más carentes y vulnerables los procesos de selección, segregación y castigo que

operan las instituciones encargadas del control social. Sin embargo, la historia de este padre e hijo muestran que formaron parte del área de fuga, filtros y selectividad, pero a la inversa. Cuando le corresponde una sanción penal, Matías transita por un confinamiento carcelario breve, y la causa se evanesce (podemos suponer, por comentarios de terceros, una cierta influencia política ejercida por su tía en su encausamiento). Quizás siga bajo proceso (no lo sabemos) aunque en libertad y con una vida organizada. Aquí los beneficios, que en general atribuimos a los sectores más aventajados de la sociedad, funcionaron en favor de Matías.

De su vida actual conocemos que tiene un trabajo y convive con su pareja y la pequeña hija de ambos. Desde su situación biográfica y transmisión intergeneracional de saberes – aún a pesar de las carencias materiales y existenciales – consigue afirmarse en el empleo y sostener la unidad familiar, construir un “en casa” y una experiencia de habitar, conformando una típica familia nuclear con proveedor y cuidador únicos. La conjunción de familia y política a través de un miembro de la red de parentesco ha sido una combinación virtuosa de poder y recursos que Matías supo aprovechar.

Conclusiones

La historia de Matías revela el fracaso de las intervenciones estatales y profesionales, incluso en lo que respecta a la institucionalización de la marginación, salvo por la breve experiencia de confinamiento. En la tensión entre lo impuesto y lo disponible transcurrió su vida, pero que lejos de mostrar pasividad ante lo dado, exhibió aquello en lo insistimos: capacidad de agencia para conseguir sobrellevar la pobreza y construir su identidad.

Dado que la intervención estatal se ha concentrado en la normalización de las familias marginadas a través del control sobre las mujeres-madres y los niños, el hogar de Matías quedó fuera de su alcance. Padre e hijo no fueron beneficiarios de lo que les correspondería por derechos de ciudadanía, e incluso transitaron por los márgenes en la informalidad y la ilegalidad. De esa manera, no constituyeron objeto de la tarea clasificatoria propia de los diagnósticos sociales, con todo el potencial iatrogénico que de ello se desprende. Aquí, no hay “efecto del significante” por el que Matías dejaría de ser Matías para ser un joven sin escolarización, sufriente de abuso y violencia parental, padre precoz y homicida. En definitiva, toda una sustitución metafórica-metonímica por la que se pierde de vista el caso singular y sus particularidades.

Los padres, como también otros agentes, tienen el poder para determinar el camino a seguir ante lo que socialmente se define como problema, así como respecto de las soluciones que también se ajustan a una serie de convenciones que definimos como regiones de significatividad. En este caso, la autoridad parental emergió en última instancia como otorgando

un cierto orden al caos, aunque brindando discontinuos sentimientos de seguridad, no siempre ampliando el arco de posibilidades de mejora en el bienestar.

La experiencia de familia encarnada en Matías adquirió un grado de significatividad. Significatividades intrínsecas, que le permitieron decidir en favor de su propia construcción familiar. Desde las vivencias de una familia disgregada y con significatividades impuestas, construyó una experiencia significativa de familia. Ello le proveyó inscripciones y transcripciones de un código familiar pero también cultural. Cabal muestra de la convergencia entre las potencialidades personales, la interacción social (el hacer-con y el hacerse-con) y la situación social (conjunto de posibilidades sociales) para definir modos de relacionamiento y emparentamiento. Convergencia que no se expresa en una historia como herencia, tampoco en la idealización de una satisfacción plena. En definitiva, Matías construye familia en sintonía con lo que las instituciones esperan de él, aún sin la intervención directa de aquellas y sus agentes. Asimismo, la deuda social existe: al sufrimiento – material, vital y existencial – podríamos dejar de sumarle más sufrimiento, sino atenuar, acompañar y sanar como responsabilidad profesional y colectiva.

Referencias

ANNAS, J. Las mujeres y la calidad de vida: ¿dos normas o una? In: NUSSBAUM, M. y A. Sen (Comp.). *La calidad de vida*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BOFF, L. *Saber cuidar*. Ética do humano, compaixão pela terra. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CARSTEN, J. *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CHEJTER, S. *El sexo natural del Estado*. Mujeres: alternativas para la década de los noventa. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1992.

CLARKE, P. B. *Deep citizenship*. London/Chicago: Pluto Press, 1996.

DAS, V.; POOLE, D. (Ed.). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe: Sar Press, 2004.

DONATI, P. Nuevas políticas sociales y Estado social relacional. *Reis (Revista Española de Investigaciones Sociológicas)*, n. 108, 2004.

DONZELOT, J. *La policía de las familias*. Madrid: Pre-Textos, 1998.

GIDDENS, A. *Modernity and self-identity*. Self and society in the Late Modern Age. Cambridge: Polity, 1991.

HOWELL, S. ¿Quién soy yo, entonces? Perspectivas de los adoptados transnacionales acerca de la identidad y la etnia. In: MARRE, D.; BESTARD, J. (Ed.). *La adopción y el acogimiento*. Presente y perspectivas. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2004.

ILLICH, I. *Limits to medicine*. Medical nemesis: the expropriation of health. London: Marion Boyars Publishers, 2002.

KRMPOTIC, C. E pur si muove. En búsqueda de un nuevo patrón familiar (o las dificultades para aceptar el mestizaje). In: DE MARTINO, M. (Comp.). *Infancia, familia y género*. Múltiples problemáticas, múltiples abordajes. Montevideo: Ed. Cruz del Sur, 2009.

_____. Relatos del no-cuidado. (En)clave Comahue, Río Negro, n. 21, 2016.

KRMPOTIC, C.; ALLEN, I. *Trayectoria familiar, ciclos políticos y bienestar*. Buenos Aires: Espacio Ed., 2003.

NARI, M. *Políticas de maternidad y maternalismo político*. Buenos Aires: Biblos, 2004.

OFFE, C. Un diseño no productivista para las políticas sociales. In: LO VUOLO, R. et al. *Contra la exclusión*. La propuesta del ingreso ciudadano. Buenos Aires: Ciepp-Miño y Davila, 1995.

PORTES, A. Capital social: sus orígenes y aplicaciones en la sociología moderna. In: CARPIO, J.; NOVACOVSKY, I. *De igual a igual*. El desafío del Estado ante los nuevos problemas sociales. Buenos Aires: Siempre/Flacso/Fondo de Cultura Económica, 1999.

QUINTI, G. Exclusión social: el debate teórico y los modelos de medición y evaluación. In: CARPIO, J.; NOVACOVSKY, I. *De igual a igual*. El desafío del Estado ante los nuevos problemas sociales. Buenos Aires: Siempre/Flacso/Fondo de Cultura Económica, 1999.

RIVAS RIVAS, A. M. Pluriparentalidades y parentescos electivos. *Revista de Antropología Social*, n. 18, 2009.

SCHUTZ, A. *Estudios sobre teoría social*. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.

SEGALEN, M. *Sociología de la familia*. Mar del Plata: Eudem, 2013.

DOI: 10.12957/rep.2018.39413

Recebido em 29 de junho de 2018.

Aprovado para publicação em 30 de julho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Famílias e assistência social: reflexões sobre o BPC e o PBF

Families and social assistance: reflections on the Continued Payment Benefit (BPC) and the Bolsa Família (PBF) programs

Mônica de Castro Maia Senna*

Brenda Luanda Silva Costa**

Resumo – Este artigo pretende contribuir para o debate em torno do trabalho com famílias na política de assistência social, a partir da análise de alguns elementos que circunscrevem a centralidade da família nas políticas e programas sociais brasileiros nos anos recentes, mais especificamente no âmbito do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada. Tomando por base estudos e experiências concretas, abordamos algumas inflexões produzidas nos sistemas nacionais de proteção social nas últimas décadas, com destaque para o caso brasileiro. Enfatizamos alguns aspectos contraditórios presentes nas relações estabelecidas entre Estado e família forjadas a partir da constituição dessas duas modalidades de provisão da assistência social.

Palavras-chave: política social; assistência social; família; bolsa família; benefício de prestação continuada.

Abstract – This article intends to contribute to the debate about the work with families in social assistance policy, from the analysis of some elements that circumscribe the centrality of family in Brazilian social policies and programs in recent years, specifically within the scope of the Bolsa Família and the Continued Payment Benefit programs. Based on studies and concrete experiences, we have approached some inflections produced in national social protection systems in the last decades, focusing on the Brazilian case. We emphasize some contradictory aspects present in the relations established between state and family forged from the constitution of these two modalities of provision of social assistance.

Keywords: social policy; social assistance; family; Bolsa Família; Continued Payment Benefits.

.....
*Assistente Social. Mestre e Doutora em Ciências – Saúde Pública. Professora Associada da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social – Universidade Federal Fluminense. Bolsista CNPq 2. *Correspondência:* Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/nº, Bloco E – 3º andar – sala 314, Campus Universitário do Gragoatá, São Domingos – Niterói - RJ. CEP: 24210-201. *Email:* <monica.senna20@gmail.com>.

** Graduanda em Serviço Social. Bolsista PIBIC UFF/CNPq. Escola de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. Estagiária do Instituto Nacional de Seguro Social.. *Correspondência:* Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/nº, Bloco E - 3º andar – sala 314, Campus Universitário do Gragoatá, São Domingos – Niterói – RJ. CEP: 24210-201. *Email:* <brenda_p4@hotmail.com>.

Introdução

Este artigo insere-se no interior do debate sobre o trabalho com famílias na política de assistência social. Seu objetivo central é contribuir para o debate sobre esta temática, a partir da análise de alguns elementos que circunscrevem a centralidade da família na política de assistência social brasileira nos anos recentes, mais especificamente no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Principal programa social de combate à pobreza do governo federal desde 2004, o PBF teve no foco à família uma de suas supostas inovações, se comparado com as intervenções públicas que o antecederam. Já o BPC é um benefício individual, não contributivo, inscrito na Constituição Federal de 1988, mas que considera a família para fins de cálculo da renda para concessão do benefício.

O momento atual, marcado pela profunda regressão dos direitos sociais, é propício para examinar os rumos dessas medidas, inserindo-as no contexto de mudanças nos sistemas de proteção social. No caso do presente trabalho, pretende-se trazer alguns elementos que possam subsidiar a análise sobre a centralidade na família proposta pelo PBF, com ênfase nas potencialidades, limites e desafios postos ao sistema de proteção social brasileiro.

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: inicialmente, discutem-se as principais inflexões que vêm sendo produzidas nos sistemas nacionais de proteção social nas últimas décadas, com destaque para o caso brasileiro. Entende-se que essas inflexões estão associadas às profundas mudanças que se operaram nas relações entre Estado, economia e sociedade no capitalismo contemporâneo, resguardadas as especificidades da formação sócio-histórica de cada país. É neste contexto que os programas de transferência condicionada de renda centradas nas famílias ganham espaço crescente na agenda governamental. A partir desta discussão, em segundo lugar, aborda-se a configuração da família no desenho do PBF e na construção do BPC, para, em seguida, apontar alguns aspectos contraditórios presentes nas relações estabelecidas entre Estado e família forjadas a partir da construção dessas iniciativas.

Famílias e sistemas públicos de proteção social

O último quartel do século XX assistiu a profundas transformações econômicas, políticas e sociais, decorrentes, em grande medida, da grave crise do capitalismo mundial, com impactos diretos no padrão de intervenção pública no campo social erigido desde o segundo pós-guerra. O processo de reestruturação produtiva em curso, associado às mudanças no mundo do trabalho e ao consequente aumento do desemprego estrutural, abalou os pilares de sustentação dos Estados Sociais e propiciou o fortalecimento

de concepções e estratégias de revisão do papel do Estado interventor, especialmente no que tange à provisão social.

Destaca-se aqui a leitura neoliberal, cujo cerne das críticas repousa na suposta expansão excessiva dos direitos sociais e na intensa atuação do Estado no campo da proteção social, qualificada como desnecessária e mesmo ineficiente. Dentro desta perspectiva, o mercado é reafirmado como o melhor mecanismo de alocação de riquezas e de produção de bem-estar, enquanto a responsabilidade pela proteção contra riscos sociais caberia prioritariamente ao indivíduo e aos seus laços de sociabilidade primária (família, vizinhança, comunidade). É neste contexto que se observa a “redescoberta” da família enquanto um importante agente privado no desenvolvimento de políticas de proteção social (PEREIRA, 2006).

O emprego do termo “redescoberta” como referência à centralidade assumida pela família nos esquemas públicos de proteção social recentes não se dá aleatoriamente. Em seu já clássico trabalho voltado à construção de uma tipologia dos regimes de Estados de Bem-Estar Social, Esping-Andersen (1991) chama atenção para a necessidade de se considerarem as formas como as intervenções estatais se entrelaçam com o mercado e com a família na provisão social. Apesar disto, a ênfase dada pelo autor recai nas relações entre Estado e mercado, de modo que uma das críticas recorrentes a esta abordagem reside exatamente na lacuna a respeito das formas como a família se tornou uma esfera de proteção social ao longo do processo de constituição e desenvolvimento dos Estados de Bem-Estar Social.

Contribuições a este debate têm sido aportadas por estudos feministas, cuja linha de argumentação procura demonstrar que a divisão de trabalho entre os sexos e as ideologias de gênero tendem a influenciar a provisão social, ao mesmo tempo em que as políticas sociais afetam de maneira distinta as condições de vida de homens e mulheres nos diferentes tipos de Estado de Bem-Estar Social (BOCK, 1994). Por meio de estudos históricos, as críticas feministas vão destacar o papel das mulheres na provisão de bem-estar por meio do trabalho doméstico não remunerado e do trabalho da assistência (denominada por algumas autoras como *care*) exercido na esfera da reprodução social, tal como discutido por Gama (2008).

Conforme aponta Pereira (2006), durante o auge da economia capitalista no segundo pós-guerra, com garantia de pleno emprego e da oferta de políticas sociais universais, pareceu que a família seria descartável no modelo de Estado de Bem-Estar gestado pelos países centrais. De forma análoga, Carvalho (1995) traz a ideia de que a proteção e a reprodução social transformaram-se em missão quase total de um Estado Social provedor e garantidor dos direitos dos cidadãos. Desse modo, defendia-se que o indivíduo poderia trilhar a sua vida dependente exclusivamente do Estado e do trabalho e não mais das chamadas sociabilidades comunitárias e familiares.

Somente com o acirramento da crise econômica é que se dá conta de que estas promessas estariam ameaçadas. Neste contexto, as redes de

solidariedade e sociabilidade pensadas a partir da família passam a ser valorizadas no âmbito da proteção social, principalmente na política social.

Sob a égide do ideário neoliberal, foram introduzidas mudanças significativas nos sistemas de proteção social, em que a família se tornou elemento central das políticas públicas com a perspectiva de que ela deve partilhar com o Estado as responsabilidades no que se refere à promoção de bens e serviços sociais. Como menciona Pereira (2006, p. 25), “introduz-se a problemática da família como importante substituto privado do Estado na provisão de bens e serviços sociais básicos”.

Para esta autora, o contexto de mudanças recentes na estrutura das economias capitalistas tem servido de justificativa para a adoção de um modelo misto de proteção social, denominado de *pluralismo de bem-estar*, caracterizado, em linhas gerais, pela “ação compartilhada do Estado, do mercado (incluindo as empresas) e da sociedade (organizações voluntárias, sem fins lucrativos, a família ou rede de parentesco) na provisão de bens e serviços que atendam as necessidades humanas básicas” (PEREIRA, 2009, p. 199).

No Brasil, como na maioria dos países latino-americanos, o Estado de Bem-Estar Social (se assim podem ser chamadas as estruturas de relação entre Estado e sociedade que vigoraram entre as primeiras décadas do século XX até o final dos anos 1970) se deu de modo tímido e frágil, sendo chamado por autores como Carvalho (1995) e Pereira (2006) de *Welfare Mix*, em que a responsabilidade com a proteção era partilhada entre o Estado e a sociedade civil. Desta forma, não se pode dizer que a sociabilidade e a solidariedade fundadas nas relações familiares nestes países deixaram de acontecer por força de um Estado firme e de pleno emprego.

No Brasil, as sociabilidades sociofamiliares e as redes de solidariedade por elas engendradas nunca foram descartadas. É que elas foram e são, para as camadas populares, a sua condição de resistência e sobrevivência. A família alargada, o grupo de conterrâneos, por exemplo, são possibilidades de maximização de rendimentos, apoios, afetos e relações para obter emprego, moradia, saúde [...]. (CARVALHO, 1995, p. 17).

De fato, a vinculação entre políticas sociais e famílias é recorrente na história brasileira, ratificando que se trata de uma regularidade histórica de longa duração, nos termos definidos por Costa (1995). Desde o Brasil colonial, há alguns exemplos bem documentados desta vinculação. Venâncio (1999), por exemplo, mostra como a ausência de apoio às famílias pobres determinou o abandono de crianças por pais ou mães incapazes de sustentá-las, entregando-as à Roda dos Expostos. Ao analisar esse processo, o autor substitui o termo “crianças abandonadas” pela expressão “famílias abandonadas”, denunciando o abandono das famílias pobres pelo poder público, na medida em que “desde os séculos XVIII e XIX, a única forma de as famílias pobres conseguirem apoio público para a criação de seus filhos era abandonando-os” (VENÂNCIO, 1999, p. 13).

Outras tendências na relação Estado-famílias foram se conformando ao longo da trajetória histórica das intervenções públicas brasileiras no campo social. Assumindo o risco de simplificar a análise a respeito dessa trajetória, é possível identificar que ela se conformou ora através do controle e normatização da vida familiar, onde se destaca a política higienista do início do século XX (COSTA, 1979), ora pela sobrecarga imputada às famílias em face da incapacidade, tanto do mercado quanto do Estado, em prover segurança social a seus membros (GOLDANI, 2001). O fato é que, no Brasil, diferentemente dos países de capitalismo central, as famílias sempre tiveram lugar de destaque no que tange à perspectiva de assegurar a proteção e inclusão social dos sujeitos que dela fazem parte.

Nos anos recentes, tem-se observado uma crescente participação da família enquanto estratégia de efetivação nos projetos e processos de políticas de proteção social no Brasil, principalmente no âmbito das políticas de seguridade, como saúde e assistência social. Percebe-se, ainda, que as políticas de combate à pobreza também elegeram a família e a comunidade como parceiras para sua efetivação. Elas visam assegurar uma rede de proteção e de desenvolvimento socioeconômico voltada às famílias e às comunidades em situação de risco e vulnerabilidade social. Os programas de renda mínima, por exemplo, visam garantir ao grupo familiar recursos suficientes pra aquisição de uma cesta alimentar, a manutenção dos filhos na escola, inibindo ainda o trabalho precoce de crianças e de adolescentes. Na assistência social, a chamada “matricialidade sociofamiliar” constitui um dos princípios orientadores do Sistema Único de Assistência Social (Suas), sendo entendida “como antídoto à fragmentação dos atendimentos, como sujeito à proteção de uma rede de serviços de suporte à família” (TEIXEIRA, 2010b, p. 5).

A retomada da família como eixo central das políticas sociais vem sendo alvo de um intenso debate quanto às potencialidades e aos limites de essa instituição prover, de forma exclusiva ou complementar, a proteção social de seus membros. Este debate se faz ainda mais necessário quando se observa que a retomada da centralidade da família se inscreve num contexto de revisão e crítica ao papel do Estado provedor e da delegação das responsabilidades de proteção social para as famílias e comunidades.

Decerto, a crescente valorização da família e da sociedade civil está relacionada à ascensão de políticas de cunho neoliberal, em que ganha destaque a defesa da partilha de responsabilidades que até aquele momento eram de responsabilidade do poder público estatal, ou seja, no enfrentamento das expressões da questão social.

Neste sentido, Mioto et al. (2007) afirmam que a centralidade da família na política social está ancorada sobre duas perspectivas distintas. A primeira foca a família como principal protagonista e responsável pelo processo de cuidado e proteção de seus membros. Para as autoras, essa perspectiva desconsidera as determinações sócio-históricas e econômicas que

influenciam nas condições e na organização das famílias, dando ênfase à sua capacidade natural de cuidadora e provedora, ao mesmo tempo em que limita a atuação do Estado apenas à prestação de auxílio àquelas famílias que teriam “falhado” nas suas funções – as famílias consideradas “incapazes”. As autoras destacam que a situação de pobreza está diretamente ligada à má distribuição de renda, haja vista que o modo de produção capitalista não garante pleno emprego, ficando as famílias em situação de vulnerabilidade e gerando a necessidade da inclusão social através das políticas sociais ofertadas pelo Estado. No Brasil, o grau de vulnerabilidade vem aumentando, dadas as desigualdades, próprias de sua estrutura social, em que cada vez mais se nota a exigência de as famílias desenvolverem formas estratégicas para manterem a sobrevivência.

A segunda perspectiva referida por Mioto et al. (2007) parte do entendimento de que, para desenvolver o papel socialmente atribuído à família, é imprescindível assegurar seu direito à proteção social por meio de políticas públicas. Aqui, longe de atribuir as responsabilidades de proteção social exclusivamente para as famílias, entende-se que as famílias, sobretudo as pobres, necessitam de uma intervenção efetiva do Estado, tendo em vista que a família, “[...] além de ser um espaço de cuidado, é um espaço a ser cuidado” (MIOTO et al., 2007, p. 56). Propõem, ainda, uma política familiar que tenha por finalidade contribuir para a autonomia das famílias, ou seja, para que possam proporcionar recursos que possibilitem às mesmas a condição de sujeito ativo na sociedade, com o desenvolvimento de atitudes conscientes e responsáveis.

Ao mesmo tempo, Carvalho (1995) e Draibe (1995) chamam atenção para o risco de que as políticas de proteção à família continuem a tratar as necessidades apresentadas de forma fragmentada e setorializada, e não a partir de uma abordagem integral. De fato, o que se observa são ações cada vez mais fragmentadas e seletivas, direcionadas a uma determinada fração da população, tais como à criança, ao idoso, à mulher, ao negro, entre outras.

Em sentido análogo, Silveira (2007) enumera alguns riscos de perpetuação de práticas conservadoras na gestão e no atendimento às famílias no âmbito do Suas associadas ao próprio arcabouço conceitual do sistema, especialmente em relação à matricialidade sociofamiliar. Dentre os riscos abordados pela autora, destacam-se: (a) o não reconhecimento dos determinantes sócio-históricos e das expressões de desigualdades sociais presentes nas demandas apresentadas à assistência social; (b) a adoção acrítica dos referenciais conceituais na prestação do atendimento às famílias e usuários do sistema; (c) a ênfase no trabalho psicossocial voltado ao “ajustamento” e disciplinamento das famílias, reforçando um viés culpabilizador pelas situações de vulnerabilidade social a que as mesmas estão submetidas; e (d) maior responsabilização das famílias pobres, pressionadas a assumirem encargos cada vez maiores em termos de proteção a seus membros.

Centralidade da família no Programa Bolsa Família: elementos para debate

No Brasil, a centralidade da família pode ser identificada no desenho de diversas políticas e programas sociais postos em marcha a partir dos anos 1990. No caso dos programas de transferência condicionada de renda (PTCR), no qual se situa o Bolsa Família, a prioridade conferida à família como foco da atenção é justificada pelo argumento de que as políticas de proteção à família teriam maior potencial de impactar as condições de vida da população pobre, na medida em ampliariam o escopo da intervenção pública e permitiriam maximizar os recursos existentes.

O Programa Bolsa Família foi instituído pelo governo federal em 2004, dirigido a famílias pobres e extremamente pobres, assim definidas com base em cálculo de renda *per capita*. O PBF associa a transferência monetária, paga preferencialmente às mulheres, ao cumprimento de uma agenda de compromissos relacionados às áreas de saúde, educação e assistência social, tais como: manutenção de filhos em idade escolar na escola; frequência regular de crianças de zero a seis anos de idade aos postos de saúde; manutenção do cartão de vacinas atualizado; realização de acompanhamento pré-natal; retorno de adultos analfabetos à escola; e participação em ações de educação alimentar (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004).

Alguns estudos (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007; NERI, 2011; POCHMAN, 2010) têm apontado o saldo positivo do PBF no que diz respeito à elevação da renda das famílias beneficiárias e de seu poder de consumo, bem como a sua contribuição para a redução das desigualdades sociais no país na última década. Por outro lado, muitas críticas têm sido feitas ao programa, pela sua limitada capacidade de promover, de fato, proteção às famílias beneficiárias, na medida em que a focalização nos pobres se faz pela seletividade na extrema pobreza, e não no campo dos direitos garantidos ao bem-estar de todos os cidadãos (TEIXEIRA, 2010a).

É possível afirmar que, ao conferir centralidade à família, o PBF contribui para promover uma mudança de paradigma na forma como tradicionalmente esta vem sendo abordada nas políticas sociais (MESQUITA; FREITAS, 2013): antes restrita a alvo da política social, a família passa a ser agente central na efetivação do programa. No entanto, como salientam as autoras, é preciso considerar os aspectos contraditórios da relação que se estabelece entre o Estado e as famílias.

Nesta direção, um primeiro aspecto a ressaltar é o paradoxo entre a proteção à família e o crescimento da responsabilidade da família na proteção social de seus membros. Ao instituir um conjunto de condicionalidades a serem cumpridas pelas famílias beneficiárias, o PBF tende a reforçar as responsabilidades destas famílias quanto aos possíveis sucessos e fracassos diante da efetividade das ações, sobrecarregando-as ainda com novos deveres (TEIXEIRA, 2010a), sem considerar as capacidades dessas famílias frente

aos recursos e às oportunidades existentes diante de um quadro de enorme vulnerabilidade social.

Associado a isto, é preciso destacar que, se as mulheres são valorizadas pelo PBF, na medida em que elas são tomadas como representantes preferenciais do benefício monetário e é para elas que se volta grande parte das ações do programa, tal valorização acaba por reforçar o papel da mulher como mãe e responsável pela família, perpetuando a tendência de naturalização dos papéis diferenciados entre o masculino e feminino (CARLOTO, 2006; MESQUITA; FREITAS, 2013).

Mioto (2006) traz contribuições importantes para se pensar as relações entre proteção social e famílias no âmbito do PBF. Esta autora argumenta que o modo como a família é incorporada na política pública reflete-se na organização dos serviços e na proposição e organização do trabalho com as famílias no cotidiano dos serviços. Nesta direção, a autora alerta para alguns riscos decorrentes do modo de organização da política social. Um destes riscos refere-se às ainda predominantes concepções estereotipadas de famílias e dos papéis familiares, em que mesmo a incorporação da noção de diversidade de arranjos familiares não foi capaz de suplantar as expectativas relacionadas aos papéis típicos de uma concepção funcional de família “estruturada”. Desse modo, o foco na família pode representar a retomada de concepções estigmatizantes sobre os pobres e a recuperação de práticas socioeducativas pautadas numa dimensão normatizadora e disciplinadora da vida familiar, em que se recuperam antigos mecanismos de controle dos pobres.

Ao mesmo tempo, embora considere a família como foco de intervenção, as ações previstas pelo PBF acabam por considerar os membros individualmente e ainda por sobrecarregar a mulher no que diz respeito a suas responsabilidades no cuidado familiar. As condicionalidades são ilustrativas deste aspecto. O rol de ações previstas na chamada agenda de compromissos do programa se direciona a segmentos específicos e não toma a família como uma unidade diversa e contraditória. Associado a isto, assiste-se à prevalência de propostas residuais, dirigidas a determinados problemas segmentados e fragmentados da totalidade social. Nesta direção, torna-se necessária a conjugação de ações das diversas áreas setoriais como condição imprescindível para alteração das condições de vida das famílias (CARVALHO, 1995). Dada a complexidade da chamada questão social e os diferentes graus de vulnerabilidade social a que estão expostas as famílias brasileiras na atualidade, a implantação de políticas sociais abrangentes e integradas é mais do que uma necessidade: é uma exigência.

Benefício de Prestação Continuada: mudanças recentes e implicações para as famílias

O BPC é um benefício monetário no valor de um salário mínimo, dirigido a idosos maiores de 65 anos e deficientes com impedimentos de longo prazo (acima de dois anos), de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e que tenham, em ambos os segmentos, renda familiar *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. No caso das pessoas com deficiência, é necessário passar por perícia médica e avaliação social realizada nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Trata-se do primeiro benefício não contributivo inscrito em uma Constituição Federal brasileira, a de 1988, que em seu artigo 203, inciso V, ao regulamentar os objetivos da assistência social enquanto parte integrante da seguridade social, assim estabelece:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social, e tem por objetivos:
V – a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provido por sua família, conforme disposto em lei. (BRASIL, 1988, p. 125).

A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8742/93 – Loas) emprega explicitamente pela primeira vez o termo Benefício de Prestação Continuada, regulamentando-o (BRASIL, 1993). Desde então, o BPC vem passando por algumas alterações importantes, tais como a redução da idade inicial do idoso de 70 para 65 anos de idade; a redefinição do conceito de deficiência, agora entendida como impedimentos de longo prazo e de qualquer natureza que impossibilitem a vida laborativa e a participação social; a adoção da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) e da avaliação social para concessão do BPC a deficientes; a possibilidade de suspensão (e não mais cancelamento) do benefício para deficientes que ingressarem no mercado de trabalho, dentre outros. Apesar do caráter altamente focalizado do BPC nos extremamente pobres, essas alterações propiciaram uma expansão do benefício que, em março de 2018, teve um total de 4.569.268 beneficiários, dos quais 2.541.699 eram deficientes (55,6%) e 2.027.569, idosos (44,4%).

Diferente do PBF, o BPC é um benefício individual. No entanto, as famílias contam tanto para efeitos do cálculo da renda necessário à concessão do BPC, quanto são atingidas pela concessão do benefício a um de seus membros. Estudos como o coordenado pelo MDS (BRASIL, 2010) apontam para o grande impacto do BPC no orçamento das famílias que contam com um beneficiário entre seus membros. De acordo com os achados desse estudo, quase 80% do orçamento dessas famílias provém do BPC, e, em 47% delas, o BPC equivale a 100% do orçamento familiar, demonstrando a relevância do benefício não só para o indivíduo, mas para toda sua família.

No Brasil, não existe uma definição única de família que subsidie as políticas sociais. O texto constitucional determina a prestação da assistência social às pessoas que não forem capazes de prover seu próprio sustento ou tê-lo provido por suas famílias. Na Loas de 1993 (Art. 20 § 1), para efeitos do BPC, a família é definida como “a unidade mononuclear, vivendo sob o mesmo teto, cuja economia é mantida pela contribuição de seus integrantes” (BRASIL, 1993). Posteriormente, a Loas 2011 (Lei 12.435/2011) considerou a família com a seguinte composição: “o requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto” (BRASIL, 2011).

Em verdade, tais concepções acabam por replicar o conceito de família usado no sistema previdenciário, cujo objetivo principal é identificar dependentes dos segurados e uma linha sucessória para concessão de pensões (MEDEIROS et al., 2009), o que difere enormemente da perspectiva de proteção social do BPC inscrita na Constituição Federal de 1988. Além disso, é preciso considerar que se trata de uma concepção tradicional e nuclear de família, que não considera distintos arranjos familiares que têm se conformado na experiência histórica brasileira, sobretudo nos últimos anos.

Igualmente, faz-se necessário apontar, com base no estudo de Medeiros, Granja e Sawaya Neto (2009), o quanto tal concepção tende a superestimar a capacidade de algumas famílias pobres, uma vez que não contabiliza a existência de outros membros (como netos, nora e genros, por exemplo). Assim, são geradas situações em que famílias muito pobres tornam-se ineligíveis ao BPC.

Com a implantação do Suas em 2005, os beneficiários do BPC passaram a constituir um dos grupos prioritários para acompanhamento familiar no âmbito da proteção social básica e da especial. Tal perspectiva foi brindada como uma estratégia para alargar as possibilidades de garantia de uma proteção social mais abrangente, ao mesmo tempo em que permitiria à área da assistência social assumir certo protagonismo na condução do BPC, então bastante vinculado ao INSS em termos de sua operacionalização.

Apesar disso, medidas recentes têm apontado em direção oposta a essa perspectiva e acendem um sinal de alerta para tentativas de reversão das conquistas obtidas com o BPC até aqui, mesmo com todas as suas insuficiências. Essas medidas não podem ser descoladas do conjunto de estratégias adotadas pelo governo federal e levadas a cabo sem um programa eleito que as sustentem e em meio a uma grave crise política no país. Aqui, cabe destaque para a Emenda Constitucional n. 95/2016 (BRASIL, 2016a) que, em nome de contenção do déficit público, congela os gastos públicos brasileiros por duas décadas, com efeitos nefastos sobre os direitos sociais e as conquistas alcançadas a partir da Constituição de 1988.

No caso específico do BPC, exigências de acesso a esse benefício estão cada vez mais rigorosas e o princípio da irredutibilidade do valor do

benefício nunca esteve tão ameaçado. Muitas dessas ameaças estão relacionadas a normativas internas do INSS publicadas a partir do final de 2016 e que alteram substancialmente os mecanismos para concessão do BPC. Aqui, merece destaque o decreto n. 8.805 de 7 de julho de 2016, que coloca a obrigatoriedade da inscrição no Cadastro Único da Assistência Social, tanto para os novos requerimentos quanto para os benefícios ativos, além de instituir a responsabilidade do beneficiário pela atualização do cadastro a cada dois anos (BRASIL, 2016b). O prazo para inscrição e atualização no Cadastro Único foi inicialmente até dezembro de 2017, mas em vista da grande demanda direcionada aos Cras, esse prazo foi prorrogado para 2018.

No início do ano de 2017, o Memorando Circular Conjunto nº 3 de 12 de janeiro de 2017 (BRASIL, 2017a) e a Portaria Conjunta nº 1 de 3 de janeiro de 2017 (BRASIL, 2017b) corroboram com as regras e procedimentos do decreto acima citado e colocam novos fluxos. Por meio desses documentos, a obrigatoriedade de inscrição no CadÚnico é colocada para os requerimentos com data de entrada do requerimento (DER) a partir de 4 de janeiro de 2017, sob pena de indeferimento imediato. Outra mudança é em relação à declaração de renda do grupo familiar, que passa a considerar as informações presentes no CadÚnico, as quais, posteriormente, serão submetidas a uma análise comparativa.

Essa comparação se dará por meio de um quadro contendo duas colunas. A coluna esquerda inclui tudo o que é considerado renda do grupo familiar: remuneração de trabalho, ajuda/doação regular de não morador, qualquer benefício previdenciário ou o próprio BPC, seguro-desemprego, pensão alimentícia ou quaisquer outras fontes de renda, exceto o Bolsa-Família. Já a coluna direita abrange o que não será considerado renda: pensão especial, bolsas de estágio ou rendimentos provenientes de contrato de aprendizagem, benefícios assistenciais de natureza eventual e o benefício “De volta pra casa”. Desta forma, a apuração da renda será o resultado da soma da coluna esquerda deduzida da soma da coluna direita, e não deverá se equalizar ou ultrapassar a quantia de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Outro aspecto a considerar é que as concepções de família para o BPC se diferenciam do CadÚnico. Isso quer dizer que a comparação dos dados do CadÚnico da assistência social com o Sistema de Benefícios (Sibe) do INSS mesclam duas esferas com conceitos e regras distintos, o que contribui para a restrição do acesso ao direito. Para justificar esse argumento, podem ser colocados alguns pontos. Primeiramente, para inscrição no CadÚnico a renda *per capita* é de $\frac{1}{2}$ salário mínimo; para o BPC, deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Outro fator é o conceito em si de família: para o CadÚnico é considerado componente do grupo familiar todos os que contribuem para a constituição da renda daquela família ou tenham suas despesas atendidas por esse rendimento, sendo todos moradores do mesmo domicílio. Já para o BPC, a família gira em torno do requerente, ou seja, são considerados o próprio requerente, cônjuge, companheiro(a), pais,

padrasto ou madrasta, irmãos solteiros, filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

De acordo com os elementos apresentados sobre as recentes alterações no Benefício de Prestação Continuada, percebe-se o papel da família como alvo da proteção social e a responsabilização desta instituição pelo cuidado. Essa é uma tendência crescente que tem seus marcos na crise do capitalismo da década de 1970, em que o Estado neoliberal, sob o discurso de manter a estabilidade econômica, realiza cortes nos chamados “gastos sociais”. Sendo assim, o acesso às políticas sociais, de forma especial à assistência social, fica obstaculizado e volta-se para a perspectiva de ações pontuais, fragmentadas e assistencialistas.

Considerações finais

A retomada da família como elemento central das intervenções públicas brasileiras recentes é atravessada por diversos aspectos contraditórios, os quais devem ser levados em consideração nas análises e proposições em torno das relações que as mesmas estabelecem com os sistemas de proteção social.

A crescente valorização da família se faz *pari passu* à compreensão de que ela se constitui como esfera de mediação entre as instâncias pública e privada e agente fundamental para o funcionamento da sociedade, reforçando seu histórico papel de proteção e cuidado na esfera privada. Como afirmam Mesquita e Freitas (2013, p. 210),

essa forma de ver a família a coloca num espaço ‘privilegiado’ e ‘insubstituível’ de proteção social e socialização primária, cujo papel (naturalizado) de provedora de cuidados de seus membros lhe é próprio e continua sendo de extrema importância no atual quadro econômica, político e social.

No entanto, em face das profundas transformações que vêm se operando no âmbito das economias capitalistas – com o crescimento do desemprego e da precarização das formas de trabalho, configurando novas expressões da questão social –, bem como nos sistemas de proteção social construídos no segundo pós-guerra, é preciso reconhecer que a família também precisa ser cuidada e protegida.

Nesta direção, longe de implicar um recuo ou desresponsabilização do Estado, tal como advogado pelas teses neoliberais, a centralidade da família exige uma intervenção potente do Estado no sentido de garantir a proteção social como direito de cidadania. Isso significa a construção de políticas permanentes e universais de apoio às famílias que universalizem o acesso a serviços de qualidade e que reduzam as desigualdades sociais e de gênero de nosso país. Caso contrário, os programas centrados nas famílias

tendem a perpetuar as fragilidades dos serviços e os preconceitos e estigmas nas ações públicas voltadas às famílias pobres.

Referências

- BOCK, G. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados Providência (1890-1950). In: FRAISSE, G.; PERROT, M. *A história das mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1994.
- BRASIL. *Constituição de 1988*. Brasília, 1988.
- _____. *Lei nº 8.742*. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, 1993.
- _____. MDS. *Pesquisa de Avaliação de Impacto do Benefício de Prestação Continuada* – Linha de base. 2010. Disponível em: <<http://policacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Pesquisa%20de%20Avaliação%20de%20Impacto%20do%20Benefício%20de%20Prestação%20Continuada%20Linha%20de%20base.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2018.
- _____. *Lei nº 12.435*. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, Brasília, 2011.
- _____. *Emenda Constitucional nº 95*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências, Brasília, 2016a.
- _____. *Decreto nº 8805*. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Brasília, 2016b.
- _____. INSS. *Memorando Circular Conjunto nº 3*. Brasília, 2017.
- _____. INSS. *Portaria Conjunta nº 1*. Brasília, 2017.
- CARLOTO, M. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 86, 2006.
- CARVALHO, M. do C. B. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unicef, 1995.
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- COSTA, S. G. *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- DRAIBE, S. Por um reforço da proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unicef, 1995.
- ESPING-ANDERSEN, G. As três economias do Welfare State. *Revista Lua Nova*, n. 24, 1991.
- GAMA, A. S. As contribuições e os dilemas da crítica feminista para a análise do Estado de Bem-Estar Social. *Revista Ser Social*, v. 10, n. 22, 2008.

GOLDANI, A. M. Las familias brasileñas y sus desafíos como factor de protección al final del siglo XX. In: GOMES, C. (Comp.). *Procesos sociales, probación y familia: alternativas teóricas y empíricas en las investigaciones sobre vida doméstica*. México: Flacso, 2001.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate. *Textos para discussão*, n. 283. Brasília: Ipea, 2007.

MEDEIROS, M.; GRANJA, F.; SAWAYA NETO, M. Mudança no conceito de família do Benefício de Prestação Continuada. *Texto para discussão* 1.411. Brasília: Ipea, 2009.

MESQUITA, A. de A; FREITAS, R. de C. S. Programas de transferência de renda e centralização nas famílias: prioridades do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão. *O Social em Questão*, n. 30, 2013.

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2006.

MIOTO, R. C. T. et al. Processo de construção do espaço profissional do assistente social em contexto multiprofissional: um estudo sobre o Serviço Social na estratégia Saúde da Família. *Relatório Final CNPq*, Florianópolis: UFSC, 2007.

NERI, M. *Desigualdade de renda na década*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: MIOTO, R. C. T; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2009.

POCHMANN, M. Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 104, 2010.

SILVA, M. O. da S. e; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferências de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVEIRA, J. I. Sistema único de assistência social: institucionalidade e práticas. In: BATTINI, O. (Org.). *Suas: Sistema Único de Assistência Social em Debate*. São Paulo: Veras; Curitiba: Cipep, 2007.

TEIXEIRA, S. M. A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de assistência social. *Revista Emancipação*, v. 10, n. 2, 2010a.

_____. Trabalho social com famílias na política de assistência social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. *Serviço Social em revista*, Londrina, v. 13, n. 1, jul./dez. 2010b.

VENÂNCIO, R. P. *Família abandonadas*: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999.

DOI: 10.12957/rep.2018.39414

Recebido em 30 de junho de 2018.

Aprovado para publicação em 30 de julho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Política social e família: desafios colocados aos assistentes sociais do Brasil e de Portugal

**Social policy and the family: challenges faced by social workers
in Brazil and Portugal**

Cilene Sebastiana da Conceição Braga*
Maria Inês Martinho Antunes Amaro**

Resumo – Esse artigo parte de reflexões produzidas na pesquisa *Serviço Social e famílias: análise das demandas postas aos assistentes sociais do Brasil e de Portugal*, iniciada em 2017. Países da América Latina e da Europa têm enfrentando uma gama de desafios frente às tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal. O objetivo desse artigo é levantar algumas preocupações de assistentes sociais em vista da redução de direitos sociais. Existe a necessidade de capacitação e de reflexões dos profissionais com as mudanças nos processos de reorganização dos arranjos familiares e com o aumento da desigualdade. Em paralelo, assistiu-se, sob o signo da austeridade, a uma viragem das políticas sociais para modelos mais assistenciais e focalizados.

Palavras-chave: austeridade; assistência social; famílias.

Abstract – This article is based on reflections produced in the research “Social work and families: an analysis of the demands placed on social workers in Brazil and Portugal” started in 2017. Countries in Latin America and Europe have a range of challenges facing the social tensions arising from the neoliberal advance. The purpose of this article is to raise some concerns of social workers about the diminishing social rights. There is a need for training of and reflection by professionals with the changes in the processes of reorganization of family arrangements and increase of inequality. In parallel, austerity was seen as a shift in social policies towards more assistencialized and focused models.

Keywords: austerity; social assistance; families.

*Assistente Social. Doutora em Política Social (UnB). Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará. *Correspondência:* Rua Augusto Corrêa, 1 – Guamá, Belém – PA. CEP: 66075-110. Email: <cilenelins@yahoo.com.br>.

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa. Professora Auxiliar do Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE. *Correspondência:* Av. das Forças Armadas 36, Lisboa – Portugal. CP: 1649-026. Email: <ines_amaro@iscte-iul.pt>.

Introdução

Nos últimos anos, países da América Latina e Europa têm enfrentando desafios frente às tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal – e que rebatem diretamente no cotidiano das famílias dos trabalhadores. Esse processo teve origem a partir da crise mundial do capitalismo vivida nos anos 1970. A redução de gastos com a seguridade social, o aumento do desemprego, as reduções de empregos formais, entre outros elementos, passaram a fazer parte do cenário mundial e, com isso, intensificaram-se os desafios colocados aos assistentes sociais e às famílias dos trabalhadores.

Portugal como parte da Europa viveu a experiência de uma grande crise capitalista em 2009, que exigiu do Estado um conjunto de mecanismos voltados para a reorganização do grande capital, resultando na redução de direitos sociais e em políticas focalizadas. Portugal é um dos países mais desiguais do espaço da OCDE, só se comparando ao México e à Turquia; segundo Louçã (2016), o ataque à segurança social faz parte das principais preocupações vividas nos últimos anos no país.

Então Portugal viveu um cenário diferente da realidade brasileira, que, por sua vez, nunca havia apresentado um sistema de proteção social até a Constituição de 1988, que assegurou legalmente a proteção na área da saúde, previdência social e assistência social. Além disso, no bojo de um cenário marcado por privatizações, o Brasil passou a fazer parte de um conjunto de medidas voltadas para a transferência de renda aos trabalhadores mais pobres a partir de 1990. Stein (2005) enfatiza que essas ações fazem parte de deliberações direcionadas para os países em situação de pobreza, como Brasil e outros da América Latina. Podemos salientar que essas ações foram criadas como formas de regulação da pobreza em momentos de crise do capitalismo, visando à sua reestruturação e ao atendimento da manutenção do grande capital.

Enquanto Portugal sofria um retrocesso em termos de direitos sociais, o Brasil vivia, na década de 1990 e de forma tardia, a implementação de um conjunto de ações voltadas para a garantia de direitos sociais. É importante lembrar que os governos dos presidentes Lula e Dilma, ao mesmo tempo em que ampliaram e implementaram ações direcionadas a políticas sociais, também atenderam aos interesses do grande capital. Foi um dos momentos do Brasil em que os bancos privados mais lucraram no país. As contradições presentes nesse período foram tão intensas que resultaram também no fortalecimento do neoliberalismo.

Dessa maneira, o que os dois países apresentaram em comum nesse contexto foi uma conjuntura marcada por redução de direitos sociais, promoção e fortalecimento de políticas de austeridade e, também, foco de ações junto às famílias na área da assistência social no Brasil e ação social em Portugal. Esses países apresentaram medidas de austeridade que acarretaram impactos desastrosos na vida da população em várias instâncias, tanto na assistência social, quanto no trabalho, na saúde, entre outros.

Stucler D (2014) salienta a necessidade de os países procurarem outras escolhas para a saída da crise, sem colocar em risco a saúde da população, já que uma das principais medidas e redução com gastos geralmente é na área de saúde. O autor menciona que a redução de gastos na área da saúde para pagamento de dívidas, ao contrário do que é esperado, contribui para o aumento de gastos em função da piora de indicadores da saúde. Não contribuindo para a saída da crise, pelo contrário, a austeridade, para ele, agrava a crise econômica em vez de solucioná-la.

Nos dois países vive-se um processo violento de retirada de direitos também na área do trabalho. Por exemplo, no Brasil, há expansão de formas de trabalho precarizadas e retificadas pelas medidas assumidas pelo governo do Presidente Temer (DRUCK, 2017). Em Portugal não foi diferente, o que Varela e Santa (2017) definem como Estado regulador da precarização da vida: “muito Estado e pouco social”.

No que diz respeito às mudanças nas formas de organização das famílias, verifica-se que nos últimos anos as famílias têm reduzido de tamanho; ademais, houve aumento do envelhecimento populacional, redução da natalidade e aumento do número de famílias mantidas economicamente somente por mulheres. Outra questão é que o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho levou o Estado a repensar sua relação com as famílias. Essas mudanças são desafiadoras à profissão tanto no Brasil como em Portugal. A maior preocupação é quanto à responsabilização direcionada às famílias no conjunto das políticas sociais e suas formas de controle, preocupação apresentada por Mioto e Dal Prá (2015).

Esse artigo traz um conjunto de problematizações acerca das medidas de austeridade vividas nos dois países e os reflexos apresentados a famílias de trabalhadores nos últimos anos, como o aumento significativo da desigualdade, conforme destaca Louçã (2016) ao analisar a crise capitalista e as políticas sociais nos últimos anos.

A necessidade de realizar essa investigação envolvendo famílias e o Serviço Social no Brasil e em Portugal foi motivada pela diversidade de estudos na área nos últimos anos, realizados por assistentes sociais dos dois países. Essa proposta tem como objetivo levantar reflexões sobre as demandas postas às famílias de trabalhadores no Brasil e em Portugal diante da ofensiva neoliberal, medidas de austeridade e políticas direcionadas a esse segmento. A necessidade de fazer o recorte no campo da família ocorre em função de

os assistentes sociais historicamente sempre atuarem junto às famílias de trabalhadores, independe de sua particularidade histórica e geográfica.

Crise capitalista e política social: austeridade e responsabilização familiar

As ações voltadas para o fortalecimento do neoliberalismo contribuíram para a responsabilização da família no que tange ao acesso a serviços e benefícios pelos seus membros. Pode-se afirmar, dessa forma, que a privatização dos direitos sociais foi a grande marca do neoliberalismo, assim como a responsabilização e culpabilização de sujeitos e famílias pela sua condição de pobreza e pauperismo.

Para Salvador et al. (2012), essa é mais uma manifestação da crise estrutural do capital. Salienta, também, a forma como o capitalismo buscou superá-la, repassando recursos aos bancos e a instituições financeiras. Para ela, muitas medidas socioeconômicas foram adotadas com direcionamentos específicos para a América Latina.

A ênfase no aumento do consumo, substancialmente por meio de políticas de transferência de renda, vem se constituindo em “modelo de desenvolvimento econômico e indica um horizonte de políticas sociais focalizadas na extrema pobreza, em detrimento de investimentos em políticas sociais universais” (SALVADOR ET AL., 2012, p. 34).

Portugal, segundo Carvalho e Pinto (2015), adotou uma relação moralizadora da pobreza em função da ausência de condições para responder às necessidades do mercado com o aumento do desemprego e com a crise de 2008. Privatizar bens públicos tornou-se sua principal função, assim como construir e fortalecer políticas sociais focadas na pobreza.

Cabe ressaltar que a crise e as mudanças no conjunto de estratégias voltadas para o controle da pobreza não começaram em 2007-2008, mas tiveram início na década de 1970. As crises de 1930, 1970 e, recentemente, a de 2008 foram as que mais tiveram impacto na forma de organização da econômica capitalista mundial, o que chamou a atenção de vários estudiosos. A crise de 2008 teve como base a questão financeira, e a de 1990, a monetária. Gonçalves (2009) salienta que nos anos de 2003 a 2008 a economia brasileira teve um desempenho reduzido em função da sua vulnerabilidade externa, características particulares do modelo neoliberal e das estratégias do Governo Lula.

Faleiros (2001, p. 57) salienta que “vive-se, pois, uma crise de exclusão, de distanciamento social que parecia ser ou estar diminuído pelo progresso, crescimento e pelo Estado de Bem-Estar Social”. Todavia, para o autor, essas mudanças não são homogêneas, mas são diferentes na Europa, nos Estados Unidos e nos países periféricos.

Os Estados Unidos chamavam a atenção pelo fato de ofertarem mais emprego e oferecerem menos proteção social. Na Europa, apesar do desemprego, existe ainda maior proteção social. Nos países periféricos, como o Brasil, a particularidade se dá com menor oferta de emprego, mínima proteção social e transferência de responsabilidades às famílias, conforme salienta Moreno (2000). Segundo o autor, os poderes públicos dirigem às famílias uma forte obrigação moral pelos cuidados dos seus membros.

Cabe destacar que o mercado de trabalho brasileiro se caracteriza, historicamente, pela informalidade (que diminuiu na gestão do Governo Lula e aumentou consideravelmente nos últimos anos) e precarização das condições e relações de trabalho. É fundamental apresentar esses elementos, já que as famílias atendidas pela assistência social no Brasil fazem parte desse contexto e sobrevivem em função de sua inserção nesse mercado.

A necessidade de se destacar o contexto social, econômico e político dos dois países ocorre em função de se utilizar a perspectiva histórico/estrutural como fundamento analítico e metodológico. Diante disso, salienta-se a importância de situar historicamente o objeto de estudo no contexto da realidade capitalista para conhecer os impactos desse processo no conjunto da classe trabalhadora e de seus familiares.

Uma das questões que tem chamado atenção nos últimos anos é a forma como as orientações do consenso de Washington e do Banco Mundial têm servido para direcionar as ações de combate à pobreza na América Latina e, também, no Brasil. Nessas abordagens, as famílias pobres se destacam como os grupos focais para atendimento de suas necessidades de sobrevivência por meio do acesso à transferência de renda por parte do Estado, bem como o acesso aos serviços.

Em Portugal, vive-se uma intervenção internacional denominada de Troika – medidas do governo português balizadas pelo FMI, Banco Central europeu e União Europeia para Portugal (CARVALHO; PINTO, 2015). Essas medidas tiveram grandes impactos na área da saúde, colocando a população frente a um conjunto de medidas baseadas na insegurança.

Essas análises servem para apresentar que as famílias não se encontram em crise, mas em processos de mudanças necessárias, de acordo com o surgimento de novas demandas a elas colocadas pela reorganização do Estado capitalista diante das crises econômicas.

Desafios colocados aos assistentes sociais diante da ofensiva neoliberal e às políticas focalizadas na família

A gênese do Serviço Social, tanto em Portugal como no Brasil, sempre esteve associada à atuação junto às famílias e à política social. Por isso, a necessidade de conhecer as principais preocupações dos assistentes sociais junto às famílias, mais especificamente, na área da assistência social.

A demanda posta aos assistentes sociais vem se metamorfoseando a cada dia em função dos novos arranjos familiares. Cabe salientar que a realidade brasileira apresenta mudanças em relação aos países europeus em função de as famílias europeias advirem de experiências de Estado de Bem-Estar.

As relações mantidas entre o Estado e a família apresentam mudanças de acordo com as necessidades de manutenção das relações capitalistas. Todavia, é importante frisar as contradições presentes nessas relações. Ao mesmo tempo em que as intervenções estatais servem para a manutenção das condições de sobrevivência do capital, elas atendem também a interesses dos cidadãos dentro do processo de garantia e acesso aos direitos sociais no capitalismo.

Atualmente, conforme salientam Forti e Guerra (2013), é comum os assistentes sociais buscarem modelos de intervenção, como se todas as realidades fossem iguais e tivéssemos modelos prontos para realizar intervenções. A busca por receitas para serem aplicadas no real tornou-se preocupação no campo do Serviço Social, conforme apontam Marilene Coelho (2013), Valéria Forti e Yolanda Guerra (2013).

As buscas por modelos de intervenção junto a famílias também estão na mesma gama de preocupações. Os trabalhos com famílias no âmbito da assistência social apresentam desafios, de acordo com Mioto (2010). O Serviço Social brasileiro vem atravessando um conjunto de desafios no campo teórico e na construção de análises críticas que contribui para o desvendamento da realidade e que não reproduz modelos de atendimentos calcados no imediatismo, pragmatismo e culpabilização das famílias atendidas. Essa mesma preocupação vem sendo apresentada por autores como Amaro e Branco (2011), que ressaltam a necessidade de os profissionais de Serviço Social ampliarem seus conhecimentos diante do cenário político e econômico em que Portugal se apresenta.

No Brasil, temos a preocupação de que muitos profissionais que atuam no campo da assistência social reproduzam a concepção de família a partir da ótica da proteção e normativas delineadas na Política de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (Suas). O fortalecimento de discussões que apresentam a família apenas como proteção mostrava os limites de pensar as famílias sem contradição.

Outra questão que é alvo de preocupação é a forma como os profissionais que atuam na área da assistência social, especificamente no Programa Bolsa Família, se limitam a atuar de forma controladora e punitiva junto a famílias que não cumprem as condicionalidades (CARNELOSSI, 2016). Segundo Carvalho e Pinto (2015), o Serviço Social português também é orientado por políticas sociais cada vez mais seletivas e focalistas, sendo marcado por padrões burocráticos e de controle financeiro dos direitos sociais.

Além disso, chama atenção no Brasil a dificuldade de ultrapassar reflexões para além da cristalização da concepção de matricialidade

colocada à família, conforme pontuada nas normativas institucionais, como fortalecimento do vínculo, sem discutir condições e relações dentro do sistema capitalista de produção. Essas análises se reproduzem no simplismo de responsabilização das famílias por suas condições objetivas de sobre-vivência, sem levar em conta os impactos das medidas econômicas em suas vidas.

Além disso, abordar a família hoje é situá-la no conjunto de mudanças que ela sofre cotidianamente, como, por exemplo: o aumento de mulheres chefes de família; a diminuição do número de famílias compostas por pai, mãe e filhos; diminuição do número de filhos; maior inserção de mulheres no mercado; aumento de filhos que dependem financeiramente dos pais para sobreviver, entre outras. Em Portugal, a principal preocupação é a atuação junto aos idosos, já que é significativo o aumento do número de idosos no país. Dessa forma, as mudanças nos arranjos familiares é um dos elementos que merecem grandes estudos entre os profissionais de Serviço Social. Essa situação leva à necessidade de conhecer as famílias nos seus diversos ângulos e não reproduzir concepções que remetem à existência de família estruturada e desestruturada (FREITAS; BRAGA; BARROS, 2010).

Uma discussão presente nos estudos de Sarti (2010) é a relação das famílias pobres e sua organização em rede. Por exemplo, a criação dos filhos muitas vezes acaba sendo responsabilidade de um conjunto que envolve a rede de parentesco, não sendo exclusiva da “família”. A autora ressalta que a frequência das rupturas conjugais, uniões instáveis e empregos incertos “desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família” (SARTI, 2010, p. 29). Dessa forma, pensar a família a partir de um único arranjo e parâmetro é impossível, haja vista o fato de a realidade apresentar um conjunto de arranjos familiares.

Mioto (2010) destaca a necessidade do reconhecimento das famílias como espaço altamente complexo que se reconstrói histórica e cotidianamente por meio das relações e negociações que se estabelecem entre seus membros e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado.

A relação que envolve Estado e sociedade chama atenção em função das contradições vividas nesse campo. De um lado, temos um conjunto de ações que partem das perspectivas nos documentos institucionais de proteção às famílias, mas, de outro lado, também é fortalecido o controle sobre elas por meio de ações tecnicistas calcadas na eficácia e eficiência. As reproduções dessas ações tecnicistas por assistentes sociais acabam desencadeando, nesse processo, a culpabilização das famílias pela sua situação de pobreza.

Questionam-se as concepções teóricas e principais problematizações que compõem o conjunto de estudos realizados no campo do Serviço Social nos últimos anos acerca das famílias no Brasil e em Portugal. Quais os impactos desse processo no conjunto da classe trabalhadora e de seus familiares?

Carvalho (2007) ressalva que, nos países centrais, desde o pós-guerra, houve um movimento que “descartou” a família da responsabilidade de efetivação de políticas públicas, processo esse que contribuiu para o fortalecimento da opção do indivíduo como portador de direitos: “Apostava-se que a família seria prescindível, substituível por um Estado protetor dos direitos dos cidadãos” (CARVALHO, 2007, p. 267). A lógica era centrada no indivíduo e no mercado, bem como em sua manutenção financeira por meio dele.

Esping-Andersen e Palier (2010) defendem que é indispensável a combinação entre família, mercado e proteção social. Para eles, deve-se compreender bem os desafios que o Estado de Bem-Estar deve enfrentar, sendo indispensável refletir sobre os objetivos dos regimes de proteção social. Nessa linha de análise, os autores ressaltam que essa combinação é necessária para a manutenção e proteção das famílias; já o mercado subsidia as famílias com os salários e o Estado subsidia por meio da assistência social às famílias. O mercado, assim, já tem uma estrutura orgânica que contribui para a reprodução das péssimas condições de sobrevivência das famílias.

Os autores também ressaltam que as “falhas” advindas da família têm impacto muito significativo junto a membros da família, como idosos e crianças. O grande problema é que o burguês geralmente tem acesso a esses serviços por meio da privatização dos serviços disponíveis no mercado, ao contrário do trabalhador.

Outra questão que merece ser destacada são as redes de solidariedade familiar construídas pela ajuda das avós às mães no cuidado com as crianças. Essas ações são realizadas no sul da Europa, segundo Moreno (2000). Nos países mediterrâneos e latinos, como o Brasil, a família foi e continua sendo colocada e valorizada como um dos meios principais de fonte de socialização. Além disso, é muito intensa sua relação com as redes de parentesco e solidariedade entre seus membros. Estudos como os de Sarti (2007) mostram tais informações.

A família só recorre ao Estado quando não resolve as demandas internamente e não tem condições de recorrer ao mercado pela ausência de recursos, já que os serviços são caros. *“La permanencia de la adhesión a una política familiarista ha abierto paradójicamente un vacío de protección que no cesa de crecer”* (ESPING-ANDERSEN; PALIER, 2010, p. 24).

A família teve papel importante no conjunto de políticas dirigidas pelo Estado. Carvalho (2007) aponta que, nos países centrais, desde o pós-guerra, houve um movimento que “descartou” a família da responsabilidade de efetivação de políticas públicas. Esse processo contribuiu para o fortalecimento da opção do indivíduo como portador de direitos: “apostava-se que a família seria prescindível, substituível por um Estado protetor dos direitos dos cidadãos” (CARVALHO, 2007, p. 267).

A relação entre Estado capitalista e família se destaca nos estudos sobre política social, na medida em que a família passa a ser alvo de políticas

públicas e nela são efetuadas todas as perspectivas de sucesso de seus membros, na condução de reprodução de valores individualistas e na entrada dos seus membros no mercado de trabalho. No contexto marcado por políticas fragmentadas, focadas na pobreza, no individualismo e nas relações assimétricas no interior das famílias, torna-se necessário construir elementos analíticos importantes para o real atendimento das necessidades das famílias.

Segundo Valduga (2016), os desafios colocados aos assistentes sociais dos dois países são grandes, primeiro porque eles são responsáveis pela formulação, gestão e execução de políticas sociais. Além disso, ambos os países se deparam com condições precarizadas de trabalho e grande número da população sem atendimento em função da ausência de condições para a cobertura dos serviços. Entretanto, enfatizamos que um dos maiores desafios colocados aos profissionais dos dois países é atuar cotidianamente com estigmas, políticas focalizadas e condições de trabalho que reafirmam a assistência social no Brasil e a ação social em Portugal como práticas de caráter assistencialista e não como política pública.

Considerações finais

As medidas de austeridade apresentam impactos desastrosos na vida dos trabalhadores e de seus familiares, tanto no Brasil como na Europa. As formas como elas são organizadas nos dois países são mediadas por organismos internacionais, como Banco Mundial, que criam medidas focadas no “combate à pobreza” e nas incertezas e inseguranças do mercado. A redução de gastos na área social ocasiona prejuízos mais intensos do que os vivenciados nos momentos de “segurança social” e investimentos em políticas sociais, como nos anos gloriosos na Europa e nos anos de 2005 a 2015 no Brasil.

Essas relações têm impactos na vida dos trabalhadores e no cotidiano dos assistentes sociais, que necessitam de constante qualificação para subsidiá-los nos enfrentamentos dos desafios diários diante da redução de direitos sociais. Como afirma Amaro (2012), precisamos refletir sobre o Serviço Social em um novo contexto civilizacional.

Tendo isso em vista, é necessário refletir sobre os desafios postos com as medidas de austeridade no cotidiano dos assistentes sociais e, além disso, realizar constantes indagações sobre as demandas das famílias diante dos impactos ocasionados pela redução dos direitos e da política de privatização defendida nas medidas neoliberais.

Referências

- AMARO, M. I. *Urgências e emergências do Serviço Social: fundamentos da profissão na contemporaneidade*. Lisboa: Universidade Católica, 2012.
- AMARO, I.; BRANCO, F. As práticas do “Serviço Social activo” no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 108, 2011.
- CARNELOSSI, B. O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética Profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 125, 2016.
- CARVALHO, M. do C. B. de. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2007.
- CARVALHO, M. I.; PINTO, C. Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 121, 2015.
- COELHO, M. *Imediatividade na prática profissional do assistente social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- DRUCK, G. Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho. In: NAVARRO, V.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). *O avesso do trabalho*. Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho. São Paulo: Outras Expressões, 2017.
- ESPING-ANDERSEN, G.; PALIER, B. *Los tres grandes retos del Estado del bienestar*. Barcelona: Ariel Ciência Política, 2010.
- FALEIROS, V. de P. Desafios da pesquisa em política social. *Revista Ser Social*, Brasília, n. 9, jul./dez. 2001.
- FORTI, V.; GUERRA, Y. *Na prática a teoria é outra*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- FREITAS, R. de C. S.; BRAGA, C. D.; BARROS, N. V. Família e serviço social – Algumas reflexões para o debate. In: DUARTE et al. (Org.). *Família e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- GONÇALVES, R. Vulnerabilidade externa e crise econômica no Brasil. *Revista Inscrita*, ano VIII, n. XI, maio de 2009.
- LOUÇÃ, F. Crise capitalista e políticas sociais: formas de naturalização dos discursos e das políticas dominantes. In: MARTINS, A.; SANTOS, C. M.; SIMÕES, D. S.; FERREIRA, J.; BRAZ, M. (Org.). *Serviço Social Portugal-Brasil: formação e exercício em tempos de crise*. Campinas: Papel Social, 2016.

MIOTO, R. C. T. *Família e assistência social*. In: Seminário Tendências de Políticas Sociais na América Latina: lutas contra-hegemonias e Serviço Social. Brasília: UNB, 2010.

MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. Serviços Sociais e Responsabilização da Família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

MORENO, L. *Ciudadanos precarios: la “ultima red” de protección social*. Barcelona: Ariel, 2000.

SALVADOR, E. da S.; BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S. (Orgs.). *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. 1a. ed. São Paulo: Cortez, 2012. v. 1. 317p.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, et al. (Org.). *Família, redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2010.

STEIN, R. H. *As políticas de transferência de renda na Europa e América Latina: presentes ou tardias estratégias de proteção social?* Tese de doutorado. Universidade de Brasília/CEPAAC, 2005.

STUCKLER, D. B. S. *A economia desumana: porque mata a austeridade*. Lisboa: Editora Bizâncio, 2014.

VALDUGA, T. L. Ação social/assistência social: os desafios do exercício profissional em Portugal e no Brasil. In: MARTINS, A. et al. (Org.). *Serviço Social Portugal-Brasil: formação e exercício em tempos de crise*. Campinas: Papel Social, 2016.

VARELA, R.; SANTA, R. D. Estado social e precariedade laboral no Portugal pós-revolução (1974-2015). In: NAVARRO, V.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). *O avesso do trabalho IV. Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

DOI: 10.12957/rep.2018.39416

Recebido em 30 de junho de 2018.

Aprovado para publicação em 30 de julho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Acompanhamento familiar no Suas: diálogo com o município do Rio de Janeiro

Family support in the Unified Social Assistance System (SUAS):
dialogue with the municipality of Rio de Janeiro

Antônio Carlos de Oliveira*

Ariane Rego de Paiva**

Sindely Chahim de Avellar Alchorne***

Resumo – O presente trabalho tem por objetivos discutir desafios envolvidos na conceitualização de acompanhamento familiar e problematizar elementos dos processos para sua efetivação nas unidades da política de assistência social no Rio de Janeiro, tendo por referências as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e as normativas do trabalho social com famílias do Sistema Único de Assistência Social, a análise bibliográfica e a experiência de extensão desenvolvida pela PUC-Rio em parceria com o órgão gestor da assistência social do município do Rio de Janeiro. Identificou-se pontos de convergência e divergência nos processos de acompanhamento familiar entre os diferentes serviços e as principais questões e dificuldades levantadas pelos profissionais.

Palavras-chave: assistência social; Rio de Janeiro; acompanhamento familiar; trabalho social.

Abstract – This study aims to discuss the challenges involved in the conceptualization of family support and to problematize elements of the processes for its effectiveness in the units of the social assistance policy in Rio de Janeiro. The guidelines of the National Social Assistance Policy, the norms of social work with the families of the Unified Social Assistance

* Psicólogo. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor da Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. *Correspondência:* Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea, Casa 290, Vila dos Diretórios – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22451-000. *Email:* <antoniocarlos@puc-rio.br>.

** Assistente Social. Doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Professora da Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. *Correspondência:* Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea, Casa 290, Vila dos Diretórios – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22451-000. *Email:* <araianepaiva77@gmail.com>.

*** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora da Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. *Correspondência:* Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea, Casa 290, Vila dos Diretórios – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22451-000. *Email:* <sindely@outlook.com>.

System (SUAS), and the bibliographic analysis and experience developed by PUC-Rio in partnership with the social assistance agency of the city of Rio de Janeiro were used as references. Points of convergence and divergence were identified in the family support processes between the different services and the main issues and difficulties raised by professionals.

Keywords: social assistance; Rio de Janeiro; family accompaniment; social work.

Introdução

O trabalho social realizado com famílias na política de assistência social é permeado por uma dimensão normativa. Esta foi sendo construída pelo órgão da esfera federal no processo de implantação e implementação dos serviços públicos do Sistema Único de Assistência Social (Suas) desde 2005. As normativas visam a uma padronização dos serviços e procedimentos que contribuem para delimitar o papel desta política pública no atendimento às famílias e aos indivíduos, sendo historicamente vista como uma política de “segunda classe” e composta por ações assistencialistas, pontuais e fragmentadas.

Por outro lado, as normativas do governo federal apresentam o discurso oficial, são produto e produtores de orientações políticas (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005) e se constituem como instrumentos norteadores de ações programáticas que operam em uma determinada racionalidade desenhada pelo processo de formulação, que é permeado por disputas de conceitos, valores e ideologias.

As normativas possuem tom prescritivo e de autoridade; porém, conforme apontam Bowe e Ball (1992 apud SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005), os textos são frequentemente contraditórios e abertos às interpretações e à atribuição de significados diversos. Os documentos não expressam *de per si*, quer dizer, os fundamentos éticos e teórico-metodológicos que estão em disputas nas práticas profissionais no cotidiano dos serviços sociais. Os fundamentos éticos, políticos e teórico-metodológicos do trabalho com famílias, para além de leis e da produção normativa governamental, estão presentes nos códigos de ética profissionais. Além disso, são norteados pela teoria social, pelos dados produzidos por pesquisas e por estudos realizados em diversas áreas do conhecimento.

Assim, o atendimento e o acompanhamento das famílias que são usuárias dos serviços de proteção da assistência social, seja no nível básico ou especial, são permeados por disputas de conceitos e valores, bem como por práticas conservadoras. Essas são tensionadas por direções mais progressistas dos direitos humanos e sociais e por constrangimentos institucionais do projeto neoliberal, que impõe poucos recursos para a área social e o uso de instrumentos e tecnologias para aferição de resultados e metas na lógica

gerencialista. Ademais, concorrem e mesmo limitam as ações autônomas, criativas e de cunho propositivo dos profissionais.

Dentro da perspectiva do trabalho social com famílias, visto como um campo amplo de atuação profissional e de práticas diversas, o acompanhamento familiar é parte das atribuições e competências profissionais na assistência social, envolvendo o processo de acolhimento e de atendimento, até o momento do desligamento do serviço. Diante do complexo de determinantes materiais e subjetivos das relações sociais que envolvem o processo de acompanhamento familiar, o presente trabalho se destina ao aprofundamento teórico sobre este tema. Além disso, problematiza alguns pontos selecionados em que se identificam contradições e tensões no processo de acompanhamento das famílias usuárias da assistência social, a partir de uma experiência de extensão entre o Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Faz, por fim, estudo bibliográfico e análise dos documentos oficiais sobre o trabalho social no Suas.

A cidade do Rio de Janeiro, classificada como grande metrópole, situa-se no plano mundial entre as vinte cidades mais populosas, com 6.320.446 habitantes, conforme dados do Censo do IBGE (2010). A assistência social nessa cidade, enquanto instância institucionalizada desde a década de 1970, mesclou entre as nomenclaturas serviço social, bem-estar social, desenvolvimento social e assistência social, numa indefinição de ações específicas da área e no desenvolver das mesmas, abarcando ações de turismo, engenharia e educação – numa falsa visão que percebia o órgão como sendo a “prefeitura dos pobres”.

Na década de 1990, seguindo orientações da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), promulgada em 1993, a então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) foi descentralizada, através da criação de dez Coordenadorias Regionais (CR)¹, e foram inaugurados os Centros Municipais de Atendimento Social Integrado – (Cemasis)². Dadas as características territoriais, topográficas, populacionais e vocacionais das diferentes regiões do município, as atividades dos órgãos que compunham o poder executivo eram desenvolvidas regionalmente, a fim de atender melhor a essas especificidades.

Em 2004, seguindo diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Suas, a SMDS passou a denominar-se Secretaria Municipal de Assistência Social e os Cemasis tornaram-se Centros de Referência de Assistência Social (Cras)³. Os anteriores núcleos temáticos que compunham o conjunto de serviços, projetos e programas, organizados por grupos etários e de risco, foram reagrupados e reorganizados nos dois eixos de proteção

¹ Coordenadorias Regionais (CR), posteriormente, Coordenadorias Regionais de Assistência Social (Cras) e, atualmente, Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos (Casdh).

² Conforme Relatório de Gestão, em 1998 eram 135 Cemasis.

³ Decreto nº 24725, de 18/10/04 – os Cemasis passam a denominar-se Cras.

social: básica e especial, através do Decreto nº 24.275, de 18 de outubro de 2004 (BRASIL, 2004).

A Proteção Social Básica passou a incluir os serviços de fortalecimento dos vínculos familiares e de convivência comunitária, serviços de referência para a escuta, informação, defesa, encaminhamentos monitorados e inclusão nas demais políticas públicas. Já a Proteção Social Especial, que se divide em média e alta complexidades, direcionou suas ações para os sujeitos que tiveram seus direitos violados e/ou que romperam ou estão em vias de romper os vínculos familiares e comunitários.

A cidade, por sua extensão territorial, seu contingente populacional e diversidades territoriais, é organizada em dez áreas programáticas como referência única para a implementação de todas as políticas que contam com as Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos (Casdh)⁴, responsáveis pela implementação, supervisão e coordenação da política de assistência social. A atual Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro conta com 47 Cras e 14 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas). O órgão gestor da assistência social municipal é constituído por 105 órgãos, distribuídos nos níveis de gestão estratégica, gerencial e operacional da Política Municipal de Assistência Social. Conta com um quadro efetivo de cerca de 2.300 profissionais, distribuídos em, aproximadamente, 400 pontos de prestação de serviços à população, compreendendo unidades da rede socioassistencial pública e privada que integram o Suas no âmbito do município e prestam atendimento para aproximadamente 700 mil usuários.

A parceria realizada entre o Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e a Smasdh, a fim de dialogar sobre o acompanhamento familiar no âmbito do Suas, foi pensada de modo metodológico a partir de encontros entre os gestores municipais e a Academia, bem como territorialmente envolvendo, através de oficinas, todas as 10 Casdh. O trabalho se desenvolveu entre os meses de junho e agosto de 2016 em três etapas complementares, consistindo em reuniões de consulta e discussão acerca de acompanhamento familiar: (1) com gestores do nível central da secretaria; (2) com as dez coordenadoras de CDSs; e (3) com assessores das CDSs, coordenadores de unidades e profissionais das diversas unidades de referência.

Com base nas informações coletadas nas duas primeiras etapas, formulamos as questões norteadoras das oficinas, tendo como referências centrais as seguintes categorias: famílias, acompanhamento familiar, processo de trabalho e fluxo de atendimento. Para tal, foram realizadas oficinas com as temáticas: a) conceitos de famílias e perspectivas críticas à concepção de matricialidade sociofamiliar da PNAS; b) acompanhamento familiar: referências éticas, teóricas e metodológicas; c) requisições profissionais ao acom-

⁴ São competências das CAS: fazer a gestão local da Política Pública de Assistência Social na Cidade do Rio de Janeiro; participar do planejamento de programas e projetos a serem realizados pela Secretaria; e coordenar, implementar, supervisionar e avaliar a Política Regional de Assistência Social na área de abrangência.

panhamento familiar no Suas; e d) diferenças entre as demandas da Proteção Básica e Especial de Média e Alta Complexidade. Além disso, foram propostas atividades em grupo sobre fluxo real e ideal para o trabalho social.

Após as oficinas, em 2017, foi realizado o Seminário Diálogos sobre Acompanhamento Familiar no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, de forma a socializar as informações e análises sistematizadas pelos docentes da PUC-Rio com os profissionais da Smasdh. Cabe destacar que, durante todo o processo, o objetivo geral ficou em torno de discutir e analisar o processo de acompanhamento familiar realizado pelas unidades de referência da política de assistência social do município do Rio de Janeiro.

O artigo foi dividido nesta breve apresentação, seguido de uma discussão sobre as definições de acompanhamento familiar que se apresentam em documentos e referências bibliográficas. Na terceira parte, apresenta os principais elementos do processo de implementação do acompanhamento familiar nos serviços da política municipal de assistência social do Rio de Janeiro, a partir do levantamento realizado com diferentes profissionais operadores da proteção social básica e especial da política local.

1 Acompanhamento familiar na assistência social: definições ainda em processo

A partir da proposição da assistência social como um direito social incluído pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o Programa de Atenção Integral à Família (Paif) constituiu-se, em nível federal, numa iniciativa pioneira de tomar a família como “unidade de atenção” (BRASIL, 2004). Apresentando uma definição abrangente e inclusiva de família, foi o primeiro documento programático a utilizar o termo acompanhamento como processo que compreenderia uma variedade de ações de natureza, complexidade e alcance variados que, na verdade, caracterizam a prática da assistência social com famílias. Nesta proposta, o acompanhamento se expressa como um conjunto diversificado de procedimentos e não como uma ação específica, qualificada, do trabalho com famílias. Por um lado, a ausência de especificidade do termo torna a tarefa do acompanhamento menos rígida, associando-a a múltiplas atividades. Por outro, não favorece um direcionamento mais fundamentado sobre o que observar, monitorar e propor para as famílias em um processo contínuo de trabalho, subentendido na ideia de “acompanhar”.

Apesar de encerrar uma caracterização um tanto genérica, o acompanhamento familiar considera alguns parâmetros que o enquadram na perspectiva da cidadania ampliada, na tentativa de diferenciá-lo de orientações assistencialistas ou moralizadoras. Elementos tais como respeito à diversidade dos arranjos familiares, ênfase na participação familiar no planejamento das intervenções, território como referência para indicadores sociais e

econômicos e importância da articulação, integração e potencialização de uma rede socioassistencial conferem uma dimensão distinta à concepção de trabalho com famílias.

As ações de acompanhamento familiar são desenvolvidas a partir de programas realizados em âmbito governamental e não governamental, por entidades e organizações inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social, atendendo à prescrição da Política Nacional de Assistência Social acerca da matricialidade sociofamiliar.

Sobre o trabalho com famílias, principalmente no âmbito da assistência social, nos últimos anos houve uma expressiva publicação de documentos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2012, 2013, 2014, 2017). Na produção acadêmica brasileira também há várias contribuições de estudos sobre o tema (MIOTO; STAMM, 2004; MIOTO, 2004, 2006, 2010, 2014, 2015a, 2015b, 2016; MIOTO; CAMPOS; CARLOTO, 2015; TEIXEIRA, 2009, 2010, 2012, 2013; TEIXEIRA; CRONEMBERGER, 2014). Segundo Mioto (2015b), apesar dos muitos debates sobre trabalho social com famílias, ainda há inúmeras questões que precisam ser explicitadas e debatidas para que este seja efetivado.

Em meio a esse campo de disputas e tentativas de conceituação, os espaços socioeducativos ainda são em grande parte definidos nas orientações técnicas da Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social, através de um viés disciplinador de consenso das responsabilidades familiares nos cuidados domésticos:

Criar situações em que as famílias possam expressar coletivamente suas dúvidas e conflitos, construindo soluções para os problemas cotidianos, relacionados ao cuidado de suas crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência. Refletir com a família sobre as mudanças em sua dinâmica e redistribuição de papéis, a partir do desenvolvimento de seus filhos. Desenvolver habilidades de cuidado, orientação e acompanhamento das crianças. Debater aspectos relacionados ao desenvolvimento infantil, às necessidades de estimulação nessa fase da vida, à importância de proporcionar espaços e oportunidades voltadas e orientadas pelas necessidades infantis e desafiadoras [...]. Debater temas relacionados ao desenvolvimento da criança, do adolescente e do jovem, características e interesses. Refletir sobre a necessidade de proteção aos seus membros idosos e de valorização do seu saber. Discutir as estratégias para o desenvolvimento das competências da pessoa com deficiência, destacando o papel fundamental das famílias e da comunidade no processo de reabilitação e inclusão das pessoas com deficiências. (BRASIL, 2006, p. 42).

Algumas normativas (BRASIL, 2012, 2017) contribuem com estudos teóricos dos instrumentos técnico-operativos no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, ou estabelecem características do atendimento e do acompanhamento familiar. Segundo o Caderno de Orientações Técnicas

sobre o Paif, o atendimento às famílias refere-se a uma *“ação imediata de prestação ou oferta de atenção, com vistas a uma resposta qualificada de uma demanda da família ou do território”* (BRASIL, 2012, p. 65). Diferentemente, propõe que o grupo de acompanhamento familiar:

[...] é indicado para responder situações de vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias com forte incidência no território. Neste sentido, faz-se necessário realizar um bom diagnóstico socioterritorial – conhecer suas vulnerabilidades e potencialidades e sua incidência, de modo a constituir grupos de famílias com afinidades, necessidades e características similares, de forma a efetivar seu acompanhamento, tornando-o um processo de compartilhamento de experiências entre os participantes, de reflexão sobre a realidade, de acesso à informação sobre direitos, de apoio à família em sua função protetiva e de construção de projetos de vida que possibilitem ampliação dos direitos sociais. (BRASIL, 2012, p. 70).

No âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), segundo o Censo Suas (BRASIL, 2017), 99,05% dos Cras realizam acompanhamento de famílias, 96,66% têm atendimento particularizado de famílias ou indivíduos, 91,42% mantêm registro do acompanhamento familiar em prontuário, enquanto que 68,60% elaboram o Plano de Acompanhamento Familiar. Assim, são um total de 1.575.987 famílias acompanhadas pelos Cras de todo o Brasil em agosto de 2016.

Os estudos realizados por Senna (2016) apontam que no Estado do Rio de Janeiro, em 2014, eram 453 Cras e que em todos municípios havia pelo menos dois Cras, à exceção do Município de São José do Vale do Rio Negro, na Região Serrana, onde só foi instalado um equipamento. Baseando-se no Censo Suas (BRASIL, 2014), a autora mostra que 98,7% desses equipamentos realizavam o acompanhamento familiar e 95,1% ofertavam os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), enquanto que a concessão e manutenção de benefícios eram feitas em 88,7% dos Cras.

O acompanhamento familiar faz parte do trabalho com famílias e, desde que a assistência social foi oficialmente alçada à condição de direito, as práticas vêm buscando se distanciar do caráter assistencialista, imposto historicamente, trazendo a participação de seus usuários para o centro do debate. Faz-se necessário compreender a dinâmica familiar e territorial em que estão os usuários a fim de garantir seus direitos. O território, o conjunto de relações, condições e a forma de viver daquela população contribuem para a construção do sujeito social e seu *habitus* – que, na concepção de Bourdieu (1982), tende a orientar a ação à medida que é produto das relações sociais, assegurando a reprodução dessas relações.

Nessa perspectiva, o trabalho socioeducativo em grupo se encaminha para o reconhecimento das famílias e seus membros como sujeitos de

direitos. A pessoa participante do grupo de famílias é levada a ver-se como representante de uma família, cujos problemas vivenciados são comuns a muitas outras famílias que sofrem as mesmas determinações, e que participa de um grupo maior com situações semelhantes. O grupo deve se enxergar enquanto tal, identificar e encaminhar demandas e visualizar suas possíveis soluções, como ainda superar a responsabilização individual pelo bem-estar social, para incluir a dimensão pública e social destas, mediante articulação de serviços e políticas que promovam a proteção social. (TEIXEIRA, 2010, p. 17).

Na busca de se alcançar uma abordagem que permita a compreensão de processos de estruturação e mudanças das relações internas e externas às famílias que demandam a intervenção da política de assistência social, o acompanhamento familiar se refere a um conjunto de intervenções continuadas, a partir da construção conjunta de um plano no qual é estabelecido o objetivo, a realização de mediações periódicas, a inserção em atividades diversas e o acesso a outras políticas setoriais, visando à ampliação de direitos. Esse empreendimento processual não se restringe ao âmbito da assistência social, mas pressupõe constante articulação intersetorial e inter-institucional. É, portanto, um dos marcos de referência para a análise da realidade cotidiana do Rio de Janeiro, levada a cabo no ano de 2016.

2 A experiência do Rio de Janeiro no acompanhamento familiar

O trabalho desenvolvido nas oficinas identificou pontos que dificultam ou fragilizam o acompanhamento familiar nas unidades de proteção social básica e especial a partir do levantamento das discussões dos profissionais operadores da política de assistência social. Nem todos se referem às questões particulares do município do Rio de Janeiro, já tendo sido matéria de outros estudos e pesquisas. Foi, inclusive, pauta de amplos debates da gestão compartilhada entre os entes federados nas instâncias de pactuação e deliberação da política pública, e que foram objeto de normativas e notas técnicas do governo federal, com intuito de tentar esclarecer dúvidas e organizar procedimentos.

O trabalho com famílias pode tanto efetivar direitos como impor uma característica legalista e imediatista aos atendimentos. Cras e Creas possuem função executiva na política de assistência social, executando o atendimento concreto às famílias, que se convertem também em encaminhamentos para entidades governamentais e não governamentais da rede de serviços.

Faz-se necessário compreender a dinâmica familiar e o contexto social em que estão inseridas, a fim de contribuir para garantia de seus direitos. O desemprego, o aumento da informalidade, a insegurança no tra-

balho e outras expressões da questão social fazem parte do cotidiano das famílias e precisam ser compreendidas no âmbito desses órgãos, visando qualificar os atendimentos. No estágio atual de acúmulo prático e elaboração teórica e crítica, não é admissível entender as violações de direitos como fatos isolados que convergem para culpabilizar as famílias. Deve-se ter a compreensão do contexto socioeconômico para que as medidas protetivas aplicadas não se tornem medidas punitivas. Nesse sentido, segundo Fávero (2001, p. 161):

A culpabilização pode traduzir-se, em alguns casos, em interpretações como negligência, abandono, violação de direitos, dentre outros, deixando submerso o conhecimento de determinações estruturais ou conjunturais, de cunho político e econômico, que condicionam a vivência na pobreza por parte de alguns sujeitos envolvidos com esses supostos atos.

Trabalhar com famílias requer a abertura para a escuta, a fim de identificar os pontos de vulnerabilidade, mas também a existência de recursos disponíveis. A família constrói sua própria história em que expressa a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetivos e subjetivos dos espaços e da cultura em que vive (SARTI, 2008). Daí a necessidade do exercício de compreensão da história, do *habitus*, do cotidiano da população que vive no território em que a unidade de referência deve intervir.

Uma ampla compreensão do contexto fundamenta de maneira mais adequada a discussão do lugar da família no âmbito das políticas sociais, favorecendo duas dimensões complementares: considerando sua função e a capacidade de cuidado e proteção de seus integrantes, ao mesmo tempo aliada à sua posição de titular de proteção do Estado, traduzida no sistema capitalista pelas políticas públicas.

Em decorrência de uma perspectiva crítica quanto ao limitado alcance de tais políticas – pelo que representam na organização da ordem capitalista –, os agentes de sua operação não devem perder de vista que a efetividade do trabalho social com as famílias está vinculada aos modelos assistenciais adotados, visando avançar de uma posição de tutela e controle para uma condição de parceria e cidadanização das famílias (MIOTO, 2006). Dessa forma, o acompanhamento familiar assim fundamentado vislumbra as ditas vulnerabilidades e riscos das famílias, apresentados pela PNAS, como resultantes da desigualdade social própria à sociedade capitalista.

Ao se buscar identificar a “divisão” de atividades entre PSB e PSE, bem como as atribuições de ambos os níveis de proteção social junto a operadores da política de assistência social, o mais frequente é a indicação da necessidade de articulação entre os dois, com preocupação quanto à duplicação de ações e esforços. No município do Rio de Janeiro, tal quadro também se apresenta, em que pese o esforço em distinguir como as especificidades da PSB – como prevenção de situações de risco; fortalecimento de

vínculos; articulação com as demais políticas públicas locais; e articulação aos serviços de proteção especial – podem servir de referências para um desenho distinto de intervenções prioritárias no acompanhamento das famílias.

Há realmente que se ter em conta que a PSE – por lidar com situações que se caracterizam por ruptura de vínculos familiares e comunitários ou na iminência de se verem rompidos esses vínculos – necessitará de estratégias diferenciadas de apoio a processos que visem ao restabelecimento de laços. Precisarão, além disso, de ainda mais estreita interface com o Sistema de Garantia de Direitos, exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com Poder Judiciário, Ministério Público e outros setores do Poder Executivo.

O plano a ser elaborado frequentemente precisará se projetar para um tempo mais longo de previsão de acompanhamento às famílias. Ao se conhecer a fundo as especificidades dos níveis de proteção social, vale destacar as diferenças e complexidades de cada um, bem como ressaltar que tais diferenças não significam apartação, vez que se trata de uma única política pública de direitos: a de assistência social, que se define em proteções afiançadas.

Especificamente em relação à articulação com o Sistema de Justiça, as oficinas possibilitaram identificar gargalos na relação entre as unidades e os órgãos do judiciário. Tanto as unidades da assistência social provocam o Sistema de Justiça para acessar recursos jurídico-legais para atendimento das necessidades e proteção de indivíduos ou famílias, quanto os órgãos de justiça acionam os serviços de assistência social para solicitar atendimento ou esclarecimentos sobre atendimentos e acompanhamento familiar realizados pela rede socioassistencial. Pela própria natureza dos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, estes serviços possuem relações mais estreitas com o Sistema de Justiça, mas não são exclusivos, e outros serviços, como os ofertados pelo Cras, também possuem esta interseção.

Há, porém, constantes queixas dos profissionais da assistência social de que o Sistema de Justiça encaminha famílias para atendimento sem informações adequadas e incompletas sobre as demandas; solicitam acompanhamento familiar com demandas que não cabem à assistência social, mas sim a outras políticas setoriais; ou mesmo reclamam de relações autoritárias e verticalizadas, em que não são respeitados o sigilo profissional e nem os objetivos da política de assistência social. As requisições do Sistema de Justiça que não dizem respeito ao trabalho de proteção social da assistência social atrapalham a rotina dos serviços, além de se caracterizarem como desvio de função dos profissionais e, conseqüentemente, repercutem na relação de confiança entre os profissionais e usuários e na qualidade do atendimento prestado.

Diante destas situações, o MDS elaborou a nota técnica nº 2, de 11 de maio de 2016, na tentativa de regular a relação entre o Suas e os

órgãos do Sistema de Justiça. Nesta nota, fica explicitado o que não cabe aos profissionais da assistência social: realização de perícia; inquirição de vítimas e acusados; oitiva para fins judiciais; produção de provas de acusação; guarda ou tutela de crianças e adolescentes de forma impositiva; curatela de idosos, de pessoas com deficiência ou com transtorno mental; adoção de crianças e adolescentes; averiguação de denúncia de maus-tratos contra crianças e adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência, e de violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2016, p. 11).

Esta relação com o judiciário implica em analisar sua trajetória histórica na constituição das instituições republicanas e democráticas brasileiras e, por outro lado, analisar o papel histórico de subalternidade da política de assistência social. Soma-se a isso a construção de um projeto societário que vem alargando a já grande desigualdade socioeconômica do país e que vincula ações do Estado em seus três poderes, para legitimar a criminalização da pobreza, aliando repressão, encarceramento e extermínio ao controle das famílias pobres via políticas públicas (NETTO, 2010; WACQUANT, 2011).

De acordo com Netto (2010, p. 26), esta seria uma face da barbárie contemporânea, “a articulação orgânica de repressão às ‘classes perigosas’ e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da ‘questão social’”. Os aspectos conservadores e moralizantes na condução da proteção social das famílias pobres permanecem nos discursos e práticas tanto da política de assistência social, como nos órgãos do Sistema de Justiça, pois são instituintes de uma totalidade histórica que constitui uma “economia moral”⁵ da assistência aos segmentos pauperizados.

Esta relação entre assistência social e órgãos do Sistema de Justiça é mediada pelas relações de poder exercidas nas localidades entre Executivo e Judiciário, que envolvem os jogos políticos de interesses e disputas diversas. Mesmo com uma nota técnica do MDS, que sem dúvidas acrescenta um dispositivo para a negociação no âmbito local, ainda haverá um longo caminho para diminuir as ressonâncias de uma relação desigual de poder entre o órgão da assistência social e o Judiciário.

Para tanto, é mister o papel do órgão gestor da política de assistência social, da responsabilidade ética e política na condução da política pública como direito da população, para realizar pactos e negociações com os órgãos de justiça através de conhecimento teórico-metodológico, e até mesmo para garantir enfrentamentos teórico-práticos para defesa dos objetivos da assistência social. Não cabem aos profissionais, individualmente, responderem às demandas do Sistema de Justiça, mas ao posicionamento institucional da política de assistência social.

⁵ Essa expressão foi usada primeiramente por E. P. Thompson, em 1968, mas sofreu alterações, sendo ressignificada por outros autores. Aqui, utilizamos a definição de Fassin (2015), que adapta a definição clássica de economia política e define a economia moral como produção, circulação e apropriação de normas e obrigações, valores e afetos relativos a um problema específico em um tempo e espaço específicos.

Para não concluir

Em uma perspectiva crítica, compreende-se que a proteção social opera sob interesses antagônicos, ou seja, busca atender às necessidades sociais de parcela da população. Porém, o faz na lógica da precarização e da setorialização das políticas, exatamente para atuar sobre as ditas vulnerabilidades individuais ou familiares, e não para transformação do processo de acumulação capitalista e da desigualdade social.

Na realidade da segunda maior metrópole brasileira, tal contradição tende a assumir contornos específicos em decorrência de fatores como vastidão do território, densidade demográfica, índices de violência e grandes áreas de abrangência de cada unidade de referência da política de assistência social, tanto na proteção social básica como na especial.

Esse contexto interfere nos processos de planejamento e execução do acompanhamento familiar, desde o nível central de gestão até o trabalho realizado “na ponta”, tendo de fazer frente a desafios tais como: excesso de burocracia e instrumentos gerenciais a serem preenchidos, déficit de profissionais, focalização importante em famílias inseridas em programas de transferência de renda e ofertas de serviços nem sempre condizentes à demanda (muitas vezes por definição e correspondentes incentivos do governo federal, sem considerar especificidades locais). Diante de tal quadro, termina-se por operar na quase ausência de indicadores e critérios para inserção de famílias no processo de acompanhamento, com consequências não menos desafiadoras para a avaliação do momento e da forma de seu desligamento.

Sem pretender alçar o diagnóstico socioterritorial à condição de panaceia, cabe registrar a recorrência com que tal instrumento surge no discurso valorativo dos profissionais operadores da política no município do Rio de Janeiro, notadamente aqueles responsáveis pelo atendimento cotidiano à população nas diversas e extremamente distintas regiões da cidade. Quanto a essa dimensão específica, percebe-se que as unidades de PSB conseguem construir maior conhecimento de seu território de abrangência, logrando uma vigilância socioassistencial um pouco mais efetiva.

Como o conhecimento sobre o território precisa ser gerado a partir de diferentes fontes, permanece o desafio de como lograr êxito em empreendimento de tal monta em uma metrópole. E, quanto ao acompanhamento familiar, é necessário ter em conta ao menos informações advindas das famílias, de estudos sociofamiliares e de dados processados pela vigilância socioassistencial. Ademais, é preciso ainda enfrentar a tarefa nada simples de pactuar fluxos e processos de trabalho que concorram para alinhar o trabalho desenvolvido no âmbito da proteção social básica e da proteção especial, em estreita articulação com as decisões oriundas dos demais níveis de gestão. Sem dúvida, muitas questões restam sem resposta, o que entendemos como reforço à necessidade de prosseguimento da parceria entre Academia e operadores da política.

Referências

BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

_____. MDS. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Secretaria de Assistência Social, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social: orientações técnicas para os Centros de Referência de Assistência Social*. Brasília: MDS/SNAS, 2006.

_____. *Orientações técnicas sobre o Paif*. Vol. 2. Trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif). Brasília: MDS/SNAS, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *CapacitaSuas – Caderno 1: assistência social: Política de Direitos à Seguridade Social – Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da PUC-SP*. Brasília: MDS, 2013.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Trabalho Social com Famílias*. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014.

_____. *Censo Suas 2016 – Resultados nacionais*, Centros de Referência da Assistência Social, Cras. Brasília: Coordenação Geral de Vigilância Socioassistencial. Março de 2017.

FASSIN, D. La economia moral del asilo. Reflexiones críticas sobre la “crisis de los refugiados” de 2015 en Europa. *Revista de Dialectología e Tradiciones Populares*, v. 2, 2015.

FÁVERO, E. T. (Org.). *Rompimento dos vínculos do pátrio poder*. Condicionantes socioeconômicos e familiares. São Paulo: Veras, 2001.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

MIOTO, R. C. T. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. *Revista Eletrônica Textos e Contextos*, v. 3, 2004.

_____. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio familiar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). *Política Social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2006.

MIOTO, R. C. T. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 12, 2010.

_____. *Dilemas do trabalho social com famílias no campo da política social brasileira*. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. Natal (RN), 2014.

_____. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. *Serviço Social e Sociedade*, v. 124, 2015a.

_____. (Consultoria). *Documento técnico orientador para subsidiar o seminário nacional sobre trabalho social com famílias na PNAS à luz das avaliações sobre a produção acadêmica na área da Assistência Social e a produção institucional do MDS sobre trabalho social com famílias realizadas nos produtos anteriores*. PROJETO UNESCO – 914BRZ3002, MDS, 2015b. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Produto%203%20-%20TSF_MIOTO.pdf> . Acesso em: 10 mai. 2018.

_____. Trabalho social com famílias: entre as amarras do passado e os dilemas do presente. In: TEIXEIRA, S. M. (Org.). Política de assistência social e temas correlatos. *Papel Social*, Campinas, v. 1, 2016.

MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

MIOTO, R. C. T.; STAMM, M. Família e cuidado: uma leitura para além do óbvio. *Ciência, Cuidado e Saúde*, Universidade Estadual de Maringá, v. 2, n. 2, 2004.

NETTO, J. P. *Uma face contemporânea da barbárie*. In: III ENCONTRO INTERNACIONAL “CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE”, nov. 2010.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2008.

SENNA, M. de C. M. Sistema Único de Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro: breve panorama da implantação nos municípios. In: SENNA, M. de C. M. (Org.). *Sistema Único de Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro: experiências locais*. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, 2005.

TEIXEIRA, S. M. Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. *Rev. Políticas Públicas*, São Luís, v. 13, n. 2, jul./dez. 2009.

_____. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 13, n. 1, 2010.

TEIXEIRA, S. M. A centralidade da família nas políticas sociais e o trabalho social com famílias. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. 2012, Juiz de Fora. *Anais...* Juiz de Fora: Abepss, 2012.

_____. *A família na política de Assistência Social: concepções e as tendências do trabalho social com família nos Cras de Teresina (PI)*. Teresina: EDUFPI, 2013.

TEIXEIRA, S. M.; CRONEMBERGER, I. H. M. Política de Assistência Social: as direções da matricialidade sociofamiliar e do trabalho social com famílias. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 16, n. 2, 2014.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

DOI: 10.12957/rep.2018.39425

Recebido em 30 de junho de 2018.

Aprovado para publicação em 17 de setembro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

O trabalho social com famílias na Proteção Social Básica da assistência social

Social work with families in social assistance's basic social protection

Poliana de Oliveira Carvalho*

Solange Maria Teixeira**

Resumo – O presente trabalho analisa o Trabalho Social com Famílias no acompanhamento familiar implementado por meio de grupos, no Cras da cidade de Piripiri (PI), como instrumento de promoção da participação, da autonomia e do protagonismo. A pesquisa de campo foi feita por meio de entrevistas com profissionais e usuários, analisadas aqui à luz da discussão teórica dos principais estudiosos da temática. A pesquisa foi submetida a Comitê de Ética e todos os participantes assinaram termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Conclui-se que é possível identificar resquícios de conservadorismo na Política de Assistência Social, e que, apesar dos entraves provocados pela falta de capacitação profissional, pela não mobilização de bagagem teórica e pela falta de estrutura física e de incentivos profissionais, é possível identificar traços de mobilização para a participação social e algum grau de protagonismo social nas ações implementadas.

Palavras-chave: trabalho social com famílias; participação; autonomia; protagonismo.

Abstract – This article analyzes the social work in family support implemented through groups, in the Reference Center for Social Assistance (CRAS) in the city of Piripiri, Piauí as an instrument to promote participation, autonomy and protagonism. The field research was done through interviews with professionals and users, analyzed here in light of the theoretical discussion of the main scholars of the subject. The research was submitted to the Ethics Committee and all the participants signed a Free and Informed Consent term. It concludes that it is possible to identify traces of conservatism in the Social Assistance Policy and that despite the

* Professora da Faculdade CHRISFAPI em Piripiri-PI. Assistente Social de CRAS de Teresina. Doutoranda em Políticas Públicas pela UFPI. Pesquisadora na temática da assistência social e trabalho com família. *Correspondência:* Rua Caseba, 556, bairro de Lourdes, Campo Maior – PI. CEP: 6480-000. *Email:* <polianacarvalho10@hotmail.com>.

** Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Pós-doutorado em Serviço Social pela PUC. Doutorado pela Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora na temática de família, Política de Assistência Social, sistemas de proteção social e envelhecimento. *Correspondência:* Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Serviço Social. Campus da Ininga, S/N, departamento de Serviço Social, Ininga, Teresina - PI. CEP: 64048110. *Email:* <solagemteixeira@hotmail.com>.

obstacles caused by the lack of professional training, the lack of mobilization of a theoretical background, and the lack of infrastructure and professional incentives, it is possible to identify traits of mobilization for social participation and some degree of social protagonism in the implemented actions.

Keywords: social work with families; participation; autonomy; protagonism.

Introdução

Nos últimos anos, as ações na área da Política de Assistência Social avançaram no sentido de romper com a cultura e a herança de forte clientelismo, com a ineficiência e as ações descontínuas. Essa política inaugura, então, uma dimensão preventiva e com perspectivas transformadoras. Tendo isso em vista, a presente pesquisa foca seu olhar no trabalho social com famílias (doravante denominado de TSF), executado na Proteção Social Básica nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras).

Para Mioto (2016), o TSF é um dos temas mais polêmicos, pois vem ressurgindo marcado por contradições e ambiguidades. Essas têm reoberto o debate da Seguridade Social brasileira – questiona-se como fazer a proteção e quem é responsável por promovê-la.

O TSF não é uma metodologia de intervenção nova, mas vem sendo retrabalhado pela Política de Assistência Social em novos moldes, buscando romper com técnicas fincadas em teorias tradicionais de ajustamentos e de integração social das famílias à ordem social. Apoiado em saber científico no trabalho profissional e perseguindo objetivos específicos, colocados pelas normativas técnicas desenhadas pelo Estado, o TSF pretende a construção coletiva de uma reflexão sobre a realidade, fundada na participação dos usuários, tornando-se, assim, uma novidade no âmbito dos serviços.

O que se questiona é em quais bases esse TSF, na modalidade de grupos, vem sendo desenvolvido e quais os resultados alcançados. Desse modo, ao mesmo tempo em que se discutem os entraves identificados para a execução do serviço, questiona-se o alcance dos objetivos perseguidos. Indaga-se se essa participação e essa autonomia são construídas com base para a busca da emancipação social, como capacidade de reflexão e de decisão, ou em moldes liberais e individualizantes, a partir da busca da independência do auxílio do Estado.

Para uma maior dinamicidade do tema estudado, este trabalho retrata a investigação realizada na cidade de Piripiri (PI), a partir da análise do TSF executado no Cras. Para tanto, utiliza-se, na pesquisa de campo, entrevista com profissionais e usuários, bem como levantamento documental.

O trabalho social com famílias na Proteção Social Básica

Analisar a Política de Assistência Social brasileira requer o entendimento de que ela se constituiu de forma histórica. Na atualidade, ela se apresenta com uma faceta totalmente renovada de busca de construção de ações efetivas e voltadas para a emancipação social. Apesar disso, ainda é permeada por um viés conservador e persistente, que se aloca nos modos de fazer, nas entrelinhas do arcabouço teórico dessa política e nas ideologias que circundam a sociedade dominada por ideais neoliberais.

Prevista pela primeira vez como uma política pública a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a assistência social passa a ser construída paulatinamente e apoiada em um conjunto de normativas que vão moldar o que se chama hoje de Sistema Único de Assistência Social (Suas). Um dos serviços de referência dessa política na atualidade se constitui em serviço implementado na Proteção Social Básica, por meio do Serviço de Atenção Integral à Família (Paif), o TSF, conceituado pelas normativas técnicas como:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade “ que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com os objetivos de proteger seus direitos, apoiá-los no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. (BRASIL, 2012, p. 12).

Com perspectivas modernas, mas perpassado por conceitos conservadores, o TSF aposta na capacidade transformadora do poder da discussão e da reflexão. Porém, ao mesmo tempo, reconhece as famílias como instituição responsável pelo cuidado, devendo ter suas potencialidades estimuladas para o aperfeiçoamento dessas obrigações. Ou seja, na mesma medida em que protege e prevê estímulos, essa política acaba estabelecendo a culpabilização dos indivíduos pelo cuidado, mas também pelos problemas e pelos fracassos, distanciando-se de uma discussão sobre os dilemas de se viver em uma sociedade capitalista.

Logo, identificam-se duas direções diferentes para o TSF. Uma delas é a aposta em metodologias de intervenção voltadas para a promoção da reflexão e a construção de cidadãos mais autônomos e participativos. A outra reforça a função protetiva das redes informais, retirando a responsabilidade do Estado e passando-a para a família e a sociedade.

As oficinas com famílias têm por intuito suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou

potencialidades, identificadas no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos. (BRASIL, 2012, p. 23).

Para Eiras (2012), atua-se, ainda, nas consequências imediatas das expressões da questão social, tomadas como problemas individuais de competências e de incompetências familiares. Embora o TSF também se configure na mobilização para a participação ou formação política, isso ocorre de forma contraditória. Teixeira (2016) enfatiza que há uma ideia implícita de que a prevenção aos riscos acontece a partir da família, quando essa “aprende” a realizar suas funções de proteção social, tais como: educação, socialização, cuidado, assistência, provimento e proteção.

Os textos produzidos não observam apenas pontos negativos, mas também identificam as potencialidades e, principalmente, as dificuldades que o serviço enfrenta para acontecer como realmente está previsto normativamente. Segundo Lima e Miotto (2011), o trabalho socioeducativo, executado numa perspectiva horizontal, crítica e política, pode contribuir para fomentar a criticidade dos indivíduos a partir da apreensão e da análise da realidade, para a construção de processos democráticos idealizadas a partir do grupo. A questão é que nem sempre se consegue evoluir da discussão do problema individual para uma reflexão de caráter macro, e as normativas não oferecem pistas esclarecedoras; ao contrário, trabalha temáticas e introduz conceitos com pouca clareza da teoria a que se vinculam e os sentidos utilizados.

Gueiros (2010) aponta, também, importantes elementos para que se consiga uma evolução da presente discussão: a identificação e a valorização das capacidades e da competência dos sujeitos, o equacionamento das adversidades enfrentadas no cotidiano, os processos educativos que abordam os problemas e as necessidades em uma ótica de totalidade, capaz de romper com as naturalizações e as responsabilizações. Para que isso seja alcançado, deve ser realizado com o apoio técnico devido, a infraestrutura, o acesso a políticas públicas e um processo de avaliação constante, além de ter uma finalidade crítica, posta pelos projetos profissionais dos implementadores do serviço.

Quando se procura, na bibliografia produzida, as dificuldades para a implementação do TSF, os elementos encontrados são abundantes, com destaque, inicialmente, para o que mais se faz presente: a questão financeira. Apesar de, com a ascensão de governos mais populares, haver crescido vultuosamente o direcionamento de verbas para a Política de Assistência Social (principalmente de 2003 a 2014, período de governos petistas), vive-se, na atualidade, um processo de incerteza, em que o governo professa um discurso de crise fiscal e até mesmo de não capacidade de manutenção da agenda de repasses de cofinanciamentos. A falta de recursos tem sido um dos grandes desafios para a execução da Política de Assistência

Social, em especial para os serviços. Isso se desdobra em outras dificuldades, transfiguradas na precarização do serviço: falta de equipamentos, de profissionais, de infraestrutura e de uma rede de serviços, perpetuando-se uma tradição de ações não efetivas e pouco resolutivas.

Para Teixeira (2013, p. 129), as próprias concepções de autonomia, de protagonismo e de participação apresentadas no trabalho social são contraditórias, “[...] pois sua garantia e efetivação dependem de recursos privados, mesmo informais ou sem fins lucrativos, da capacidade de resposta individual e familiar”. Logo, a Política de Assistência Social é desenhada para encontrar a solução nas próprias famílias, evitando-se, assim, a responsabilização moral e financeira do Estado.

A autora também elenca as dificuldades de se conseguir a adesão ao trabalho socioeducativo, tanto por parte do usuário, que se encontra consumido por demandas imediatas (fome, violência, desemprego etc.), como dos profissionais, que ou não se sentem preparados para implementar esse modelo de serviço crítico e reflexivo, ou encontram-se consumidos pelo volume de demandas individuais, somadas à precarização dos serviços.

Mioto (2004) alerta que, sem a devida preparação técnica para a apropriação das matrizes teóricas em que se funda o serviço – que não são de fácil compreensão, apoiando-se na perspectiva transformadora de Gramsci e na pedagogia de Paulo Freire, muitas vezes não contemplados na formação dos profissionais que executam o serviço –, as ações acabam acontecendo de forma tarefaira, imediatista, sem os devidos conhecimentos e reflexão das matrizes teórico-metodológicas. Reproduzem-se, desse modo, práticas assistemáticas e baseadas no senso comum.

Promover o protagonismo e a autonomia não pode ser encarado como solução para um conjunto de problemas resultantes de expressões da questão social, o qual é fruto de uma economia e de uma sociedade excludentes e geradoras de desigualdades, sem o subsídio do Estado ou com ações que apenas potencializam ou capacitam as famílias para resolverem, sozinhas, esses problemas. E, sim, o TSF deve possibilitar o desenvolvimento da participação social, a emancipação para refletir sobre o contexto social e a capacidade para lutar pelos seus direitos.

Além de estimularem o empoderamento e a emancipação social a partir de processo reflexivo de luta por mais direitos, os serviços devem prover aquisições (materiais, financeiras, de ocupação do tempo livre, de cuidados, dentre outros). Dessa forma, o Estado democrático de direitos deve proporcionar o acesso a benefícios e serviços que respondam aos problemas que a população vivencia, a partir de uma lógica de direitos.

Para uma melhor compreensão do tema pesquisado, mostra-se, no item a seguir, de forma resumida, o resultado da pesquisa de campo realizada na cidade de Piripiri (PI), enfocando o trabalho social com famílias e a busca pela emancipação social.

O trabalho social com famílias e a busca pela emancipação social na cidade de Piripiri (PI)

Localizada a 160 km da capital Teresina, Piripiri é a quarta cidade em população do Estado do Piauí. Possui um histórico político-social e econômico de desenvolvimento e também se constitui como referência para muitos municípios pelos serviços nas áreas da saúde, da educação e da assistência social.

Segundo os princípios delineados pela Política de Assistência Social (BRASIL, 2004) brasileira, que classifica o município a partir de portes específicos, Piripiri é classificado como de médio porte (de 50.001 a 100.000 hab.) e habilitada em nível de gestão básica.

A cidade possui dois Cras instalados há cerca de nove anos, que possuem uma média de 20 grupos, acompanhados por quatro equipes técnicas formadas por assistentes sociais, psicólogos, pedagogas, socióloga e técnicos de nível médio. Os Cras apresentam, em conjunto, uma capacidade de atendimento anual de até duas mil famílias, e podem referenciar cinco mil famílias cada.

O Cras Inácia Maria de Andrade, lócus da pesquisa, foi inaugurado em 14 de março de 2007. Segundo informativo publicado pela prefeitura em 2008, a instituição contava, naquela época, com uma equipe de profissionais composta por um assistente social, um psicólogo, um coordenador e pessoal de apoio. A publicação descreve as ações desenvolvidas como preventivas e para o fortalecimento da convivência e da socialização, com o acolhimento e a inclusão social voltados prioritariamente para famílias (PIRIPIRI, 2008).

Com formação a partir de um concurso público, a equipe hoje instalada (quatro anos de formação) acumula experiências, indagações e a certeza de que trabalhar com a Proteção Social Básica se constitui em um desafio diário composto da necessidade de acumulação teórica para o entendimento da realidade como complexidade que se dá por meio das expressões da questão social.

Nesta pesquisa, focou-se no TSF realizado por meio de grupos, por entender que o processo grupal é rico em elementos que levam às mudanças de realidades, à reflexão sobre os problemas da comunidade e à ação pedagógica, que é importante no que diz respeito ao saber conviver, expressar-se e aprender em conjunto.

Além de se constituírem como um trabalho em grupo, as ações contam com um conjunto de profissionais agindo de forma interdisciplinar, de modo a oferecer uma articulação de saberes e de práticas, de visões embasadas em formações e teorias diferenciadas.

É preciso considerar assim a ótica do trabalho coletivo no Suas, orientado por um projeto ético-político assentado em acúmulo das diferentes

profissões e de suas contribuições, incorporando os conhecimentos e aportes daqueles que, como o Serviço Social, vêm assumindo protagonismo histórico na elaboração de subsídios teóricos, técnicos e políticos que respaldam os avanços da assistência social no país. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2014, p. 84).

Para a construção deste trabalho, realizou-se entrevista individual com cinco profissionais, técnicos de referência na Proteção Social Básica, atuantes nos Cras da cidade de Piripiri (PI), e dez usuários participantes do TSF. Para a entrevista com os usuários do serviço, buscou-se o acesso a indivíduos que se sentissem à vontade para participar e, ao mesmo tempo, expressassem a riqueza do universo que compõe os grupos os quais frequentam. Os entrevistados têm tempos diferentes de participação, variando de um mês a mais de quatro anos. Às vezes, participam em mais de um grupo do Cras ou têm mais de um membro da mesma família em serviços diferentes da instituição.

A entrevista com os participantes mostrou que eles possuem uma baixa escolaridade. Apenas um tem ensino médio completo. Os demais ou têm apenas o ensino fundamental ou o têm de forma incompleta. Isso, de imediato, já dificulta o ingresso no mercado formal de trabalho ou mesmo a frequência em cursos de formação para o trabalho. Em relação ao acesso a outros programas sociais, apenas 30% dos participantes são beneficiários do Programa Bolsa Família. Identificaram-se, também, indivíduos que já foram beneficiários, mas que, devido a mudanças no perfil ou na renda das famílias, passaram a estar fora dos critérios do programa.

A respeito da relação entre renda e trabalho, o grupo divide-se entre aposentados, desempregados e integrantes do mercado informal, em que a maioria possui uma renda menor ou igual a um salário mínimo. É visível o estado de pobreza do grupo entrevistado, com alto índice de pessoas sem atividades remuneradas e com renda inferior ou igual a um salário mínimo, geralmente decorrente de benefícios sociais. Yazbek (2015), em seu livro *Classes subalternas e assistência social*, enfatiza que os usuários da Política de Assistência Social sobrevivem em condições de vida e trabalho instáveis que enfatizam a pobreza e a subalternização.

Levando em consideração que o TSF, por meio de grupos, é executado por todos os técnicos de nível superior, realizou-se entrevista com dois assistentes sociais, uma psicóloga, uma pedagoga e uma socióloga. Oriundos de cidades, de formações, de bagagem teórica e de experiências individuais diferenciadas, os profissionais em questão têm em comum o fato de serem concursados e atuarem na referida instituição há cerca de quatro anos. Alguns têm experiências anteriores em outros campos ou têm essa como sua primeira atuação de trabalho.

Para Couto, Yazbek e Raichelis (2014), o quadro de profissionais da área é marcado fortemente por um universo heterogêneo de trabalhadores: diversas formas de vínculos e de formação, sendo pertencentes às três esferas do Estado ou à rede privada.

Os dados do Censo Suas 2015 demonstram que apenas 39,3% dos trabalhadores têm nível superior completo. Mostram também uma baixa procura por especializações. Do percentual de 39,3%, apenas 5,4% possui algum tipo de especialização (BRASIL, 2016). A pesquisa identificou os que ainda não realizaram especialização, apesar de terem um tempo considerável de atuação na assistência social, além de especializações fora do contexto em que os profissionais realizam intervenções. Isso pode ser um reflexo da própria precarização das condições de trabalho dos profissionais de assistência social, que, em sua maioria, não contam com o gozo de um plano de cargos, carreiras e salários (PCCS) e de uma política permanente de capacitação que seja efetiva. Não há, assim, nenhum tipo de incentivo para que o profissional procure o aprofundamento e a qualificação de sua formação para uma atuação mais competente.

A implantação do Suas não foi acompanhada de um processo constante de estruturação, especialmente no Piauí, dada a diversidade dos municípios e sua capacidade de prestar serviços com qualidade e em quantidade para atender às demandas. Há deficiências diversas: desde a quantidade de profissionais aos vínculos, até, e principalmente, no que diz respeito à estrutura física.

Quando indagados sobre a participação em capacitações específicas voltadas para o trabalho social com famílias, os profissionais foram categóricos em afirmar que já fizeram parte de ações voltadas para o trabalho realizado junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) (direcionadas para a metodologia, o tempo de funcionamento, responsabilidades etc.), mas nenhum afirmou ter participação em capacitação específica para a área do TSF.

Apesar de realizarem a execução do referido serviço há pelo menos quatro anos, foi possível identificar, no decorrer das entrevistas, profissional que, até o momento, não realizou nem a leitura do material técnico, nem tampouco de produções científicas voltadas para a reflexão sobre o tema. Mas, no geral, os profissionais apresentaram uma concreta preocupação com o embasamento do seu trabalho, a partir da mobilização dos conhecimentos adquiridos por meio da sua formação universitária e com leituras e acesso às informações repassadas por intermédio do ministério que faz a gestão da política no país.

Por se tratar de um serviço que trabalha com o incentivo à mudança de horizontes e que recebe poucos investimentos, segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2014), a mediação principal acaba por acontecer por meio do profissional que executa o serviço, apoiado em sua formação técnica, teórica e política. Logo, se o profissional não tem uma relação harmoniosa com essas três dimensões e, muitas vezes, não possui condições institucionais para realizar o trabalho, foge-se ao objetivo emancipador que o serviço poderia ter.

Destaca-se, também, a identificação da preocupação da equipe em realizar pesquisa em serviço, o que é imprescindível para avançar na análise de novas experiências e na construção de conhecimentos.

Os profissionais também levantaram um conjunto de questões que consideram central no que diz respeito ao diagnóstico das dificuldades para realizar um TSF efetivamente emancipador. Destacam-se: falta de uma rede socioassistencial e intersetorial que realmente funcione e de profissionais embasados teórica e politicamente; falta de acessibilidade ao prédio físico do Cras, ou seja, infraestrutura ruim; necessidade de recursos materiais diversos; carência de “conforto” nas salas em que se realizam os grupos etc.

Silva, Araújo e Lima (2014) colocam que a situação de deficiência de espaço físico adequado e suficiente é uma característica comum a muitos municípios que tiveram de improvisar alocações para o Cras e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) nos últimos anos. Envolvem problemas comuns aos aparelhos alugados, cedidos e compartilhados, tais quais falta de acessibilidade e carência de equipamentos, como *Datashow*, internet, ar-condicionado, dentre outros.

O condensado de informações publicadas em março de 2016 sobre os 8.155 questionários do Censo Suas finalizados no ano de 2015 demonstra que, desse total, 42,8% ainda funcionam em imóvel alugado, fora os 8,4% instalados em estruturas cedidas. Tem-se, ainda, 10,4% dessas instituições que funcionam em imóvel compartilhado – dividindo espaço com a própria Secretaria de Assistência Social, assim como com órgãos da saúde, escolas, conselhos etc. (BRASIL, 2016).

O grupo central de perguntas realizadas para os profissionais girava em torno do universo conceitual em que se sustenta o trabalho social com famílias: a potencialização da função protetiva da família, a conceituação das categorias da participação, do protagonismo e da autonomia social e o acesso a direitos via rede de serviços.

As entrevistas mostraram que os profissionais reconhecem que a Política de Assistência Social, abertamente, trabalha para fortalecer papéis tradicionais de proteção que se materializam no objetivo do fortalecimento das famílias para a superação de suas vulnerabilidades. Entretanto, os profissionais acabam problematizando pouco as implicações dessa reafirmação de papéis tradicionais. Além disso, há baixa visibilidade da relação entre problema e solução unicamente dentro da relação familiar, não atribuindo as vulnerabilidades à discussão mais abrangente em relação à ordem vigente.

A potencialização das funções da família está prevista na PNAS. Ela está prevista nos manuais de orientação do Cras, nos próprios serviços oferecidos no Cras, e a gente acredita que essa potencialização das funções da família é exatamente para fortalecer a família *para ela assumir as suas responsabilidades*. Enquanto família, *cuidar dos seus membros, proteger os seus membros*. Então, é importante a gente trabalhar essa questão da potencialização das famílias. (ENTREVISTADO 1).

Para Teixeira (2015), a potencialização das funções familiares evidencia, primeiramente, que se constitui de uma visão inadequada e conservadora, que reforça a responsabilidade das famílias em situações que fogem ao seu controle. Assim, desconsideram-se totalmente os conflitos existentes no grupo familiar que precarizam também a prestação dessa assistência. Ademais, e principalmente, tem-se de forma explícita uma ação em que o Estado aparece de maneira subsidiária à ação das famílias, para que a assistência aconteça na e pela própria família com pequeno suporte do Governo.

Percebe-se uma mistura de avanços e de retrocessos na Política de Assistência Social, o que é muito comum no seu desenvolvimento no Brasil. O discurso dos profissionais é um reflexo dessa construção, que é histórica, além de perpassada e atravessada pelos ditames do capital. Mas não há dúvidas de que há muito progresso e tentativas coletivas de avanços, apesar de haver também alguns resquícios de uma cultura tradicional e conservadora que ainda marca toda a sociedade. O que é mais difícil é vencer os imperativos do sistema capitalista que insistem em se fazer presentes em todas as esferas da vida moderna.

Destaca-se, como forma de acesso aos serviços, a procura espontânea e o convite de terceiros. Ressalta-se, também, a função importante dos profissionais que se tornam referência para o serviço e que são o “cartão de visita” dele. Para Yazbek (2015), essa personificação dos técnicos aos serviços se constitui em uma forma de desenvolver o pertencimento e de supressão de carências materiais e afetivas, além de ser uma maneira amortecedora de tensões geradas por sua situação de subalternidade.

Enquanto isso, o público do Suas, caracterizado como demanda espontânea, destaca como principais motivos para a procura do serviço o isolamento social e emocional e a procura por lazer como forma de interação e de fuga da “depressão”. Vê-se claramente uma preocupação para com a discussão de problemas que são, de forma imediata, identificados como individuais e do âmbito privado das famílias, mas que, quando analisados mais profundamente, são percebidos em uma conotação mais ampla. Identificam-se idosos em situação de isolamento social e emocional, e a sociedade atual é voltada essencialmente para o trabalho, não havendo uma preocupação com a socialização, principalmente se for intergeracional.

As falas também mostram que as necessidades estão muito além de carência material, mas os usuários não têm acesso aos elementos necessários para compreender a sociedade e o contexto em que estão inseridos e, assim, conseguir refletir e lutar para mudar as injustiças e as desigualdades a que são submetidos. Nesse contexto, as discussões realizadas nos grupos têm importância preponderante para promover mudanças palpáveis.

Uma das principais questões identificadas e que merecem ser problematizadas é a dificuldade dos profissionais em se apropriarem do universo conceitual das categorias que movem o serviço. A própria documentação

técnica não traz essas categorias bem conceituadas, apenas as colocando como dadas e próprias ao desenho da Política de Assistência Social brasileira.

“Engraçado... O protagonismo, autonomia, protagonismo e empoderamento são conceitos que eu vi na graduação em psicologia comunitária e passa também nas leituras” (PROFISSIONAL 3). A fala da entrevistada remete ao processo de reflexão sobre a necessidade de ter, de forma embasada e conceituada, as referidas categorias. Há uma repetição das expressões em discursos diversos e a problematização feita aqui mostra especificamente que é preciso evidenciar o que se está buscando. Além disso, acerca dos profissionais que não fizeram essa discussão na Academia, cabe indagar: como refletem sobre tal debate?

Em relação às categorias – participação, autonomia e protagonismo social – formadoras do universo conceitual da categoria da emancipação social, destacam-se na fala dos profissionais algumas apreensões. Sobre a participação, identificam-se canais específicos de participação, de reflexão e de luta por melhores políticas sociais, como conferências, campanhas socioeducativas, fóruns e nas próprias atividades implementadas pelo Cras.

Quando indagamos os usuários em relação à sua segurança de luta e à sua capacidade de fala, estes enfatizam que não se sentem à vontade, que não gostam, mas que, por causa das atividades de grupo, sentem-se mais seguros para falar em público. Além disso, dizem que, se tiverem de lutar por seus direitos, o farão, porém tendo implícito que isso aconteceria em último caso, uma vez que se tem a ideia de que essa ação também deve partir do Estado. Os depoimentos ressaltam a participação passiva e ativa presente no cenário de atuação dos Cras e a falta de intimidade dos usuários com os espaços de atuação, embora não abordem sua causalidade.

Apesar das limitações desenhadas pelos técnicos, eles evidenciam que existe algum tipo de participação que oscila entre uma atuação passiva e uma proativa. Há de se ter claro que o TSF, ao debater e sensibilizar as famílias sobre a importância da participação social para a mudança e a transformação de suas realidades, como processo pedagógico, passa por um conjunto de limitações específicas do próprio modelo de participação pretendido; do processo de educação formal, que é basilar, mas ineficiente; da limitação dos técnicos no que se refere ao saber ouvir, interpretar e juntar forças com as famílias atendidas etc. O processo de ouvir, de dar voz e de acreditar no potencial transformador da comunidade ainda é novo e impregnado de pré-conceitos técnicos a serem vencidos.

No que diz respeito à discussão sobre autonomia, foi possível identificar progressos e retrocessos. Os profissionais demonstram claramente que é preciso identificar potencialidades nas famílias que levam a essa autonomia a partir de construção de propostas de vidas consistentes e duradouras, sem estigmatizar e culpabilizar o grupo familiar por sua situação de vulnerabilidade social.

Outros depoimentos são mais diretos na responsabilização dos usuários. Assim, mesmo com o avanço do modo de executar a Política de Assistência Social, pela via da autonomia, é possível identificar na fala dos profissionais o perpassar de ideologias liberais que veem a autonomia, por exemplo, como uma forma de ser independente, principalmente no sentido de sobrevivência, sem suporte do Estado. “Da família poder *andar com as próprias pernas*. Dela poder gerir sua própria vida. Não estar dependendo da ajuda de terceiros, do Estado para sobreviver” (Profissional 1).

A maioria dos profissionais coloca o protagonismo como a capacidade das famílias de serem atores de sua própria história. Mas ressaltam que têm muita dificuldade de visualizar no dia a dia a construção dessa categoria, como limitação da própria Política de Assistência Social. A fala dos entrevistados coaduna com o pensamento de Silva (2014) sobre o quanto se faz urgente e necessário escutar o que os sujeitos que buscam a assistência social têm a falar. Mas, acima de tudo, a escuta deve ser democrática e sem preconceitos.

Os profissionais também ressaltam a dificuldade que essa política tem de oferecer elementos que levem a esse protagonismo, uma vez que ela é desenhada de modo a se pensar que o problema e a solução estão no âmbito familiar. Ao se restringir uma realidade que é bem mais complexa, apenas se culpabiliza a família, fadando-a ao fracasso. Há uma dificuldade de se materializar elementos identificáveis como protagonismo.

A cultura tuteladora e assistencialista que ainda permeia as ações assistenciais não favorece o protagonismo dos subalternos ou sua emancipação. Cabe às ações socioeducativas direcionar as práticas para a constituição de sujeitos, incentivando uma assistência social que não sirva à reiteração das subalternidades dos seus usuários (YAZBEK, 2015).

O desenvolvimento da emancipação passa diretamente pelo acesso a outros direitos e serviços via rede de direitos socioassistencial e interdisciplinar. A rede de serviços se constitui em ponto de contraste polêmico por suscitar discussões sobre o não funcionamento dela ou mesmo da sua não existência.

Além da dificuldade que os profissionais demonstram em entender o universo conceitual que embasa o serviço, os usuários não conseguem expressar quais mudanças, principalmente em longo prazo ou em caráter macro, a frequência nos grupos proporcionou em suas vidas, mesmo, muitas vezes, tendo uma frequência de mais de quatro anos.

O processo grupal requer um planejamento com um objetivo a curto, médio e longo prazo. A fala dos profissionais denuncia o incômodo com o fazer por fazer, não conduzindo a um objetivo reflexivo e emancipatório. Para Abreu (2011), o desenvolvimento da capacidade emancipatória requer a incorporação das necessidades dos usuários como parte da dinâmica do serviço. Faz-se necessária a democratização da gestão, assim como da

politização das questões que dão forma às relações entre usuários e instituição e à sua relação com a sociedade como um todo.

A participação do usuário ainda acontece no formato de ouvinte, não havendo a sua incorporação ativa em etapas importantes, como a avaliação e o planejamento. A sua não adesão ao serviço e a falta de participação nem sempre são compreendidas em contexto da sua existência e das naturalizações do senso comum, vistas apenas como indiferença, preguiça, falta de compromisso e outras questões dessa natureza, analisadas individualmente.

Considerações finais

É interessante que se tenha clareza de que o modo com que o TSF está sendo trabalhado na PNAS, apesar de não ser uma demanda nova, precisa ser analisado e, principalmente, melhor sistematizado por quem executa e analisa o serviço na atualidade. Os profissionais ainda não se apropriaram devidamente dos novos vieses da Política de Assistência Social e dos seus objetivos pedagógicos, de preparação para a construção de cidadãos mais fortalecidos como sujeitos de direito e de capacidade de contestação da realidade dada.

O que se pode afirmar, inicialmente, é que essa política ainda é perpassada por contradições que reforçam vieses conservadores, apesar do discurso de modernidade e de mudança, em que é possível identificar uma mistura de progressos e de retrocessos.

Quando se analisa a realidade de Piripiri (PI), há pontos positivos e negativos nesse trabalho com famílias. O serviço demonstra esse permear de conservadorismo (reforço das funções protetivas da família) em meio a uma onda de inovações (busca da participação e da autonomia) e de desenvolvimento, em uma perspectiva de política pública.

Mas o que se pode relatar de mais importante é que, apesar de todos os entraves, é possível identificar, a partir dos profissionais e dos usuários, possibilidades como tendências de perspectivas emancipatórias do trabalho em grupo, voltadas para a participação e o protagonismo dos usuários, para além do individualismo e da passividade.

Os principais entraves encontrados na própria Política de Assistência Social brasileira estão relacionados a uma cultura histórica de subalternidade ainda não superada naqueles que fazem uso dos serviços, somada às orientações teórico-metodológicas e ético-políticas profissionais mal definidas e ecléticas, que dificultam a execução de serviços emancipatórios.

A Política de Assistência Social, entre entraves e retrocessos, tem o TSF como possibilidade de construção e transformação política e social. Com uma perspectiva crítica e reflexiva, essa metodologia de trabalho pode,

mesmo que de forma paulatina, construir caminhos emancipatórios. É preciso avançar na avaliação desse serviço, que apesar de não ser uma perspectiva nova, vem se revestindo de novas potencialidades, apoiadas fortemente no saber e nos projetos éticos-profissionais daqueles que executam o serviço.

Referências

ABREU, M. M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 3 jun. 2016.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília: MDS/SNAS, 2004.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. *Orientações técnicas sobre o Paif*. Vol. 1. Brasília: Departamento de proteção social básica, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecao_basica/Orientacoes%20Tecnicas%20sobre%20o%20PAIF%20-%20Trabalho%20Social%20com%20Familias.pdf/view>. Acesso em: 22 ago. 2015.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Censo Suas 2015, resultados nacionais*. Brasília: SNAS/DGSUAS/CGVIS, 2016. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Censo_SUAS_2015/CensoSUAS2015_CRAS.zip>. Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. *Relatório de atendimento mensal*. Cidade de Piripiri (PI): Condensado de Janeiro, out. 2016.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política de assistência social e o Suas: apresentando problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B. R. et al. (Org.). *Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2014.

EIRAS, A. A. L. T. S. A intervenção do Serviço Social nos Cras: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente. In: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, I. (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2012.

GUEIROS, D. A. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan./jun. 2010.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Ações socioeducativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica. *Temporális*, Brasília, v. 11, n. 21, jan./jun. 2011.

MIOTO, R. C. T. A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 8, n. 1, jan. 2004.

MIOTO, R. C. T. Trabalho social com famílias: entre as amarras do passado e dilemas do presente. In: TEIXEIRA, S. M. (Org.). *Política de assistência social e temas correlatos*. Campinas: Papel Social, 2016.

PIRIPIRI. *Informativo da Prefeitura Municipal de Piripiri*. Piripiri: Setas, 2008.

SILVA, M. B. *A assistência social e seus usuários: entre a rebeldia e seu conformismo*. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, M. O da S.; ARAÚJO, C. C.; LIMA, V. F. S. de A. Implantação e condições de funcionamento do Suas nos municípios. In: COUTO, B. R. et al. (Org.). *Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2014.

TEIXEIRA, S. M. *A família na política de assistência social: concepções e as tendências do trabalho social com famílias no Cras de Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2013.

_____. Política social contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). *Familismo, direito e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Sistemas de proteção social contemporâneos e a política de assistência social: a reatualização do familismo. In: _____. (Org.). *Política de assistência social e temas correlatos*. Campinas: Papel Social, 2016.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2015.

DOI: 10.12957/rep.2018.39426

Recebido em 29 de junho de 2018.

Aprovado para publicação em 17 de setembro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

O “eco” do marxismo: o metabolismo social do capital e o pensamento ambiental

The “echo” of Marxism: the social metabolism of capital
and environmental thinking

Luiz Felipe Barros Silva*

Resumo – As teorias de Karl Marx e Friedrich Engels reverberaram nos diversos campos da ciência, dando margem a variadas interpretações de seus pensamentos, muitas delas apressadas em taxá-los de economicistas ou deterministas antinatureza. No pensamento ecológico e ambiental, estas interpretações ainda possuem muitos seguidores; por isso, o presente artigo vem trazer uma interpretação diferente do pensamento marxista ancorado sobretudo em Guillermo Foladori e John Bellamy Foster, que não antepõem o legado de Marx e Engels à luta pela defesa da natureza. Pelo contrário, esses autores entendem que Marx e Engels revelaram ao mundo os constituintes internos do metabolismo social do capital, o modo de produção mais avassalador para com a natureza já existente, e, assim, são perfeitamente compatíveis como mediação teórica para a superação deste sistema social que vem colocando a sobrevivência humana em risco quanto mais reproduz seus antagonismos.

Palavras-chave: Marx e a ecologia; natureza em Marx; capital e meio ambiente; marxismo; ambientalismo.

Abstract – The theories of Karl Marx and Friedrich Engels reverberated in diverse fields, giving margin to different readings. Many hurried to label them as economicists and anti-nature determinists. In ecological and environmental thinking, these interpretations still have many followers; therefore, this article brings a different interpretation of Marxist thought anchored mainly in Guillermo Foladori and John Bellamy Foster, who do not pit the legacy of Marx and Engels against the defense of nature. Instead, they understand Marx and Engels revealed to the world the internal constituents of the social metabolism of capital, the production mode that is most overwhelming for nature, and so they are perfectly compatible as a theoretical mediation to overcome this social system that is putting human survival at risk as it reproduces its antagonisms.

Keywords: Marx and ecology; nature in Marx; capital and environment; Marxism; ambientalism.

* Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas, Geógrafo pela Universidade Federal de Alagoas. *Correspondência:* Condomínio Recanto dos Pássaros, rua H, número 416, Benedito Bentes – Maceió – Alagoas. CEP: 57084-136. Email: <luizfelipecbarross@gmail.com>.

Introdução

Neste texto pretendemos refletir sobre as interpretações da obra de Karl Marx e de Friedrich Engels no campo do pensamento ambiental e ecológico. É comum observar que muitos entusiastas da defesa do meio ambiente entram em acordo com teses reforçadas ao longo da história que padecem de sérios problemas teóricos ou claros erros de interpretação reproduzidos por gerações de pensadores.

Hoje sabemos que o legado de Marx e Engels não é avesso a um pensamento que enfatize fervorosamente a defesa do meio ambiente, mas sim o contrário disso. O estudo mais importante de suas vidas delineou os traços fundamentais do capitalismo, a causa social real das devastações ambientais. Contudo, esse efeito não foi o foco específico dos pensadores, mas sim o efeito diretamente social sobre a humanidade. Mesmo assim, o tema da natureza foi frequentemente mencionado por eles, já que está inscrito no elemento que é a base natural da humanidade, o trabalho.

A natureza não é mero acessório no pensamento marxiano, ela possui importância fundamental, já que representa a ineliminável base natural da humanidade. Por isso, Marx e Engels passaram a vida em contato com as descobertas mais fundamentais de seu tempo no campo das ciências da natureza.

Parece-nos que a questão definitivamente essencial é a de que negar ou refutar a teoria marxiana foi e ainda é uma exigência absolutamente fundamental de alguns "ecocentristas", já que permanecem com a mesma matriz teórica que o próprio Marx procurou transcender e que compreende a relação entre humanidade e natureza como uma oposição inconciliável. Esse é um ponto de vista dualista em que a balança só pode pender para um dos lados: na relação ser humano e natureza, ou se é antropocentrista ou se é ecocentrista.

Marx e Engels afirmaram que a humanidade tem sua particularidade essencial insuperável como sendo uma transformação incessante de sua base natural, tendo esta como seu objeto. Por isso, Marx foi taxado de "economicista", "prometeísta", "determinista". Diversas outras tentativas de refutar o que ele estava apontando como problema central não conseguiram transcender teoricamente suas descobertas.

Isso é evidente no fato de os ecologistas ainda precisarem mencionar Marx em seus escritos, mesmo que de maneira discordante, inclusive reproduzindo algumas teses bem repetitivas para comprovar para si próprios que estão seguindo o receituário ecologista tradicionalmente antiMarx e pró-natureza. Todavia, Marx continua a ser, ainda assim, o referencial obrigatório para uma boa tese sobre a globalidade dos problemas ambientais.

Como consequência, todos os que vão acusar Marx de ter sido um antropocentrista que repudiava a natureza terão ao fim e ao cabo que negar o capitalismo como a força social fundamental que põe e repõe os

problemas ambientais e sociais sempre de forma piorada, e que por isso exige uma revolução social do trabalho, a grande descoberta do pensador alemão. Esses autores têm preferido as explicações que se concentram em causas psicológicas, individuais ou meramente políticas, fruto de decisões personalistas equivocadas.

Utilizamos aqui fundamentalmente a produção teórica de John Bellamy Foster (2005) e Guillermo Foladori (2001, 2005) acerca da relação entre marxismo e pensamento ambiental, importantes pesquisadores que procuram desvendar a relação entre essas tão diferentes formas de pensar¹.

Marx e o metabolismo do homem com a natureza

É visível nos primeiros escritos de Marx (sobretudo das décadas de 1840 e 1850) que a relação que a humanidade estava estabelecendo entre si e com o restante do ser natural encontrava sérios problemas. Esse foi um dos questionamentos que o levaram a sintetizar as diretrizes fundamentais de seus pressupostos filosóficos e econômicos nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*.

Apesar de seu pensamento passar por um amadurecimento muito grande nos anos subsequentes, já então era possível observar o que Marx (2015) entendia sobre o significado da natureza para o ser humano. Um dos trechos que exemplifica essa afirmação é o seguinte: “a universalidade do homem aparece praticamente na universalidade que faz de toda a natureza seu corpo inorgânico”, como “meio de vida imediato” e como “objeto/matéria e o instrumento da sua atividade vital” (MARX, 2015, p. 310-311).

Mas, além de observar a natureza como um meio de vida imediato e um instrumento da atividade metabólica humana, há outro aspecto:

O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e espiritual do homem esteja em conexão com a natureza, não tem outro sentido senão que a natureza está em conexão com ela própria, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2015, p. 310-311).

A natureza, portanto, tem um estatuto específico na definição de Marx (2015). Dizer que ela é o *corpo inorgânico* do homem significa que ela é tanto seu *meio de vida imediato* e *objeto/instrumento* da atividade vital, na condição de ser a matéria a ser transformada para o ser humano realizar o seu metabolismo, quanto que o homem realiza seu metabolismo sem deixar de ser natureza, que ele próprio é parte do ser natural. O homem

¹ Algumas das referências utilizadas não possuem tradução para o português; nestes casos, as passagens copiadas são fruto de tradução livre.

requer a natureza como natureza para que ele continue existindo, mas esta relação também pressupõe que haja uma transformação contínua da natureza através do trabalho.

Para Marx (2015, p. 306), “O trabalhador não pode criar nada sem a natureza, sem o mundo exterior sensível. Ela é o material no qual o seu trabalho se realiza, no qual este é ativo, a partir do qual e por meio do qual produz”. Assim, a categoria responsável por esta conexão da materialidade natural com a materialidade social, para Marx e Engels, é o trabalho.

Em Engels, encontramos o seguinte trecho:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 2004, n. p.).

Se o trabalho criou o próprio homem, para os autores, certamente não o fez sozinho. Em outra passagem de *O capital*, no capítulo I, em que Marx (1983) trata da mercadoria, ele menciona algo muito semelhante ao lembrar William Petty, que dizia que, se o trabalho é o pai do ser humano, a terra é a mãe. Dessa forma, foi possível pensar a formação de um ser social, de uma materialidade, que é não apenas orgânica, biológica, mas também social, e que possui uma dimensão material completamente específica, com suas próprias leis.

A ideia de natureza nos manuscritos culminará em uma formulação mais precisa e madura ulteriormente, que aparecerá tanto em sua obra *O capital*, como na sua análise da realidade como um todo (MARX, 1985).

Segundo Foster (2005, p. 213-214, p. 217-218, p. 221-223), o conceito de *metabolismo* é incorporado por Marx para fazer menção ao aspecto orgânico contido nas forças sociais que determinavam o desenvolvimento humano. Desde 1951, Marx entra em contato com a tese de Justus Von Liebig, que identificou a relação entre o “esgotamento do solo e a poluição das cidades com esgoto humano e animal”. O contato com essa tese contribuiu para a conclusão de Marx acerca da iminente crise agrícola das economias avançadas e, ainda mais profundamente, para sua incorporação do conceito fundamental de metabolismo (*stoffwechsel*), que implica uma “troca material subjacente à noção dos processos estruturados de crescimento e decadência biológicos”. Marx passou a usar este conceito durante o resto de sua vida. Segundo o autor, ele é visível em muitas de suas obras de maturidade, sendo usado tanto com um “significado ecológico específico” quanto com um “significado social mais amplo”.

O conceito de metabolismo [...] permitiu que ele expressasse a relação humana com a natureza como uma relação que abrangia tanto as ‘con-

dições impostas pela natureza', quanto a capacidade dos seres humanos de afetar este processo. (FOSTER, 2005, p. 223).

É notório que Marx e Engels estavam plenamente cientes da inter-relação entre natureza e sociedade em uma única história interconectada. Apesar de centrarem seus esforços nos aspectos histórico-sociais, eles nunca perderam de vista as novas descobertas que as ciências da natureza vinham fazendo em seu tempo e aprovaram todos os tipos de tentativas de entender a realidade em si mesma, como um ser-precisamente-assim (LUKÁCS, 1979), ou seja, de uma maneira materialista, ainda que observassem as limitações dos pensadores particulares que frequentemente não entendiam as implicações de suas próprias descobertas.

Isso se deve especialmente à visão de totalidade presente em Marx e Engels. Ou, como diz Foladori (1990, p. 9), quanto aos pensadores alemães acerca de suas perspectivas históricas, eles "explicam a inter-relação homem/natureza como parte da unicidade da natureza".

O conceito de metabolismo expressa o sentido orgânico, vivo, de uma força social em operação. Não é à toa que Marx (1985) menciona esse metabolismo como um "metabolismo social" em *O capital*. Porém, o que ocorreu com esse metabolismo social da humanidade quando o capital conseguiu atingir sua amplitude global, sua maturidade? E o que o pensamento ambiental e ecológico têm a ver com isso?

O significado da descoberta da relação-capital para o pensamento ambientalista

Engels (2010) comenta que na fase superior da barbárie, junto ao trabalho escravo, já aparece esporadicamente o trabalho assalariado, um elemento absolutamente constitutivo do capital moderno. Ou seja, o capital não passou a existir apenas a partir do século XV em diante, com o seu caráter mais globalizado, mas é muito anterior a isso; o capital é, de fato, milenar.

Quando o mercado passa a existir com as sociedades estabelecidas, logo se desenvolvem as formas pré-capitalistas de capital. É possível observar os povos que monopolizavam o comércio marítimo, por exemplo, como usufrutuários do capital no mundo antigo. Isto ocorre muito antes de o capitalismo existir como modo de produção, mas nunca como uma relação predominante e generalizável para todas as sociedades nos modos de produções anteriores.

Marx (1985) muitas vezes reitera que o fundamental para o capital foi ter conseguido encontrar no mercado a força de trabalho como uma mercadoria específica que os burgueses pudesse comprar livremente a um baixo custo. Tal mercantilização lhes garantiu que a valorização do capital

global fosse a prioridade tanto sobre a relação do homem com a natureza quanto sobre as relações sociais estabelecidas entre os próprios homens.

A assim chamada acumulação primitiva completou a separação dos produtores e seus meios de produção, já que uma das condições a ser preenchida foi a necessidade de que o possuidor da força de trabalho, “ao invés de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha objetivado, precise, muito mais, oferecer à venda como mercadoria sua própria força de trabalho, que só existe em sua corporalidade viva” (MARX, 1985, p. 136). Enquanto o capital ainda não havia realizado tal façanha, ele era apenas capital circulante.

Capital comercial é apenas capital circulante, e capital circulante é a primeira forma de capital, na qual ele ainda não se tornou de modo algum o fundamento da produção. (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 711).

O modo de produção sob domínio do capital é a forma social mais recente e mais desenvolvida de reprodução do antagonismo de classes na sociedade. Segundo Mészáros (2011, p. 710), “a condição crucial para a existência e funcionamento do capital é que ele seja capaz de exercer comando sobre o trabalho”. Essa é uma condição absoluta do capital, e é por esse motivo que ele assume um caráter crescentemente onipotente.

É só quando o capital consegue encontrar a força de trabalho como uma mercadoria abundante no mercado que se pode dizer que ele atingiu a dominação máxima e podemos falar em um capitalismo de fato.

Pelo menos para Mészáros (2011), com base em Marx, há uma diferença fundamental entre capital como uma relação e capitalismo como um modo de produção. Desse modo, só podemos falar neste último quando o capital assume uma supremacia global e essencialmente já dominou a produção ao adentrar a esfera do trabalho, saindo de sua concentração apenas no âmbito da circulação, do comércio.

Mészáros (2011, p. 711) menciona uma interessante passagem de Marx para fundamentar este pensamento de que o capital, antes de se tornar o capital “pleno”, requereu primeiramente uma ampla interconexão entre povos, uma produção de mercadorias independentes dele e que ele as fazia apenas circular. Mas, quando adentra a produção e passa a produzir seus próprios pressupostos, ele adquire um *poder soberano*. Diz Marx (apud MÉSZÁROS, 2011, p. 711):

Estes pressupostos, que originalmente aparecem como pré-requisitos de seu devir, e que, portanto, não poderiam surgir de sua ação como capital, agora aparecem como resultados de sua própria realização, como realidade, como originados por ele, não como condições de sua emergência, mas como resultado de seu próprio ser.

É dessa forma que o capital adquire um poder *autoconstituente* e se torna uma verdadeira *causa sui* (sua própria causa), conforme Mészáros (2011).

O modo de produção do capital traz uma série de particularidades em relação a outros modos de produção, constituindo uma força determinante espalhada na estrutura social que não encontra precedentes em outros modos de produção, na medida em que seu dinamismo apresenta um caráter contraditório. Ao mesmo tempo em que nos permitiu ter atingido novos patamares produtivos devido ao seu dinamismo, também significou, pelo mesmo motivo, a completa perda do controle da produção direta, cindindo a relação entre produção e controle como nenhum outro modo de produção havia feito (MÉSZÁROS, 2011).

Com relação à autossuficiência, que está diretamente relacionada com o grau de controle da produção por parte dos próprios produtores diretos da riqueza, Mészáros (2011, p. 96-97) comenta que o modo de produção sob domínio do capital é a exceção e não a regra quanto ao “intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si”; ele é o “primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível”. Este é, para o autor, o preço a ser pago pelo dinamismo que o capital trouxe à produção material: o de obter como subproduto de seu desenvolvimento a completa “perda de controle sobre os processos de tomada de decisão”, por parte não só dos produtores diretos, mas de toda a humanidade (MÉSZÁROS, 2011, p. 96-7).

Esse sistema social escapa ao controle inclusive da classe que é proprietária dos meios de produção. Segundo Mészáros (2011, p. 97-98), os próprios capitalistas “têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e perder o negócio”. Por isso, esse sistema se constitui como um “sistema incontrolável de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96). Dessa maneira, apenas será eliminado esse modo de realizar o metabolismo social por meio da instituição de uma forma de metabolismo social livre do capital e de qualquer exploração do homem pelo homem.

Do ponto de vista da natureza, essa emergência do capitalismo global em seu desenvolvimento pleno também foi bem observada por Marx (1985) e resgatada por Foster (2005). O que ocorre, segundo Foster (2013) e com base na obra de Marx, é a emergência de uma cisão² no metabolismo natural do planeta. Tal fenda se completa apenas com o capital plenamente desenvolvido, quando toma lugar a agricultura capitalista em larga escala. Segundo ele,

Especialmente com o crescimento e propagação do capitalismo, as interações entre natureza e seres humanos são muito maiores e mais in-

² Do inglês *rift*. Outras traduções possíveis são “fissura” ou “ruptura”.

tensas do que antes, afetando primeiramente o local, então o regional e finalmente o meio ambiente global. Desde que a comida e a ração animal são agora rotineiramente transportadas por longas distâncias, isso esgota o solo, como Liebig e Marx afirmaram no século XIX, necessitando de aplicações rotineiras de fertilizantes comerciais nos solos das plantações. (FOSTER, 2013, n. p.).

Isso gera uma quebra no ciclo dos nutrientes do solo que atinge uma amplitude cada vez maior na medida em que o capital se torna crescentemente mais global. Essa é a mudança fundamental que o metabolismo humano exerce na natureza, que é o cerne dos problemas ecológicos que enfrentamos hoje (FOSTER, 2013).

Foster (2005, p. 21-22) comenta que a visão de Marx em *O capital* é uma análise que conjuga “uma concepção materialista da história com uma concepção materialista da natureza com toda a força da história natural”. Para Foster (2005, p. 31-32), a visão de mundo materialista vê “a evolução como um processo aberto de história natural, governado pela contingência, mas aberto à explicação racional”. Além disso, para ele, em especial o materialismo marxista, aponta para um “materialismo ecológico” ou para “uma concepção dialética de história natural” (FOSTER, 2005, p. 36).

A interpretação ecocentrista do pensamento marxiano

Pelo que expusemos acerca da concepção de Marx e Engels nos parece precipitado compreender os autores como produtivistas ou como apologistas da “dominação prometeica” da natureza pelo homem, como muitos autores não marxistas (como, por exemplo, Victor Ferkiss e Anthony Giddens) e até marxistas (como Ted Benton e Michael Lowy) entenderam (FOSTER, 2005, 190-191).

Um exemplo interessante de uma interpretação equivocada do pensamento marxiano é transparente na obra de Ponting (1995). Seu conhecimento sobre Marx e Engels permitiu a ele igualá-los a positivistas como A. Comte. Assim, ele os coloca no bojo dos “intelectuais europeus”, junto com o maior representante do positivismo, a corrente filosófica que foi a voz teórica da justificação da vitória da burguesia, como se ambos tivessem concordância quanto ao “progresso” que defendiam, como se Marx fosse partidário do capitalismo pela sua avaliação positiva dos progressos do capitalismo em relação aos modos de produção anteriores. Sugere, por isso, que Marx seria herdeiro de uma influência judaico-cristã de dominação da natureza.

Segundo Ponting (1995, p. 251-252), essas “primitivas influências clássicas e judaicas” foram “incorporadas quase que despercebidamente, no padrão geral das crenças que formavam os fundamentos da visão europeia do mundo”, incluindo o pensamento de Marx. Ponting (1995, p. 251-252)

pensa que “os seres humanos eram vistos [por esse pensamento europeu que formou o padrão geral das crenças] como separados e superiores a um mundo natural, que tinham o direito de explorar como bem lhes aprouvesse”.

Na visão de Ponting (1995), a questão definitiva não é a relação que o ser humano estabelece com a natureza e com a própria espécie que determina a destruição do mundo natural, mas uma questão meramente de consciência. Ele condena Marx apenas porque este não cedeu às ideias românticas da negação, pela via da consciência, do desenvolvimento objetivo do capital. Ao contrário, Marx (1985) reconheceu o caráter vitorioso da burguesia, que não triunfou devido a um mero *insight* de consciência, mas pelo poder do capital ao assumir o comando sobre o trabalho.

Para o autor, Marx e Engels seriam apenas pensadores que escolheram conscientemente orientar-se segundo o princípio de que os seres humanos poderiam explorar ilimitadamente os recursos da natureza, e, com isso, seriam partidários de uma inevitabilidade do progresso capitalista.

Para fundamentar essa complicada afirmação, o autor utiliza a passagem dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, já citada neste texto, em que Marx afirma que a natureza é o objeto dos seres humanos, um instrumento para realização do seu metabolismo. Eles teriam adotado, com isso,

Muitas crenças da economia clássica e do pensamento ocidental anterior, na maneira como trataram os recursos e o meio ambiente, levando, em muitos casos, essas visões a extremos que não encontraram paralelo em qualquer outro lugar. (PONTING, 1995, p. 260-261).

Ponting (1995, p. 260-261) vai ainda mais longe ao dizer que a meta mais importante de Marx, Engels e Lenin “seria elevar o proletariado ao nível de consumo adquirido pela burguesia da Europa do século XIX”. Aqui o autor revela um grande reducionismo analítico do que pensavam Marx, Engels e Lenin, interpretando o oposto da tese de superação do capital através de uma revolução social da classe que é antagonista do capital por excelência, o proletariado. Além disso, equipara a possibilidade e a necessidade histórica da emancipação da humanidade em que Marx, Engels e Lenin acreditavam à mera elevação do nível de consumo do proletariado.

De outra maneira, um autor mais recente, Marques (2015, p. 19), diz que parte das concepções de esquerda “que não romperam com suas raízes históricas”, ou seja, que ainda permanecem ancoradas ao fundamento de Marx, herdam deste uma concepção de história “centrada no protagonismo das forças produtivas e na quase identificação entre o desenvolvimento destas e o ‘progresso’ histórico”. Para defender esta tese, o autor lança mão de uma única passagem de Marx, a qual, embora seja interessante, foi mal interpretada – para não dizer deturpada – do prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações transformam-se em seus entraves. Inaugura-se então uma época de revolução social. (MARX, 2008, p. 48-51).

Para refutar Marx, Marques (2015, p. 19-20) diz que o conteúdo dessa passagem é uma espécie de “mecânica da história” e que a prova disso seria que, no século XX,

As relações de produção capitalistas não entravaram (muito pelo contrário) o desenvolvimento das forças produtivas e que, justamente por isso, o traço distintivo do capitalismo no século XXI é a tendência ao colapso ambiental.

Neste ponto, ele é bem parecido com Ponting (1995), na medida em que apresenta uma espécie de prova irrefutável e evidente de que Marx estaria ultrapassado. Isso serve para o autor defender uma posição que se expressa politicamente exatamente no contrário do que Marx propunha quanto à última categoria mencionada na passagem: a revolução social. Diz ele que,

Diante dessa tendência definidora de nosso século, conservar o que resta da biosfera tornou-se a condição primeira de possibilidade não apenas de avanços sociais [...], mas da simples manutenção de qualquer sociedade organizada. (MARQUES, 2015, p. 19-20).

Ao invés da revolução social do trabalho contra o capital, o autor prefere a crença em uma via de aprovação de políticas radicais de proteção do meio ambiente, pressupondo que esse antagonismo não é a questão central. Por isso, para ele, Marx teria se tornado um pensamento anacrônico para compreender a realidade social, e a esquerda, que permanece ancorada em seus fundamentos, não conseguiria compreender o “imperativo ecológico”. Sua proposição mais atualizada é uma adesão das pessoas ao imperativo ético pró-natureza como forma de superar o sistema social do capital, uma espera – eterna – pela sensibilização universal para legitimar as medidas políticas sem focar na superação econômica do capital.

É bastante clara a superficialidade da análise social presente em seu pensamento. O problema central “da esquerda”, para ele, foi ter dissociado a “agenda social da agenda ecológica”. Marques (2015, p. 20) chega a conclusões muito parecidas com as de Ponting (1995) quanto à determinação da consciência quando identifica o problema a um “obstáculo cognitivo ou bloqueio mental comum à quase totalidade do espectro ideológico”. Além disso, ele lista em seguida alguns “mecanismos psicológicos”

que tendem a “dificultar uma tomada de consciência da gravidade das crises ambientais” (MARQUES, 2015, p. 20).

Para nós, é, portanto, equivocada a conclusão de que Marx e Engels partiriam de uma espécie de “aceitação do progresso” como uma aceitação do capitalismo, e que, por isso, a natureza não teria qualquer significado para eles (PONTING, 1995). Ou, ainda, a de que o pensamento marxiano identificaria o progresso humano ao progresso das forças produtivas do capital (a técnica) e que, dessa maneira, os autores seriam anacrônicos para compreender a sociedade contemporânea (MARQUES, 2015).

Ambos os autores partem da ideia de que Marx e Engels possuíam um pressuposto prometeísta de mundo, mas já está mais do que demonstrado, sobretudo pela obra de Foster (2005), que essa deturpação acerca dos pressupostos marxianos sobre a natureza é profundamente equivocada.

O problema do ambientalismo ecocentrista

Foladori (2005) procurou compilar os mais variados matizes da ideologia ambiental contemporânea em enquadramentos para sintetizar suas diferenças e similitudes. Uma delas é o ponto de partida ético, que opõe os antropocentristas aos ecocentristas.

O pensamento antropocentrista seria aquele que de alguma forma prioriza os interesses dos homens sobre os da natureza, ou os considera “como diretriz do relacionamento do homem com o meio ambiente” (FOLADORI, 2005, p. 4).

Este ponto de vista pode ser subdividido em variados pensamentos radicalmente diferentes entre si, mas que possuem similitudes ao entender que o homem tem um papel dominante sobre a natureza. Aqui se incluem desde o pensamento cristão baseado na filosofia aristotélica, como também o próprio marxismo (FOLADORI, 2005)

Contudo, é preciso enfatizar que Marx e Engels desenvolveram uma maneira inteiramente nova e única de pensar a materialidade sacionatural, se distanciando de outras interpretações antropocentristas.

Já o pensamento ecocentrista tem como pressuposto um ponto de partida de que há interesses intrínsecos à natureza. Ademais, já que os objetos naturais não podem falá-los, seria necessário “outorgar à natureza valores intrínsecos, externos ao ser humano”, com base em um “ponto de partida ético”, de forma que “essa ética eco, ou biocentrista deveria orientar o comportamento humano” (FOLADORI, 2005, p. 11).

Essa busca de códigos éticos na natureza externa ao ser humano provém de uma visão da natureza e da sociedade humana como esferas separadas. A natureza é encarada como aquilo que existe sem a intervenção humana. Esta concepção distingue o natural do artificial como dois opostos. A ação e os produtos da sociedade humana são artificiais,

opostos à natureza. Isso induz a um critério de avaliação frente à problemática ambiental. O natural seria o bom, e o artificial seria o mau. (FOLADORI, 2005, p. 11).

Esta concepção procura simplificar em dois conceitos valorativos algo que ocorre na realidade de uma maneira muito mais complexado que um dualismo. Poderíamos mencionar que essa romantização do mundo natural, atribuindo um valor (humano) de bondade à objetividade natural, não compreende, por exemplo, que o próprio metabolismo humano é objetivamente a ineliminável transformação social de sua própria base natural. É, portanto, ao mesmo tempo, natureza e natureza transformada.

A concepção ecocentrista entende que a humanidade atuaria como um bloco diante da natureza externa, do seu meio. A causa dos problemas ambientais para os ecocentristas seria

Uma ideologia ou uma técnica, mas sempre da sociedade *em bloco* contra o meio. Para analisar o comportamento humano diante do meio ambiente, não têm maior importância as contradições ou diferenças existentes no seio da sociedade humana. O problema é técnico, não social. (FOLADORI, 2005, p. 17).

O marxismo, acerca dos pressupostos de que parte, possui outra base filosófica. Foladori (2005) inclusive o incorpora à tradição antropocentrista em sua tipologia, apesar de concordar com o fato de o marxismo partir de uma base filosófica que é incompatível com um pensamento dualista desse tipo.

A sua diferença está em que, primeiro, a natureza inclui a sociedade humana, não sendo algo por fora como nas concepções ecocentrista e tecnocentrista. Nesse sentido, a distinção entre 'natural' e 'artificial', que é a base das posições ecocentristas e antropocentristas, não pode servir como critério para a ação. (FOLADORI, 2005, p. 18).

O marxismo também não compreende a sociedade humana como se atuasse em um bloco indiviso diante do mundo natural, mas entende que há uma distinção fundamental no interior do organismo social. Uma cisão o divide em classes sociais fundamentais, algo que diferencia a abordagem marxiana de todas as outras abordagens com relação ao pensamento ambiental.

O marxismo, sob esse ponto de vista, é a teoria que dá voz ao trabalho, ou melhor, à classe que realiza a transformação metabólica humana contra o capital. Isso porque tal formulação teórica armaria a humanidade para a tarefa prática de ação contra essa força social que nos domina. Esta, para o marxismo, seria a única maneira de superar a cisão que ocorre no interior da humanidade, com a exploração do homem pelo homem, e também

a cisão que o capital inaugurou na história humana, com a ruptura nos ciclos globais da natureza.

Considerações finais

De acordo com Foster (2005, 2013), Foladori (2001, 1990, 2005) e Mészáros (2011), o pensamento marxiano é compatível com o pensamento de superação das destruições do meio ambiente operadas pela humanidade, sob o domínio do capital. Para eles, a única possibilidade de ocorrer tamanha façanha é se superarmos o antagonismo entre capital e trabalho através de uma revolução social por parte do trabalho organizado em uma associação mundial e livre contra o capital global.

Eduardo Galeano (2011) comenta que, na situação contemporânea, há uma grande mentira propalada pela mídia mundial, a de que “entre o capital e o trabalho a ecologia é neutra”. Ele comenta que, na realidade, “a ecologia neutra, que mais se parece com a jardinagem, torna-se cúmplice da injustiça de um mundo, onde a comida sadia, a água limpa, o ar puro e o silêncio não são direitos de todos, mas sim privilégios dos poucos que podem pagar por eles” (GALEANO, 2011, n.p..

Certamente, o pensamento ambiental pode compreender a sociedade sob o ponto de vista do antagonismo fundamental, mas há de se saber que jamais estará neutra diante da luta de classes. Sua perspectiva, velada ou explícita, ou é a da adesão ao ponto de vista do capital, da reprodução social tal como está, tentando apenas atenuar seus exageros destrutivos, ou a da perspectiva da adesão ao trabalho, à construção de uma alternativa social revolucionária e igualitária como a melhor forma de resolver as práticas metabólicas destrutivas.

Mészáros (2005) diz que, se a humanidade quer ter esperança em realizar algum tipo de reprodução social que se pretenda realmente *sustentável*, é inescapável que seja sob a base de uma *igualdade substantiva* dos produtores associados a nível global. Tal questão parece ser de tão grande importância para o filósofo húngaro que um ano antes de morrer, no fim de 2017, vítima de um câncer que o acompanhou durante os últimos anos de sua vida, publicou um texto na *Montly Review* intitulado *From primitive to substantive equality – via slavery* [Da igualdade primitiva à igualdade substantiva – via escravidão] (MÉSZÁROS, 2016). Destacou, portanto, a tendência mais genuína do avanço da humanidade pela qual devemos compreender e lutar: a igualdade substantiva entre os seres humanos como a questão decisiva para superar o capital.

Referências

ENGELS, F. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. 2004. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FOLADORI, G. Metodología materialista para el análisis social. *Cuaderno de Extensión*, Montevideo, n. 2, 1990.

_____. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. Uma tipologia del pensamiento ambientalista. In: FOLADORE, G.; PIERRI, N. (Org.). *Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. México: Universidade Autónoma de Zacatecas, 2005.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Marx and the rift in the universal metabolism of nature. *Montly Review*, New York, v. 65, n. 7, dez. 2013.

GALEANO, E. *Quatro frases que aumentam o nariz do Pinóquio*. 2011. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/uncategorized/eduardo-galeano-aponta-quatro-mentiras-sobre-ambiente/>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Revista Temas*, São Paulo, v. 1, p. 1-18, 1979.

MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Vol. 1, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MÉSZÁROS, I. *O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva*. 2005. Disponível em: <https://resistir.info/mreview/desenvolvimento_sustentavel.html>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. From primitive do substantive equality – via slavery. *Montly Review*, New York, v. 68, n. 4, set., 2016.

PONTING, C. *Uma história verde do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

DOI: 10.12957/rep.2018.39435

Recebido em 23 de abril de 2018.

Aprovado para publicação em 10 de agosto de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Karl Marx e a crítica dos direitos humanos

Karl Marx and the critique of human rights

Vicente Rodrigues*

Inez Stampa**

Ana Lole***

Resumo – O artigo apresenta um breve histórico sobre a questão dos direitos humanos na sociabilidade capitalista. Marx, ao analisar os direitos, em particular os direitos humanos, destaca suas raízes, as quais são marcadas pela desigualdade social, produto da divisão social do trabalho e da propriedade privada. A análise considera que as lições deixadas por Marx são fundamentais para o encaminhamento da luta pela afirmação dos direitos humanos assentada na radicalização da democracia como um espaço de resistência anticapitalista.

Palavras-chave: Karl Marx; direitos humanos; emancipação humana.

Abstract – The article presents a brief history on the issue of human rights in capitalist sociability. In analyzing rights, particularly human rights, Marx emphasizes its roots. They are marked by social inequality, a product of the social division of labor and private property. The analysis considers that the lessons left by Marx are fundamental to further the struggle for the affirmation of human rights based on the radicalization of democracy as an area of anti-capitalist resistance.

Keywords: Karl Marx; human rights; human emancipation.

* Doutorando em Direito pela Faculdade Nacional de Direito/UFRJ. Assessor da direção-geral do Arquivo Nacional para o tema Memória, Verdade e Justiça e membro da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas, do conselho do projeto Opening the Archives (Brown University, EUA) e do Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus) – CNPq. *Correspondência:* Rua Doutor Satamini, 105/301, Tijuca – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20270-232. *Email:* <vicenteacr@yahoo.com.br>.

** Assistente social e socióloga. Doutora em Serviço Social pela PUC-Rio, professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Coordena o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas e o Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus) – CNPq. *Correspondência:* Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea - Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22451-900. *Email:* <inestampa@ig.com.br>.

*** Doutora em Serviço Social e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Membro da coordenação nacional da International Gramsci Society Brazil e do Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus) – CNPq. *Correspondência:* Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22451-900. *Email:* <analole@gmail.com>.

Introdução

Nesta análise, interessa-nos, sobretudo, contribuir para a compreensão do processo histórico pelo qual os direitos humanos assumiram posição de centralidade no debate político contemporâneo, analisado de forma crítica à luz dos interesses de classe que o embalsamaram. Trata-se de recuperação não exaustiva, que se vale fundamentalmente de referências marxistas, sem, contudo, deixar de contrapor outras visões e de levar em conta o real desenvolvimento dos direitos humanos, investigado dialeticamente e sem automatismos.

A ideia principal é a de que o desenvolvimento dos direitos humanos, como processo histórico, é naturalmente contraditório e tensionado por forças materiais. Essa complexidade exige a superação de análises maniqueístas que apresentam o problema como simplesmente sendo uma opção entre ser a favor ou ser contra os direitos humanos.

Nessa direção, a reflexão consiste, fundamentalmente, em breve resgate histórico sobre direitos humanos e marxismo. Por esse intermédio, busca-se recuperar criticamente os debates e tensionamentos que o tema experimentou durante a Revolução Russa de 1917, bem como algumas das polêmicas posteriores ocorridas no âmbito de disputas geopolíticas nos séculos XX e XXI.

Breve histórico sobre direitos humanos e marxismo

Para os russos, era 8 de novembro de 1917¹. No dia anterior, as notícias de que os bolcheviques tinham derrubado o governo provisório comandado por Alexander Fyódorovich Kérensky já tinham se espalhado por Petrogrado, a mais populosa e cosmopolita das cidades russas. O velho prefeito G. I. Schreider, apoiador de Kérensky, aproveitou a reunião da Duma² municipal para denunciar os revolucionários. Alegando ter recebido notícias alarmantes, informou que os prisioneiros da Fortaleza de Pedro e Paulo corriam perigo, e que 14 “junkers”³ da Escola Pavlovski⁴ tinham sido despedidos e torturados pelos guardas bolcheviques. “Um deles enlouqueceu”, completou o prefeito, e “os ministros estão ameaçados de linchamento!”.

Indiferente à torrente de insultos lançada pelos partidários de Kérensky, a experiente revolucionária e representante bolchevique na Duma municipal, Viera Slútskaia, tomou a palavra, gritando em direção ao prefeito:

¹ Em virtude de diferenças do calendário russo em relação ao calendário ocidental, para os países ocidentais era 26 de outubro de 1917.

² Espécie de assembleia legislativa instaurada no final do Império Russo, principalmente a partir de 1905, e de cujos membros saíria a elite governante do Governo Provisório, inclusive Kérensky.

³ Termo de origem alemã utilizado para designar a nobreza dona de grandes propriedades rurais.

⁴ Centro de formação de oficiais do czarismo.

“Isso é mentira! É uma provocação!”. Argumentou que o governo de operários e camponeses que abolira a pena de morte não admitiria em hipótese alguma atos dessa natureza, e exigiu a formação de uma comissão que se dirigisse à Fortaleza de Pedro e Paulo com o objetivo de verificar a veracidade das alegações. Formada a comissão com representantes de todos os partidos, realizou-se a visita à Fortaleza, chegando-se à conclusão de que as alegações não eram verdadeiras, isto é, de que os oficiais czaristas e partidários de Kérensky capturados não tinham passado por torturas ou sofrido graves ameaças⁵.

Apesar da expressão direitos humanos não aparecer expressa no debate acima mencionado, este pode ser considerado um dos primeiros exemplos de tensa disputa sobre o tema no âmbito da Revolução Russa de 1917, ao evidenciar a questão do tratamento a prisioneiros da revolução.

A acusação, neste caso, não era verdadeira. Era simplesmente propaganda de guerra. Contudo, nos anos posteriores, principalmente com a morte de Lenin (1924) e a ascensão do stalinismo⁶ e do culto à personalidade⁷, centenas de milhares de prisioneiros de opinião – além da própria velha guarda revolucionária – seriam executados, torturados, ou encontrariam seu fim nos gelados *gulags* siberianos, prisões criadas pelos monarcas russos, mas mantidas pela *nomenklatura*⁸ stalinista.

Preso às dinâmicas da guerra civil e da intervenção estrangeira (1917-1921), da II Guerra Mundial (para a União Soviética, a partir de 1941 até 1945) e da Guerra Fria imposta pelos Estados Unidos da América do Norte a partir dos anos 1950, e a pretexto de responder às violentas pressões contrarrevolucionárias do capitalismo ocidental, o corpo burocrático soviético conseguia manter o tema nas sombras ou descartar as críticas como “propaganda burguesa”. Isso durou até a publicação do *Relatório Khrushchev*⁹, em 1956, que denunciou o terror stalinista¹⁰ e promoveu a reintegração à vida social de milhares de perseguidos.

Mas, a menos que se esteja perseguindo uma agenda propagandística específica, a história não se presta a simplificações. Mesmo durante o período stalinista, cabe apontar, ao lado de graves e generalizadas violações

⁵ Conforme o jornalista norte-americano John Reed (1887-1920), que relatou esse debate e a visita posterior à Fortaleza em seu livro *Os dez dias que abalaram o mundo*, publicado em 1919 (REED, 2009).

⁶ Referente a Josef Stalin (1878-1953), líder da União Soviética entre 1922 e 1953.

⁷ Culto à personalidade é uma estratégia de propaganda política baseada na exaltação das virtudes quase míticas do governante, bem como da divulgação positivista de sua figura pela reprodução de sua imagem.

⁸ Palavra russa de origem latina, “*nomenklatura*” referia-se à casta burocrática que dirigia de fato a União Soviética. Comparável, no mundo capitalista, à expressão inglesa “*establishment*”. Para uma análise sobre a *nomenklatura* soviética, ver o livro *A nova classe*, publicado em 1957 e de autoria do pensador montenegrino Milovan Djilas (1911-1995).

⁹ Também denominado *Discurso Secreto*, tem nome oficial de *Sobre o culto à personalidade e suas consequências*. Foi apresentado pelo sucessor de Stalin, Nikita Sergeyevich Khrushchev (1953-1964), ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956. Nele, Khrushchev faz críticas aos purgos da era stalinista.

¹⁰ Para uma análise dos processos internos da União Soviética que levaram às graves violações de direitos humanos durante o período stalinista, ver a obra em dois volumes *Stalin: uma biografia política*, do historiador polonês Isaac Deutscher (1949), publicada em 1949.

de direitos humanos, com julgamentos farsescos e confissões arrancadas à custa de ameaças ou torturas, deu-se também a expansão inédita do progresso social na obscurantista terra dos czares, com programas massivos de alfabetização, de ampliação do sistema de saúde, de construção de moradias, de expansão da produção científica e aumento da qualidade de vida.

Com isso não se sugere qualquer compensação ou “*trade-off*”, mas apenas contextualizar historicamente a experiência da Revolução de 1917 e registrar avanços, apesar da destruição de boa parte do país durante a I Guerra Mundial e em conflitos posteriores, da inacessibilidade a investimentos externos para a reconstrução do parque industrial soviético, do estrangulamento da economia soviética por uma corrida armamentista indesejada por sua liderança e, principalmente, apesar da perda de aproximadamente 15% da população do país, isto é, do exorbitante número de 24 milhões de cidadãos soviéticos, entre militares e civis, que tombaram diante do invasor fascista. Somem-se a estes os 1,5 milhão de pessoas mortas durante a guerra civil e, no plano internacional, o bombardeio atômico da população de Hiroshima e Nagasaki (1945) pelos Estados Unidos. Diante da magnitude desses desastres humanos¹¹, não é difícil imaginar como o típico apologista soviético da primeira metade do séc. XX descartava mentalmente as demandas por direitos humanos, originadas, na maioria das vezes, em hostis países ocidentais.

Com o *Relatório Khrushchev*, contudo, o movimento comunista internacional sofreria uma irreparável cisão entre “revisionistas” e aqueles que se mantinham fiéis à velha linha da *nomenklatura* stalinista¹². Nova composição se processa durante a presidência de Leonid Brejnev (1964-1982), com uma parcial recuperação, ainda que mais simbólica do que real, do período stalinista. De toda forma, não voltariam a ocorrer os julgamentos em massa de presos políticos ou a transferência de milhares de pessoas para os *gulags* siberianos, apesar da onipresença dos serviços de inteligência na vida cotidiana dos cidadãos soviéticos e da estagnação do desenvolvimento econômico. No plano constitucional, a União Soviética responderia às críticas quanto à sua política de direitos humanos, consagrando a defesa destes em sua última Constituição, adotada em 7 de outubro de 1977. Registra-se, no artigo 29 desse texto constitucional (SOVIET SOCIALIST REPUBLICS, 1977), que a União Soviética, em sua relação com os outros países, observaria sempre o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Dois anos depois, veio a Guerra do Afeganistão (1979-1989), último conflito “quente” no qual a União Soviética teria envolvimento direto.

¹¹ Uma quantificação dessas perdas está disponível no livro *Soviet casualties and combat losses in the twentieth century*, do general soviético Grigori F. Krivosheev, publicado no ocidente em 1997, pela Greenhill Books.

¹² No Brasil, esta cisão levaria à formação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), fiel à antiga política, em contraposição ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que adotou a nova visão “revisionista” do governo Khrushchev. É dessa época, também, o início do afastamento entre a União Soviética e a China comunista.

Com o fim da União Soviética, desintegrada em 26 de dezembro de 1991 sob o peso de suas contradições internas, mas também a partir de uma conspirata levada a cabo por parte da própria *nomenklatura* que se apropriou de largas fatias do Estado, inaugurando um período de terrível instabilidade e banditismo empresarial na Rússia sob o governo de Boris Nicoláievitch Iéltsin (1991-1999), a defesa genérica dos direitos humanos consagrou-se, na prática, em condição *sine qua non* para os “movimentos progressistas” e de esquerda em todo o mundo.

Nada mais esperado, já que, desde os anos 1950, proliferavam os movimentos de libertação nacional, levando ao desaparecimento dos últimos Estados coloniais na África e Ásia (1950-1970), ao fim do *apartheid* na África do Sul (anos 1990), ao dismantelamento das ditaduras sul-americanas nos anos 1980 e 1990 e ao fim do bloco soviético (a partir do final dos anos 1980). Ser a favor dos direitos humanos, nesse contexto, era ser contra a tortura, o racismo, o desaparecimento forçado e a perseguição por motivos políticos.

Essa incorporação dos direitos humanos ao ideário de uma nova esquerda é feita, portanto, sem maiores reflexões, como movimento “natural” de reação e superação de uma etapa histórica com a falência (ou degeneração) do chamado “socialismo real” da União Soviética.

Tendo em conta esses elementos, este ensaio representa modesto esforço de reflexão que contempla o desenvolvimento dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, busca recuperar a crítica que Marx (2010) fez ao conceito. O ponto de partida¹³ desta reflexão situa-se entre o fim da idade moderna e o início da contemporânea, compreendido como o momento histórico no qual surgiu, como produto do pensamento ilustrado, o que hoje se designa como direitos humanos.

Portanto, o objetivo dessa modesta recuperação histórica é refletir criticamente sobre algumas das principais fases do desenvolvimento dos direitos humanos nesse período específico, que abrange desde o período pré-revolucionário na França até os dias de hoje. Naturalmente, trata-se de uma abordagem restrita, que consiste em selecionar e analisar eventos representativos da construção dos direitos humanos – e não propriamente de suas origens mais remotas ou “proto-história” – tendo sempre em vista os limites e possibilidades deste texto, isto é, sem qualquer pretensão de resgatar por inteiro o complexo (e milenar!) processo que levou à concepção dos direitos humanos, tal como são conhecidos hodiernamente.

Feitos esses alertas, cabe dizer que um dos marcos desse processo, que praticamente inaugura a formalização do que hoje designamos direitos humanos, ocorreu em 1789, quando a Assembleia Nacional Constituinte da França revolucionária aprovou a *Declaração dos direitos do homem e*

¹³ Para uma perspectiva que pretende traçar o desenvolvimento dos direitos humanos desde a Magna Carta de 1215 e até mesmo antes, ver Comparato (2010).

do cidadão. Conforme aponta Comparato (2010, p. 162), a referida declaração é, ao mesmo tempo, “o atestado de óbito” do *Áncien Régime* – constituído pelos privilégios da nobreza e do clero – e, também, em virtude do caráter abstrato e geral das fórmulas empregadas, uma espécie de “carta geográfica fundamental” para a “navegação política nos mares do futuro, uma referência indispensável a todo projeto de constitucionalização dos povos”.

Essa “carta geográfica fundamental” trata, em 17 artigos de linguagem preciosamente direta, das liberdades básicas e obrigações dos cidadãos franceses, bem como de “direitos naturais do homem”, comuns a todos e compreendidos como inalienáveis e irrevogáveis. Nesse sentido, identifica como direitos naturais do homem a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão (art. 1º). Da mesma forma, conceitua que a liberdade consiste “em fazer tudo que não prejudique o próximo” (art. 4º), e que a soberania “reside, essencialmente, na nação” (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM, 1789).

A *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* sofreu inspiração da Constituição dos Estados Unidos da América do Norte (1787), e foi ela própria modelo para dispositivos de diversas outras Constituições, como a brasileira¹⁴, levando à universalização dos direitos humanos, então denominados, conforme a doutrina jusnaturalista¹⁵ em voga, de “direitos naturais”, “direitos do homem” ou uma combinação dessas duas expressões: “direitos naturais do homem”. Por outro lado, a declaração foi um produto direto do pensamento iluminista do século XVIII, especialmente influenciada pelo pensamento de enciclopedistas franceses como Voltaire (1694-1778), Diderot (1713-1784) e pensadores como o britânico Locke (1632-1704).

Sobre o processo de positivação e universalização desses direitos, Bobbio (2004, p. 30) sustenta que os direitos humanos nascem como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares e, finalmente, encontram a plena realização como direitos positivos universais. Mas será que podemos realmente enxergar essa naturalidade dos direitos humanos? Vejamos mais adiante.

Por ora, é possível afirmar que a *Declaração de 1789* levou à incorporação de preceitos humanísticos por parte de diversos Textos Constitucionais, representando a superação, pelo menos na Europa Ocidental, do Antigo Regime (séculos XVI a XVIII). Conforme sustenta Pérez-Luño (2002, p. 24), o traço básico que deu origem aos direitos humanos foi o seu caráter universal, isto é, o fato de representarem “[...] faculdades que

¹⁴ Compare-se, por exemplo, o disposto no art. 1º da Declaração (“Os homens nascem e são livres e iguais em direitos...”) com o texto do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (“Todos são iguais perante a lei...”).

¹⁵ No âmbito da Ciência do Direito, a denominação “jusnaturalismo” refere-se à teoria geral que sustenta a existência de um “direito natural” anterior e superior ao direito positivo. Há diversas correntes de “jusnaturalismo”, que divergem quanto à origem e fundamento desse direito natural.

devem ser reconhecidas a todos os homens sem exceção”. Ou seja, a inovação residia na sua extensão a todos, uma vez que “em sua acepção de *status* ou situações jurídicas ativas de liberdade, poder, pretensão ou imunidade já existiam desde as culturas mais remotas, porém como atributo de apenas alguns membros da comunidade”.

De acordo com esse posicionamento, foi somente a partir da transição entre a Idade Moderna e a Idade Contemporânea que, com base nas contribuições do pensamento ilustrado, tornou-se possível falar, propriamente, em direitos humanos. Nos períodos históricos anteriores¹⁶, em que pese a contribuição do pensamento humanista clássico e da filosofia cristã¹⁷, o que se tinha, na verdade, eram direitos da nobreza, de etnias, de estamentos (inclusive dos mais baixos), ou de grupos específicos, mas não direitos humanos como “faculdades jurídicas de titularidade universal”.

Nesse mesmo sentido, afirma Pérez-Luño (2002, p. 14) que:

[...] foram ingredientes básicos na formação histórica da idéia dos direitos humanos duas correntes doutrinárias que alcançam o apogeu no contexto da Ilustração: o jusnaturalismo racionalista e o contratualismo. O primeiro, ao postular que todos os seres humanos, em razão de sua própria natureza, possuem direitos naturais que emanam da racionalidade, como um traço comum a todos os homens, e que esses direitos devem ser reconhecidos pelo poder político e inseridos no direito positivo. Por sua vez, o contratualismo, tese cujos antecedentes remotos podemos situar na sofística e que alcança ampla difusão no século XVIII, sustenta que as normas jurídicas e as instituições políticas não podem ser concebidas como um produto do arbítrio de governantes, mas sim como o resultado do consenso da vontade popular.

Assim, sustenta o citado autor que as contribuições do pensamento ilustrado, em especial do jusnaturalismo racionalista e do contratualismo, foram responsáveis pela formulação básica do conceito de direitos humanos, que garante, até hoje, a titularidade das posições jurídicas ativas de direitos humanos a todos os seres humanos. Dito de outra forma, os direitos humanos são herança que a Idade Moderna deixou à Idade Contemporânea.

É neste momento da análise que nos parece oportuno resgatar o pensamento de Marx, o brilhante revolucionário socialista, filósofo, advogado, sociólogo e jornalista, cujas teorias foram o combustível intelectual que colocou em movimento a Revolução Russa de 1917. É bem verdade que Marx não nos legou uma teoria do direito e muito menos uma obra completa dedicada a direitos humanos. Ainda assim, sua análise das liberdades fundamentais em geral, e dos direitos humanos em particular, ajuda

¹⁶ Outros documentos de interesse para a discussão sobre os direitos humanos e que precederam a Declaração de 1789 e a Constituição Norte-Americana de 1787: Magna Carta (1215, Inglaterra), a Lei do Habeas Corpus (1679, Inglaterra), a *Bill of Rights* (1689, Inglaterra), sem falar de um sem número de textos medievais e clássicos.

¹⁷ Tomás de Aquino (1225-1274) já utilizava a expressão *dignitas humana* (dignidade humana) como sendo elemento inerente ao próprio indivíduo humano (COMPARATO, 2010).

a dessacralizar aquilo que, numa discussão intelectual, deve ser objeto de estudo crítico.

Como jornalista, Marx escreveu, com a colaboração de Engels, dezenas de colunas assinadas no *Rheinische Zeitung* e no *Die Press* sobre questões que iam da liberdade de imprensa à guerra civil norte-americana, que opunha os estados “livres” do norte aos estados escravagistas do sul. Invariavelmente, o autor alemão posicionou-se a favor das chamadas liberdades fundamentais, contra a opressão, o preconceito e a escravidão. Sobre a liberdade de imprensa, por exemplo, escreveu vigorosa defesa, a propósito de discussões sobre censura vigente na Alemanha: “numa lei da imprensa, a liberdade pune. Numa lei da censura, a liberdade é punida”, já que “a lei da imprensa pune o abuso da liberdade. A lei da censura pune a liberdade como se fosse um abuso” (MARX, 2006, p. 55).

Mas foi em *Sobre a questão judaica*, ensaio escrito em 1843 como resposta às questões levantadas pelo filósofo radical Bruno Bauer, que Marx (2010) nos esclareceu melhor sua posição em favor das liberdades e dos direitos das gentes. Para Bauer (MARX, 2010), a chamada “questão judaica” envolvia decidir se o Estado prussiano deveria conceder aos judeus, enquanto minoria, tratamento igualitário do ponto de vista da lei civil e dos direitos políticos, a exemplo do que tinha sido feito na França. Bauer (MARX, 2010) manifestava oposição a essa ideia, sustentando que os judeus deveriam renunciar ao seu “judaísmo” para lutar numa disputa mais ampla que envolvia a superação da opressão a todos os povos. Numa infeliz caracterização, Bauer (MARX, 2010, p. 37) acreditava que os judeus religiosos não davam bons cidadãos porque “não estavam interessados no avanço da humanidade”, identificando-os como “interesseiros” e sequiosos apenas de riquezas materiais.

A oposição de Marx ao discurso de Bauer é direta. Para Marx (2010), os socialistas não deveriam dizer aos judeus que estes não poderiam se emancipar sem renunciarem ao judaísmo, pois a verdadeira questão, naquele momento, residia na emancipação política, e não no judaísmo. Estados que não emancipavam os judeus deveriam ser considerados sub-desenvolvidos do ponto de vista das liberdades políticas.

Citando o exemplo dos Estados Unidos, onde os judeus estavam já emancipados, Marx (2010) apontava que não era o caso de saber “se” isso seria possível, mas sim de demonstrar que isso já tinha sido feito. E quanto à caracterização do judaísmo como uma religião voltada para o lucro pessoal, isto continuaria a ser verdade enquanto os judeus estivessem inseridos em determinadas relações econômicas que, contudo, eram comuns ao mundo todo, independente desta ou daquela religião. Assim, a emancipação do judeu, do cristão e do homem religioso de forma geral seria a emancipação do Estado da religião oficial, pois o Estado deveria se emancipar a si mesmo da religião estatal – inclusive o “Estado cristão” da Prússia, como observou ironicamente Marx (2010, p. 41).

Mas, ao contrário de Bauer – que também sustentava a necessidade de separação entre o Estado e a religião –, Marx (2010) não considerava que se devia exigir do judeu que renunciasse ao judaísmo para que pudesse ter igualdade política ou proteção de seus direitos humanos no Estado “cristão” da Prússia, já que o judaísmo não era mais culpado de cupidez do que, por exemplo, o cristianismo. Por outro lado, a emancipação do Estado da religião (qualquer que seja) não seria suficiente para a emancipação humana. E neste aspecto reside o cerne de sua crítica aos “direitos liberais”, isto é, aos direitos humanos, ao sustentar que nenhum dos “direitos do homem” vai além do homem egoísta, ou seja, nenhum deles chega ao homem como membro da sociedade civil. Nomeadamente, o homem retira-se a si próprio para a esfera do “eu”, dos seus interesses e desejos privados, da religião de seu estamento, separado dos interesses da comunidade. A aplicação prática dos “direitos do homem” seria, nesta perspectiva, o direito à propriedade privada, sem que houvesse a superação da alienação causada pela dominação de classe. Nas palavras do autor:

O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre. (MARX, 2010, p. 38-39).

Conforme aponta Eymar (1987, p. 150), na obra de Marx os direitos humanos aparecem sob dois enfoques relacionados, porém distintos. O primeiro relaciona os direitos humanos “como ideias ou ideais de caráter político que fazem referência a um fim ou meta a ser concretizada por uma sociedade determinada”, isto é, uma aspiração de realização, como, por exemplo, a dos revolucionários franceses de 1789. O segundo enfoque trata desses mesmos ideais expressados em uma declaração formal ou na Constituição do Estado – e de um tipo de Estado, o Estado da burguesia. Neste caso, o que se tem são construções ideológico-políticas que surgem historicamente condicionadas pelo interesse econômico da burguesia.

É nesta qualidade de construção histórica condicionada ao desenvolvimento material de um determinado tipo de Estado que podemos, na perspectiva de Marx, observar as “limitações de horizonte verdadeiramente extraordinárias dos direitos humanos” (EYMAR, 1987, p. 172). Dito de outra forma, o discurso político segundo o qual é possível transformar a realidade social pela via exclusiva ou principal dos direitos humanos onde vigora a alienação e a dominação burguesa é estéril. Tanto porque os direitos humanos se conformam dentro dos estreitos limites da sociabilidade burguesa, como também porque, como “lei geral”, são afastados sempre que interessa à burguesia, que os “aplica em seu exclusivo benefício”. Diz Marx (2010, p. 51):

[...] isto quer dizer, portanto, que o direito humano à liberdade deixa de ser um direito assim que entra em conflito com a vida política, ao passo que pela teoria a vida política é tão somente a garantia dos direitos humanos, dos direitos do homem individual e, portanto, deve ser abandonada assim que começa a entrar em contradição com os seus fins, com esses direitos humanos.

Isso explica o movimento histórico pendular dos direitos humanos, que não se extingue com a derrota da França napoleônica em 1815, ou com o esmagamento das chamadas Revoluções de 1848, e nem se efetiva completamente. A derrota episódica de um Estado ou movimento não era a derrota do sistema capitalista ou de seus institutos jurídicos em formação. Assim, o ideário e a formalização dos direitos humanos tomam impulso no século XIX, com o surgimento da primeira Convenção de Genebra (1864), que versava sobre a questão sanitária e o atendimento aos feridos durante conflitos bélicos, no que foi seguida pela segunda (1906), terceira (1929) e quarta (1949) edições dessa convenção. Cada uma delas ampliou o leque de proteções humanitárias, reforçando, ademais, a obrigação internacional de observá-las, sem evitar que essas proteções fossem suspensas na prática sempre que a “necessidade” do sistema exigisse. De acordo com Comparato (2010, p. 185), a primeira Convenção de Genebra:

[...] inaugura o que se convencionou chamar direito humanitário em matéria internacional; isto é, o conjunto das leis e costumes da guerra, visando a minorar o sofrimento de soldados doentes e feridos, bem como de populações civis atingidas por um conflito bélico. É a primeira introdução dos direitos humanos na esfera internacional.

Contudo, tratar a história dos direitos humanos como um processo linear e estável rumo à proteção, em todas as suas dimensões, do ser humano, não é, como já foi dito, possível. A Europa burguesa que inaugurava o conceito de direitos humanos era a mesma Europa das potências coloniais que submetiam outros povos com base em odiosos conceitos de superioridade racial, religiosa ou civilizatória. A própria história dos direitos humanos, frequentemente narrada a partir do ponto de vista europeu e norte-americano, revela bem esse quadro de possibilidade perene de seu afastamento sempre que os interesses locais ou gerais do capitalismo fossem afetados.

Observe-se, a esse respeito, que, no âmbito das disputas imperialistas da primeira metade do século XX, o mundo passou por dois conflitos internacionais generalizados, ocorridos no contexto das disputas entre países capitalistas: a I Guerra Mundial (1914-1918) e a II Guerra Mundial (1939-1945) – durante as quais milhões de pessoas pereceram, incluindo civis desarmados metodicamente exterminados. A catástrofe humanitária representada pela II Guerra Mundial, cujo lance final decisivo envolveu o bombardeamento atômico das cidades de Hiroshima e Nagasaki (Japão), levou

à redefinição do sistema internacional, com a criação, em 1945, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Portanto, reconhecer que o século XX foi marcado por uma série de transições de regimes autoritários, especialmente após a II Guerra Mundial, passando pelas imperfeitas transições pós-coloniais na África e Ásia, pelas transições dos regimes militares da América Latina, e chegando às transições dos países do antigo bloco soviético na Europa Oriental, não significa dizer, de forma alguma, que em todos esses casos foram aplicados mecanismos gerais em favor dos direitos humanos, mas sim movimentos localizados, sazonais e frágeis. Conforme alertou Marx (1981, p. 939) no volume VI de *O capital*, “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas”.

De toda forma, cabe apontar, no período imediato do pós-II Guerra Mundial foram internacionalizados formalmente os direitos humanos contidos na *Declaração universal dos direitos humanos* de 1948, cujo art. 3º, retomando os ideais da Revolução Francesa, expressa que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência, e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL, 1948). O preâmbulo indica ser “essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL, 1948). No que se refere à força jurídica desse documento, Comparato (2010, p. 238-239) informa que:

Tecnicamente, a Declaração Universal dos Direitos do Homem é uma recomendação que a Assembléia Geral das Nações Unidas faz aos seus membros (Carta das Nações Unidas, art. 10). Nessas condições, costuma-se sustentar que o documento não tem força vinculante. Foi por essa razão, aliás, que a Comissão de Direitos Humanos concebeu-a, originalmente, como uma etapa preliminar à adoção ulterior de um pacto ou tratado internacional sobre o assunto.

Contudo, o mesmo autor também afirma que esse entendimento “peca por excesso de formalismo”, uma vez que:

[...] a vigência dos direitos humanos independe de sua declaração em constituições, leis e tratados internacionais, exatamente porque se está diante de exigências de respeito à dignidade humana, exercidas contra todos os poderes estabelecidos, oficiais ou não. (COMPARATO, 2010, p. 239).

Neste momento, entretanto, cabe apontar que a *Declaração de 1948* foi ratificada e ampliada pela *Declaração e programa de ação de Viena* (1993), formulada no âmbito da Conferência Mundial sobre Direitos

Humanos, organizada, no mesmo ano, pela ONU (DECLARAÇÃO E PROGRAMA, 1993).

A *Declaração e programa de 1993* é um documento normativo internacional dedicado exclusivamente a temas afins aos direitos humanos. Define, na terceira parte do art. 1, que os “direitos humanos e as liberdades fundamentais são direitos naturais de todos os seres humanos; sua proteção e promoção são responsabilidades primordiais dos Governos(DECLARAÇÃO E PROGRAMA, 1993). Da mesma forma, pontua, no art. 8, que “a democracia, o desenvolvimento e o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais são conceitos interdependentes que se reforçam mutuamente” (DECLARAÇÃO E PROGRAMA, 1993). Além disso, refere-se ainda à necessidade de apoiar os processos de “transição para a democracia” dos países africanos, no art. 9.

Nesse sentido, o que a experiência internacional sugere é que, diante das atrocidades verificadas durante as duas guerras mundiais, a proteção dos direitos humanos passou a constituir questão de legítimo interesse e preocupação internacional, transcendendo o domínio reservado do Estado como competência exclusiva. Em razão disso, o processo de universalização dos direitos humanos acabou por propiciar o surgimento de um sistema internacional dedicado à proteção desses direitos, o qual é composto por tratados, acordos, declarações e órgãos especializados, inclusive, neste último caso, com competência criminal, como é o caso do Tribunal Penal Internacional (TPI)¹⁸, estabelecido, em 2002, na cidade de Haia, Holanda.

Por outro lado, no âmbito interno dos Estados de capitalismo central, principalmente no Hemisfério Norte, os direitos humanos passaram progressivamente a ser incorporados no discurso político como elemento de “garantia da paz”. Um exemplo desse ideário aparece em Bobbio (2004, p. 30), que defende que “sem direitos do homem reconhecidos e protegidos não há democracia; sem democracia não existem as condições mínimas para a solução pacífica de conflitos”. Dessa forma, os direitos humanos fazem parte do conceito de Estado democrático de direito inserido no centro do sistema capitalista do séc. XX e início do séc. XXI.

Em que pese o que foi dito, é preciso reconhecer, também, que o debate sobre os direitos humanos, para além de sua importância e pertinência, permanece com seus limites estreitos nas apertadas práticas democráticas permitidas sob a sociabilidade capitalista, e pode também ser utilizado como arma de propaganda em disputas geopolíticas. Essa utilização espúria acompanha, como uma espécie de sombra, o processo de desenvolvimento dos direitos humanos ao longo de sua história, porque, conforme apontado anteriormente, ele se desenvolve para atender a determinados interesses de classe. Como exemplo formal, indique-se que a *Declaração de 1948*, cuja

¹⁸ Também denominado de “Corte Internacional de Justiça”, foi previsto em 1998 pelo Estatuto de Roma, e estabelecido em 2002, em Haia, Holanda. Tem jurisdição aplicável aos “crimes mais graves para a comunidade internacional como um todo” (art. 5, 1) (ICC, 2002).

importância já foi aqui referida, sofreu influência das disputas políticas travadas no contexto da Guerra Fria. Conforme demonstra Comparato (2010, p. 238):

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, como se percebe da leitura de seu preâmbulo, foi redigida sob o impacto das atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial, e cuja revelação só começou a ser feita – e de forma muito parcial, ou seja, com omissão de tudo o que se referia à União Soviética e de vários abusos cometidos pelas potências ocidentais – após o encerramento das hostilidades. Além disso, nem todos os membros das Nações Unidas, à época, partilhavam por inteiro as convicções expressas no documento: embora aprovado por unanimidade, os países comunistas (União Soviética, Ucrânia, Rússia Branca, Tchecoslováquia, Polônia e Iugoslávia), a Arábia Saudita e a África do Sul abstiveram-se de votar.

Atualmente, essa tendência se mantém, conforme é possível verificar pela lamentável apropriação de vocabulário extraído do campo dos direitos humanos por potências ocidentais que buscam justificar a multiplicação de intervenções “humanitárias” e guerras “preventivas” neste início de século XXI. As recentes “libertações” do Iraque (2003) e Líbia (2012) são exemplos desse fenômeno; isso sem falar nas renovadas ameaças de intervenção na Venezuela, feitas pelo presidente Donald Trump em 2017. Sobre o assunto, Nunes (2004, p. 17) discorre que:

[...] no período do pós-Guerra Fria, os direitos humanos continuam a ser um terreno de conflitos entre concepções diferentes do que são esses direitos, e sobre as condições da sua aplicação e das sanções à sua violação. No momento presente, estamos a entrar numa nova fase desses conflitos: por um lado, parece desenhar-se uma tendência, por parte de alguns Estados e, em particular, da única potência global, os Estados Unidos, para subordinar a defesa dos direitos humanos aos seus imperativos estratégicos, justificados pela ‘guerra contra o terrorismo’ e, mais recentemente, pelo uso da ‘guerra preventiva’ contra aqueles que forem considerados como ameaças reais ou potenciais aos seus interesses e à sua segurança.

Com o exposto, pode-se inferir que os direitos humanos se consolidam no crepúsculo do século XVIII, com o desenvolvimento da sociedade capitalista e nos estritos limites de sua sociabilidade. Ao mesmo tempo, foram instrumentais no debate sobre a descolonização e o desmonte de Estados autoritários.

Marx (2010), ao analisar os direitos, em particular os direitos humanos, destacou suas raízes, as quais são marcadas pela desigualdade social, produto da divisão social do trabalho e da propriedade privada. Desse modo, ao apresentar esse breve histórico sobre a questão dos direitos humanos na sociabilidade capitalista, tomando como referência a crítica elaborada por

Marx, consideramos que as lições deixadas por ele são fundamentais para a luta pela afirmação desses direitos na perspectiva da emancipação humana, ou seja, numa sociedade livre da desigualdade social própria do capitalismo (STAMPA; LOLE, 2017).

Considerações finais

Para os movimentos progressistas em geral, e para a esquerda socialista em particular, a discussão não é travada nos termos de ser contra ou a favor dos direitos humanos. Deve-se ser a favor, da mesma forma que se seria a favor da emancipação dos judeus na Prússia dos anos 1800. Ao mesmo tempo, parece oportuno evitar a absorção automática de uma forma de direitos humanos que não é somente complementar à dominação de classe, mas até mesmo necessária. Como ilustrou Marx (2009, p. 42) em *O 18 de brumário de Luis Bonaparte*, cada parágrafo da Constituição “contém a sua própria antítese, a sua câmara superior e a sua câmara inferior, a saber, na sentença universal, a liberdade e, na nota marginal, a revogação da liberdade”.

Conforme visto, a análise de Marx (2010) sobre os “direitos do homem” (os direitos humanos) demonstra que são direitos dos membros da sociedade burguesa, isto é, do homem insulado em seus interesses, e não direitos coletivos, ou seja, estão calcados numa concepção individualista e burguesa.

Diante das renitentes e gravíssimas violações de direitos perpetradas em todo o mundo, parece oportuno relembrar o histórico da constituição formal dos direitos humanos e pensar sobre sua validade nos dias atuais. Afinal, os direitos humanos são direitos da coletividade ou ainda os enxergamos a partir de uma perspectiva burguesa e egocêntrica, que já deveria ter sido superada, tendo em conta as inumeráveis violações de direitos que a sociabilidade capitalista impõe à humanidade?

Neste sentido, talvez seja oportuno retornar às análises realizadas por Marx acerca dos direitos humanos por meio da interpretação elaborada por Mészáros (2008). Em texto sobre a relação existente entre marxismo e direitos humanos, o autor afirma que o núcleo central da crítica marxiana aos direitos humanos encontra-se na “contradição fundamental entre os ‘direitos do homem’ e a realidade da sociedade capitalista, onde se crê que esses direitos estejam implementados”, contradição esta inscrita na própria estrutura social capitalista, sendo, pois, insolúvel nos marcos da ordem do capital.

Assim, o alvo principal da polêmica de Marx seria a “ilusão jurídica liberal”, responsável pela construção de um “postulado legalista-formal” (MÉSZÁROS, 2008, p. 159), reconhecedor do direito de acesso igualitário à propriedade, mas que, em última instância, estaria assentado no vazio. De

fato, ao invés de direcionados aos direitos humanos em si, os argumentos de Marx estariam voltados contra a noção de que, na base de todos os direitos humanos, encontrar-se-ia o direito à propriedade privada:

[...] Não há, portanto, uma oposição apriorística entre o marxismo e os direitos humanos: pelo contrário, Marx na verdade nunca deixou de defender ‘o desenvolvimento livre das individualidades’, em uma sociedade de indivíduos associados e não antagonicamente opostos (condição necessária para a existência tanto da ‘liberdade’ quanto da ‘fraternidade’), antecipando simultaneamente ‘o desenvolvimento artístico, científico, etc., de indivíduos emancipados e com meios criados para todos eles’ (condição necessária para a igualdade verdadeira) [...]. (MÉSZÁROS, 2008, p. 161).

Nesse sentido, assim como Mészáros (2008, p. 179), consideramos que Marx não é um “inimigo dos direitos humanos” e que não há como não chegar à conclusão de que “a legitimação de uma alternativa socialista para a forma capitalista de intercâmbio social não pode ignorar a questão dos direitos humanos”.

Antes de negar a importância da defesa dos direitos humanos calcados no interesse coletivo, consideramos que as lições deixadas por Marx (2006; 2009; 2010) servem de incentivo a todos aqueles que conseguem perceber na luta pela afirmação dos direitos humanos, assentada na radicalização da democracia, um espaço de resistência anticapitalista e de busca pela emancipação humana.

Referências

- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- COMPARATO, F. K. *Afirmção histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM e do cidadão. [1789]. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.
- DECLARAÇÃO E PROGRAMA de Ação de Viena [1993]. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/viena.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL dos Direitos Humanos. [1948]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- DEUTSCHER, I. *Stalin: uma biografia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1949.
- DJILAS, M. *A nova classe*. São Paulo: Círculo do Livro, 1957.
- INTERNATIONAL CRIMINAL COURT (ICC). [2002]. Disponível em: <<https://www.icc-cpi.int/Pages/Main.aspx>>. Acesso em: 11 fev. 2018.
- KRIVOSHEEV, G. F. *Soviet casualties and combat losses in the twentieth century*. Londres: Greenhill Books, 1997.
- EYMAR, C. *Karl Marx, crítico de los derechos humanos*. Madrid: Tecnos, 1987.
- MARX, K. O processo global da produção capitalista. In: _____. *O capital*. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: LP&M, 2006.
- _____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, I. Marxismo e direitos humanos. In: _____. *Filosofia, ideologia e ciência social*. Ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NUNES, J. A. Um novo cosmopolitismo? Reconfigurando os direitos humanos. In: BALDI, C. A. (Org.). *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- PÉREZ-LUÑO, A. E. *La universidad de los derechos humanos y el Estado Constitucional*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2002.

REED, J. *10 dias que abalaram o mundo*. Porto Alegre: LP&M, 2009.

SOVIET SOCIALIST REPUBLICS. *Constitution of the Union of Soviet Socialist Republics*, October 7, 1977. Disponível em: <<http://www.departments.bucknell.edu/russian/const/1977toc.html>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

STAMPA, I.; LOLE, A. Lutas e movimentos sociais: compromisso de classe com quem? *O Social em Questão*, n. 39, v. 1, set./dez. 2017.

DOI: 10.12957/rep.2018.39436

Recebido em 08 de fevereiro de 2018.

Aprovado para publicação em 24 de abril de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Ética e direitos humanos no trabalho de assistentes sociais na Saúde

Ethics and human rights in the work of social workers in healthcare

Sâmya Rodrigues Ramos*

Aione Maria Costa Sousa**

Iana Vasconcelos***

Larissa Jéssica Ferreira de Souza****

Resumo – O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) vem, nas últimas décadas, construindo iniciativas para fomentar o debate ético-profissional e dos direitos humanos em diversas frentes de intervenção. Desta forma, o presente artigo analisa as repercussões da ação política do CFESS no campo da ética e dos direitos humanos no cotidiano de trabalho de assistentes sociais do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste sentido, o artigo é fruto de uma pesquisa realizada com profissionais de Mossoró (RN), concluída em 2017. Constatamos que as ações promovidas pelo CFESS têm uma significativa repercussão e vêm ganhando materialidade no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, reforçando o posicionamento ético-político defendido pelo Serviço Social brasileiro nas últimas quatro décadas.

Palavras-chave: ética; direitos humanos; Serviço Social; saúde.

Abstract – In the last decades, the Federal Council of Social Work (CFESS) has been implementing initiatives to promote ethical-professional and Human Rights debate on several fronts. In this sense, this article analyzes the impact of CFESS's political action concerning ethics and Human Rights

* Assistente social, doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e membro do Grupo de Estudos em Serviço Social, Trabalho, Lutas e Direitos Sociais (GESTULS). *Correspondência:* Rua José Negreiros, 21, Apto 402, Centro, Mossoró-RN. CEP: 59.610-160. *Email:* <samyarr@uol.com.br>.

** Assistente social, doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e membro do Grupo de Estudos em Serviço Social, Trabalho, Lutas e Direitos Sociais (GESTULS). *Correspondência:* Av. Francisco Mota, 4492, Rincão, Mossoró-RN. CEP: 59626-105. *Email:* <aionesousa@hotmail.com>.

*** Assistente social, doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e membro do Grupo de Estudos em Serviço Social, Trabalho, Lutas e Direitos Sociais (GESTULS). *Correspondência:* Rua Francisco Heronildes da Silva, 857 (casa 5), Aeroporto, Mossoró-RN. CEP: 59607-230. *Email:* <ianavasconcelos@uern.br>.

**** Assistente social, egressa do curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). *Correspondência:* Rua Coronel Solon, 339, Centro, Grossos-RN. CEP: 59675-000 *Email:* <larissjess@gmail.com>.

in the daily work of social workers of the Unified Health System (SUS). The article is the result of a survey carried out with professionals from Mossoró, Rio Grande do Norte concluded in 2017. We find that the actions promoted by CFESS have a significant repercussion and are gaining materiality in the daily work of social workers, reinforcing the political-ethic positioning advocated by Brazilian social work over the last four decades.
Keywords: ethics; human rights; social work; healthcare.

Introdução

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), nas últimas décadas, tem cumprido um papel importante de articulador/coordenador do debate no campo da ética e dos direitos humanos. Nesse sentido, atuou em diversas frentes de intervenção nesse âmbito, das quais destacam-se: a realização do projeto *Ética em movimento*; a promoção de campanhas de defesa dos direitos humanos e a publicação de resoluções, entre outras ações.

Em um contexto de hegemonia do capital, marcado por contrarreformas e pelo desmonte das políticas públicas, consideramos que as iniciativas do CFESS no campo da ética e dos direitos humanos têm sido fundamentais para contribuir com a materialização dos princípios ético-políticos do projeto profissional no cotidiano de trabalho de assistentes sociais. Seguindo essa perspectiva, neste artigo analisamos os dados produzidos em uma pesquisa que objetivou investigar a repercussão de tais iniciativas no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais no Sistema Único de Saúde (SUS).

A opção por realizar esta pesquisa com assistentes sociais trabalhadores dos serviços de Saúde em Mossoró (RN) se justifica pelo fato de esta área se constituir, historicamente, como um dos principais espaços de atuação destes profissionais no país. Além disso, é relevante considerar que na área da Saúde se manifestam profundas contradições originárias do modelo societário capitalista, o qual, assentado na exploração e dominação de classes, gera profundas desigualdades que impactam na deterioração da saúde da população. Ademais, somam-se a isso as disparidades entre as conquistas legalmente instituídas no que tange ao direito universal à saúde e sua efetivação no cotidiano dos serviços.

Trata-se, portanto, de um espaço em que se expressam fortes conflitos e disputas em torno da luta pela efetivação dos direitos humanos, em meio à negação cotidiana do acesso da população ao conjunto das condições de vida e de trabalho e a uma política de saúde de qualidade. Esses fatores implicam desafios cotidianos à materialização do projeto ético-político do Serviço Social.

Destarte, as informações e análises apresentadas se fundamentam em pesquisa realizada no período correspondente entre agosto de 2016 e

julho de 2017, com aplicação de questionários a 18 assistentes sociais que trabalham no SUS em Mossoró (RN)¹.

Parâmetros de atuação de assistentes sociais na Saúde: contribuições para o cotidiano de trabalho

Os *Parâmetros de atuação de assistentes sociais na Saúde*, a nosso ver, têm profundo enraizamento na realidade, tendo em vista explicitar diversos desafios que permeiam o trabalho desses profissionais. Além disso, também expressam o compromisso da categoria com a efetivação dessa política, consoante a reforma sanitária e o projeto ético-político do Serviço Social. Nesse sentido, inicialmente refletiremos sobre a análise que as profissionais fazem sobre o impacto deste documento em seu dia a dia.

Em relação ao conhecimento dos *Parâmetros de atuação dos assistentes sociais na Saúde*, dentre as profissionais pesquisadas, 16 afirmaram conhecê-lo e duas não responderam. Contudo, mesmo as que não responderam se manifestaram acerca das demais questões relacionadas a este documento.

É relevante destacar que o CFESS produziu este documento² com vistas a responder a uma demanda da categoria no que tange à definição e delimitação de suas atribuições profissionais nos serviços de Saúde. Nessa perspectiva, visa nortear o trabalho dos assistentes sociais, tendo como horizonte a garantia da qualidade do atendimento prestado à população no âmbito dos serviços de Saúde em consonância com o projeto ético-político e com os princípios da Reforma Sanitária.

Os *Parâmetros de atuação na Saúde* foram sistematizados por um grupo de trabalho constituído pelo conjunto CFESS-Cress e contemplou um amplo processo de discussão com a categoria profissional por meio de oficinas, reuniões e seminários ocorridos nas diversas regiões do país, incluindo o Estado do Rio Grande do Norte e a cidade de Mossoró. Desse modo, parte das profissionais (cinco) tomou conhecimento deste documento desde o processo de sua elaboração, tendo participado de grupo de discussão promovido pelo Cress/seccional de Mossoró. As demais tiveram acesso por meio de capacitações, leituras, estudos atinentes ao processo de formação profissional em nível de graduação ou pós-graduação *lato sensu* (especialização, residência multiprofissional) ou direcionados à preparação para concursos

¹ Todas as participantes da pesquisa são do sexo feminino. Acerca da religião, 14 são católicas e quatro, evangélicas. A maioria (10) atua entre cinco a dez anos na área da Saúde. A maior parte concluiu o curso entre as décadas de 1990-2000 e apenas três, na década de 1980. Em termos de capacitação, todas possuem especialização e uma cursa mestrado, expressando o compromisso com o aprimoramento intelectual.

² O conjunto CFESS/Cress vem construindo documentos desta natureza atinentes às diversas áreas de atuação profissional, por meio da publicação de uma série: *Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais*. Essa, além da Saúde, contempla temas sociojurídicos, bem como da assistência social, educação, política urbana e residência em saúde.

públicos, por meio da *internet*, com consultas incluindo o *site* do CFESS ou diretamente na sede da seccional do Cress 14ª Região. Também foi registrado que o conhecimento da resolução se deu a partir do diálogo com outros assistentes sociais, em reuniões/discussões e pelas ações e movimentos da categoria.

Em relação à repercussão destes parâmetros no cotidiano de trabalho, as profissionais são unânimes em afirmar que este documento contribuiu para nortear as ações e delimitar as atribuições e competências profissionais na área da Saúde, de forma a aprimorar a qualidade do atendimento prestado à população usuária. Tal ideia pode ser visualizada nas seguintes respostas das assistentes sociais:

Sim, continua repercutindo significativamente, sendo fonte para discussão, elaboração e aprovação de documento sobre as atribuições dos assistentes sociais na Saúde do município pela Secretaria Municipal de Saúde com pareceres do Cress/seccional e conselho de saúde. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

A partir dos parâmetros a equipe do Serviço Social elaborou o procedimento operacional padrão (POP), que norteia nossa atuação (serviços e atividades) junto à população usuária do SUS, em unidade de urgência e emergência. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Os parâmetros de atuação do assistente social na Saúde se constitui em um instrumento de consulta e de reflexão para o assistente social em sua atuação na área da Saúde, e tem contribuído bastante neste sentido. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

O citado documento aponta que a atuação dos assistentes sociais na Saúde contempla quatro grandes eixos articulados entre si, a saber: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional. Além de explicitar as atribuições profissionais nesta área, contribui para elucidar aquelas que não competem aos assistentes sociais, a exemplo da convocação do responsável para comunicar alta e óbito, marcação de consultas e exames, pesagem e medição de usuários, dentre outras. Tais atribuições são assim consideradas: “[...] aquelas ações que possuem um caráter eminentemente técnico-administrativo, como também aquelas que demandam uma formação técnica específica (de outras profissões da saúde) não contemplada na formação profissional dos assistentes sociais” (CFESS, 2010, p. 47).

Neste aspecto, foi ressaltado, de forma bastante significativa, que o referido documento contribuiu para desconstruir ideias equivocadas acerca das responsabilidades assumidas pelo Serviço Social, o que podemos perceber nas seguintes falas:

O documento nos fortaleceu em nosso cotidiano de trabalho e conseguimos algumas vitórias, referentes a deixar vícios (declarações, regulação) que não eram atribuições nossas e sim do profissional médico. Esse é um exemplo do que desde a publicação do documento deixamos de fazer. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Sempre contribui para nossa intervenção. Muitas vezes, até os profissionais que trabalham conosco não têm conhecimento da nossa função e vez por outra precisamos esclarecer quais são nossas atribuições, o que compete e o que não compete ao assistente social. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Serviu como questionamento do nosso fazer profissional, evitando que nos sejam empurrados serviços que não são atribuições nossas. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Esta questão se apresenta de forma tão arraigada na área da Saúde a ponto de as assistentes sociais explicitarem a importância desta publicação do CFESS para respaldar as posições assumidas no cotidiano de trabalho.

As dificuldades, atinentes à incompreensão acerca das atribuições dos assistentes sociais da Saúde, expressam dissonâncias na própria organização e sistematização do trabalho coletivo nessa área, perpassado relações hierarquizadas e dificuldade de articulação entre as profissões. Sobre este aspecto, é ilustrativa a análise de Matos (2013, p. 52): “O trabalho nos serviços de saúde reproduz um atendimento multiprofissional, com pouca ou nenhuma interdisciplinaridade, onde mesmo os profissionais ‘co-habitando’ o mesmo espaço pouco se falam.

Repercussão das ações do CFESS relacionadas à ética e aos direitos humanos no trabalho de assistentes sociais na Saúde em Mossoró (RN)

Analisaremos, nesta parte do artigo, as contribuições das ações do CFESS no campo da ética e direitos humanos no cotidiano de trabalho de assistentes sociais no SUS. Tais iniciativas atestam o protagonismo do CFESS no amadurecimento do debate ético-profissional, ocorrido na década de 1990, e expresso, entre outras questões: no aprofundamento do referencial marxista nessa área do conhecimento, o que gerou a superação de equívocos teóricos e normativos, presentes na década anterior; na ampliação das pesquisas e grupos de pesquisa neste âmbito; na articulação com outros segmentos sociais na defesa dos direitos humanos e no desenvolvimento de atividades de capacitação ética para os profissionais (RAMOS, 2006).

Em relação à capacitação ética da categoria, uma importante atividade, existente há mais de quinze anos, é o projeto *Ética em movimento*. Este foi criado na gestão do CFESS *Brasil mostra sua cara* (1999-2002), e co-

meçou a ser executado no ano 2000. O principal propósito foi o de subsidiar as ações profissionais e garantir a materialização do *Código de ética* e a consolidação do projeto ético-político nos diversos espaços de atuação.

Tal projeto surge num momento crucial no debate sobre ética profissional no Serviço Social, em que, a partir do amadurecimento ético-político construído historicamente, tornou-se imprescindível a ampliação das possibilidades de efetivação dos princípios éticos fundamentais da profissão, frente aos desafios da realidade apresentada na década de 1990. O projeto *Ética em movimento* veio responder a uma demanda social e ética dos tempos neoliberais de barbárie social.

Desse modo, colocou-se como exigência profissional a ultrapassagem do debate legal e formal, com a ampliação da discussão sobre a ética no âmbito da atividade profissional. Para tanto, era necessário garantir seu conteúdo filosófico, político e social e, ao mesmo tempo, assegurar mecanismos de aprofundamento dos princípios ético-políticos do Serviço Social, compreendendo que “a ética precisava ‘sair das gavetas’, dinamizando-se por meio de ações mobilizadoras das consciências e das intervenções cotidianas dos conselhos e da categoria, em geral” (CFESS, 2002, p. 15)³. Este projeto tem formado agentes multiplicadores ao longo dos anos, com a capacitação de assistentes sociais em todas as regiões do país.

Neste sentido, consideramos importante destacar que oito profissionais afirmaram conhecer o referido projeto, sendo dois por meio da participação no curso de capacitação para agentes multiplicadores e os demais por meio de participação em espaços de debates e eventos profissionais, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS).

Em relação às repercussões do projeto *Ética em movimento* na atuação profissional, as participantes da pesquisa consideram que este tem contribuído de forma positiva, como podemos verificar nos depoimentos a seguir:

O projeto *Ética em movimento* oportunizou/oportuniza a discussão e socialização sobre o Código de Ética de forma crítica, capacitando os assistentes sociais à materialização e não apenas à leitura dos artigos ‘empalhados’ no papel. E hoje mais do que nunca precisamos dessa capacitação continuada. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Nas posições tomadas no enfrentamento das questões de defesa do acompanhante, independente da orientação sexual; a busca de melhor qualidade do atendimento. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Outra iniciativa do CFESS consiste na promoção de campanhas em defesa dos direitos humanos. É relevante destacar que a concepção de direitos humanos do Conjunto CFESS/Cress tem como principais eixos:

³ Relatório final da gestão 1999/2002.

1) a compreensão dos DH como algo que não se restringe aos direitos civis e jurídico-políticos, mas que diz respeito aos direitos econômicos, sociais e culturais; 2) a superação da visão 'legalista' dos direitos, trazendo-os para âmbito da luta de classes e das contradições inerentes à (re) produção das relações sociais capitalistas. Não se trata apenas de uma oposição ideológica ao liberalismo (que busca equacionar juridicamente a questão das desigualdades sociais), mas, principalmente, de uma compreensão crítica que desvele a impossibilidade concreta de objetivação dos direitos para todos os indivíduos sociais. Isso supõe, evidentemente, uma crítica ao pilar das declarações burguesas de direitos: a propriedade privada; 3) a compreensão crítica radical dos DH na sociedade contemporânea, que instrumentalize uma atuação realista, desmistificando as concepções liberais que naturalizam as desigualdades e as visões abstratas que tratam o homem ou a 'dignidade humana' sem levar em conta as particularidades históricas em que a humanidade se (des)constrói; 4) a necessidade de uma articulação com os movimentos de defesa dos DH, vinculando-a com a 'questão social', com as políticas públicas e com as práticas democrático-populares; 5) a compreensão das especificidades da luta pelos DH no âmbito das entidades profissionais como o conjunto CFESS/Cress, articulando-a com os eixos: fiscalização, capacitação e denúncia. (CFESS, 2002, p. 37).

Uma das campanhas que mais repercutiu no âmbito profissional foi *O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito*. O objetivo é sensibilizar a categoria profissional e a sociedade em torno do debate acerca da livre orientação e expressão sexual como um direito humano. Quando perguntadas se conheciam esta campanha do CFESS, 12 disseram que sim e seis desconhecem.

Ao responderem como tomaram conhecimento da referida campanha, as entrevistadas ressaltaram o acompanhamento das ações do conjunto CFESS/Cress, por meio do site das instituições representativas da categoria e pela participação nos espaços promovidos pela seccional do Cress 14^a Região. Quando questionadas se esta campanha vem repercutindo no cotidiano de trabalho, a maioria das profissionais respondeu que sim. Podemos perceber isso nos seguintes depoimentos:

A campanha repercutiu no sentido de reforçar o não ao preconceito. Usamos os cartazes e o tema para realizar discussões entre a equipe, principalmente com os profissionais mais conservadores que havia. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Na maior visibilidade das pessoas pertencentes à comunidade LGTB no espaço de trabalho, onde o atendimento à saúde deve ser garantido independente da orientação sexual. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Analisando esses relatos, observamos como as ações desenvolvidas pelas entidades representativas da categoria assumem materialidade no cotidiano de trabalho. Isso porque contribuem para que as profissionais possam

dialogar com a equipe, com vistas a combater as diversas formas de preconceitos, assim como para compreender que todos os usuários devem ter os seus direitos garantidos, independente da sua orientação sexual.

Ainda sobre as repercussões dessa campanha, outras profissionais destacaram que a mesma contribuiu para reforçar o posicionamento ético-político da categoria. Evidenciamos isso nas seguintes falas:

A referida campanha vem para reforçar o que preconiza nosso código de ética. Sabemos que, enquanto assistentes sociais, vivenciamos diariamente diversas formas de preconceitos, que devem ser combatidos nos referidos espaços sócio-ocupacionais. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Procuramos colocar em prática os princípios do código de ética quando buscamos realizar nosso trabalho sem ser discriminado e nem discriminar, por nenhuma questão. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Assim, a promoção desta campanha reafirma os princípios do projeto ético-político da profissão. Desta forma, concordamos com Lúcia Barroco (apud CFESS, 2007, p. 5) ao salientar que os assistentes sociais:

Não podem tratar os usuários de forma preconceituosa e discriminatória, com isso, negando a ética profissional e o respeito à liberdade do outro em ser diferente, de fazer escolhas e ter direitos. O principal avanço de nosso projeto ético-político está materializado na busca de ruptura com o conservadorismo profissional: essa campanha e a nossa contribuição, realizando-a em nosso cotidiano é mais uma etapa nessa consolidação.

Sobre a referida campanha, Matos e Mesquita (2011) ressaltam que foi importante para o Serviço Social, pois possibilitou o desenvolvimento de ações políticas e pedagógicas para a desconstrução da heterossexualidade como única forma de orientação sexual existente. Além disso, também contribuiu para reforçar o posicionamento da profissão em defesa da ampliação dos direitos da população LGBT, pois possibilitou aos assistentes sociais refletirem sobre suas atitudes com usuários que sofrem opressões por terem uma orientação sexual diferente dos padrões conservadores impostos na sociedade.

Ainda sobre o conhecimento das campanhas promovidas pelo CFESS, quando perguntadas se conheciam a campanha *Sem movimento não há liberdade: no mundo de desigualdade, toda violação de direitos é violência*, cujo objetivo foi sensibilizar a categoria profissional para a violação dos direitos humanos, identificamos que nove entrevistadas afirmam conhecer e nove desconhecem. Quando relatam a forma como tomaram conhecimento, aparecem os mesmos mecanismos expressos na campanha anterior, com destaque para as ações promovidas pelo CFESS e pela seccional do Cress 14^a Região.

Ao questionarmos se a promoção dessa campanha repercutiu ou vem repercutindo em seu cotidiano de trabalho, a maioria das assistentes sociais justificou não ter conseguido visualizar rebatimentos nas instituições onde atuam. Dentre as que responderam que a resolução repercute no seu cotidiano de trabalho, destacamos os seguintes relatos:

A temática da violência é algo que devemos trabalhar constantemente nas referidas instituições. Ter um olhar crítico para múltiplas formas de violência é primordial, principalmente as violências acometidas contra crianças e adolescentes e demais que se enquadram dentro do contexto da violência. Assim, difundir os canais de denúncia é primordial nos momentos de atuação. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

A campanha como uma política orienta, alerta e provoca a categoria e a sociedade para a defesa dos direitos humanos e combate à violência. No cotidiano profissional contribui para reforçar o posicionamento ético-político na defesa da negação dos direitos dos usuários do SUS/serviços institucionais. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Diante destes relatos, percebemos como a promoção desta campanha se faz necessária, pois as diversas formas de violação e resistência referentes aos direitos humanos permeiam o cotidiano de trabalho das assistentes sociais. Assim, ressaltamos que esta campanha reforça o compromisso ético-político do Serviço Social com a defesa dos direitos humanos.

Outra frente importante de atuação do CFESS consiste na publicação de resoluções que normatizam diversas dimensões da atuação profissional de assistentes sociais, dentre as quais destacaremos aquelas mais direcionadas ao campo da ética e dos direitos humanos. Quando perguntadas se conheciam a Resolução CFESS nº 489/2006 (que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social), onze afirmaram que sim, seis informaram que não e uma não respondeu.

Ao responderem como tomaram conhecimento da resolução, destacamos a menção ao acompanhamento das ações do Conjunto CFESS-Cress, por meio de pesquisa das resoluções do CFESS, de participação na coordenação da seccional Mossoró/Cress 14ª Região, do site do CFESS e de estudos para concursos públicos. Ressaltamos que uma das profissionais evidenciou ter tomado conhecimento da resolução por meio da campanha *O amor fala todas as línguas*, a partir da qual resolveu se aprofundar na temática.

Ao questionarmos se a publicação desta resolução repercutiu ou vem repercutindo no seu cotidiano de trabalho, a maioria das respostas foi afirmativa. Nessa perspectiva, ressaltaram a importância da resolução para a defesa dos princípios ético-políticos da profissão, conforme atestam os depoimentos:

A resolução é importante para respaldar a atuação profissional, referendando os princípios trazidos pelo Código de Ética profissional. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Toda resolução CFESS voltada para o debate e defesa dos princípios defendidos pela profissão tem uma repercussão imediata e continuada no trabalho. No trabalho de urgência/emergência temos que estar continuamente atentos para o enfrentamento dessas questões. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Essas respostas sinalizam que as resoluções do CFESS assumem materialidade no cotidiano de trabalho de assistentes sociais, na perspectiva de garantir a direção hegemônica do projeto ético-político profissional. Isso requer “a adoção de estratégias sociopolíticas e profissionais para somar-se à luta mais ampla dos trabalhadores em oposição aos ajustes neoliberais e à barbárie capitalista, que se disponha ao enfrentamento das condições atuais” (GUERRA, 2007, p. 9).

Ao citarem as diversas formas pelas quais essa repercussão se dá, há um destaque para sua importância no combate ao preconceito.

Nos atendimentos aos usuários e nas orientações a colegas servidores, quando nos deparamos com algumas ações ou palavras preconceituosas no momento do atendimento ou depois. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Mais uma forma de tentarmos conscientizar as pessoas sobre essa questão de enfrentamento ao preconceito. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Repercutem tanto com relação aos funcionários, como também na comunidade. Para tanto, entra em cena o assistente social sensibilizando os mesmos, para a não discriminação e o não preconceito. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Para Heller (1989, p. 47), os preconceitos são “juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão”. Ao refletirem sobre a dimensão do interesse deste tema para o Serviço Social, Mesquita, Ramos e Santos (2001, p. 67) ressaltam que, a partir do Código de 1993, “abre-se um campo de possibilidades para o entendimento e desnaturalização do preconceito [...] fortalecendo, desse modo, tal discussão no âmbito do Projeto Ético-Político do Serviço Social”.

O preconceito contribui para intensificar o recrudescimento do conservadorismo nos tempos atuais, que repercute no âmbito profissional.

É, portanto, desastroso e profundamente lamentável, que numa conjuntura de crise estrutural do capital, que em si já determina novas funcionalidades e restrições no conjunto da vida social, que o conser-

vadorismo se reatualize em toda sua capacidade de articular interesses econômico-políticos e culturais e permaneça atuante no universo profissional. (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 231)

Muitos preconceitos, sobretudo os relacionados à dimensão da orientação sexual, são reproduzidos devido à disseminação de valores calçados em fundamentos religiosos. Daí a importância da discussão sobre o Estado laico. Em recente manifesto, o CFESS (2016a, p.3) defende que

[...] um Estado laico não pode tomar como referência para legislar sobre a vida dos indivíduos sociais concepções, convicções e valores fundados em dogmas religiosos. O ordenamento jurídico da vida social, os princípios, diretrizes e objetivos das políticas sociais (saúde, educação, assistência social, etc.), devem coadunar com a afirmação de liberdades individuais, como a de manifestação religiosa, política, de orientação sexual e de identidade de gênero.

A defesa do Estado laico, bem como o combate à disseminação do preconceito e do conservadorismo, precisam ser cotidianamente construídos nos âmbitos profissional e social. “[...] Esse enfrentamento ético-político supõe estratégias coletivas de capacitação e organização política, de discussão nos locais de trabalho, de articulação com outras categorias, entidades e com os movimentos organizados da população usuária” (BARROCO, 2011, p. 213-214).

Algumas situações cotidianas do trabalho na área da Saúde foram destacadas pelas participantes da pesquisa, tais como a iniciativa da assistente social no plantão, sempre que possível, em dialogar com a equipe de enfermagem, principalmente os técnicos, quanto ao respeito com os usuários na questão da orientação sexual, e, em particular, na garantia do acompanhamento do seu companheiro no pronto-atendimento e orientando a equipe quando necessário.

Uma resposta que nos chamou particular atenção refere-se à menção à discriminação sofrida pelos profissionais por parte dos usuários.

Na instituição na qual trabalho por vezes aparecem usuários discriminando colegas profissionais por sua opção sexual. Assim sendo, requer muitas vezes um ‘chamamento’ ao referido usuário. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Neste sentido, nosso código é claro em um dos seus princípios: *exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física*. Ressaltamos a “força viva das práticas discriminatórias, pois estas atitudes são aliadas do conservadorismo e também responsáveis por naturalizar as diferenças e transformá-las em desigualdades” (ALMEIDA, M. 2013, p. 138).

Ainda se referindo às regulamentações do CFESS, ao serem perguntadas se conheciam a Resolução CFESS nº 615/2011, que dispõe sobre a inclusão e o uso do nome social da assistente social travesti e do assistente social transexual nos documentos de identidade profissional, 11 assistentes sociais responderam que conhecem, seis disseram que não e uma não se pronunciou.

Ao falarem sobre como tomaram conhecimento da referida resolução, percebemos as mesmas respostas em relação à resolução anteriormente citada, com destaque para a descoberta por meio do site do CFESS e por estudos para concursos públicos. Ressaltamos também a participação em discussões, palestras, capacitações e leituras sobre o assunto.

Entretanto, uma forma de contato nos chamou atenção: “Através de um seminário sobre HIV/AIDS, na fala de um transexual que divulgou tal resolução”. Essa afirmação revela o quanto a resolução da nossa profissão é conhecida e divulgada pelas pessoas trans na perspectiva de defesa dos seus direitos. Assume, assim, uma amplitude para além do Serviço Social, pois repercute no cotidiano dos sujeitos que sofrem opressões nesta sociabilidade. Essa é uma dimensão fundante do projeto ético-político profissional, sua vinculação a um projeto societário sem exploração e opressões.

Ao questionarmos se a publicação desta resolução repercutiu ou vem repercutindo no cotidiano de trabalho, a maioria respondeu negativamente, justificando a partir da ausência de casos no cotidiano profissional. Ou seja, as entrevistadas não têm conhecimento de colegas de profissão que fazem uso do nome social na identidade profissional nem de discussões acerca desta questão. Ponderamos que esta situação pode ocorrer pelo fato de as reflexões sobre identidade de gênero ainda serem incipientes no âmbito profissional.

Como pesquisador desta temática no âmbito do Serviço Social, G. Almeida (2013, p. 20) ressalta que estas discussões não estão circunscritas “às instituições em que o processo transexualizador⁴ é efetivado, precisam e podem ser feitas em quaisquer das políticas sociais e dos espaços sócio-ocupacionais nos quais o Serviço Social atua, desde que haja compromisso ético-político em desenvolvê-las”.

Dentre os depoimentos nos quais afirma-se a repercussão da resolução no cotidiano de trabalho, destacamos os seguintes:

Dessa forma, conseguimos realizar um atendimento mais igualitário, deixando o usuário mais à vontade. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

O respeito à escolha do usuário e a aceitação da escolha por parte dos funcionários. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

⁴ “No Brasil, a exemplo de muitos outros países, desde 2008, o Ministério da Saúde, pressionado pelo movimento de transexuais e de seus/suas apoiadores/as, regulamentou o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Este é um conjunto de procedimentos assistenciais dirigidos a quem precisa modificar seu corpo, para atingir determinadas características do gênero que afirma como o seu” (CFESS, 2016b, p. 10).

Repercute, a partir de então, como norma legal a ser seguida e defendida no cotidiano profissional, somando-se ao entendimento sobre o direito do outro de ser respeitado em sua orientação/expressão/identidade sexual. (Depoimento de sujeito da pesquisa).

Notamos, nestas respostas, referências a princípios do nosso *Código de ética*, sobretudo no que se refere ao debate em torno da liberdade e da autonomia dos sujeitos. Compreendemos que

[...] a concepção de liberdade que o Código incorpora remete expressamente a indivíduos sociais e, com isto, alteram-se estruturalmente as condições concretas do exercício da liberdade: os outros não são limites para a liberdade de cada um, mas a própria possibilidade dela [...]. Por isso, a liberdade que é, para o Código, 'valor ético central', exige o 'respeito à diversidade' e a 'discussão das diferenças' [...]. (NETTO, 2013, p. 25).

A concepção de liberdade como valor ético central para o Serviço Social brasileiro articula-se, portanto, à defesa da diversidade humana. Assim, é primordial que assistentes sociais respeitem escolhas e vivências dos sujeitos na vida social, abarcando suas múltiplas dimensões; dentre elas, a orientação sexual e a identidade de gênero.

Conclusão

Diante das ações do CFESS no campo da ética e dos direitos humanos, percebemos como este conselho se faz atuante no debate dessas temáticas, bem como o modo com que essas ações ganham materialidade no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Desta forma, essa pesquisa evidenciou que uma parte considerável das entrevistadas conseguiu perceber, no seu exercício profissional, a repercussão das ações do CFESS, seja por meio dos *Parâmetros de atuação na Saúde*, do *Código de ética*, do projeto *Ética em movimento*, ou das campanhas e resoluções.

Isso se revela em dados da pesquisa acerca da capacitação profissional, nos quais verificamos que um número significativo das profissionais tem investido em sua qualificação profissional, realizando cursos de especialização e de mestrado, além de participar em eventos e espaços coletivos de discussão. Isso expressa o compromisso com o aprimoramento intelectual e a qualidade dos serviços prestados. Neste sentido, foi possível identificar que a maioria conhece documentos e iniciativas do CFESS e como estes vêm repercutindo no cotidiano de trabalho.

Enfim, ratificamos que as ações do CFESS no campo da ética e dos direitos humanos se fazem presentes no trabalho dos assistentes sociais da área da Saúde em Mossoró (RN) e ganham materialidade no cotidiano profissional. Assim, compreendemos como essas ações desenvolvidas pelo

CFESS reforçam a direção social do projeto ético-político profissional, uma vez que contribuem para a desconstrução de preconceitos e para a luta por direitos humanos, que extrapola o âmbito profissional e exige a articulação com outros sujeitos coletivos comprometidos com o projeto de emancipação humana.

Referências

ALMEIDA, G. O trabalho profissional do Serviço Social e o cotidiano de pessoas transgêneros: discutindo algumas interseções. *Inscrita*, Brasília, n. 14, 2013.

ALMEIDA, M. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: CRESS-RJ. *Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais*. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

BARROCO, L. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 106, 2011.

CFESS. Avanços e luta pelos direitos humanos. *Inscrita*, Brasília, n. 8, 2002.

_____. Relatório final da gestão 1999/2002. Brasília, 2002.

_____. *Resolução 493*. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2006.

_____. *CFESS Manifesta*. O amor fala todas as línguas – Assistente social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual. Brasília, 2007.

_____. *Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na saúde*. Brasília, 2010.

_____. *CFESS Manifesta edição especial: em defesa do Estado laico!* Brasília, 2016a.

_____. *Transfobia – Série assistente social no combate ao preconceito*. Caderno 4. Brasília, 2016b.

GUERRA, Y. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 91, set. 2007.

HELLER, A. Sobre os preconceitos In: _____. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MATOS, M. C. *Serviço Social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2013.

MATOS, M. C. de; MESQUITA, M. “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito” – Reflexões sobre a campanha do Conjunto CFESS/Cress. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, 2011.

MESQUITA, M.; RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. M. Contribuição à crítica do preconceito no debate do Serviço Social In: MUSTAFÁ, A. M. (Org.). *Presença*

ética. Vol. 1. Anuário filosófico-social do Gepe-UFPE. Recife: Unipress Gráfica e Editora do NE, 2001.

NETTO, J. P. Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas). In: CRESS-RJ. *Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais*. Rio de Janeiro: Cress, 2013.

RAMOS, S. R. Considerações sobre fundamentos éticos do Serviço Social brasileiro: o significado teórico-político da liberdade, democracia, cidadania e direitos humanos na perspectiva de uma nova sociabilidade. *Temporalis*, Brasília, v. 11, 2006.

RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. M. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: OLIVEIRA E SILVA, M. L. de. (Org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

DOI: 10.12957/rep.2018.39432

Recebido em 08 de fevereiro de 2018.

Aprovado para publicação em 24 de abril de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

O protagonismo da juventude estudantil alemã no Maio de 68

The leading role of German students in the events of May 1968

Sandra Oliveira Teixeira*

Resumo – Com o 50º aniversário do chamado *Maio de 68*, este ensaio tem por objetivo sistematizar algumas características acerca da emergência e dinâmica do movimento estudantil nos anos 1960 na Berlim Ocidental, cidade palco central da Guerra Fria. Após discorrer sobre o contexto histórico de politização pela esquerda do movimento estudantil alemão e a dinâmica das manifestações estudantis, destacamos duas conclusões: 1) insurreições estudantis se opunham tanto à sociabilidade capitalista num tempo de expansão do capitalismo, à guerra norte-americana no Vietnã, como também ao silêncio diante do passado nazista, ao autoritarismo e à universidade não democrática; 2) a ausência de vínculo orgânico entre movimento estudantil e classe operária é em grande medida determinada pela adesão do movimento operário ao reformismo social-democrata alemão e ao passado nazista, que também contribui para dizimar lideranças comunistas e socialistas.

Palavras-chave: Maio 68; movimento estudantil; movimentos políticos; Berlim.

Abstract – With the 50th anniversary of the events of May 1968, this essay aims to systematize some characteristics of the emergence and dynamics of the student movement in the 1960s in West Berlin, the central stage of the Cold War. After discussing the historical context of politicization by the left of the German student movement and the dynamics of student demonstrations, we highlight two conclusions. First, that student insurrections were opposed both to capitalist sociability in a time of expansion of capitalism and the American war in Vietnam, and also to the silence in face of Germany's Nazi past, authoritarianism, and undemocratic universities. Second, the absence of an organic link between the student movement and the working class was largely determined by the adherence of the workers' movement to German Social-Democratic reformism and the Nazi past, which also contributed to decimate communist and socialist leaderships.

Keywords: May 1968; student movement; political movements; Berlin.

.....
* Doutora co-tutela em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Ciência Política pela Universidade Paris VIII (2012). Professora no Departamento de Serviço Social da UnB e pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho – GESST. Atualmente realiza pós-doutorado no Centro Marc Bloch Berlin (CMB). Bolsista do CNPq - Brasil. *Correspondência:* Departamento de Serviço Social – UnB Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, sala B1 519, Brasília-DF. CEP: 70910-900 Email: <sandrateixeira@unb.br>.

Introdução

No ano de 2018, foi comemorado o 50º aniversário do chamado *Maio de 68*. É preciso lembrá-lo, menos pelo sentimento nostálgico e mais pela possibilidade de se inspirar em resistências e lições históricas, em seus acertos e erros, para fortalecer e reinventar as lutas contra a exploração da força de trabalho e contra as diversas formas de opressão na sociabilidade burguesa. Com esse espírito, este ensaio tem por objetivo sistematizar algumas características do movimento estudantil nos anos 1960 em Berlim Ocidental, país palco central da Guerra Fria. Trata-se de uma primeira aproximação ao tema e, desse modo, certamente apresentará algumas lacunas sobre esse tempo histórico.

A onda *Maio de 68* manifestou-se para além da temporalidade de maio e do ano de 1968, bem como das fronteiras de Paris (França). No mundo, os anos 1960 foram palco do enredo concreto da Guerra Fria, de ciclos de ascensão e de curtos lapsos de depressão do capitalismo, bem como de uma diversidade de ondas de protestos contrários às estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas. Estas ondas de manifestações, constituídas de diferentes ingredientes, sacudiram diferentes partes do mundo: Estados Unidos, Senegal, França, México, Alemanha, Argélia, Brasil, Argentina, Japão, Itália, Holanda, Espanha e China, entre outros (DREYFUS-ARMAND, 2008).

Diferentemente da experiência vivenciada na América Latina, na qual a participação de estudantes na vida política não era um fenômeno novo, a explosão de *Maio* “consagrara definitivamente a militância política como um dos aspectos mais importantes dos movimentos estudantis modernos” nos países capitalistas centrais, considerando a politização de movimentos estudantis na França, Itália, Alemanha e Estados Unidos (MARINI, 2016).

No caso dos movimentos estudantis latino-americanos, a novidade foi o surgimento de novas características que os aproximam de elementos que marcaram movimentos dos países capitalistas centrais, mas que se expressaram segundo as particularidades em cada país latino-americano. Do conjunto dessas características, Marini (2016, p. 140) destaca dois pontos:

a crescente mobilização das massas estudantis, rompendo com a ação das minorias vanguardistas de antigamente e também uma definição ideológica mais nítida que, em vez de fundar a ação sobre os problemas sociais em geral, traduzidos em palavras de ordem abstratas e estranhas à consciência estudantil, dá lugar à militância fundada sobre uma consciência revolucionária do papel dos estudantes na luta de classes.

Como bem analisou Marini (2016), a politização do movimento estudantil na Alemanha foi vivenciada nos anos 1960. Em território alemão, a partir de 1965, emergiu uma onda de movimentos de estudantes na Re-

pública Federal da Alemanha (RFA), especialmente na Universidade Livre de Berlim, sob influência de revoluções e lutas armadas que ocorriam em Cuba, Congo e Vietnã (DUBOIS, 1998), bem como de ideias marxistas (Karl Marx, Che Guevara, Herbert Marcuse). Em síntese, as insurreições giravam em torno de oposições à guerra americana no Vietnã, à ditadura do xá iraniano, ao monopólio da imprensa Springer, às estruturas autoritárias, à ordem estabelecida, à ordem industrial e suas consequências na sociedade, à reforma universitária, à coalizão governamental, à legislação de estado de emergência (*Notstandsgesetze*) e ao não enfrentamento do passado nazista pela sociedade alemã. Tais insurreições também se moviam em prol da solidariedade ao chamado “Terceiro Mundo”.

Tendo isso em vista, este ensaio está organizado em duas seções, para além da introdução e considerações finais. A primeira parte sistematiza brevemente o contexto histórico de eclosão de manifestações estudantis nos anos 1960 na Alemanha Ocidental. Em seguida, apresenta-se a dinâmica das manifestações estudantis nesta época em Berlim Ocidental, cidade palco central da Guerra Fria.

Solo histórico da vaga de manifestações na Alemanha Ocidental

Para apreender as particularidades do *Maio de 68* na Alemanha, é preciso situá-lo no contexto político-econômico-cultural alemão ocidental. Neste solo histórico, é possível aproximar-se de algumas razões que explicam a explosão de manifestações estudantis na RFA em 1965.

Até meados dos anos 1960, a Alemanha Ocidental, território dividido em zonas de ocupação pelos Aliados (Estados Unidos, França e Reino Unido) e pela construção do Muro em Berlim (1961), sob governo do chanceler federal Konrad Adenauer e posteriormente de Ludwig Erhard¹, vinculados à União Democrata Cristã (CDU), ainda vivia efeitos do “milagre econômico” (*Wirtschaftswunder*) fundado na ideia de economia social de mercado, um projeto inspirado no ordoliberalismo. O sucesso deste “milagre econômico”, como analisou Hagemann (2000), contribuiu para o domínio do governo de centro-direita na cena política dos anos da Guerra Fria.

Ao mesmo tempo, o regime democrático parlamentar, formado pela coalizão CDU e Partido Liberal Democrata (FDP) no período 1961-1966 e, posteriormente, pelo CDU e Partido Social Democrata Alemão (SPD) após 1966, foi marcado pela quase inexistência de uma oposição parlamentar. Além disso, a direção do governo se guiou pela convocação de esforços coletivos para a reconstrução da sociedade alemã num contexto

¹ Ludwig Erhard foi nomeado pela CDU como chanceler federal em 1963, após renúncia de Konrad Adenauer, primeiro chanceler alemão do pós-Segunda Guerra Mundial. Ludwig Erhard integrou os quatro governos do chanceler Adenauer (1949-1963) e foi uma figura-chave, como ministro da Economia, na implementação do Plano Marshall de reconstrução da Alemanha e do chamado “milagre econômico” (DW, 2012).

de despolitização do passado nazista e do processo da Guerra Fria (BOROWSKY, 2005).

Nesse tempo histórico, o governo foi complacente com o histórico nazista quando permitiu que integrantes deste extinto regime ocupassem cargos na política da Alemanha Ocidental. Um exemplo foi Hans Globke, que se tornou um dos conselheiros do governo Adenauer e, anos antes, em 1936, teceu comentários sobre as Leis Raciais de Nuremberg, base jurídico-legal para o Holocausto (HAUG, 1999; DW, 2016).

O “milagre econômico” do pós-Segunda Guerra Mundial, em 1966, foi tensionado por um enfraquecimento do crescimento econômico. A tímida queda do crescimento econômico, no início dos anos 1960, foi mais um dos ingredientes que provocaram pelo menos três efeitos: a formação da grande coalizão CDU e SPD; a formação da Oposição Extra-parlamentar (APO – *Außerparlamentarische Opposition*) e a revitalização de tendências neonazistas, quando teve sucesso temporário o partido ultra-direitista chamado Partido Nacional Democrático (NPD) (BOROWSKY, 1998).

Essa crise foi amortecida por um programa governamental de estabilidade e crescimento, baseado na diretriz de “direção global” (*Globalsteuerung*). Tal programa foi forjado entre concepções ordoliberais, em matéria de estabilidade monetária e regras de concorrência, e perspectivas keynesianas, como um conjunto de medidas reunidas sob o lema “estabilidade e crescimento”.

O programa governamental consistia em medidas anticíclicas, denominadas por “quadrilátero mágico” (*magische Viereck*): estabilidade de preços, alto índice de emprego, equilíbrio do comércio exterior e crescimento econômico. Dessa forma, este programa estava previsto em lei publicada em maio de 1967, intitulada *Lei sobre promoção da estabilidade e do crescimento na economia* (*Gesetz zur Förderung der Stabilität und des Wachstums in der Wirtschaft*).

Contornados os sinais de enfraquecimento da economia de 1966, com o novo programa governamental, o período de 1967 a 1970 foi uma das fases com maiores aumentos de salários na história da Alemanha Ocidental (BOROWSKY, 1998). No período de 1967 a 1977, desenvolveu-se a “*Konzertierte Aktion*”, um acordo entre Estado, associações empresariais e sindicatos

dirigida para conseguir uma certa estabilidade dos preços e da distribuição do rendimentos, com a inclusão de limitações às demandas salariais por parte dos sindicatos e de uma constante atenção dirigida ao crescimento econômico. As partes se encontravam e trocavam informações sobre os processos macroeconômicos, despolitizando o confronto e neutralizando as divergências de interesse. (VATTA, 1998, p. 163).

Cabe destacar que o ingresso do SPD na grande coalizão junto com a CDU, que desde 1959 afastou-se oficialmente de ideias marxistas,

contribuiu para ideias keynesianas no governo (HAGEMANN, 2000). Houve, desde o fim dos anos 1950, uma inflexão histórica no campo da social-democracia alemã. O SPD deslocou-se do projeto socialista e aderiu ao projeto de recomposição da hegemonia burguesa, que teve por base a fusão entre ordoliberalismo e keynesianismo. De um partido classista dos trabalhadores (*Arbeitspartei*), o SPD transformou-se em um “partido popular” (*Volkspartei*) (MAZIÈRES-VAYSSE, 2010), quando cerca de 80% da população economicamente ativa encontrava-se empregada (ABENDROTH, 1965). Esse deslocamento levou inevitavelmente à saída de segmentos marxistas e anti-autoritários do SPD. Entretanto, os radicais socialistas que foram expulsos somente exerceram influência por meio da organização estudantil nas universidades, como será apresentado mais à frente (ABENDROTH, 1965).

A RFA, então sob o governo de uma grande coalizão, se caracterizava pela quase inexistência de uma oposição parlamentar. Diante deste fato peculiar, em 1966, foi criada a Oposição Extraparlamentar (APO – *Außerparlamentarische Opposition*), um dos passos dentro de um movimento mais ampliado da geração mais jovem, especialmente estudantes. A direção da APO foi conduzida pela Federação Socialista dos Estudantes Alemães (SDS – *Sozialistischen Deutschen Studentenbundes*).

Sobre a origem da APO, é preciso considerar três elementos. Primeiro, sua história tem relação com o movimento antinuclear em 1958, quando o governo alemão discutia e deliberava sobre o uso de armas atômicas pelas Forças Armadas alemãs em plena Guerra Fria. Este movimento levou às ruas cristãos, pacifistas e socialistas em protestos contra essa proposta de armas atômicas. A Marcha de Páscoa (*Ostermarsch*), um movimento contra o armamento nuclear, em sua primeira saída às ruas, em 1960, com o lema “Luta contra a morte atômica”, mobilizou cerca de 1000 manifestantes (BOROWSKY, 1998; HAUG, 2008).

O movimento antinuclear lançou a revista *Das Argument* no ano de 1959, considerada a primeira revista de esquerda da Alemanha Ocidental. Essa revista abordou vários temas, tais como teorias do fascismo, Terceiro Mundo, sexualidade e meios de comunicação, os quais também compuseram lutas de estudantes na década seguinte. A tiragem da revista, que existe ainda hoje, saltou de 700 exemplares, em 1959, para 25 mil em 1969 (HAUG, 2008).

O segundo aspecto remete-se à ruptura entre a SDS e o SPD no início dos anos 1960. Após o SPD ter abandonado a referência de luta de classes no seio do programa adotado no Congresso de Bad Godesberg, em 1959, a SDS foi excluída do partido e se tornou uma ex-organização dos estudantes do SPD (DUBOIS, 1998).

Quanto ao terceiro elemento, que se refere à quase inexistência sistemática de laços entre movimento estudantil e movimento de trabalhadores, é preciso considerar a difícil situação do movimento de trabalhadores na Alemanha no pós-Segunda Guerra Mundial, como nos lembra

Abendroth (1965). Essa situação foi penosa em razão de vários elementos: apenas parte de lideranças militantes de trabalhadores sobreviveu às prisões e aos campos de concentração do período nazista, dentre os quais a maioria se encontrava desgastada fisicamente pelos anos de sofrimento; o retorno de militantes ao território alemão ocorria gradualmente e, caso optassem pela atuação política, esta deveria ser consoante as intenções políticas das distintas potências de ocupação; na zona de ocupação soviética, em 1964, a fusão entre o SPD e o Partido Comunista da Alemanha (KPD) no Partido Socialista Unificado (SED) foi considerada, por trabalhadores de outras zonas, como absorção do SPD em um KPD controlado pela União Soviética, o que fortaleceu a orientação política do SPD, na Alemanha Ocidental, de endurecer a ação contra comunistas; houve um crescimento de desgosto pela União Soviética e, com isso, contra comunistas, em razão de comportamentos do Exército Vermelho na Alemanha e da expulsão de alemães de Aliados da União Soviética (Polônia e Tchecoslováquia); a perda de influência do KPD e sua proibição, em 1956, na RFA. Na época, segundo matéria do DW (2011), o KPD foi acusado de manter relações com Moscou e Berlim Oriental, o que, em tempos de Guerra Fria, para o governo alemão ocidental era uma ameaça à democracia².

Esse solo histórico estimulou a participação do movimento estudantil alemão na vida política. Apesar disso, diferentemente do que ocorreu na França³, na RFA, a onda contestatória estudantil não foi marcada pela relação de apoio recíproco entre o movimento estudantil e o movimento operário (LANGGUTH, 2013).

Movimento estudantil nos anos 1960 em Berlim

De modo geral, a fermentação política das revoltas estudantis envolveu o movimento antinuclear, a reivindicação por reforma democrática da universidade e a necessidade de processo de “desnazistificação”, azeitada por aproximações às tendências marxistas, anti-imperialistas e anticoloniais. Até a sua dissolução em março de 1970, a SDS, como afirma Juchler (2017), foi fundamental para mobilizar estudantes.

A SDS foi um grupo heterogêneo e composto por diferentes correntes ideológicas e políticas que rivalizavam entre si, mas que tinham bandeiras de luta em comum e contra a sociedade capitalista, a universidade burguesa, o autoritarismo no cotidiano da sociedade e a guerra norte-americana no

² Outro exemplo refere-se ao impedimento de entrada de Ernest Mandel em território alemão após maio de 1968, considerando as limitações de direitos individuais adotados na RFA contra militantes da extrema esquerda, o que não o impediu de ofertar curso na Universidade Livre de Berlim no período de 1970-1971 (TOUSSAINT, 2014).

³ Ver entrevista de Daniel Bensaïd (2008) concedida a Mione Sales, que, ao abordar os 40 anos do *Maio de 68* na França, aponta aspectos das relações de reciprocidade e tensão entre movimento estudantil e de operários no contexto de lutas em Paris.

Vietnã. De modo geral, havia as seguintes tendências: maoísta, trotskista, marxista ortodoxa e “nova esquerda”, que aglutinou os grupos inspirados em Hebert Marcuse, “guevarismo” e solidariedade aos povos do “Terceiro Mundo” (MÜNSTER, 2008).

Uma das bases teóricas da crítica dirigida à sociedade por grupos de estudantes passou pela redescoberta do marxismo, ligado aos elementos da psicologia de Freud. Essa conexão foi criada por Herbert Marcuse, uma das influências do movimento dos estudantes. O livro intitulado *Homem unidimensional*, publicado em alemão em 1967, criticava a “sociedade afluyente” e o terror de consumo (BOROWSKY, 1998). Hebert Marcuse⁴ foi um dos filósofos descendentes de Marx que marcou a vida político-cultural dos anos 1960, especialmente na Alemanha. Juntamente com Marx e Mao, tornou-se o trio MMM, que inspirou protestos (KONDER, 2010).

A seguir, serão apresentadas algumas manifestações realizadas em Berlim Ocidental durante os anos 1960. De modo geral, convém destacar que, mesmo antes do enfraquecimento da economia em 1966, brevemente apresentado no tópico anterior, ocorriam reuniões nas universidades e manifestações na rua, questionando o autoritarismo, o consumismo, a estrutura universitária e a ordem societária burguesa. Isso demonstra que, mesmo em tempos de “milagre econômico” na Alemanha, a sociedade burguesa era alvo de críticas e protestos estudantis.

As ações mais intensas da SDS começaram nas faculdades. Sob a bandeira de “democratização da universidade”, a SDS e a Associação de Estudantes Alemães (VDS – *Verband Deutscher Studentenschaften*) reivindicavam: a supressão da antiga forma de autogestão acadêmica, centrada no poder decisório de docentes permanentes, e a adoção de paridade entre professores, assistentes e estudantes em instâncias deliberativas das faculdades; o direito de representantes de estudantes envolverem-se em temas amplos da política e não apenas com assuntos sobre a universidade; a reforma geral das disciplinas e regras de avaliação (BOROWSKY, 1998, 2005).

Para mobilizar o público em seu favor, grupos estudantis alemães inspiraram-se em formas de manifestações tais como *go in*; *sit in*⁵; *teach in*⁶, adotadas por estudantes nos EUA nos anos 1960. A eclosão dessas manifestações nos EUA ocorreu quando estudantes negros, vítimas de segregação, lideraram “revoltas do *campus*” em 1960 em Greensboro, na Carolina do Norte (DREYFUS-ARMAND, 2008). Em Berlim, ocupavam tanto seminários e reuniões de instâncias deliberativas na universidade e transformavam estes espaços em reuniões de protesto, como também instalavam-se em locais

⁴ Trata-se de um autor polêmico que, apesar das divergências que possam existir, teve inegável contribuição para o pensamento crítico contemporâneo.

⁵ Consiste na ação pacífica de sentar-se em massa em via pública para desafiar a opinião (DREYFUS-ARMAND, 2008).

⁶ Consistem em atividades universitárias e extrauniversitárias organizadas pelos estudantes, tais como debates (DUBOIS, 1998).

fora das faculdades, a exemplo de bloqueio em ruas, como ocorreu em setembro de 1967, devido à condenação do ativista Fritz Teufel.

Desde 1965, as revoltas dos estudantes exigiam não apenas reforma da universidade, como também transformação da sociedade. Por exemplo, no ano de 1965, uma manifestação em forma de revolta social foi desencadeada pela visita recebida pelo governo alemão de Moïse Kapenda Tshombé, político do Congo e assassino de Patrice Lumumba, o primeiro-ministro da República Democrática do Congo independente (HAUG, 2008).

Essa geração, grosso modo, questionava o não enfrentamento do passado nazista e o foco direcionado exclusivamente para a recuperação da Alemanha no pós-Segunda Guerra Mundial. A APO criticava que o resultado dessa ignorância quanto ao passado foi um componente que contribuiu para sedimentar uma sociedade consumista, complacente, dominada por interesses do capital e de seus colaboradores, como a mídia. Questionava também a implementação incompleta das normas democráticas segundo a Constituição alemã e cobravam uma democratização de todas as áreas da sociedade (BOROWSKY, 1998, 2005).

Sob liderança da APO, outro questionamento se deu acerca da legislação sobre estado de emergência (*Notstandsgesetze*), proposta pela coalizão governamental CDU e SPD. Apesar da aliança de interesses entre estudantes e sindicatos contra a lei de emergência, as manifestações não foram realizadas conjuntamente. A própria direção da Confederação Alemã de Sindicatos (DGB – *Der Deutsche Gewerkschaftsbund*), em que pese a discordância com essa legislação, não deflagrou greve geral.

Favoráveis à transformação da sociedade, conduziram várias manifestações pela Alemanha, especialmente em Berlim Ocidental, com cunho anti-imperialista e anticolonial. O ano de 1966 teve as primeiras grandes manifestações em Berlim. Na primavera deste ano, sob o chamado da SDS, manifestantes protestaram contra a guerra do Vietnã e acusaram o governo alemão de cumplicidade.

Em junho de 1967, um dos protestos foi contra a visita do xá iranian, aliado dos EUA. Nessa manifestação, a escalada da repressão policial resultou no assassinato do estudante Benno Ohnesorg, o que foi combustível para radicalização do movimento estudantil.

A criação do projeto de Universidade Crítica em Berlim, em 1967, constituiu-se em espaço de liberdade e discussão e, com isso, um ponto de referência da oposição europeia à guerra norte-americana no Vietnã (DREYFUS-ARMAND, 2008). A Universidade Crítica lembrava que a legitimidade do conhecimento não residia em si mesmo, mas em suas funções sociais, e que o próprio trabalho científico era inconcebível se desvinculado da reflexão sobre as condições políticas deste trabalho e sem uma perspectiva crítica da condição da universidade na sociedade (BENSAÏD, 2009).

Em Berlim Ocidental, capital de efervescência política, nos dias 17 e 18 de fevereiro de 1968, a SDS realizou o Congresso Internacional

sobre o Vietnã na Universidade Técnica de Berlim. Este congresso atraiu cerca de 5 mil estudantes e ativistas de dezenas de países, como Dale Smith, representante negro do Comitê de Coordenação Estudantil Não Violento (SNCC) nos EUA, e estudantes franceses, que posteriormente adotariam alguns dos métodos de manifestações em Paris, inspirados pela onda de protestos em Berlim Ocidental. Convém ressaltar que esse encontro, no qual estudantes apresentaram identidade revolucionária (JUCHLER, 2017), foi realizado na cidade palco da Guerra Fria mundial.

No segundo dia do evento, ocorreu uma manifestação na *Kurfürstendamm*, que reuniu cerca de 15 mil pessoas, especialmente jovens, que empunhavam bandeiras vermelhas, cartazes com rosto de Rosa Luxemburgo, Ho Chi Minh e Che Guevara, entre outros revolucionários (ALI, 1988), temperadas por frases que portavam bom-humor: “Nós somos uma minoria radical” (BENSAÏD, 2004). Esse protesto, planejado para seguir até o setor de ocupação americana, havia sido proibido pela administração social-democrata Schultz-Neubauer, sob a justificativa de ameaça à ordem pública e declaração de que a polícia “limparia as ruas com uma vassoura de aço”. A social-democracia adotou, como solução para a “defesa da liberdade e da democracia”, a evocação da repressão policial, expressa, por exemplo, na seguinte declaração de um chefe da polícia: “os atingiria tão duramente que eles iriam correr todo o caminho até Moscou” (ALI, 1988).

Menos de dois meses após o congresso, em abril de 1968, foi realizada mais uma manifestação em Berlim. Rudi Dutschke foi vítima de um atentado neste protesto, após forte campanha do grupo Springer, que o acusara de inimigo número 1 da ordem pública. O seu algoz alegou que o atentado contra uma das lideranças da SDS foi motivado por notícias veiculadas pela mídia impressa do grupo Springer (BOROWSKY, 1998). Rudi Dutschke, após recuperar-se do estado grave em decorrência de um tiro na cabeça, “exilou-se” na Grã-Bretanha, de onde foi expulso, e depois na Dinamarca⁷. A SDS convocou protestos em toda a Alemanha, além de ter informado a várias lideranças estudantis no exterior sobre o atentado.

Tendo em vista a campanha de difamação contra estudantes e a esquerda em geral, bem como o falseamento no relato dos protestos estudantis, promovidos pelo grupo Springer, que editava jornais e revistas no campo conservador e de ampla circulação, manifestações estudantis intensificaram suas críticas e ações em oposição a esse forte grupo de mídia impressa, incluindo a reivindicação de desapropriação do grupo Springer.

A partir do atentado contra Rudi Dutschke, protestos nas ruas foram ampliados por milhares de estudantes, com destaque para o *Maio de 68*, quando o parlamento entrou na fase final de decisão sobre a lei de emergência (*Notstandsgesetze*). Um dos objetivos da política da APO consistia

⁷ Rudi faleceu em 1979, em decorrência de sequelas do grave atentado sofrido em 1968. Ele aderiu à SDS em 1965, após sair da República Democrática Alemã (RDA/Alemanha Oriental), antes da construção do Muro de Berlim, e se tornou um dos principais líderes desta organização estudantil socialista alemã.

na abolição dessa proposta de lei de emergência, o que foi apoiado por alguns membros de sindicatos, luteranos, intelectuais, docentes. Entretanto, os sindicatos alemães não aceitaram as demandas da APO para entrar em greve e fortalecer o movimento (BOROWSKY, 1998).

Como a história mostrou, a existência de condições revolucionárias não significa a chegada de uma revolução. A partir de 1968, especialmente após a dissolução da SDS em 1970, várias tendências do movimento estudantil se fragmentavam em pequenos grupos: maoístas, trotskistas, leninistas, grupos cívicos, feministas (BOROWSKY, 1998). Uma parcela de estudantes optou pela violência radical, ainda que sem vínculo orgânico com as massas e capacidade para organizá-las, num contexto no qual o movimento operário estava rendido ao reformismo social-democrata. Essa alternativa de ação por um projeto revolucionário teve, como uma das organizações mais conhecidas, a Fração do Exército Vermelho da Alemanha, também denominada por Grupo Baader-Meinhof.

Outros desdobramentos desse período de politização do movimento estudantil foram: o envolvimento de militantes em projetos partidários de cunho reformista, como a criação do Partido Verde e composição de tendências mais à esquerda no âmbito do SPD; o debate da política para além dos espaços do partido político e o ingresso em carreiras do Estado (BOROWSKY, 1998). Diante das lutas dos estudantes e, em menor medida, de trabalhadores, em maio de 1968 foi realizada a reconstituição do Partido Comunista Alemão, sob a sigla DKP (*Deutsche Kommunistische Partei*), tendo em vista a extinção do KPD na RFA (KÖBELE, 2017).

Conclusão

A onda de protestos no *Maio de 68* em Berlim Ocidental, palco central da Guerra Fria, foi marcada pelas seguintes características: 1) protagonismo da juventude estudantil alemã nas mobilizações, bem como sua articulação com grupos estudantis no exterior; 2) insurreições estudantis em oposição à sociabilidade burguesa, num tempo de expansão do capitalismo e de pequenas fases de enfraquecimento econômico, oposição à guerra norte-americana no Vietnã, ao autoritarismo, à universidade não democrática e ao silêncio diante do passado nazista; 3) ausência de vínculo orgânico entre movimento estudantil e classe operária, em grande medida determinada pela adesão do movimento operário ao reformismo social-democrata alemão e ao passado nazista, que também contribuiu para dizimar lideranças comunistas e socialistas.

Referências

ABENDROTH, W. *Historia social del movimiento obrero europeo*. 1965. Disponível em: <<http://www.anticapitalistas.org/IMG/pdf/Abendroth-HistoriaSocialDelMovimientoObreroEuropeo.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

ALI, T. De Londres à Berlin. *Inprecor*, Paris, n. 267, jun. 1988. Disponível em: <<http://www.inprecor.fr/~1eb58555864376de6632bb11~/article-1968-De%20Londres%20%C3%A0%20Berlin?id=547>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BENSAÏD, D. Mai 68 – Naissance du mouvement du 22 mars. Mais l'heure a sonné... In: _____. *Une lente impatience*. Paris: Éditions Stock, 2004. Disponível em <<http://www.contretemps.eu/mai-68-naissance-mouvement-du-22-mars/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. Maio de 68: uma página na história mundial de lutas. [2008]. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 21. Entrevista concedida a Mione Apolinário Sales. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/91/84>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. Faut-il défendre l'Université? Entre contraintes marchandes et utopie académique. *Contretemps*, n. 3, nouvelle série, jul. 2009. Disponível em <<https://www.contretemps.eu/autonomie-universite-bensaid/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

BOROWSKY, P. Große Koalition und Außerparlamentarische Opposition. *Informationen zur politischen Bildung*, Bonn, n. 258, 1998.

_____. Die politische Kultur der Bundesrepublik Deutschland 1966-1983. In: _____. *Schlaglichter historischer Forschung. Studien zur deutschen Geschichte, im 19. und 20. Jahrhundert*, 2005. Disponível em: <http://hup.sub.uni-hamburg.de/volltexte/2008/9/chapter/HamburgUP_Schlaglichter_Kultur.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2018.

DREYFUS-ARMAND, G. Les années 1968, ou la jeunesse du monde. *L'Histoire*, Paris, n. 330, abr. 2008.

DUBOIS, W. 1968. *Inprecor*, Paris, n. 424, maio 1998. Disponível em: <<http://www.inprecor.fr/article-Introduction%20Allemagne-1968?id=551>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

DW. *Por que é tão difícil proibir o partido de extrema direita alemão NPD?* 16 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/por-que-%C3%A9-t%C3%A3o-dif%C3%ADcil-proibir-o-partido-de-extrema-direita-alem%C3%A3o-ncpd/a-15537275>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. 1963: Erhard torna-se chanceler federal alemão. 16 out. 2012. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/1963-erhard-torna-se-chanceler-federal-alem%C3%A3o/a-974571>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

D.W. *Chancelaria Federal permite pesquisa de passado nazista*. 30 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/chancelaria-federal-permite-pesquisa-de-passado-nazista/a-19227163>> Acesso em: 10 mar. 2018.

HAGEMANN, H. The post-1945 development of economics in Germany. In: COATS, A. W. *The development of economics in Western Europe since 1945*. London/New York: Routledge, 2000.

HAUG, W. F. 1968 na Alemanha. In: GARCIA, M. A.; VIANA, M. A. (Org.). *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/França/Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. *En el 68 se rompieron todos los diques de contención*. [2008]. Entrevista realizada a Wolfgang Fritz Haug por Gemma C. Serra. Disponível em: <<http://www.wolfgangfritzhaug.inkrit.de/documents/entrevistasobre1968.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

JUCHLER, I. *1968 in Berlin*. Berlin: be.bra verlag, 2017.

KÖBELE, P. *Os 50 anos do Partido Comunista Alemão*. 27 dez. 2017. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/18075/os-50-anos-do-partido-comunista-alemao>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

KONDER, L. *Em torno de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LANGGUTH, G. Rudi Dutschke: “Holger, a luta continua!” *DeutschWelle*, 25 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/rudi-dutschke-holger-a-luta-continua/a-16664580>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MARINI, R. M. O movimento estudantil na América Latina. *Revista Movimentos Sociais*, Goiás, n. 1, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rms/article/view/489/pdf_5>. Acesso em: 8 mar. 2018.

MAZIÈRES-VAYSSE, A. Mouvement ouvrier. In: GUINAUDEAU, I.; KUFER, A.; PREMAT, C. *Dictionnaire des relations franco-allemandes*. Bordeaux: Presses universitaires de Bordeaux, 2010.

MÜNSTER, A. Sobre o marxismo, educação e o conceito de utopia concreta. Ernst Bloch. [2008]. Entrevista concedida ao prof. Dr. Hildemar Luiz Rech. Disponível em: <<http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/entrevistas/ENTREVISTA.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

TOUSSAINT, E. *25 ans après la réunification allemande: réflexions sur Ernest Mandel, la IV internationale et la crise en Allemagne de l’Est en 1989-1990*. 2 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.europe-solidaire.org/spip.php?article33709>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

VATTA, A. O neocorporativismo na Europa: desenvolvimentos recentes e perspectivas para o futuro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 10/11, 1998.

DOI: 10.12957/rep.2018.39433

Recebido em 27 de abril de 2018.

Aprovado para publicação em 30 de julho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

História do Serviço Social – resgatando uma história de mulheres

History of Social Work – Recuperating a history of women

Rita Freitas*

Nívia Barros**

Adriana Mesquita***

Iris da Silva****

Resumo – Este texto tem como objetivo resgatar a participação feminina na constituição da história do Serviço Social, dando visibilidade aos caminhos percorridos e aos papéis desempenhados por algumas mulheres. Para isso, analisamos o caso das pioneiras da Escola de Serviço Social de Niterói, da Universidade Federal Fluminense (ESSN/UFF). O resgate de suas falas, através da história oral, foi o caminho metodologicamente traçado. Iniciamos o texto revisitando a história profissional para, em seguida, discutirmos acerca da necessidade de retirar da invisibilidade o protagonismo dessas mulheres ao construir uma profissão. Aprofundar essa dimensão aponta para a importância de pensarmos algumas questões, como a história das mulheres, o uso da dimensão do gênero e os feminismos na pesquisa acadêmica, o que compreendemos como um grande desafio que se coloca para a profissão.

Palavras-chave: história do Serviço Social; feminismo; gênero e história das mulheres.

Abstract – This text aims to recuperate the participation of women in the constitution of the history of social work, giving visibility to the paths covered and the roles played by women. In order to do this, we analyze the case of the pioneers of the Universidade Federal Fluminense's Niterói School of Social Service (ESSN/UFF). The recuperation of their speeches, through oral history, was the methodological route. We begin the text re-

*Assistente Social. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Serviço Social pela UFRJ, Pós-Doutora pelo Centro de Estudos Sociais CES-UC. *Correspondência:* UFF – Campus do Gragoatá, Bloco E, sala 418, São Domingos, Niterói – RJ. CEP: 24210-201. *Email:* <ritacsfreitas@uol.com.br>.

** Assistente Social. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Psicologia Social pela PUC-RJ. Pós-Doutora pelo Centro de Estudos Sociais CES-UC. *Correspondência:* UFF – Campus do Gragoatá, Bloco E, sala 418, São Domingos, Niterói – RJ. CEP: 24210-201. *Email:* <barros.nivia@gmail.com>.

*** Assistente Social. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Veiga de Almeida. Doutora em Políticas Públicas pela UFRJ. *Correspondência:* UFF – Campus do Gragoatá, Bloco E, sala 418, São Domingos, Niterói – RJ. CEP: 24210-201. *Email:* <adrianamesquita45@hotmail.com>.

**** Assistente Social, Graduada pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. *Correspondência:* UFF – Campus do Gragoatá, Bloco E, sala 418, São Domingos, Niterói – RJ. CEP: 24210-201. *Email:* <irissilvamendonca@hotmail.com>.

visiting the professional history and then discuss the need to remove from invisibility the protagonism of these women when building a profession. Deepening this dimension points to the importance of thinking about some issues, such as the history of women, the use of the gender dimension and feminisms in academic research, which we understand as a great challenge for the profession.

Keywords: history of social work; feminism; gender and women's history.

Introdução¹

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que emerge e se gesta entre os anos de 1930 e 1940, no contexto de aprofundamento do capitalismo monopolista brasileiro e do reconhecimento da questão social. Recentemente, comemoramos 80 anos de uma profissão legitimada e reconhecida na sociedade brasileira, que contou com a presença e atuação de muitas mulheres para que isso acontecesse. Todavia, isso parece não ter visibilidade e reconhecimento no meio profissional.

Acreditamos ser importante, quando estudamos a história do Serviço Social, aprofundar os estudos e pesquisas sobre a presença e o papel dos diferentes atores políticos que participaram ativamente da efetivação e continuidade do Serviço Social. Estamos afirmando que poucos estudos dão notoriedade aos caminhos percorridos por essas mulheres e às estratégias (políticas, econômicas, etc.) usadas, ao longo dos anos, para a institucionalização da profissão. Nesse sentido, revisitar e resgatar a trajetória histórica da profissão se torna importante diante da particularidade que o Serviço Social tem de ser uma profissão majoritariamente feminina e construída por mulheres².

Assim, temos como objetivo resgatar a participação feminina nessa história, dando visibilidade aos caminhos percorridos e papéis desempenhados por algumas mulheres. Para isso, analisamos o caso das pioneiras da Escola de Serviço Social de Niterói, da Universidade Federal Fluminense (ESSN/UFF³). Nosso argumento parte da compreensão de que a história não pode ser apenas dos “grandes acontecimentos”, dos grandes eventos, mas também dos processos cotidianos, dos espaços micros, do dia a dia dos diferentes sujeitos sociais. Afinal, como afirmou Walter Benjamin (1994) nada do que aconteceu um dia pode ser considerado perdido para a humanidade⁴.

¹ Uma versão inicial e resumida desse texto foi encaminhada para o XV Enpess, em 2016, por suas autoras.

² As reflexões apresentadas foram produzidas no âmbito do núcleo de pesquisa do qual fazemos parte, o Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referências Documentais (NPHPS/CRD), pertencente à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.

³ Essa pesquisa contou com o apoio do CNPq e foi concluída em 2012. Para seu desenvolvimento, foram ouvidas as professoras pioneiras da ESSN/UFF.

⁴ Ver, neste sentido, Chartier (1990) e Sharp (1992) que refletem acerca da história “vista de baixo”.

Dessa forma, o foco da análise está no surgimento da profissão do Serviço Social e no papel desempenhado pelas mulheres que a pratogonizaram, tendo como ponto de partida uma epistemologia feminista⁵. Tal epistemologia, além da preocupação em resgatar as mulheres como sujeitos históricos, tem como pressuposto a negação das noções de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência – pressupostos também partilhados por boa parte da literatura atual do Serviço Social. Partimos do entendimento de que a história do Serviço Social é, também, uma história de mulheres que construíram e ainda constroem essa profissão⁶.

A história oral⁷ foi a metodologia utilizada nessa pesquisa por possibilitar o resgate da fala desses sujeitos – habitualmente esquecidos na “história oficial”⁸. Uma vez que as mulheres e os homens fazem a sua história a partir de condições concretas, não podemos esquecer que estas são atravessadas pelas dimensões de gênero, raça, classe social, cultura, geração, entre outras. Dentre elas, neste texto, enfatizaremos a dimensão de gênero.

Sobre essa metodologia, uma observação é importante de ser feita. Os estudos do cotidiano ajudam no reconhecimento do caráter público do mundo privado, o que até a década de 1960 não era discutido pela historiografia. Como afirmam Freitas e Braga (2012, p. 14),

esses estudos junto com as produções intelectuais históricas – concentrada na micro-história – ressaltaram a conexão inseparável entre as esferas privada e pública. Para Costa (2003) o que realmente mudou foi a perspectiva – já não interessa mais narrar apenas os ‘grandes feitos’ dos ‘grandes homens’. Como afirma essa autora, os estudos biográficos, as histórias de vida, que se referem à diversidade das pessoas e a sua pluralidade muitas vezes esquecida, representam uma dupla mudança nas abordagens no campo da história: do homem incomum para o comum; do sujeito único para o múltiplo. Um dos maiores desafios está na constatação de que homens e mulheres comuns ou incomuns vivem experiências diversas em relação aos processos sociais.

Dessa forma, dividimos o texto em três partes. Na primeira seção, revisitamos a história profissional, dando ênfase às análises atualmente hegemônicas que estudam o momento de criação do Serviço Social. Em seguida, buscamos resgatar o papel das mulheres enquanto sujeitos nesse processo, através da pesquisa realizada sobre a história das pioneiras da

⁵ Ver: Narvaz e Koller (2006), Neves e Nogueira (2005) e, também, as reflexões de Santos (2006, 2012) acerca do ativismo na Academia como estratégia política para a construção de uma “Academia sem armários”. Nesse sentido, esta autora trabalha com a noção de uma “Sociologia Pública” e comprometida.

⁶ Para uma aproximação maior à história das mulheres, ver Perrot (1988), Scott (1992), Farge (1991) ou Soihet e Pedro (2007), entre outras.

⁷ Acerca da história oral, ver: Ferreira e Amado (1996), Alberti (2005) ou Portelli (1996).

⁸ Nesse sentido, é necessário fazer um comentário em relação à chamada “nova história”, já que esta busca ouvir várias vozes, propondo inclusive um diálogo com o marxismo. Trata-se, nas palavras de Peter Burke (1992), de uma perspectiva histórica que se interessa por toda a *atividade humana*, intentando um diálogo com outras abordagens.

ESSN/UFF. Por fim, concluímos com algumas considerações acerca dos desafios a serem enfrentados na construção da história do Serviço Social, em que as mulheres sejam reconhecidas e façam parte desse processo.

Revisitando a história profissional

Nos últimos anos, tem havido uma extensa produção bibliográfica sobre a história do Serviço Social no Brasil⁹. O livro de Iamamoto e Carvalho (1996) é fundamental para compreender o significado histórico da profissão no processo de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista brasileira e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, mediante o uso de categorias fundamentais da análise marxista. Como afirmam os autores, “a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade capitalista, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 16). Esse tipo de análise permitiu apreender as implicações políticas, históricas e sociais do exercício profissional, como também as dimensões objetivas e subjetivas que permeiam o trabalho do assistente social.

No Brasil, com o avanço do chamado Movimento de Reconceituação do Serviço Social¹⁰, a vertente crítico-dialética (NETTO, 2011), paulatinamente, consegue hegemonia na direção da categoria profissional através de um amplo movimento de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Isso marcou a aproximação cada vez maior com a teoria de Marx como forma de entender a realidade e o Serviço Social, ocasionando a construção das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996, na efetivação do novo Código de Ética Profissional de 1993 e na revisão da Lei de Regulamentação da Profissão, de 1996.

Para Iamamoto e Carvalho (1996), durante o período de surgimento do Serviço Social brasileiro, o país vivia um momento de intensa agitação política, econômica e social. O contexto era de generalização do trabalho livre, do aumento da imigração, do desenvolvimento urbano, do processo de industrialização e de organização da classe trabalhadora. O surgimento de uma classe trabalhadora mais consciente de sua situação de exploração e organizada fez com que se desse notoriedade à situação de pobreza e miséria que se vivia, ou seja, à questão social. Conforme Iamamoto e Carvalho (1996, p. 77),

⁹ Ver: Iamamoto e Carvalho (1996), Netto (2011), Backx (1994), Yazbek (2009), Oliveira e Chaves (2017) entre outros.

¹⁰ Um marco foi o chamado “Congresso da Virada”, de 1979. O Movimento de Reconceituação se inicia na América Latina na década de 1960, fazendo uma crítica ao Serviço Social tradicional e propondo uma perspectiva crítica de compreensão da realidade. No Brasil, tem início uma ditadura militar que durou 20 anos. Dessa forma, foi no final dos anos 1970 que se inicia a aproximação com a perspectiva crítica marxiana.

a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

Tais apontamentos deixam clara a efervescência e tensão social presentes no momento de emergência do Serviço Social. Isso levou a uma ação conjunta entre Estado, empresariado e Igreja, ainda que com interesses divergentes, com objetivo de formar uma aliança de cariz moralizador e disciplinador frente à sociedade e suas demandas postas. Desse modo, o Estado assumiu a regulação das tensões entre capital e trabalho através da efetivação de um conjunto de iniciativas (como a criação de leis sindicais, sociais e trabalhistas e de grandes instituições assistenciais), visando ao atendimento das necessidades sociais das classes trabalhadoras. Foi nesse movimento de controle dos conflitos sociais que ocorreu o reconhecimento da questão social e, com isso, o surgimento do Serviço Social.

Nesse contexto, os assistentes sociais trabalhariam diretamente na contradição existente na relação capital-trabalho, nas situações de pobreza e miséria postas aos trabalhadores e sua família. A atuação profissional será orientada por uma prática “de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de superação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da ‘questão social’” (YAZBECK, 2009, p. 131).

O que a literatura, de forma geral, nos mostra é que as intervenções estavam pautadas nas concepções ideopolíticas da classe dominante, em seus valores morais e sociais, no ajustamento individual às normas e no combate à ociosidade e à vadiagem como elementos constitutivos dessa formação. Todo esse cenário desencadeou a fundação da primeira escola de Serviço Social no Brasil em 1936, sediada em São Paulo, e, em 1937, no Estado do Rio de Janeiro¹¹.

Backx (1994) e Iamamoto e Carvalho (1996) concluem que a institucionalização do Serviço Social, no Brasil, foi feita de forma interligada às atividades e à doutrina social da Igreja Católica, com o respaldo do Estado brasileiro. Essa perspectiva de análise, ainda que fundamental, precisa relativizar o contexto cultural da época e as limitações de gênero existentes. Por isso, destacamos a importância de se pensar as diversas experiências, no espaço das microrrelações, no qual se desenvolve o processo de construção das identidades.

A literatura da história das mulheres tem buscado problematizar o fato de que foi nas profissões ligadas ao “cuidado” (como é o caso do Ser-

¹¹ Outras escolas surgiram nos estados de Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, entre os anos de 1940 e 1945, mediadas por suas especificidades regionais e políticas.

viço Social, enfermagem, pedagogia) que muitas mulheres conseguiram uma primeira forma de “saída”¹² de seus lares para os espaços públicos. Isso pode e deve ser pensado como estratégia política de ruptura dos papéis que lhes eram atribuídos socialmente por uma sociedade conservadora, machista, sexista, heteronormativa.

Cabe ressaltar que o sexismo e o machismo repousam na crença naturalizada de que as características biológicas justificam a diferenciação social entre homens e mulheres, resultando na subordinação da mulher e no empoderamento masculino. Desse modo, o machismo se perpetua a partir da compreensão de que os homens são naturalmente superiores às mulheres (SILVA, 2016). O conceito de gênero tem como uma de suas contribuições exatamente a desnaturalização dessas diferenças. A heteronormatividade, por sua vez, se apoia na crença de que as características heterossexuais são naturais e, por isso mesmo, marginaliza quem não se encaixa nesse padrão social; ou seja, se apoia numa perspectiva biologistica de que existem apenas duas possibilidades em relação à anatomia sexual humana: homem/mulher; macho ou fêmea (SANTOS, 2017).

No que se refere às “saídas” de seus lares por essas vias, evidencia-se que foram responsáveis por mudar a visão de mundo das mulheres e possibilitaram o trabalho no campo social¹³. Assim, um conceito com o qual optamos por trabalhar é o de “sair”, de Michelle Perrot (1991). Esse conceito faz referência às saídas aos espaços públicos que caracterizam a vida de algumas mulheres, uma ação marcada pelo “sair físico” e “sair moral”. O sair *físico* assinala o ato de viajar e conhecer lugares diferentes, entrar num bar para beber e conversar, estar nas ruas e praças públicas etc. Ou seja, realizar atividades e frequentar lugares até então proibidos às mulheres.

O sair *moral* pode ser compreendido como “a fuga dos papéis de gênero”¹⁴, fuga que ressignifica os espaços antes reservados às mulheres e estabelece novas formas de socialização dos seres humanos. Segundo Lole, Almeida e Freitas (2017, p. 3), “um dos legados dos estudos de gênero é a imbricação entre conhecimento e luta política, expressando uma estreita articulação entre os estudos de gênero e o movimento feminista, importante para a visibilidade teórica e prática das mulheres dentro e fora da academia”. Dessa forma, como afirma Perrot (1991, p. 522),

Mais que uma viagem de consumo cultural, interessa-nos aqui a viagem-ação, aquela que através da qual as mulheres tentam uma verdadeira ‘saída’ para fora de seus espaços e de seus papéis. Para essa transgressão é preciso uma vontade de fuga, um sofrimento, a recusa de um futuro insuportável, uma convicção, um espírito de descoberta ou de missão.

¹² Ver: Perrot (1991).

¹³ Ver, nesse sentido, Mott (2003), Pereira (2015), Perrot (1991) e Silva (2016).

¹⁴ As reflexões acerca das relações de gênero nos ajudam a entender como essas ações e atitudes são naturalizadas, justificando espaços femininos e masculinos. Ver: Scott (1990) ou Butler (2003), entre outras.

Ou seja, é no ato do “sair” aos espaços públicos, de frequentar outros territórios, de acessar novas culturas que as mulheres são impactadas e iniciam uma nova jornada de rupturas e transgressões à ordem vigente. Neste ponto de vista, trabalhar na perspectiva de uma história das mulheres pode trazer novos elementos.

Como vimos, o surgimento do Serviço Social se deu num cenário de extrema movimentação nas áreas social, política e econômica do país, contexto esse já bem debatido na categoria. Mas, para além dos movimentos da classe trabalhadora e das questões da esfera produtiva, movimentos diversos começaram a aparecer. Como exemplo disso, temos as várias movimentações feministas, no Brasil e no mundo, que vive, neste momento, sua Primeira Onda¹⁵.

No Brasil, ainda no século XIX, podemos perceber a existência de movimentações feministas, como demonstra a produção de Nísia Floresta, considerada uma das primeiras feministas brasileiras (BANDEIRA; MELO, 2010). Não se tratava exatamente da criação de um movimento feminista, mas era a manifestação das insatisfações femininas, constituindo-se, inclusive, uma imprensa, cujo primeiro periódico, *O Jornal das Senhoras*, data de 1852. Ainda no século XIX apareceram mulheres que lutaram pelo direito ao voto, mas de forma individual, tendo sido fundado, em 1910, o Partido Republicano Feminino.

Não podemos esquecer que a primeira fase do feminismo foi marcada pela luta das mulheres pelo direito ao voto, sendo Bertha Lutz uma das líderes desse movimento no país. Para Celi Pinto (2003, p. 26), o feminismo de Bertha representava “um feminismo ‘bem comportado’ na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais”.

Contudo, ao falar sobre o feminismo de Bertha Lutz, Rachel Soihet (2000, p. 98) relativiza essa interpretação recorrendo a Michel de Certeau, para lembrar que é “necessário desvendar as sutilezas engendradas criativamente pelos dominados, com vistas a reagir a opressão que sobre eles incide”. Ou seja, enquanto algumas mulheres lançavam mão de táticas que lhes permitiam reempregar os signos da dominação, marcando uma resistência, outras já se rebelavam abertamente. Uma referência, neste sentido, foi a anarquista Maria Lacerda de Moura, para quem a luta pelo voto iria beneficiar poucas mulheres. Contudo, é importante demarcar que não se deve fazer um juízo de valor acerca dessas lutas e entender que estas se constroem no devir histórico, dentro de um campo de possibilidades (VELHO, 1994).

Isso levou os movimentos feministas e de mulheres a terem destaque, possibilitando a inserção, cada vez maior, de mulheres na cena

¹⁵ Ver: Bandeira e Melo (2010) e Pinto (2003), por exemplo.

pública e política brasileira. Basta pensar na primeira-dama Darcy Vargas¹⁶, bem como na sua filha, Alzira Vargas. Ambas, mesmo não podendo ser caracterizadas como feministas, foram figuras atuantes na política e na preocupação com uma formação técnica, já que se ampliavam as obras assistenciais, registrando, assim, a atenção com o social e, necessariamente, com a demanda por profissionais capacitados para trabalhar nesta área. A intervenção do Estado (principalmente com Alzira Vargas) se fez presente, por exemplo, na criação da ESSN/UFF¹⁷ (FREITAS et al., 2009).

Outro aspecto que marca essa trajetória é o pertencimento de classe das chamadas pioneiras. Essas são vistas, habitualmente, como necessariamente das elites brancas; entretanto, em nossas pesquisas, nos deparamos com pioneiras advindas das camadas pobres do interior do Estado¹⁸. Costa (1995), igualmente, traz elementos interessantes para entender esse processo ao recordar que a ESSN/UFF integrava e acolhia as mulheres des-casadas, negras¹⁹ e espíritas. Dessa forma, examinar em profundidade e expandir os estudos locais de outras escolas, destacando as suas protagonistas²⁰, aponta para novas possibilidades na reconstrução da história da profissão do Serviço Social.

Faz tempos que descobrimos que a história não é necessariamente o que aconteceu e da forma como aconteceu; mas um olhar do presente que se volta sobre o passado e busca compreendê-lo com base no lugar em que estamos hoje.

O surgimento da ESSN/UFF – Uma história de mulheres

A história dos “outros” (mulheres, negros, loucos, trabalhadores, idosos, crianças – diversos “outros”) ocupou sempre uma posição minoritária numa história branca, dominante, ocidental e heterocentrada. O Serviço Social é uma profissão historicamente constituída por mulheres e que atende, prioritariamente, a mulheres. O olhar feminista e os estudos de gênero nos ajudam a pensar essa dimensão.

Partindo do entendimento que somos uma categoria profissional que possui necessariamente o contato com o humano em sua diversidade,

¹⁶ Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, desenvolveu ações com preocupações sociais, criando instituições como o Abrigo Cristo Redentor, Casa do Jornaleiro e Legião Brasileira de Assistência. Alzira Vargas, filha deles, também desempenhava papéis políticos, sendo esposa de Ernani do Amaral Peixoto, governador do Rio de Janeiro. Destaque-se sua contribuição para a criação da LBA Fluminense e de escolas, como a de Serviço Social.

¹⁷ Não se pretende, aqui, generalizar os resultados dessa pesquisa. Mas entendemos que tais considerações possam ser úteis para pensar a história do Serviço Social e reconhecer a necessidade de estudos a partir de outras realidades e outras dimensões de análise.

¹⁸ Ver: Freitas et al. (2009) ou Costa (1995).

¹⁹ É uma outra dimensão a ser destacada, principalmente se pensarmos o cotidiano profissional hoje, no qual temos muitas alunas negras.

²⁰ Ou seja, mulheres, agregando, é claro, de forma interseccional essa dimensão a outras, como raça, classe, geração ou orientação sexual.

compreendemos que a reflexão acerca do gênero seja fundamental quer para pensar os usuários de nossos serviços, quer para poder repensar a nós próprios. (LOLE, ALMEIDA; FREITAS, 2017, p. 4).

Nas experiências em sala de aula, ouvindo nossos alunos, parece que pouco se pode acrescentar para ponderar sobre a história da profissão: como se ela tivesse surgido apenas da ação de uma elite voltada para controlar os trabalhadores. Nessa visão, que podemos considerar como hegemônica, existem temas poucos explorados pela historiografia profissional e que poderiam enriquecer a análise da trajetória profissional. Como já afirmava J. Scott (1992, p. 144), “reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância no passado)”. Estamos afirmando que precisamos levar em consideração as particularidades que permeiam a nossa profissão.

Retomando as reflexões de Perrot (1991), entendemos que foram as “saídas” das mulheres dos espaços socialmente estipulados como femininos, das preocupações privadas, que as permitiram adentrar no mundo público, ainda que para atuar em espaços tidos como femininos. É esse protagonismo feminino que queremos realçar: resistências e lutas marcam a vida e a história de muitas mulheres. São essas questões que destacamos, nos voltando para esse passado, que está tão longe e, ao mesmo tempo, tão próximo de nós. Lembrando o poeta (e músico) Paulinho da Viola, é importante pensar que não vivemos no passado, mas o passado vive em nós²¹.

Entretanto, não se quer apenas conhecer e reviver esse passado. Esse resgate busca um novo olhar para fatos dados, de modo que se possam entender e ressignificar as ações do presente e conjecturar outras para o futuro. Como afirma Coutinho (2011, p. 22): “o passado resgatado tem importância na medida em que diz aos interlocutores atuais alguma coisa sobre o presente e, dessa forma, permite uma ação voltada para o futuro”.

A noção de experiência, enfatizada por Thompson (1987), contribui para nos aproximar do cotidiano das mulheres (ontem e hoje, na verdade). Estamos falando de mulheres que, quebrando barreiras, conquistaram não só seu espaço na sociedade, mas igualmente arquitetaram uma profissão (FREITAS et al., 2009). Ademais, fizeram isso num tempo em que a participação delas no mundo público ainda era muito mais difícil.

Podiam ter uma preocupação meramente caritativa? Sim, podiam. No entanto, isso não é necessariamente uma dimensão negativa. As atuais posturas voltadas para as dimensões cidadãs e de transformação social têm necessariamente uma perspectiva humanista subsidiando-as. O que estamos

²¹ VIOLA, P. *Meu mundo é hoje*. Disponível em: <<http://blogln.ning.com/main/error/404?filename=profiles/blogs/paulinho-da-viola-meu-mundo>>. Acesso em: 4 dez. 15.

afirmando é que as ações de ajuda, caridade e filantropia não devem ser tratadas de forma pejorativa quando se pesquisa as primeiras formas de atuação das assistentes sociais; diferente disso, notamos que, com essas atividades, novas ações e interpretações foram sendo pensadas e gestadas pelas mesmas, proporcionando inquietações variadas que levaram a modificações da prática profissional²².

Foi a partir dessas saídas que mulheres de camadas médias – mas também das camadas populares²³ – puderam conhecer outros mundos, outras realidades, vivenciar outras experiências, gerir fundos públicos e privados, bem como instituições, chegando a contestar inclusive a gestão masculina (PERROT, 1991). Foram mulheres que criaram instituições, politizaram festas, enfim, construíram um saber e uma atividade que as colocaram em lugares de poder.

Se, no início, o alvo da ação profissional eram os trabalhadores e suas famílias (mulheres, crianças e idosos), em muitos casos a alteridade deve ter feito parte do cotidiano dessas profissionais, em práticas formadas de identidades que se estabeleciam entre elas e os sujeitos atendidos. O importante é pensar que “esse cadinho de identidade foi, nos limites do político e do social, do público e do privado, do religioso e do moral, um laboratório de experiências” (PERROT, 1991, p. 510). Por isso, sem desmerecer as críticas que possam ser feitas às ações de ajuda, caridade e filantropia, devemos tentar compreender que, paradoxalmente, esse foi também um espaço importante para a saída das mulheres de seus cotidianos de gênero. Ensinar, tratar e assistir há anos vêm se constituindo como a base das chamadas “profissões femininas”. As perspectivas de vocação e voluntariado foram importantes num primeiro momento, para, em seguida, proporcionar a construção de novas práticas profissionais: “pelo campo do social as mulheres veem ser-lhes reconhecida uma competência que legitima o seu desejo de autonomia gestonária” (PERROT, 1991, p. 508).

Freitas et al. (2009) e Costa (1995) apontam a importância de Alzira Vargas na trajetória de construção da ESSN. Sob direção da “Alzirinha”²⁴, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) consolidou a organização de cursos intensivos de treinamentos do voluntariado. Dentre estes, estava o de visitadoras sociais, que viabilizou a aproximação das alunas à realidade existente nas comunidades e demais regiões vulneráveis, ocasionando diretamente o surgimento da ESSN/UFF²⁵.

²² A *Revista Gênero* em 2015 publicou o Dossiê Gênero, Assistência e Filantropia. Como afirma Martins (2015, p. 9), o traço comum entre os textos do dossiê é “a busca pelo protagonismo feminino a partir de práticas até bem recentemente consideradas pela história das mulheres e também pela história do Serviço Social como representativas do conservadorismo de classe e da subalternidade das mulheres de elites, restritas a atividades sociais mitigadoras e normatizadoras da vida das pessoas mais pobres”.

²³ Ver: Freitas et al. (2009).

²⁴ O apelido Alzirinha se encontra na obra de Costa (1995).

²⁵ Não se trata de dizer que os homens se ausentaram desse cenário; ao contrário, a presença masculina se fazia presente. A criação da ESSN “projetou e consolidou o campo assistencial como o da mulher fluminense, mas sob o amplo aplauso dos homens desse Estado” (COSTA, 1995, p. 26).

Qual o perfil das mulheres que compunham as turmas iniciais da escola? Convocadas para participarem do curso de Serviço Social, as professoras primárias que residiam e atuavam no interior do Estado do Rio de Janeiro²⁶ foram deslocadas em regime de comissionamento (em que recebiam seus salários integrais até o término de sua formação acadêmica profissional). Logo, pessoas de poucos recursos também podiam concorrer às bolsas de estudos. Além disso, faziam parte dessas turmas as funcionárias das poucas instituições assistenciais e sociais existentes.

Com isso, já se destaca um elemento diferencial desta escola: à medida que não delimitava um perfil socioeconômico, mulheres de camadas populares também podiam se inscrever (SILVA, 2016). A intenção original era de que, após a formação, essas alunas retornassem às suas cidades. Contudo, a maioria permaneceu na cidade de Niterói e trabalhou nas instituições assistenciais, nos grupos escolares e na docência da escola.

Silva (2016) sinaliza que a ESSN adquiriu notoriedade neste momento. Segundo Costa (1995, p. 27):

Muitos jornais, entre 1945 e 1949, de grande e pequena circulação, não só conferiram seguidas notícias em torno da criação, das atividades e dos projetos da Escola de Serviço Social do antigo estado do Rio de Janeiro, como qualificaram essas iniciativas como relevantes para a sociedade em geral, nas quais algumas mulheres de ‘qualidade’ se empenhavam e, por isso, muitas deveriam seguir-lhes o exemplo.

O que torna poderosa tal ênfase é que essas matérias, escritas por homens, garantiam a centralidade “das atividades assistenciais do novo campo de trabalho da mulher fluminense” (COSTA, 1995, p. 27). A escola também foi palco para as atividades culturais e políticas da cidade de Niterói, além de movimentar a economia local por causa do deslocamento de diversos alunos vindos de todas as partes do Estado e até do país. Por isso, é válido relativizar alguns elementos da historiografia profissional. E, aqui, trazemos alguns deles, a saber: a dimensão da classe social das pioneiras; a presença majoritária (ou praticamente exclusiva) de mulheres católicas; e a opção por um saber e uma prática influenciados pelo conservadorismo.

Em primeiro lugar, destacamos a dimensão de classe social das pioneiras da ESSN. Geralmente, lemos que as primeiras assistentes sociais eram mulheres das camadas sociais abastadas e de grande poder aquisitivo. No entanto, isso é algo questionável se nos voltarmos, por exemplo, para o caso dessa escola. Havia representantes das elites? Sim, mas não só. As precursoras da ESSN/UFF são provenientes das camadas sociais médias e pobres. Como o curso era gratuito, muitas mulheres que tinham o interesse em acessar

²⁶ Costa (1995) destaca algumas cidades, como: Campos de Goytacazes, Paraíba do Sul, Friburgo, Petrópolis, Bom Jesus do Itabapoana, Três Rios, Vassouras, dentre outras.

um trabalho, a fim de assessorar as despesas familiares, acabavam por se inscrever e fazer o curso (BRAGA; FREITAS, 2007).

Em segundo lugar, a visão de que as primeiras escolas emergem basicamente amparadas pelo discurso católico deve ser relativizada (BRAGA; FREITAS, 2007; COSTA, 1995). Não negamos a influência religiosa do catolicismo, mas não podemos esquecer que essa escola (e possivelmente outras) teve uma intervenção direta do poder público na efetivação do curso. Além disso, foi possível verificar a convivência de outras religiões que se faziam presentes entre as alunas e professoras do curso (algumas das pioneiras, por exemplo, se definiam como “espíritas”).

Por fim, vale lembrar que o acesso aos acervos bibliográficos eram escassos; além disso, não existia um aparato de regulamentação profissional, bem como associações de representação da categoria. Para isso, muitas alunas e/ou professoras tiveram que viajar por vários estados brasileiros e países (França, Estados Unidos, Argentina, Chile e Uruguai), visando à troca de conhecimento e ao acesso a algum tipo de literatura sistematizada. As traduções dos materiais provenientes dos seminários, encontros, cursos e experiências exteriores propiciaram a produção acadêmica que fundamentava as aulas e aquisição de novos saberes. Como se sabe, o acesso a uma literatura crítica (como as obras de Karl Marx) só foi possível a partir de meados dos anos de 1970. Desse modo, o fazer profissional tornava-se um grande desafio a ser enfrentado e, com certeza, as principais influências tidas eram da Doutrina Social da Igreja Católica e do Positivismo.

Portanto, ao tecermos essas considerações, somos provocados a realizar reflexões sobre a história das mulheres (as pioneiras) e de todos os fatores envolvidos naquele momento: as relações de poder estabelecidas e os movimentos organizados de lutas, reivindicações e resistências na constituição do Serviço Social (SILVA, 2016), ou seja, conhecer suas conquistas, dilemas, desafios e saídas para instituírem uma profissão. Se essas lutas e resistências não são reconhecidas, no meio profissional, como revolucionárias, devem, contudo, ser compreendidas como parte de um processo histórico de uma dada sociedade, permeada por uma conjuntura social, política e econômica que não permitia às mulheres o mundo público. Sociedade essa em que o simples fato de ingressar em uma profissão trouxe consigo um conjunto de rupturas e revoluções.

Enfim, o que estamos afirmando é que as ações de cunho assistencial contribuíram para que as pioneiras da Escola de Serviço Social em Niterói circulassem nas cidades, se apoderassem da esfera pública e construíssem a profissão²⁷. Vivenciaram, possivelmente, inúmeros limites dentro

²⁷ Ver: Pereira (2015). Pode nos fazer refletir: como nos enxergamos hoje, nós, mulheres do Serviço Social, comprometidas com um projeto ético político de construção de um mundo e de práticas emancipatórias? Estamos vendo a nós mesmas e nossas usuárias como sujeitos históricos, respeitando suas histórias, suas trajetórias e opções? Essa é uma questão que traz impacto direto na formação e prática profissional.

dos seus cotidianos marcados pela dominação e opressão, mas conseguiram romper tais impedimentos e exerceram “um papel fundamental na vida política da universidade e da cidade” (BRAGA; FREITAS, 2007, p. 17).

Além dessa influência política, essas mulheres edificaram um novo olhar sobre o mundo, sobre elas mesmas; ampliaram o trabalho social e protagonizaram a formação da profissão e do sistema de proteção social niteroiense. Utilizando a mesma lógica de Perrot (1991, p. 509), podemos dizer que essas pioneiras consolidaram “seu compromisso social [em] um exercício de liberdade pessoal”. Foram mulheres que desafiaram o conservadorismo vigente e conquistaram sua independência profissional e pessoal. Uma história que não se debruce a pensar essas especificidades não dá conta do contraditório das práticas sociais e da riqueza e diversidade das experiências vividas. E, mais do que isso, mantém na invisibilidade o protagonismo dessas mulheres.

Desafios atuais

Um fato relevante para o conhecimento acerca da história do Serviço Social é que as chamadas pioneiras não devem ficar em segundo plano. É importante a análise conjuntural, situando o contexto social, político e econômico. Mas é igualmente essencial, em nosso entendimento, a construção de um olhar para essas mulheres, a fim de resgatá-las de uma história que, como é comum, não apreende a sua participação. Neste sentido, a perspectiva da micro-história ocupou um lugar de destaque em nosso texto ao buscar se diferenciar das abordagens da macro-história, pois, as dimensões do cotidiano ajudam para pensar o Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, composta, prioritariamente, por mulheres de diferentes classes sociais, gênero, sexualidades, raça-etnia, geração, necessidades especiais. O mesmo vale para a população que atendemos. Essas preocupações têm que estar presentes em nossa formação profissional. A não integração dessas dimensões (da macro e da microanálise) nos currículos acadêmicos aponta a continuidade desses estudos numa posição marginal na academia (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Nesse sentido, vale destacar a interseccionalidade como importante ferramenta de análise e de luta política. Caudatária do feminismo negro, entende-se interseccionalidade como uma “ferramenta de análise, militância e desenvolvimento de políticas que considera a discriminação múltipla e que nos ajuda a compreender o impacto de diferentes eixos identitários no acesso a direitos e oportunidades” – na definição da Association for Women’s Rights in Development (AWID) (apud SANTOS, 2012b, p. 14). Como aponta também Helena Hirata (2014, p. 69 – grifos nossos), “a interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política.

Ademais, não se pode negar que, entre os anos 1990 e 2000, é possível notar um avanço na produção acadêmica acerca de outras questões, para além do debate de classes²⁸. Estamos pensando aqui especificamente na aproximação da questão de gênero e dos estudos de raça-etnia e geração que ganharam espaços²⁹. Como enfatiza Costa (1994), o “chão histórico” onde se constrói nossa experiência profissional é, necessariamente, o das “lutas pelos direitos sociais” dos diferentes sujeitos sociais. Isso nos conduz, ainda segundo Costa (1994), para uma história de mulheres, que estão presentes seja nos espaços privados, seja nos públicos da proteção social.

A luta por uma sociedade em favor da equidade e justiça social não pode deixar, em segundo plano, os desejos e demandas de setores historicamente oprimidos, como as mulheres, os negros, os gays, as lésbicas, as travestis, as transgêneros, as crianças, os adolescentes, os idosos. Segundo Braz (2005), o projeto ético-político da profissão assume um compromisso com a autonomia, emancipação e reconhecimento da liberdade como valor ético central, uma vez que apresenta como opção “um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”³⁰.

Foi a partir da problematização dessas questões que esse texto se construiu, já que as questões relacionadas às dimensões citadas ainda não ocupam espaço relevante em nossa formação. Isso, nas palavras de Kleba Lisboa (2010), reflete a dificuldade da articulação entre o Serviço Social e os estudos de gênero e os feminismos. Ao se incorporar a teoria marxiana, a profissão priorizou o enfoque de classe, desconsiderando, muitas vezes, a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais que emergem no cotidiano das práticas, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero.

Resumindo, esse texto buscou mostrar o protagonismo das mulheres no início da profissão e a importância de suas experiências. As memórias construídas necessitam contemplar o feminino e resgatar, em sua complexidade e diversidade, o papel das pioneiras para a consolidação da profissão, de mulheres que ousaram pronunciar frases como esta: “o necessário para a independência da mulher é a cultura, é a instrução, a independência econômica”³¹. No dia que ela tiver independência econômica, ela é dona de si mesma”. Essa é a frase de D. Nilda Ney, uma das pioneiras da ESSN (FREITAS et al., 2009).

²⁸ Ver, por exemplo, a dissertação de Gomes (2015), que analisa as tendências de pesquisa nas temáticas de sexualidade, diversidade sexual e diversidade de gênero no interior do Serviço Social. O diálogo com as questões de gênero e feminismo avançaram também. Ver, por exemplo, Cisne (2014) e Gurgel (2014).

²⁹ Entretanto, ainda persiste um grande distanciamento entre Serviço Social e debate racial, bem como de diversidade sexual (FREITAS; SILVA; SANTOS, 2016).

³⁰ Ver: Código de Ética Profissional (CFESS, 1996).

³¹ Podemos associar essa frase com a célebre expressão de Virginia Woolf (2005), de que toda mulher precisa de um quarto e uma renda. Tal ideia é expressa no livro *Um quarto só para si*, publicado pela Editora Relógio D’água, de Lisboa.

Acreditamos que a história é feita por sujeitos, dentro das condições socialmente existentes. Mas esses sujeitos têm uma inserção diferenciada de acordo com a classe, o gênero, a cor, a geração, as necessidades específicas, as territorialidades e tantas outras dimensões que poderíamos considerar. Acima de tudo, são capazes de construir estratégias de resistência.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas tem outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (PERROT, 1988, p. 212).

Enfim, contamos uma história que não está concluída. Reafirmamos que conhecer melhor nosso passado impacta em nosso presente, na aproximação aos usuários e usuárias que atendemos, e pode nos ajudar a pensar em outros futuros. Essa história é parte integrante da vida – e da história – de muitas mulheres. Não podemos calar a experiência de metade da humanidade e certamente quase 90% de nossa profissão. Fica, em pauta, um grande desafio para a categoria profissional.

Referências

- ALBERTI, V. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- BACKX, S. de S. *Serviço Social: reexaminando sua história*. Rio de Janeiro: JC Editora S. A., 1994.
- BANDEIRA, L.; MELO, H. P. de. *Tempos e memórias: movimento feminista no Brasil*. Brasília: SPM, 2010.
- BENJAMIM, W. *Obras Escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRAGA, C. D.; FREITAS, R. de C. S. *Projeto de Extensão Niterói – Cidade das Mulheres: criação de fontes orais de pesquisa para o resgate da história da cidade*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.
- BRAZ, M. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In: *Assistente social: ética e direitos*. Rio de Janeiro: Cress/7ª Região, 2005.
- BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Uni. Estadual Paulista, 1992.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CFESS. *Código de Ética Profissional*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1996.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações sociais*. Rio de Janeiro/Lisboa: Editora Bertrand Brasil/ Difel, 1990.
- CISNE, M. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. *Revista Temporalis*, Brasília, ano 14, n. 28, jul./dez. 2014.
- COSTA, S. G. *Memória do Serviço Social: lugar na história e na historiografia*. In: SEMINÁRIO SERVIÇO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, Uerj, maio de 1994.
- _____. *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
- COUTINHO, E. G. *Velhas histórias, memórias futuras: o sentido da tradição em Paulinho da Viola*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- FARGE, A. Agitadoras notórias. In: PERROT, M.; DUBY, G. (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto/São Paulo: Ed. Afrontamento/Ebradil, 1991.
- FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- FREITAS, R. de C. S. et al. Escolas de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 97, 2009.

FREITAS, R.; BRAGA, C. *Relatório de atividades do Projeto de Pesquisa e Extensão Niterói – A Universidade e as Mulheres*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

FREITAS, R.; SILVA, G.; SANTOS, N. *Serviço Social e diversidade sexual: notas introdutórias*. In: VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, Juiz de Fora, 23 a 25 de nov. 2016.

GOMES, L. R. Tendências da pesquisa: sexualidade, diversidade sexual, e diversidade de gênero no Serviço Social (2013-2014). Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Uerj, Rio de Janeiro, 2015.

GURGEL, T. Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos. *Revista Temporalis*, n. 7, jan./jun. 2014.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça – Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica*. São Paulo: Cortez, 1996.

KLEBA LISBOA, T. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Revista katálysis*, v. 13, n. 1. 2010.

LOLE, A. ALMEIDA, C. e FREITAS, R. Por uma história do gênero e feminismo no Serviço Social, In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora, 23 a 26 DE OUTUBRO DE 2017.

MARTINS, A. P. V. Apresentação ao Dossiê Gênero, Assistência e Filantropia. *Revista Gênero*, Niterói, v.15, n. 2, 2015.

MOTT, M. L. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington. *Revista Gênero*, Niterói, v. 3, n. 2, 2003.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, 2006.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 3, 2005.

OLIVEIRA, E. M. A. P. de; CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 128, 2017.

PEREIRA, A. L. de C. Um caminho de violetas: trajetórias femininas, filantropia e proteção social. *Revista Gênero*, Niterói, v. 15, n. 2, 2015.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

_____. “Sair”. In: PERROT, M.; DUBY, G. (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto/São Paulo: Ed. Afrontamento/Ebradil, 1991.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos – Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 2, dez. 1996.

SANTOS, A. C. Entre a academia e o ativismo: sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 76, 2006.

_____. Academia, ativismo e sexualidade: reflexões acerca de uma sociologia pública *queer*. In: VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, Porto, Universidade do Porto, 19 a 22 jun. 2012a.

_____. Entre duas mulheres isso não acontece – Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 98, 2012b.

SANTOS, N. C. R. dos. *Violência conjugal lésbica: concepções e relatos de profissionais que atuam na rede de atendimento às mulheres em situação de violência na cidade de Niterói*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF, Rio de Janeiro, 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Cadernos SOS Corpo*, Recife, 1990.

_____. História das mulheres. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Uni. Estadual Paulista, 1992.

SHARP, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

SILVA, I. M. da. Nos campos de Violetta: tecendo uma história de mulheres. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação da Escola de Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SOIHET, R. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres: a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, n. 15, 2000.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, dez. 2007.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1994.

VIOLA, P. *Meu mundo é hoje*. 1972. Disponível em: <<http://blogln.ning.com/profiles/blogs/paulinho-da-viola-meu-mundo>>. Acesso em: 4 dez. 15.

WOOLF, V. *Um quarto só para si*. Lisboa: Editora Relógio D'água, 2005.

YAZBEK, M. C. Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: _____. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

DOI: 10.12957/rep.2018.39427

Recebido em 26 de agosto de 2017.

Aprovado para publicação em 25 de janeiro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN

Marco Antônio Teobaldo*

Pretos Novos

“Pretos novos” ou “boçais” era a denominação dada aos cativos recém-chegados da África, no Brasil, assim que desembarcavam no porto. Logo que eram vendidos ou aprendiam a o português passavam a ser chamados de “ladinos”.

Para entender a sua importância

O Cemitério dos Pretos Novos, que funcionou durante os anos de 1769 a 1830, é a principal prova material e incontestável, encontrada até hoje, sobre a barbárie ocorrida no período mais intenso do tráfico de cativos africanos para o Brasil. Depois da descoberta fortuita feita pela família Guimarães dos Anjos, em 8 de janeiro de 1996, não há mais como admitir uma visão equivocada e romanceada sobre a escravidão de africanos e seus descendentes diretos no Brasil. Foram depositados no cemitério os restos mortais de dezenas de milhares de africanos, brutalmente retirados de sua terra natal e trazidos à força para o trabalho escravo. E igualmente bruta também era a forma como seus corpos foram despedaçados, queimados e espalhados pelo terreno, cobertos apenas com algumas pás de terra. Há indícios de que, dada a situação de descarte humano que apresentava o local, moradores daquela época que passavam pela Rua do Cemitério lançavam seu lixo doméstico: restos de comida e fragmentos de louças, cerâmicas e vidros.

Apesar de ser considerado o maior cemitério de escravizados deste gênero nas Américas, o terreno destinado aos sepultamentos era muito pequeno para tantos corpos. Os vestígios arqueológicos e históricos deste campo santo são testemunhos da ação violenta e cruel sofrida pelos africanos que não resistiram aos maus tratos da captura e viagem transatlântica. Este relato revelado pela historiografia e trazido à luz pela Arqueologia, repleto de desrespeito e dor, ainda é desconhecido por muitos, pois não é contado em todas as escolas e nem sequer é mencionado nos livros de história que

*Curador do IPN. Correspondência: Rua Pedro Ernesto, 32-34, Gambôa, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20220-350. Email: <pretosnovos@pretosnovos.com.br>.

têm a escravidão como tema. Por isto, reafirma-se a importância deste Museu Memorial, no qual o Cemitério dos Pretos Novos se impõe como peça central para este debate.

Origem

G. W. Freireyss, o viajante alemão que descreveu o cemitério notou horrorizado que, neste local, a única marca da égide da Igreja era “uma pequena cruz de paus toscos mui velhos” fincada no centro do terreiro e cercada por ossadas insepultas.

Pelo lado do fundo está tudo aberto, dividido do quintal de uma propriedade vizinha por uma cerca de esteiras, e pelos outros dois lados com mui baixo muro de tijolos, e no meio uma pequena cruz de paus toscos mui velhos, e a terra do campo revolvida, e juncada de ossos mal queimados.

Os relatos de viajantes que estiveram pelo Rio de Janeiro, no século XIX, contam que o Cemitério dos Pretos Novos não passava de uma montanha de terra e de corpos despidos, em decomposição, que de tempos em tempos eram queimados e seus ossos quebrados e revirados à terra. Em 1853, o Caminho do Cemitério passa a se chamar Rua da Harmonia. Embora a existência do Cemitério dos Pretos Novos fosse conhecida de historiadores e da literatura sobre a cidade do Rio de Janeiro e sobre a escravidão no Brasil, sua localização tornou-se totalmente desconhecida por décadas até o ano de 1996, quando, por ocasião de uma obra realizada na fundação da casa, foram encontradas ossadas humanas a poucos centímetros de escavação.

A pesquisa inicial e a análise dos vestígios arqueológicos, feitas pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), confirmaram que se tratava das ossadas depositadas no antigo Cemitério dos Pretos Novos. Após quatro anos de descaso do poder público, a Família Guimarães dos Anjos decide realizar por conta própria exposições itinerantes com o rico material encontrado nas escavações. Mas reconhecendo a importância do local para a história da cidade do Rio de Janeiro e para a divulgação da história dos Pretos Novos, percebem que ali deveria se tornar um espaço de visitação pública. No dia 20 de novembro de 2001 foi realizado o primeiro evento aberto ao público na residência. As atividades eram realizadas de maneira irregular e sem qualquer tipo de patrocínio ou subvenção, como por exemplo: os encontros com lideranças do movimento negro, rodas de samba e os bate-papos, que foram o embrião das oficinas realizadas atualmente.

No início, muito pouco se sabia sobre a história desses africanos sequestrados e trazidos para o Brasil. Os poucos registros encontrados sobre o tema falavam de números, mas muito pouco sobre a chegada e a vida do

negro africano na colônia. Este fato é o que tem inspirado a trajetória do IPN a desenvolver atividades diversificadas voltadas à divulgação e à valorização da cultura negra, mesmo que no decorrer, o poder público tem se mantido praticamente omissa, com raros períodos em que se pode registrar o apoio parcial do governo. Este descaso contínuo se contrapõe aos diversos prêmios e moções de reconhecimento que a instituição tem recebido, desde a sua fundação. Entendemos que se faz urgente debatermos sobre o nosso passado, sobretudo o período escravocrata, que gerou feridas sociais que se negam a cicatrizarem. E não por acaso, o massacre dos povos africanos em terras brasileiras se estende até os dias de hoje aos seus descendentes.

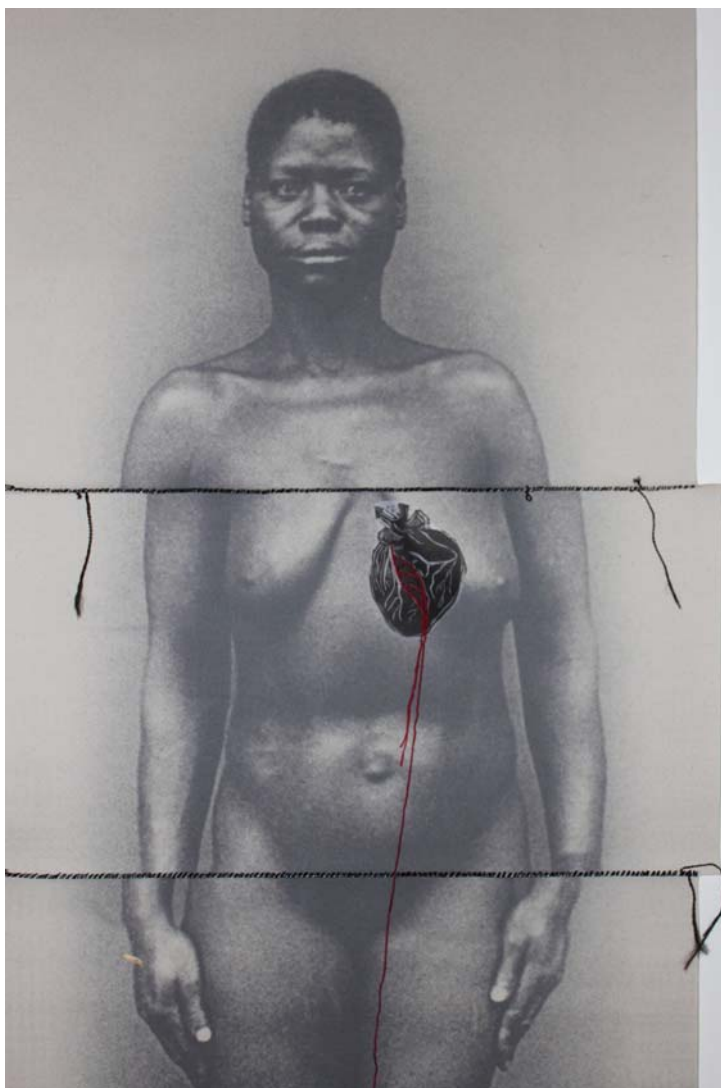
DOI: 10.12957/rep.2018.39437



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Galeria Pretos Novos, 2012. Primeiro grupo de artistas.



Rosana Paulino. ASSENTAMENTO. IPN, 2014.



Escavações arqueológicas durante obras do VLT, 2014.



Arqueologia Rua I, 2014.



Escavações I, 2014.



Tradicional Missa de Finados, IPN, 2015.



Tia Lúcia trabalhando I, 2015.



Heberth Sobral. Pelourinho. Exposição Estandartes, 2016.



IV – Escavação 1, 2017.



Memorial. Visitação, 2018.



Vista geral do Museu, 2018.

Protección social y familia: la experiencia de la construcción del Sistema Nacional

Integrado de Cuidados de Uruguay – Entrevista con el profesor Marcelo Castillo*

Keli Regina Dal Prá*
Michelly Laurita Wiese**

Marcelo Castillo es politólogo, docente investigador del Departamento de Ciencias Políticas de la Universidad de la República de Uruguay (UDELAR) y trabaja en el área de Planificación y Seguimiento en la Secretaría Nacional de Cuidados del Sistema Nacional Integrado de Cuidados en donde es responsable de la gestión del conocimiento. También integra el equipo de dirección del Centro de Informaciones y Estudios del Uruguay (CIESU).

En noviembre de 2015 en Uruguay, por medio de la aprobación de la Ley n. 19.353, crea el Sistema Nacional Integrado de Cuidados (SNIC), una experiencia única en América Latina en términos de conformación de política social para las familias, que por los cambios societarios y transformaciones del mundo del trabajo necesitan cada vez más de apoyo público para garantizar la protección social de sus miembros.

La inclusión en la agenda pública uruguaya de la pauta de los cuidados y la visibilidad de sus repercusiones para las familias, especialmente para las mujeres, fue fruto de la movilización de los movimientos sociales con destaque para el Movimiento Feminista. La cuestión de los cuidados también fue incorporada, a partir de 2009, a los programas de los partidos políticos del país. Entre 2009 y 2015 – cuando la Ley fue aprobada – el Gobierno uruguayo promovió amplios debates con la sociedad con el fin de iniciar el diseño del sistema de cuidados.

El Sistema Nacional Integrado de Cuidados (SNIC) pretende constituir la sectorialidad de la política pública de cuidados a través de financia-

* Entrevista realizada en las dependencias del Departamento de Ciencias Políticas de la Universidad de la República de Uruguay (UDELAR), en Montevideo en junio de 2018.

** Trabajadora social. Doctora en Trabajo Social. Docente del Departamento de Trabajo Social y del Programa de posgrados en Trabajo Social de la Universidad Federal de Santa Catarina. Integrante del Núcleo de Investigación Interdisciplinar Sociedad, Familia y Políticas Sociales (NISFAPS) y de la Red de Investigación Familia y Política Social (REFAPS). *Dirección:* Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Serviço Social. Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n – Trindade, Florianópolis – SC, 88040-900. *Email:* <keli.regina@ufsc.br>.

*** Trabajadora social. Doctora en Trabajo Social. Docente del Departamento de Trabajo Social de la Universidad Federal de Santa Catarina. Coordinadora del Núcleo de Investigación Interdisciplinar Sociedad, Familia y Políticas Sociales (NISFAPS) e integrante de la Red de Investigación Familia y Política Social (REFAPS). *Email:* <michelly.wiese@ufsc.br>.

miento, dirección, regulación, prestación y redefinición de servicios y atribuciones que, en algunos casos, se pensaron exclusivamente en las áreas de educación, salud y asistencia social. Sin embargo, el mayor cambio propuesto por el SNIC está en la transformación cultural de la división sexual del trabajo en el marco de un modelo familista, por un modelo solidario y corresponsable. Es decir, corresponsabilidad entre hombres y mujeres y entre familia, Estado, mercado y comunidad. El sistema propone la socialización de la provisión y de los costos de los cuidados, tanto monetarios como no monetarios, a partir de la priorización de los servicios sobre las transferencias monetarias.

Con base en los principios de universalidad, no discriminación, descentralización territorial, capacitación de los agentes del sistema e integración de la prestación y de los servicios, el SNIC atiende a las personas en situación de dependencia que requieren apoyos específicos para actividades y satisfacción de las necesidades básicas de la vida diaria, siendo niños de hasta doce años (con enfoque prioritario para niños de hasta tres años de edad), personas con discapacidad y adultos mayores. Una cuarta población beneficiaria son los cuidadores, a partir del fortalecimiento, profesionalización y revalorización de la tarea de cuidado.

Por esta amplitud de alcance y por las posibilidades de cambio que el SNIC prevé, Uruguay se transforma en una referencia en el proceso de construcción de un sistema de cuidados que alivie, aunque en parte, a las familias de la sobrecarga de responsabilidades con la protección social.

Tratar de la experiencia uruguaya en la construcción de la política pública de cuidados significa reflexionar sobre la crisis de los cuidados -teniendo como telón de fondo la inequidad en las relaciones de género- y las importantes repercusiones en la conformación de los servicios sociales hasta entonces priorizados por las políticas públicas gubernamentales. Aunque pesen las diferencias entre las realidades brasileña y uruguaya, abordar el tema del cuidado es fundamental para repensar la oferta de servicios para la población y las intervenciones profesionales en ese contexto, especialmente cuando la política pública se rediseña bajo el ideal ultraliberal de la privatización de la protección social.

¿Cómo surgió o Sistema Nacional Integrado de Cuidados (SNIC) en Uruguay y bajo qué bases está estructurado?

Marcelo Castillo: El sistema empieza a instalarse en el debate público a partir de dos factores fundamentales que son la participación de las organizaciones sociales ligadas al mundo feminista que empiezan a instalar el tema en la agenda y también la participación de algunos organismos internacionales en particular la CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) y ONUMUJERES que realizan una serie

de estudios promoviendo este tipo de política. Unos y otros actores logran tener incidencia en la fuerza política, en Frente Amplio -partido político uruguayo. Este partido toma ese tema como parte de su programa de gobierno. Luego de casi tres años, donde hubo un proceso de debate en todo el país con organizaciones sociales de las personas mayores, de la discapacidad y las organizaciones sociales vinculadas a las políticas de la primera infancia, se discutió la necesidad de incluirse un sistema de cuidados, y así se fue dando forma al programa social de gobierno del Frente Amplio. Estos debates se recogieron para la última campaña electoral y se pusieron como parte de las prioridades de gobierno, en caso de que el Frente ganara y eso fue lo que ocurrió. Entonces en esta administración es una de las prioridades la instalación de este sistema. Respecto a cuáles son las bases del sistema de cuidados, tiene cuatro grandes principios: el de la universalidad, es decir, buscar mediante los distintos componentes del sistema, no solo de los servicios sino también en la formación, que se tome en cuenta la situación de toda la población y que no sea una política focalizada. Normalmente, comienza siendo una política focalizada porque tiene una selectividad para alguna parte de la población, pero el carácter universalista está dado por la multiplicidad de componentes y no solo por la parte de los servicios. A pesar que en este momento la atención es poca, se están desplegando otras acciones en los otros componentes que se refieren a esa universalidad. El segundo principio es el de la solidaridad. El tercero el de la promoción de la autonomía y el cuarto es el de la corresponsabilidad. Hay una distinción que a mí me parece importante, una cosa es la corresponsabilidad entre el Estado, el mercado y las familias, esto es el intento de promocionar en la acción conjunta de estos tres tipos de actores, que el Estado se haga cargo de tareas que la familia se viene encargando y aquellas familias que no pueden, reciban ayuda. Ahora bien, esta corresponsabilidad es distinta del talante de la solidaridad. Solidaridad en el sentido de buscar que algunos sectores sociales financien los servicios para otros sectores sociales, sería una solidaridad económica en el sostén de la política, pero también que los diferentes actores que forman parte de la política realicen acciones en torno de considerar al otro solidariamente. Esto es distinto de la corresponsabilidad, porque yo no le puedo pedir a una empresa o a un jardín privado que sea responsable al mismo nivel que una familia o que el Estado, lo que sí le puedo pedir es que realice un conjunto de acciones, las que le corresponden por legalidad pero que además realice algunas acciones solidariamente, por su involucramiento con la sociedad. Yo no le puedo pedir al nivel de las familias que un tío o un abuelo sea igual de corresponsable que un padre o una madre, pero sí que realicen acciones solidarias para el cuidado de otras personas que requieren de estos cuidados para seguir viviendo, de manera solidaria, no

corresponsable. Entonces la solidaridad aparece también como un principio distinto de la corresponsabilidad porque buscamos cosas distintas. Respecto a la autonomía hay que hacer una distinción cuando se lee el principio de autonomía, la distinción es que se trata de autonomía relacional porque existe una distinción a nivel de filosofía política que no se intenta promover la autónoma del individuo como una entidad aislada, y sí el entendimiento de que el individuo existe porque vive en sociedad y entonces existe por su relación con otros. Por consiguiente, se intenta promover la autonomía relacionada con otros, no la autonomía del individuo como si no viviera en un contexto social. Esto supone que cuando uno diseña la política no solo toma en cuenta la situación de dependencia del individuo que está en situación de dependencia -porque si decimos que ese individuo es dependiente de otro para realizar sus actividades cotidianas, necesita de otros y esos otros al estar relacionados con ese individuo también ven coartada su autonomía porque no pueden ser autónomos al mismo nivel que cualquiera de nosotros porque tienen que realizar actividades para cuidar a las otras personas- sino que también se toma en cuenta que la autonomía pasa a ser de dos sujetos y no de un único sujeto de la política, es de una relación de dependencia y no de una situación de dependencia. Esto cambia la perspectiva que siempre tuvimos en materia de política social donde considerábamos la situación de vulnerabilidad de una persona de riesgo, acá ya no estamos hablando de situaciones sino de relaciones de dependencia y eso entonces implica que tenemos que tomar en cuenta la conformación de la familia, la conformación de los hogares, los lugares de residencia y como son los circuitos urbanos en los que están estas personas. Todos esos diferentes aspectos influyen en la relación de dependencia. Por ejemplo, puede haber mayores dificultades en la relación de dependencia que yo pueda tener con mi hija y que ella pueda tener conmigo dependiendo de si vivo en medio del campo o si vivo en un lugar con fácil acceso al transporte. Se entiende entonces que es un cuarto principio, el de la autonomía, que no es del individuo aislado, no el individuo entendido desde una lógica liberal, es el individuo relacionado y esas son las cuatro bases conceptuales del sistema.

¿Uruguay consideró la experiencia de otros países para pensar en el SNIC?

Marcelo Castillo: No públicamente manifestado, pero yo creo que cuando uno repasa los documentos y los análisis conceptuales de los documentos del actual plan nacional de cuidados, la referencia es el sistema nacional de dependencia de España y te diría que es una referencia fundamental. Les decía hace un rato que el sistema es instalado

a nivel de agenda pública por organizaciones sociales ligadas al mundo del género y del feminismo y como ustedes saben en todo ambiente académico hay circuitos de relaciones académicas y relaciones de poder también. Muchas de las personas que estaban ligadas a estas organizaciones y a estos debates teóricos estaban relacionadas con las académicas españolas que lograron instalar el tema en España. Entonces, por supuesto, se produjo un relacionamiento, un hermanamiento que llevó a traer muchas de las ideas del sistema español para Uruguay. En mi opinión, estricta y puramente personal, esta mirada sobre el sistema de dependencia español nos hace repetir un error es una excesiva centralización en los aspectos sociales de los servicios y no en el vínculo de estos servicios con políticas preexistentes. Entonces hacia donde apuntan los servicios, por ejemplo, para personas mayores o para personas con discapacidad que tengan un fin de complementariedad con las políticas de salud y que no tengan un fin en sí mismo. Ahí hay un debate no resuelto en nuestro sistema y que yo creo que es hereditario de las características del sistema español. Cuando uno repasa este tipo de políticas en otros países se ve una complementariedad mayor y, a modo de ejemplo se busca el de intentar evitar la caída en el sistema de salud, tratar de retrasar lo más posible el ingreso de la persona en el sistema de salud. Pero esto es una opinión completamente personal.

¿Cómo está organizado el SNIC?

Marcelo Castillo: Con cinco grandes tipos de acciones: los servicios de atención a la población, la formación, la regulación, los sistemas de información y la comunicación. En cuanto a los servicios se da atención a la primera infancia, a las personas mayores y con discapacidad. Para la primera infancia están los CAIF (Centros de Atención a la Infancia y la Familia), las casas comunitarias de cuidados, los centros y sindicatos de empresas, además de la regulación laboral en materia de licencias. Los servicios para las personas mayores y con discapacidad están los programas de asistentes personales, o sea cuidados en domicilio, cuidados en domicilio a través del programa de asistentes personales y de tele asistencia y, los cuidados institucionales a través de centros diurnos y centros de larga estadía. Estos centros de larga estadía hay muy pocos públicos, básicamente la intervención que hay del espacio público es mediante una regulación de como tiene que ser llevada adelante la actividad. Luego acciones de formación para aquellas personas que quieren trabajar en primera infancia o aquellas que quieren cuidar a personas mayores o con discapacidad. En primera infancia no es solamente cursos de formación sino también una política educativa porque una persona que inicia sus cursos puede llegar hasta un nivel de maestría de primera infancia, entonces va pasando por distintas etapas

educativas. En personas mayores y con discapacidad quienes quieran dedicarse a cuidar, hasta el día de hoy solo tienen unos cursos de capacitación laboral. Es parte del desafío montar una política educativa en este nivel y hoy eso no existe. Luego están las intervenciones en materia de regulación de servicios, en donde se avanza sobre cuáles son el conjunto de características que tienen que tener, que tienen que cumplir los servicios de atención a la primera infancia, los servicios de atención en el otro tramo de la población. Que características tienen que cumplir los trabajadores, que nivel de formación tienen que tener, cuál es la remuneración que tienen que tener, en que grupos de la actividad de la negociación colectiva se van a incluir. Osea un conjunto de acciones de regulación. Después hay un cuarto eje de trabajo que está dado por la búsqueda del cambio cultural que viene dado por las acciones de comunicación, es decir campañas en medios de comunicación, promoción de determinados valores y difusión de las políticas para que la gente acceda a los mismos. Todos estos cuatro ejes de trabajo tienen en la base estos intentos de ir conformando diferentes partes de sistemas de información que logren articularse entre sí. De esta forma, hoy en día estas serían las grandes partes del sistema de cuidados, lo que públicamente se conocen son los programas, pero las otras acciones quedan más a nivel de política interinstitucional.

¿En qué momento el Cuidado se configura como una política sectorial y no como una cuestión transversal a las demás políticas sociales?

Marcelo Castillo: Hay dos situaciones diferentes: lo que ocurre en infancia y lo que ocurre en personas mayores y con discapacidad. En infancia lo que se empieza a dar es la instalación de servicios novedosos y una extensión de los servicios preexistentes, entonces eso ya le da un carácter que no lo tenían anteriormente y empieza a ser más sectorial, en términos de servicios instalados. En personas mayores y con discapacidad yo estimo que la sectorialidad puede llegar a darse cuando se terminen de configurar y de instalar servicios que todavía no están del todo instalados, porque hoy lo que se tiene son el programa de asistentes personales, muy rezagado el programado de tele asistencia y en menor medida lo que ocurre con residenciales o centros de larga estadía. Cuando de estos tres empiecen a tener peso, ahí podemos decir que existe una sectorialidad, por ahora no. Históricamente ya había servicios de primera infancia, entonces lo que empieza a generarse son nuevos tipos de servicios, como los centros en sindicatos o en empresas. Estos centros que ocurren en los barrios son pequeños programas que vienen a complementar servicios que tienen casi veinticinco años.

¿Entonces una empresa privada puede ofrecer servicios de cuidados?

Marcelo Castillo: Exacto. La empresa se une con el sindicato y el setenta por ciento de los niños que asisten a ese centro son del personal de la empresa y el treinta por ciento restantes son niños del barrio de la zona. Pero no solo eso, la empresa y el sindicato ponen las instalaciones y el personal es pagado por el sistema de cuidados, o sea que el personal está a cargo del sistema y la empresa lo único que hace es poner la infraestructura. Pero además como el sistema se involucra en el gasto corriente del servicio, lo que existe es que el servicio tiene que estar regulado y cumplir con los estándares que le establece el sistema, entonces no es cualquier tipo de servicio, sino que reúne las condiciones que el sistema fija y esto también ocurre a nivel de otros servicios que comienzan a instalarse en los barrios. Si nosotros decidimos tener un espacio en la casa o en un complejo de viviendas, hay un lugar; si lo acondicionamos y entre todos recibimos la formación específica y en ese espacio adecuado nos dedicamos a cuidar a niños, entonces eso se llama casa comunitaria de cuidado. Siempre y cuando se tenga la formación y la regulación específicas nos podemos dedicar a cuidar a estos niños. Esto no es nuevo, ocurre en Brasil, Argentina, Uruguay pero lo que pasa es que no está regulado. Lo que nosotros pretendemos es regular este tipo de actividad, que deje de ser una actividad informal y que pase a estar formalizada.

¿Por esta razón el aspecto de la formación de profesionales para el SNIC es importante?

Marcelo Castillo: Exactamente. La formación es clave porque es lo que le otorga el diferencial respecto a algo que nosotros decimos que no cualquiera puede cuidar. Para poder cuidar uno tiene que tener ciertas herramientas de formación, aunque sean básicas, porque con nuestro cuidado, con nuestra actividad de cuidado, impactamos en el desarrollo infantil o en la salud y en la calidad de vida de una persona con discapacidad o persona mayor. Entonces no cualquiera puede desarrollar la actividad de cuidado. Para que el cuidado sea una actividad de calidad la persona tiene que tener cierta formación, no solo una relación, por eso yo decía hace un rato lo de la relación de dependencia. Ese cuidado de calidad no está dado solo porque el niño o la persona mayor reciba mejor cuidado, tenga un mejor desarrollo infantil o calidad de vida, sino también porque si la persona está formada y si está formalizada su actividad va a tener derechos laborales que antes no poseía, por ejemplo, remuneraciones en mayor cuantía de la que recibía previamente y por lo tanto, la actividad empieza a ser valorada socialmente y esto deja de ser una cosa de la que solo se hacen cargo las mujeres como ocurre en

nuestro país. De esta forma, empezamos a apreciar la tarea como una actividad valiosa y empezamos a incidir en la corresponsabilidad de géneros, a partir de ahí, la otra parte de la relación que yo les decía hace un rato, que no es solo la situación de dependencia de la persona sino que quien realiza la tarea, la realice en adecuadas y mejores condiciones laborales. Por esta razón la formación es importante, para que tenga un diferencial respecto a otras personas que no tienen formación y que realizan la tarea.

¿Las empresas privadas que ofrecen servicios de cuidados reciben algún incentivo o beneficio del Estado para realizarlos?

Marcelo Castillo: No tiene ningún incentivo fiscal. El único incentivo que tiene es el de la mejor organización de la jornada de trabajo de sus trabajadores porque reduce los niveles de ausentismo laboral, reduce los niveles de llegada tarde y una serie de impactos que tienen los trabajadores de la empresa por hacerse cargo de sus hijos menores para llevarlos a un centro de cuidado y después ir a trabajar. En la medida que el centro está en el lugar de trabajo se mejora esa dinámica de trabajo. Ese es el incentivo. Uno de los estudios que queremos hacer es justamente eso: determinar cuál es el impacto que tienen estos centros en la actividad productiva de la empresa. Porque el interés es que mejore la productividad de la trabajadora a partir de tener un centro donde están cuidando a su hijo. Entonces padre y madre que trabajan en la empresa tienen ese asunto más resuelto. Pero incentivo fiscal ninguno.

Un diferencial del SNIC es a propuesta de atención a los cuidadores. ¿Cuáles son las acciones del sistema para este público?

Marcelo Castillo: En el momento son todas las políticas de formación. La formación, capacitación y profesionalización de estas personas para que mejore la calidad del empleo. Pero solo con la formación no aumenta la calidad del servicio, sino que también la regularización laboral. Entonces una persona que trabaja en el programa de asistentes personales del SNIC recibe cosas que no recibe una persona que es contratada privadamente. En Uruguay no existía, bueno como no existe en la región, la categoría laboral asistentes personales. Entonces si alguien quería contratar a una persona para que cuidara a otra en el hogar, ¿sería servicio doméstico? Parte de la disputa de la regulación de la actividad pasa por la diferenciación de esta actividad, entre qué es servicio doméstico y qué es un asistente personal. De esta forma, quien entra en la categoría laboral de asistente personal va a recibir un conjunto de beneficios que son distintos a los que recibe una persona en categoría de servicio doméstico, porque la tarea es distinta y entonces la cuestión es distinta. Pero no solo

hablamos de cuidadores en servicio doméstico, sino que también hay cuidadores en los servicios de salud, hay cuidadores en los servicios educativos. Entonces parte del desafío en la construcción pasa por diferenciar, dentro de las diferentes categorías laborales, la categoría laboral de cuidador. Esta creación de las categorías laborales necesariamente tiene que ir acompañada con un fomento de la sindicalización de estas personas para que puedan tener su representación en los grupos de la negociación colectiva, entonces ahí es fundamental, donde se van ubicar en los consejos de salarios. Esta es una discusión que va a surgir: ¿en qué grupos de la negociación colectiva se van a ubicar los cuidadores?, porque no es lo mismo en términos de salario mínimo o en términos de derechos laborales estar ubicado en el grupo de salud, en el de servicio doméstico que en el de educación, ya que le otorgan distintos aspectos a la problematización de la tarea que realiza. Gran parte del asunto de lo que el sistema está haciendo en materia de cuidadores es mirar que la actividad laboral que desarrollan las personas que cuidan a otras de manera no remunerada, o las que la quieren hacer de manera remunerada sea desempeñada con las mismas regulaciones o similares a las de otros sectores de actividad. Que no deje de ser algo sin regulación. Después de la formación y la regulación laboral, los otros asuntos pasan por las acciones de comunicación. Mostrar a través de campañas en medios de comunicación como los varones padres pueden y deben hacerse cargo del cuidado de otras personas y como si siguen sin hacerse cargo genera desigualdad, dejando una mayor carga para las mujeres. Mostrar que hay una mayor dificultad para desempeñarse en el mercado de trabajo por tener el mayor peso de la actividad del cuidado e intentar cambiar esta realidad o por lo menos mostrar estas desigualdades en términos de patrones culturales.

Con relación a los cambios en los patrones culturales ¿El SNIC ya tiene indicativos sobre los aspectos de género?

Marcelo Castillo: No van a ocurrir modificaciones importantes en la distribución entre hombre y mujer del trabajo no remunerado, pero sí deberían ocurrir modificaciones en términos del trabajo de cuidado remunerado. En Uruguay hay una diferencia importante entre lo que recibe una mujer que cuida a niños en un hogar de manera informal y una que cuida niños en el hogar de manera formal, porque esta última al estar formalizada gana cien por ciento más de la que no lo está. Lo mismo ocurre con la persona que cuida en un hogar a una persona mayor o con discapacidad, si realiza la tarea de manera informal gana cien por ciento menos de lo que gana de manera formal. Los cambios van a ocurrir en la formalización de las actividades laborales, pero no cambios mayúsculos, esto es de a poco. En la distribución de trabajo no

remunerado van a pasar muchos más años porque implican cambios de patrones culturales.

No tenemos los recursos para poder trabajar en términos de suficiencia de cuidados. Nosotros estamos trabajando en términos de cobertura de cuidados. Ahora, ¿qué quiere decir esto? Por ejemplo, en mi hogar, yo necesito que el Estado me asista para cuidar a mi hija que tiene seis años y en este país podemos llegar a tener un cien por ciento de cobertura, por ejemplo, de niños de tres años. ¿Eso que quiere decir? Que al menos cuatro horas los niños de tres años en Uruguay recibirán cobertura. ¿Eso es suficiente para los hogares? No, porque yo no trabajo solo cuatro horas y en los hogares que tenemos niños a cargo no trabajamos cuatro horas. Entonces una cosa es la cobertura y otra cosa es la suficiencia de la cobertura para cambiar los patrones de equidad de género. Nosotros deberíamos avanzar en cuidados de suficiencia, pero recién estamos en el primer escalón de avanzar en la cobertura.

¿La población uruguaya posee canales de participación en el planeamiento y en la evaluación del SNIC?

Marcelo Castillo: Si. La institucionalidad del sistema contempla la participación en un ámbito específico que es asesor de la Junta Nacional de Cuidados. La junta es la reunión de todos los ministros que desarrollan políticas en este tema, pero hay un espacio que se llama Comité Consultivo de Cuidados que reúne la participación de diferentes actores. En este comité hay representantes de la academia, de la Universidad de la República y uno de las universidades privadas, también hay representantes de la Red de Pro Cuidado que reúnen aquellas viejas organizaciones que instalaron el tema en la agenda. Por otro lado, no solo hay organizaciones más feministas, pero también están las organizaciones de jubilados y pensionistas -es decir, las organizaciones de personas mayores- y, la representación de los centros de atención a la infancia de los CAIF, y la representación de la asociación nacional de ONGs. De esta forma, el mundo de la sociedad civil tiene una representación en el consultivo y hay dos tipos de representantes de la central sindical del PITCNT y de las cámaras empresariales de empresas de acompañantes. Entonces este comité consultivo de cuidados está representado por cuatro grandes sectores: el académico, las organizaciones de la sociedad civil, el sindicalismo y el mundo empresarial. Actualmente, el comité está discutiendo justamente la situación laboral de las trabajadoras sobre las diferentes situaciones en términos de salario mínimo y de derechos laborales conforme los diferentes sectores de actividad.

¿Cuál es su evaluación sobre el nivel de avance del SNIC y los desafíos a corto y mediano plazo?

Marcelo Castillo: En mi opinión el SNIC ha avanzado. Esto es personal, no es una opinión institucional. Para mí, el nivel de avance es diferencial, tiene buenos niveles de avance a nivel de la política, de los programas de atención a personas mayores y con discapacidad, aunque con diferencias también ahí. Se debería haber avanzado más en centros de larga estadía, en la regulación de los mismos y en la discusión de cómo se va a operar en ese sentido. Tiene menos avance en los centros de atención de la infancia de lo que debería tener con muchas más dificultades para la construcción de nuevos servicios. Esta era una meta muy ambiciosa la que se había planteado, que tiene mayores dificultades y menos avance que lo que yo hubiera pretendido en otras áreas de la política. Para mí el SNIC tiene dos grandes desafíos: uno que la política logre encontrar el nivel de complementariedad con otras políticas preexistentes porque si no lo logra entonces se va a ver tensionada; y el segundo gran desafío es aumentar el número de actores que son promotores de la política, si no se logra la complementariedad con la política de salud y de educación, y se sigue pretendiendo que el SNIC sea una cosa distinta, el número de actores va a ser muy reducido y después en un contexto de crisis esta va a ser una de las primeras políticas que se va recortar, como pasó en España. Para mí estos son los dos grandes desafíos de mediano a largo plazo independientemente de otros que son más bien coyunturales y creo que se pueden resolver más fácilmente. Tenemos que mirar como un servicio de larga estadía puede ser funcional al sistema de salud, que cosas no tiene que hacer una persona que esta las veinticuatro horas del día en un centro pero que recibe cuidados de fisioterapia, gimnasia o para movimientos de articulación, etc. Todo esto lo logramos cuantificar en recursos que dejamos de invertir en el sistema de salud y empezamos a invertir en el sistema de cuidados. Si no ocurren esas cosas, los servicios terminan siendo meramente recreativos y, entonces, tenemos durante el día entretenidos a personas mayores, a personas con discapacidad, pero que no logramos impactar en su calidad física y de vida. Si no se produce ese cambio, eso no se visualiza por parte de la gente. La gente percibe es cuanto una persona que estaba quieta en su casa empieza a tener movilidad, si yo no podía comer por mí mismo y lo empiezo a hacer, eso es percibido por los otros, no solo si estoy contento. Lamentablemente, pero esto genera mayores cambios, mayores simpatías de la gente y a la hora de decidir de pagar por un servicio lo voy a pagar distinto. De esta forma, si tengo que estar menos tiempo dándole de comer a outro, esto lo valoro más a que si lo miro contento o no lo miro contento. Lamentablemente creo que ocurre eso, por esta razón digo que es en términos personales la opinión, pero además sin esa discusión de cómo

lograr complementar unos y otros servicios no le encontramos un sentido al tipo de trabajadores. Porque yo puedo desarrollar un curso básico de formación para personas que puedan cuidar de una persona mayor, darles de comer, ayudarlo a sentarse, ayudarlo a vestir etc, pero si yo quiero mejorar la calidad del trabajo de este trabajador, que es distinto a lo que hace un enfermero, yo tengo que empezar a especializar a esta persona y entonces no es lo mismo cuidar a una persona con Alzheimer que cuidar a una persona con Parkinson. No es lo mismo cuidar a un discapacitado motriz que outro tipo de discapacitado. Entonces tengo que tener ciertas capacitaciones que son especializadas y socialmente empiezo a valorar distinto el trabajo del cuidador, porque si tengo a una persona con Alzheimer en mi familia voy a valorar el cuidado que hace alguien que se especializó, que sabe cómo tratar a esa persona y le voy a pagar distinto con relación a cualquiera que no sabe tratar a la persona con Alzheimer. Ahí es donde empezamos a valorar socialmente los cuidados en la medida en que empezamos a construir especializaciones. El segundo escenario es empezar a incorporar la necesidad de que el cuidado de una persona son catástrofes y por más que suene mal son catástrofes que ocurren en nuestras familias y que nos impactan a largo plazo. Si nosotros hemos logrado como sociedad que las personas dejen de morir a los sesenta y pasen a morir a los ochenta y cinco o noventa años, lo que tenemos es un envejecimiento dentro del envejecimiento, con lo cual tenemos que hacernos más cargo como sociedad de los nuevos parámetros de cuidados que necesitan estas personas. No es lo mismo hacerse cargo de una persona con sesenta y cinco de otra con ochenta y cinco. Entonces la pregunta que no hemos instalado en Uruguay y que no está instalada en la región es: ¿cómo vamos a hacer para financiar los cuidados de larga duración? No el asistente personal que va poco tiempo, sino que trabaja una larga jornada con la persona que necesita cuidados de larga duración, las residencias de larga estadía o la instalación de una persona en el hogar. ¿Como los vamos a financiar? Porque lo que nos muestran los países desarrollados es que están invirtiendo entre 3.8 y 4.3 puntos del PIB en esto. De donde vamos a sacar, en Latinoamérica, para financiar estos cuatro puntos que no los tenemos. ¿Son con nuevos impuestos? ¿Son con nuevas contribuciones que vamos a generar un fondo distinto? Hay discusiones que estamos lejos de tener, una de estas es cómo vamos a financiar los cuidados de larga duración, no los de corta, no los de centro diurno, no los servicios de tele asistencia, no los de larga duración. ¿Cómo vamos a financiar el cuidado de una persona que requiere cuidados por un largo período de tiempo? La caída en una situación de dependencia es una catástrofe que nos puede pasar a todos o que crecientemente le va a pasar a la mayoría de la gente porque el avance de los sistemas de salud lo que viene generando es un retraso en la mortalidad y un

envejecimiento dentro del envejecimiento. Ahora la contrapartida de estas mejoras sociales es que nos genera mayor dependencia, entonces, cómo nos vamos a hacer cargo de una dependencia de larga duración y no estamos discutiendo eso.

¿Cuáles son los impactos esperados del SNIC como una política pública?

Marcelo Castillo: A corto plazo aumentando los niveles de cobertura, hay impactos en la población que está en situación de dependencia severa. También cabe esperar impactos en el aumento de los niveles de cobertura de atención a los y las niñas de tres años, esperando llegar al cien por ciento de cobertura y empezar a generar servicios o medidas públicas de apoyo para que las familias cuiden a los que tienen entre cero y dos años. Aumentar la cobertura en tres años y empezar a generar estos servicios de centros de sindicatos y empresas, casas comunitarias o el uso de las licencias. En Uruguay tenemos la licencia paternal que son quince días, la maternal son seis meses después de haber nacido un niño y la parental es un subsidio de medio horario que el padre o la madre pueden usar para trabajar solo media jornada laboral para hacerse cargo del cuidado de sus niños. En nuestro país la parental, de los pocos que la usan, el noventa y ocho por ciento son mujeres. De esta forma, el primer impacto que querríamos lograr es que más gente use este subsidio porque que muy pocas personas lo han usado o no lo conocen. Y el segundo impacto que se debería lograr es que más hombres lo usen y no solo el dos por ciento. Después, que aumente el número de personas con formación para la atención en la primera infancia y para la atención de personas mayores y con discapacidad, porque en la medida que se tienen más personas formadas, puedes llegar a tener más personas formalizadas. Este último es el otro impacto, aumentar el número de personas que realicen la tarea de manera remunerada, formalizadamente. Luego hay otros impactos que para mí no van a ocurrir en los próximos cinco años, son los cambios de los patrones culturales, que se valore la tarea y que los hombres se involucren más. Estos cambios no creo que ocurran a corto plazo, pero esos serían los principales impactos del SNIC.

DOI:10.12957/rep.2018.39438



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A vida e as lutas de Marielle Franco*

Lia de Mattos Rocha**

Conheci Marielle Franco há quase dez, quando ela já trabalhava na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, junto com o Deputado Estadual Marcelo Freixo do Partido Socialismo e Liberdade. Nós nos conhecemos por amigos em comum, que também atuam na área de Direitos Humanos. Como eu, Marielle era socióloga, e tinha muitos interesses acadêmicos, especialmente na área de sociologia urbana, estudos de segregação socioespacial e violência urbana. Por isso, em um dos meus primeiros cursos no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Marielle já estava presente, como ouvinte¹. Naquele momento ela estava aplicando para fazer seu mestrado, e por compartilharmos interesses comuns nos tornamos parceiras de pesquisa e reflexões, seja nos cursos e reuniões de pesquisa, seja no grupo de estudo que participamos com Claudia Trindade, Otto Faber e Juliana Farias. Mais do que colegas, nos tornamos muito amigas ao longo desses anos, e desde sua execução, em 14 de Março de 2018, tem sido muito difícil para todos nós que a conhecíamos viver esse luto e travar essa luta por justiça. Mas, como dizemos desde seu assassinato, Marielle era uma semente. Seu legado é uma inspiração para nós. Dizemos ainda “Lute como uma Marielle”. É o que temos tentado fazer desde então, e o que pretendo fazer aqui.

*Apresentei uma primeira versão deste texto como Conferência Magistral na IV Convención Latinoamericana de Estudiantes de Sociología na Cidade do Panamá, em 09 de Outubro de 2018. Marielle Franco foi homenageada pelas Escuela de Sociología de la Universidad de Panamá (UP), Asociación de Estudiantes de Sociología (AES) e Red de Estudiantes de Sociología de Latinoamérica y el Caribe (RESLAC). Foi incrível ver então como tantos jovens latinoamericanos se identificaram com a vida e as lutas de Marielle, e como ela se tornou gigante. Versões desse texto serão ainda publicados em espanhol e inglês.

** Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ-UCAM (2009). Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Instituto de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). *Correspondência*: Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, bloco F, sala 9103, Maracanã – Rio de Janeiro – RJ. Email: <liarocha08@gmail.com>.

¹ Neste curso tive o prazer de dividir leituras, formulações e também polêmicas com Claudia Trindade, Pamella Passos e Felipe Lins, amigos queridos que também entrelaçam suas trajetórias pessoais e profissionais com a de Marielle.

Após sua morte milhões de brasileiros e pessoas no mundo todo conheceram e passaram a amar Marielle Franco. Infelizmente, para muitos foi somente após a sua morte. Quem teve a sorte de conhecer Marielle viva sabe a força que ela transmitia no olhar e no sorriso, sempre aberto e caloroso. Apesar de ser para nós tão especial, Marielle na verdade era uma mulher como muitas outras, mãe de uma filha de 18 anos, trabalhadora, que lutou muito para ter sua formação universitária. Nascida em uma família de migrantes do Nordeste, Marielle foi criada na Favela da Maré, bairro do Rio de Janeiro onde moram atualmente 140 mil pessoas (Censo 2010). Como às vezes parecemos esquecer, as favelas cariocas são o local de moradia de um em cada cinco moradores da cidade do Rio de Janeiro (ainda segundo o Censo 2010). As favelas são espaços bastante heterogêneos, mas são vistas pela sociedade brasileira de forma generalizada como o lócus da pobreza, da desorganização social, do crime (ZALUAR, 1985; LEITE, 2000; MACHADO DA SILVA, 2002). Os moradores de favela são estigmatizados e criminalizados há mais de cem anos, desde o surgimento das primeiras favelas no final do século XIX (VALLADARES, 2005). A forte presença da população negra (que era muito numerosa no país à época² e ali encontrou abrigo após a Abolição da escravidão, e que ainda hoje é a maioria entre os favelados³) explica porque os moradores de favelas no Brasil sofrem com uma espécie de duplo estigma: o racismo e o preconceito por morarem em locais ocupados, por não terem a propriedade do terreno onde moram, por serem considerados *invasores*.

Mas as favelas são também lugar de resistência. Quando a Favela da Maré começou a ser ocupada mais intensamente – em meados de 1940 – já foi criada a primeira associação de moradores para melhoramentos do local. Assim, a história da Favela da Maré e de seus moradores é também uma história de luta e organização coletiva, o que se refletiu diretamente na trajetória de Marielle. Foram os próprios moradores que aterraram boa parte do terreno onde se localiza a favela, atualmente uma área de mais de 400 hectares (ou 4 milhões de metros quadrados), e também construíram ruas, colocaram eletricidade nas casas, entre outros melhoramentos.

E foi também a organização coletiva dos moradores da Maré que criou, em 1988, o Pré-Vestibular Comunitário da Maré. No Brasil, o ensino superior sempre foi visto como algo exclusivo para os filhos das classes médias e alta, e por isso os estudantes de escola pública não são “treinados” para serem bem sucedidos nesses testes. Assim, iniciativas como o Pré-Vestibular Comunitário da Maré pretendiam “treinar” os filhos da classe trabalhadora moradora da favela a passar no vestibular. Mas não apenas isso. O curso contava com professores ligados a partidos de esquerda e movimentos

² Segundo o Censo de 1872, dos quase dez milhões de brasileiros que viviam no país aquele ano, 1,5 milhões eram africanos trazidos à força ao país e escravizados (MARIANI et al., 2017)

³ Segundo o Censo de 2010, 66% dos lares localizados em áreas de favela no Rio de Janeiro são chefiados por homens e mulheres negros (IBGE, 2010).

sociais, que faziam discussões políticas profundas e apresentavam aos jovens favelados explicações diferentes para as injustiças do mundo. Marielle foi aluna do Pré-Vestibular Comunitário da Maré em 1998, e essa experiência marcou sua vida. Após algumas tentativas Marielle foi aprovada na Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro, para cursar Ciências Sociais, com uma bolsa para estudantes pobres vindos da Maré. Assim começou a carreira acadêmica de Marielle, sempre ligada à sua origem favelada e suas preocupações sociais e políticas.

Quando Luyara nasceu Marielle tinha 19 anos, já tinha abandonado a escola e retomava os estudos para tentar entrar na universidade. Sua experiência universitária, portanto, não foi a mais comum para os jovens universitários. Ela já tinha 23 anos, era mãe de uma criança pequena, já trabalhava desde os 11 anos de idade e naquele momento era secretária do próprio Pré-Vestibular da Maré. Mas ainda assim a experiência no Pré-Vestibular Comunitário e depois na Universidade Católica abriram para Marielle um mundo novo, muito maior do que a Maré. Ela se filiou inicialmente ao Partido dos Trabalhadores e depois ao Partido Socialismo e Liberdade, partido pelo qual foi eleita vereadora em 2016, e passou a ter uma atuação política mais organizada.

Sua militância, mesmo antes da sua filiação a partidos políticos, sempre foi na área de Direitos Humanos. Para os moradores de favela, a luta por direitos humanos é uma luta fundamental, porque se trata da luta pela própria sobrevivência. Além da desigualdade econômica, os favelados enfrentam cotidianamente a luta pela vida, já que as favelas são territórios onde a violência do Estado Brasileiro contra os pobres e a classe trabalhadora é muito presente⁴. Assim, infelizmente, é comum que muitos moradores de favelas tenham perdido amigos e parentes seja para a violência dos traficantes, seja para a violência da polícia, seja durante o confronto entre as duas forças. Com Marielle não foi diferente: ainda adolescente ela perdeu uma amiga assassinada durante um desses confrontos entre policiais e traficantes na Maré. A dor e a indignação com essa morte foram fundamentais para levar Marielle para a vida política.

Em 2006 o PSOL lançou Marcelo Freixo como candidato a deputado estadual, com a bandeira dos Direitos Humanos. Marcelo, professor de História em escolas e no curso de pré-vestibular da Maré, era já um ativista nessa área, atuando inicialmente junto a presos e seus familiares e depois na assessoria a famílias cujos filhos e filhas foram assassinados pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. Marielle fez a campanha do Freixo na Maré e depois foi convidada por ele para compor seu gabinete e atuar na Comissão de Direitos Humanos, que ele passou a presidir. Na Comissão de

⁴ A Polícia Militar do Rio de Janeiro é especialmente violenta: Em 2017, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 5.144 pessoas morreram em decorrência de ações policiais, sendo que 1.127 desses casos ocorreram no Estado do Rio de Janeiro (cuja população de 16,72 milhões de habitantes representa 8% da população brasileira).

Direitos Humanos Marielle trabalhou de forma incansável no acompanhamento de casos de chacinas e execuções policiais, prestando apoio jurídico e psicológico às famílias e cobrando das autoridades celeridade nas investigações. Nessa mesma posição atuou junto a familiares de policiais militares mortos em serviço, para que suas mortes fossem investigadas e suas famílias amparadas de acordo com a lei. É neste período que Marielle se destacou como uma militante dos Direitos Humanos.

Marielle trabalhou com Freixo de 2006 até 2016, quando ele se candidatou a prefeito e ela se candidatou a vereadora pela primeira vez. Sua campanha foi um marco na história política da cidade. Com a bandeira de ser uma mulher, negra e favelada militante dos direitos humanos ela conseguiu o apoio de outros moradores de favelas, de intelectuais, de parte do movimento negros, de mulheres, de jovens universitários que viam naquela mulher tão diferente dos outros candidatos uma oportunidade de fazer outra política, de fazer outro mundo possível. Com o lema “Eu sou porque nós somos”⁵, a campanha de Marielle articulava ideias muito importantes para nós, como a união, a representatividade, a possibilidade de ter na política alguém que não era como os políticos tradicionais. Dos cinquenta e um vereadores eleitos em 2016, apenas seis eram mulheres e apenas um, além de Marielle, era negro. A mudança que queríamos ver na política estava expressa no corpo dela. Ela era diferente deles, mas era como nós: ela vinha das lutas, dos movimentos sociais, dos coletivos negros das universidades, vinha dos blocos de carnaval, vinha dos grupos de artistas do funk. Ela era porque nós todos éramos uma forma diferente de viver, de circular na cidade, de estar na política, de lutar. Marielle foi eleita com surpreendentes 46.502 votos, sendo a quinta mais votada na cidade e a segunda mulher com o maior número de votos. A noite em que foi eleita foi uma das mais felizes de nossas vidas.

Seu mandato foi marcado por uma atuação forte nos temas dos direitos das mulheres e da população favelada. Marielle Franco presidiu a Comissão de Defesa das Mulheres da Câmara do Rio de Janeiro, trazendo o tema para os debates legislativos. Sua atuação junto a bancada do PSOL também foi fundamental para que o partido pudesse denunciar diversos esquemas de corrupção existentes na cidade, ligados tanto à máfia que controla o sistema de transporte público quanto às empreiteiras e construtoras envolvidas na construção dos estádios para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Seus discursos na tribuna sempre tiveram muito impacto, mas como uma vereadora de um partido de oposição e minoritário, sempre foi muito difícil para Marielle aprovar leis. Dos dezesseis projetos de lei que apresentou enquanto foi vereadora sete foram aprovados, sendo que cinco foram aprovados somente depois de sua morte.

.....
⁵ Referência ao conceito Ubuntu, de origem africana.

O período em que Marielle foi vereadora foi marcado por sua atuação corajosa e vibrante, mas a situação da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil se agravou muito quando comparada com 2016, quando foi eleita. A Intervenção Federal na Segurança do Rio de Janeiro, decretada pelo Presidente Michel Temer em 19 de fevereiro de 2018, representou o ápice de um processo de militarização da cidade que já vinha sendo implementado durante o Programa das Unidades de Polícia Pacificadora, mas que tem origens em nossa ditadura militar. Dentro desse processo de militarização as favelas cariocas são tratadas como “o inimigo” (LEITE, 2000; LEITE et al, 2018); por exemplo, a favela da Maré, onde Marielle nasceu e foi criada, foi ocupada por 14 meses pelo Exército, entre 2014 e 2015, e segundo o Exército Brasileiro ali foi travada “Uma guerra irregular, sem fronteiras, com inimigo difuso” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015).

Foi contra essa representação da favela e dos favelados como inimigos que Marielle se insurgiu. Por conta de toda a sua militância na área de Direitos Humanos Marielle se tornou um dos quatro vereadores relatores da Comissão da Câmara para acompanhamento da Intervenção Federal. Apesar de ter se colocado desde o início contrária à intervenção, por saber seu potencial letal contra a população favelada, sua morte foi usada pelo Presidente Michel Temer como justificativa para defender a continuidade da intervenção.

É evidente que Marielle seria contrária à intervenção federal. Sua dissertação de mestrado, de cuja banca de defesa fiz parte e que agora foi publicada pela Editora N-1 (FRANCO, 2018), discute as raízes sociais que legitimam a submissão dos moradores de favelas, por meio da análise do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O trabalho apresenta as resistências populares e as alternativas para se produzir uma outra segurança pública que considere a vida e a cidadania dessa enorme parcela de cidadãos brasileiros, da qual Marielle fazia parte e era representante. A dissertação colabora para o debate sobre a necessidade da desmilitarização da Polícia Militar e da abertura das instituições policiais para a participação da sociedade civil – que inclui, na perspectiva defendida por Marielle, fundamentalmente os moradores de favela, excluídos sistematicamente deste debate.

Assim, o atentado político que vitimou a vereadora do PSOL Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes talvez seja a mais terrível expressão dessa pretensa guerra que vivemos no Brasil, que promete segurança mas traz em seu ventre mais morte, arbitrariedades e autoritarismo. Marielle foi executada, na noite do dia 14 de Março de 2018, com quatro tiros. As investigações até hoje não foram capazes de identificar quem matou ou quem mandou matá-la. Ao que tudo indica, Marielle foi executada como forma de silenciá-la e de parar sua luta, em defesa dos direitos dos moradores de favela, mulheres, negros e negras, LGBTQs, ou seja, da classe trabalhadora tão explorada e violentada. Sabemos também que uma vereadora mulher,

negra, lésbica, favelada, que falava alto e discutia com homens de igual para igual despertava o ódio de muitas pessoas. Ódio expresso, por exemplo, pelo então candidato a deputado estadual Rafael Amorim (posteriormente eleito como o mais votado do estado do Rio de Janeiro), que rasgou uma placa em homenagem à Marielle que estava numa praça pública do centro da cidade, e que divulgou com orgulho sua ação nas mídias sociais. Até hoje essa mulher corajosa desperta a raiva dos poderosos. Mas Marielle não desperta apenas ódio.

Sua morte despertou também muita revolta, tristeza, indignação e vontade de continuar sua luta. Milhares de pessoas foram às ruas exigir Justiça para Marielle e Anderson. Manifestações ocorreram no mundo todo. Marielle foi homenageada por diversas escolas, universidades, prefeituras, coletivos culturais. Nesta eleição tivemos quatro candidatas eleitas pelo Rio de Janeiro que se apresentaram como sementes de Marielle. Sua irmã, Anielle, e sua mulher, Monica, tornaram-se ativistas e percorrem o mundo denunciando seu assassinato, exigindo justiça e punição para seus algozes. E não estão sozinhas.

No momento em que escrevo este texto estamos às vésperas da posse do Presidente Jair Bolsonaro – cuja candidatura representa tudo aquilo contra o qual sempre lutamos. Sabemos que em seu governo não apenas os direitos humanos e as liberdades democráticas estarão seriamente em risco; a vida dos moradores de favelas, que nunca foi fácil, pode se tornar ainda pior.

Mas não iremos desistir. Não calarão Marielle Franco, não nos calarão. Iremos continuar gritando, denunciando sua morte e exigindo justiça. Justiça para ela e para tantos brasileiros e brasileiras, que são desrespeitados, violentados e massacrados, apenas porque existem.

Continuaremos lutando. Lutando como Marielle Franco.

Referências

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/FBSP_Anuario_Brasileiro_Seguranca_Publica_Infográfico_2018.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2018.

FRANCO, M. *UPP - A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora N-1, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Acesso em: 03 dez. 2018.

MACHADO DA SILVA, L. A. A continuidade do “problema da favela”. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, p. 220-237, 2002.

MARIANI, D.; RONCOLATO, M.; ALMEIDA, R.; TONGLET, A. Censo de 1872: o retrato do Brasil da escravidão. In: *Nexo Jornal* de 27 de Junho de 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2017/07/07/Censo-de-1872-o-retrato-do-Brasil-da-escravid%C3%A3o>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Ocupação das Forças Armadas no Complexo da Maré acaba hoje*. Notícias. Brasília, 30 de Junho de 2015. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/16137-ocupacao-das-forcas-armadas-no-complexo-da-mare-acaba-hoje>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

ZALUAR, A. *A Máquina e a Revolta – As organizações populares e o significado da pobreza*. Rio de São Paulo: Editora Brasiliense, 2002 [1985].

DOI:10.12957/rep.2018.39439



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero

ITABORAÍ, N. R. *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): Uma perspectiva de classe e gênero*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro*

O livro *Mudanças nas Famílias Brasileiras (1976-2012): Uma Perspectiva de Classe e Gênero* da autora Nathalie Reis Itaboraí publicado recentemente em 2017, foi originalmente apresentado como tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Trata-se de uma pesquisa de fôlego com domínio e articulação de diversos autores e autoras de perspectivas distintas da literatura nacional e internacional, não foi por menos que recebeu da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), o prêmio alocado às melhores teses acadêmicas no concurso do ano de 2016.

O objetivo da obra consiste em analisar o quanto as mudanças na condição feminina dentro das famílias se disseminaram entre as classes no Brasil integrando à Sociologia da Família e as questões da estratificação de gênero e classe. O período escolhido para realizar a análise foi de 1976 a 2012, caracterizado por profundas transformações no mundo do trabalho (principalmente no que diz respeito ao crescimento do trabalho feminino e seu assalariamento) e por avanços nas leis e políticas que tratam dos direitos da família e das mulheres.

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *Correspondência*: Rua: Cardeal Dom Sebastião Leme, n. 180, Apt: 106 – Santa Teresa – Rio de Janeiro-RJ. Cep: 20240-013. *Email*: <jsk.ribeiroz@gmail.com>.

Partindo do campo da estratificação social de classe e gênero, Nathalie Reis Itaboraí examina o alcance das mulheres em relação aos homens na família e na sociedade. Para tal finalidade recolhe dados estatísticos, históricos e sociológicos que vêm favorecendo o desenvolvimento da sociologia da família. As informações foram coletadas através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE). Dessa forma, o que a autora analisa são os arranjos familiares delimitados por domicílios, inclusive há uma justificativa pela falta das uniões homoafetivas na pesquisa, que não foram incluídas devido a indisponibilidade de tais dados. Um ponto bastante interessante a ser evidenciado é que este é o “primeiro estudo quantitativo sistemático das diferenças por classe no comportamento familiar sob diversas dimensões e por um longo período (p. 423)”.

Dividido em três partes com o total de nove capítulos, todos os títulos de abertura mostram claramente o comprometimento da autora com uma perspectiva reconhecidamente feminista, sua análise sobre a família pauta-se como o principal lócus de subordinação das mulheres. Através da literatura e da crítica feminista, Nathalie mostra sob diferentes dimensões da vida social as mudanças na condição feminina no Brasil, inclusive trazendo um aspecto inovador pouco mencionado em outros estudos que são as questões do impacto do trabalho doméstico e de cuidado não pago nas desigualdades de gênero e entre as mulheres, considerando a inserção na estrutura de classes, e uma comparação sistemática entre grupos sociais ao longo tempo.

A perspectiva de classe e gênero, dimensões importantes da estratificação social colaboram no entendimento das desigualdades e relações de poder entre homens e mulheres na vida familiar das diferentes classes no Brasil. Outra dimensão importante na análise é a compreensão das dinâmicas de mudança social. Historicamente, o comportamento das classes inferiores foi muitas vezes estigmatizado, porém com o passar dos anos tais comportamentos ganharam novos significados e se difundiram para as classes mais altas. O diagnóstico da pesquisa vai apontar que nem sempre a mudança social vai se processar de uma classe superior para uma inferior, pelo contrário propagam-se de diversas formas e em ritmos variados. Entre os exemplos citados estão a difusão das famílias monoparentais, a instabilidade matrimonial, os processos de ter menos filhos e que estes frequentam a escola por mais tempo, que eram comportamentos tidos como de uma determinada classe e atualmente se disseminaram para todas.

Um destaque importante é que nos últimos 36 anos com as mudanças que atingiram famílias ricas e pobres, não alterou o fato de que há uma forte resistência dos homens a realizar atividades tradicionalmente femininas e não remuneradas no ambiente familiar, o que está diretamente relacionado com o fato de que o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado com as crianças continuam sendo atividades culturalmente desvalorizadas.

Tais atividades continuam sendo atribuídas às mulheres, o que acaba impactando diretamente nas oportunidades de trabalho. Por outro lado, há um significativo aumento de mulheres em profissões historicamente consideradas masculinas.

O que consiste como alvo de crítica da autora é que mesmo com a crescente escolarização feminina e o consequente desenvolvimento de um mercado de trabalho para as mulheres, ainda permanece o padrão da Divisão Sexual do Trabalho, que promove uma separação e hierarquização entre trabalho produtivo/homens e trabalho reprodutivo/mulheres. Continuamos ouvindo um discurso ideológico que sustenta a ideia de desvalorização da participação das mulheres no mercado de trabalho. O livro ainda destaca que a divisão do trabalho doméstico e do cuidado se constitui como um problema mundial, mas as desigualdades brasileiras estão entre as mais acentuadas.

Outro alvo de crítica na análise o fato de que mesmo com parte das mudanças na condição das mulheres também reforçou as desigualdades entre as próprias mulheres, principalmente no que diz respeito à participação no mercado de trabalho e às diferenças salariais entre mulheres brancas e mulheres negras. Já entre as mulheres em geral em comparação às mães, a maternidade altera as oportunidades de trabalho, tendo em vista que muitas mulheres deixam de trabalhar para assumir o papel de cuidadora. Responsabilidades que são apoiadas e reforçadas por políticas públicas e principalmente pelos programas de transferência de renda.

Alvos de inúmeras críticas devido as suas implicações para o reforço dos papéis tradicionalmente femininos, os Programas de Transferência de Renda (PTR) no Brasil ainda que sejam reconhecidos pela Cepal¹ como contribuintes da autonomia econômica das mulheres, possuem limites como o caráter emergencial e assistencialista. O Programa Bolsa Família (PBF), reconhecido como o maior programa social já desenvolvido no Brasil, possui 93% de seus beneficiários mulheres com baixa escolaridade, o que dificulta suas chances de inserção profissional. Os PTR não desestimulam o trabalho, porém também não ampliam as possibilidades de uma inserção no mercado de trabalho.

As mudanças na condição feminina nas três últimas décadas apresentam limites ao avaliar o trabalho feminino não remunerado exercido na esfera privada e a consequente falta de autonomia econômica que tornam as mulheres dependentes de outras pessoas, principalmente do marido. Outro limite diz respeito à naturalização da violência que nas famílias se constitui como um dispositivo de dominação e controle dos homens sob o corpo, o tempo e a liberdade das mulheres. Processos que exigem repensar o enraizamento da violência no imaginário social e nas práticas cotidianas, as dinâmicas das relações de classe e gênero, como também reconsiderar um

.....
¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

maior investimento nas políticas do cuidado, de trabalho e seguridade social, o que exige uma maior atenção dos que estão no planejamento de políticas públicas, para que as mudanças configurem uma “revolução” nas desigualdades.

A pesquisa também apresenta elementos importantes nas mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres, como o crescimento do acesso a contracepção, declínio da fecundidade e o crescimento da maternidade na adolescência a partir da década de 1990 como uma consequência do aumento da liberdade sexual. Outra informação importante é no que diz respeito à diversificação dos arranjos familiares, observa-se o crescimento da conjugalidade sem filhos e da matrifocalidade, mudanças proporcionadas pela redução da fecundidade e o aumento de separações e recasamentos.

Cabe ressaltar que o conceito de estratificação social, para compreensão da complexidade que rege a construção das categorias apontadas pela autora possui algumas limitações. Centrada na perspectiva weberiana de estratificação social para compreensão e análise das relações sociais não se pode compreender as categorias como interligadas, consubstanciadas e coextensivas na constituição do objeto de estudo, mas justapostas, confirmando uma hierarquia que repercute na ausência da ligação dialética entre as mesmas. A que se considere, por exemplo, que Weber traz o conceito de estratificação para explicar a categoria classe, sendo a mesma desconectada de relações estruturais que constituem o modo de produção capitalista, podendo ser reduzidas a renda, a relações de poder e/ou posição que se ocupa na sociedade.

O que se predispõe como importante, na sinalização da categoria estratificação social, está na conformação de que as categorias evidenciadas, como a classe social, não podem ser compreendidas isoladamente e/ou justaposta, mas desenhadas e redesenhadas levando em questão a dimensão estrutural e conjuntural que constitui a particularidade da contradição entre capital e trabalho e assim, do desenvolvimento das forças produtivas e das instituições sociais que se apresentam na superestrutura da sociedade, de forma dialética.

Contudo, em que pese as limitações da estratificação social, salienta-se que a articulação e a forma como foi conduzida a análise é extremamente relevante. A publicação do livro *Mudanças nas Famílias Brasileiras (1976-2012): Uma Perspectiva de Classe e Gênero* é recente, mas já pode ser considerada uma referência bibliográfica atualizada para os/as interessados/as nos estudos da Família e reprodução das desigualdades de classe e gênero no Brasil. Embasado em uma perspectiva feminista ressalta em toda a leitura a importância da desnaturalização das formas de relações sociais que instituem o feminino e o masculino em uma escala de valores hierarquizada.

Apresenta elementos importantes nas mudanças das famílias brasileiras, para pensar e também deslocar o olhar do/a leitor/a para além do

senso comum e das generalizações, principalmente na atual conjuntura na qual sob os impactos da crise econômica, política e social, acompanhamos o avanço do conservadorismo em distintos aspectos, resultando em profundas violações de direitos humanos, intensificação da barbárie e retrocessos de direitos de trabalhadores e trabalhadoras em escala nacional e global.

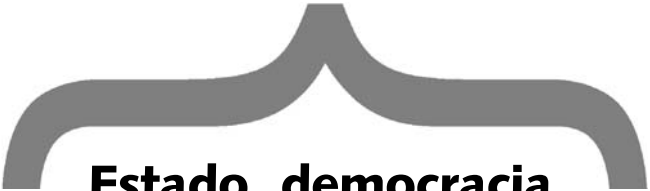
Referências

ITABORAÍ, N. R. *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

DOI:10.12957/rep.2018.39441



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT

SARAIVA, M. S. Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT.
Rio de Janeiro: Metanoia, 2017.

Carolina Gonçalves Santos de Brito*

A obra *Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT* de autoria de Marcio Sales Saraiva, publicada em 2017, resulta da dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ) no ano de 2014. Nesta obra o autor aborda o processo de construção de políticas públicas LGBT, cuja preocupação central não reside em apresentar a trajetória cronológica, mas sim os atores estatais e não estatais envolvidos, bem como as tensões, disputas e contradições que, necessariamente, constituem este processo. O autor expõe, então, a inexorável vinculação entre a presença do conservadorismo religioso – representado majoritariamente, mas não exclusivamente, por grupos evangélicos pentecostais e neopentecostais – no sistema político brasileiro e os óbices à construção dos direitos LGBT. A crescente representatividade de tais grupos na esfera pública traz consigo o reforço de um projeto societário comprometido com a (re) produção de desigualdades, o que significa propostas de condução das políticas públicas coadunadas com o ataque aberto aos direitos humanos e com a erosão de direitos já conquistados por grupos socialmente discriminados, a exemplo da população LGBT. A presença e influência do conservadorismo religioso no Estado brasileiro não é fenômeno novo, o que evidencia a imprescindibilidade de desvelamento e apreensão deste processo, sobretudo diante de um cenário político configurado pelo avanço expressivo de lideranças religiosas LGBTfóbicas, racistas e misóginas, especialmente no âmbito do

* Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). *Correspondência:* Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Serviço Social: Rua São Francisco Xavier, 524, bl. D, sl. 9002 – Pavilhão João Lyra Filho – Maracanã, Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20550-013. Email: <carolina.gsb@hotmail.com>.

poder legislativo; sendo este, portanto, o movimento analítico empreendido pelo autor.

O objeto de estudo consiste em analisar as políticas públicas voltadas para as pessoas LGBT no estado do Rio de Janeiro no período compreendido entre os anos de 1999 – quando então ocorre a criação do Disque Defesa Homossexual (DDH) no âmbito da Secretaria de Segurança Pública – e 2013. O autor sinaliza que a abordagem estatista de política pública evidencia o Estado enquanto ator protagonista no processo de elaboração e implementação de tais políticas; portanto, políticas públicas fluminenses relacionadas aos direitos LGBT são aquelas cuja iniciativa emana de um ator estatal, ainda que enquanto resposta a determinadas pressões/demandas de movimentos sociais, pois as ações e decisões privadas empreendidas por atores não estatais – tais como ONGs, sindicatos, associações de cidadãos etc. – mesmo que de interesse público ou coletivo, e de visceral importância à ampliação do reconhecimento dos direitos LGBT e no suporte às ações do Estado, não configuram-se enquanto políticas públicas.

Apreender a construção de políticas públicas estatais exige considerar, de acordo com o autor, que este processo envolve, necessariamente, atores visíveis da democracia (eleitos, mídia, partidos políticos, associações de moradores, grupos de pressão – que no referido objeto de estudo compreende militantes das organizações da sociedade civil de defesa dos direitos LGBT – etc.), bem como atores invisíveis da democracia (acadêmicos, especialistas, gestores e burocratas).

A análise abrange tanto os projetos de lei referentes aos direitos LGBT aprovados, efetivando-se como políticas de Estado, quanto os não aprovados, no âmbito do poder legislativo estadual – a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) –, pois “em políticas públicas, a inatividade governamental é tão importante quanto a atividade governamental. A suposta ‘omissão do legislativo’ diante da pauta LGBT é um dado importante para a análise da política pública” (SARAIVA, 2017, p. 35).

É preciso considerar o entrave que no cenário político brasileiro o *holding conservador* apresenta ao processo de construção de políticas públicas dirigidas à população LGBT. Isto porque o autor expõe que a representação democrática não está alheia à influência de atores que, constituindo o *holding conservador*, fornecem apoio financeiro, pessoal e simbólico a campanhas eleitorais de parlamentares, e, deste modo, asseguram a eleição de deputados/as que compõem a denominada “bancada evangélica”. No primeiro capítulo o autor então expõe a compreensão do Estado, das políticas públicas e da representação democrática que orienta a análise do objeto de estudo.

No segundo capítulo o autor aborda iniciativas no campo dos direitos humanos no cenário internacional, em especial as que referenciam os direitos da população LGBT, bem como expõe, no escopo dos direitos humanos, os marcos históricos dos direitos LGBT no Brasil, explicitando os

atores estatais e não estatais envolvidos neste processo constituído por importantes conquistas, mas também por entraves e retrocessos – de que o cancelamento do Projeto Escola sem Homofobia é exemplo.

As dificuldades de discussão e formulação dos direitos LGBT relacionam-se à ampla disseminação do conservadorismo moral-sexual e – em estreita vinculação – à crescente inserção de grupos religiosos conservadores na esfera pública brasileira, sobretudo no âmbito do poder legislativo. Saraiva expõe que o avanço do que denomina *holding conservador* no Brasil – que é apenas parte de um campo conservador da sociedade brasileira – relaciona-se à emergência e à consolidação crescente entre agentes públicos e lideranças carismáticas de igrejas pentecostais e neopentecostais. De acordo com o autor, a “bancada evangélica” no poder legislativo é, geralmente, formada por membros e representantes das referidas igrejas, e, neste sentido, sinaliza que o termo “bancada evangélica” é impreciso, pois o pentecostalismo e o neopentecostalismo não representam todo o universo do que pode-se chamar de “igrejas evangélicas”. Ademais, expõe que grupos religiosos católicos conservadores também têm representatividade no âmbito desta bancada parlamentar.

Apesar da assunção de particularidades no atual contexto da política brasileira – evidenciadas pelo autor –, Saraiva sinaliza que a vinculação entre política e religião não é um fenômeno novo no Brasil, de modo que a laicidade do Estado brasileiro, embora garantida formalmente a partir da última década do século XIX, jamais efetivou-se por completo. Especialmente no poder legislativo a ameaça à laicidade do Estado é expressiva na medida em que há o demasiado crescimento do conservadorismo religioso, e com ele, a ausência de compromisso com qualquer defesa dos direitos LGBT. Parlamentares utilizam, então, o Estado brasileiro enquanto *lócus* privilegiado para promover o retrocesso no campo dos direitos sexuais e/ou do direito à expressão/identidade de gênero, bem como para impedir a ampliação de tais direitos.

De acordo com o autor, entender os óbices à ampliação e consolidação da cidadania LGBT pressupõe apreender o aspecto cultural ou o ambiente social que os circunscreve. Expõe, então, que a cultura é forjada por interações humanas ao mesmo tempo em que influencia, através de normas sociais, valores, instituições, expectativas etc., todos os indivíduos. A influência não significa a restrição da cultura a mecanismos coercitivos, pois igualmente comporta possibilidades de desvio e negação de padrões hegemonicamente instituídos, bem como de criação de novas dinâmicas de interação social.

Dito isto, o autor argumenta a relação entre o discurso religioso judaico-cristão e a heteronormatividade, visto a concepção literal e acrítica que o fundamentalismo evangélico ou católico promove das escrituras judaico-cristãs, bem como a influência que a matriz judaico-cristã detém na formação da cultura; assim, expõe que “(...) todos nós somos frutos de uma

complexa interação com essa cultura bíblica. Essa é a raiz cultural e ancestral do binarismo heterossexual de gênero (...)” (SARAIVA, 2017, p. 132); sendo este, portanto, o debate evidenciado no terceiro capítulo.

A norma social hegemônica, fundamentada na compreensão binária e biologicista do gênero e da sexualidade, define que identidades de gênero e identidades sexuais legítimas são aquelas que correspondem, respectivamente, aos padrões da cisgeneridade e da heterossexualidade; inscreve, portanto, a identidade de gênero e a sexual sob o determinismo biológico, perspectiva rejeitada pelo autor em questão, que apreende o gênero e a sexualidade enquanto construção sociocultural.

É, então, no âmbito de uma “cultura binária/heterossexual” (SARAIVA, 2017, p. 133) que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais vivem cotidianamente, e em diversas dimensões da vida social, preconceito, discriminação e estigmatização por não corresponderem às normas regulatórias do gênero e/ou da sexualidade, pois “na sociedade em que vivemos, com fortes valores judaico-cristãos, ser ‘viado’, ‘sapatão’, ‘bi’, ‘trava’ ou ‘transex’, são comportamentos desviantes da norma social hegemônica, daquilo que está estabelecido. É contrariar os valores patriarcais, machistas e heterossexuais” (ibidem, p. 144).

O autor salienta que na trajetória de construção de políticas públicas LGBT faz-se necessário considerar, portanto, a ingerência que o conservadorismo moral-sexual possui neste processo. Incorporado por grupos evangélicos fundamentalistas e católicos fundamentalistas, mas não restrito a setores religiosos conservadores, pois inscrito num campo conservador mais amplo da sociedade brasileira, o conservadorismo moral-sexual se expressa em posicionamentos que defendem, por exemplo, a criminalização de todas as formas de aborto, a possibilidade da “cura gay”, regalias tributárias e fiscais para entidades religiosas, a proibição da união civil entre pessoas do mesmo sexo, em suma, as violações dos direitos humanos.

Tais posicionamentos adquirem força mediante, por exemplo, projetos de lei no âmbito do poder legislativo propostos por parlamentares que enquanto representantes do conservadorismo efetivam mandatos consonantes aos interesses do *holding conservador* que, por meio de apoio midiático e econômico, favorece-os/as na disputa eleitoral, bem como convergente às expectativas e interesses de seu mercado eleitoral, isto é, da parcela de eleitores contrários à manutenção e/ou ampliação de políticas públicas que assegurem direitos LGBT. Diante deste quadro parlamentar e das lacunas no que diz respeito ao reconhecimento das demandas da população LGBT também no âmbito do poder executivo, o autor aponta que os avanços dos direitos LGBT consubstanciados em políticas públicas concentram-se, em grande parte, no poder judiciário, o que não significa que sua atuação seja destituída de contradições.

No quarto e último capítulo o autor então aborda o processo de construção de políticas públicas LGBT no âmbito da ALERJ, evidenciando

as tensões, disputas e relações de poder que sobre ele incidem. A análise da trajetória dos projetos de lei referentes aos direitos LGBT – que engloba a proposição, bem como os debates em torno da aprovação ou não aprovação – demonstra a presença de parlamentares com posicionamentos pró-direitos LGBT e daqueles/as que defendem o retrocesso e/ou não ampliação dos direitos sexuais e/ou do direito à expressão de gênero; ambas as situações envolvendo parlamentares de diferentes origens partidárias.

O autor apresenta discursos enunciados por deputados/as que explícita, ou implicitamente, utilizam argumentos religiosos, bem como biológicos/essencializadores, na produção de justificativas cujo objetivo é impedir o reconhecimento pelo Estado dos direitos da população LGBT. Assim, o poder legislativo estadual, formalmente laico, em verdade comporta um emaranhado de posicionamentos e discursos cristãos conservadores, mas também conservadores de cunho não confessional, que expressam e reforçam o machismo, o racismo, a LGBTfobia, a xenofobia, dentre outras práticas discriminatórias que compõem o conservadorismo profundamente arraigado na sociedade brasileira.

A ausência de compromissos com a democratização das políticas públicas no atendimento às necessidades sociais das maiorias é representativa da direção assumida pelas elites econômico-políticas na formação social brasileira, que sempre preconizaram seus interesses particulares em detrimento da ampliação e consolidação da cidadania; assim, sob tais condições sócio-históricas e culturais as políticas públicas historicamente caracterizam-se pela “subordinação à matriz conservadora, oligárquica e patrimonialista” (YAZBEK, 2001, p. 38). Na conjuntura política atual violações de direitos são agudizadas, mediante o desmonte do frágil sistema de proteção social, haja vista o avanço expressivo do conservadorismo na esfera pública brasileira, que traz consigo duras ofensivas aos direitos historicamente conquistados, e, portanto, o acirramento de desigualdades de todas as ordens. No Legislativo assiste-se o crescimento da representatividade de bancadas religiosas fortemente atuantes na contramão dos direitos sociais e humanos, pois favoráveis à redução da maioridade penal, ao Estatuto da Família, ao projeto Escola sem Partido, ao Estatuto do Nascituro, dentre outras facetas do conservadorismo. Nas eleições brasileiras atuais, de 2018, candidatos/as ao Legislativo e ao Executivo valem-se, explicitamente, de posicionamentos machistas, misóginos, racistas e LGBTfóbicos e de discursos de cunho religioso, em que inúmeras menções a Deus e leitura da Bíblia fazem-se presentes. Em tempos de recrudescimento do conservadorismo e retrocessos no campo da cidadania – em que os direitos da população LGBT são alvos de ataques orquestrados por setores cristãos conservadores atuantes nos poderes legislativo e executivo –, análises acerca da ofensiva ao Estado democrático e laico são urgentes; as reflexões presentes em *Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT* são, portanto, atualíssimas e de fundamental relevância social.

Referências

SARAIVA, M. S. Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT. Rio de Janeiro: Metanoia, 2017.

YAZBEK, M. C. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. Revista *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, Grafile, ano. 2, n. 3, p. 33-40, jan./jul. 2001.

DOI: 10.12957/rep.2018.39440



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



EM PAUTA:
ISSN:

TEORIA SOCIAL E REALIDADE CONTEMPORÂNEA
2238-3786 (versão eletrônica)

Publicação científica, de periodicidade semestral, arbitrada por pares e produzida pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ)/Brasil

NORMAS EDITORIAIS

1) A estrutura da Revista é aberta e composta fundamentalmente de artigos resultantes de monografias, dissertações, teses e pesquisas, bem como de ensaios, resenhas, entrevistas, resumos de palestra, relatórios adaptados de pesquisa científicas e registros significativos. Através das contribuições enviadas, das sugestões recebidas ou de análise de assuntos que assumam relevância na conjuntura profissional e social, a Equipe Editorial poderá organizar dossiês que enfatizem determinadas temáticas. Artigo oriundo de monografia de final de curso de graduação deverá ser submetido em coautoria com o professor/orientador responsável;

2) Será assegurado o anonimato para os autores no processo de avaliação e aos pareceristas sob sua avaliação (sistema duplo cego), em qualquer circunstância. Os artigos aprovados serão submetidos a apreciação da Equipe Editorial da revista para a composição final das edições de cada volume/ano, tendo em vista os critérios e normas dos indexadores e da política editorial da revista. Os artigos aprovados e não publicados poderão permanecer pelo prazo máximo de 18 (dezoito) meses no banco de artigos da revista para posterior publicação, ressalvados os casos de recusa formalizada pelo(a/s) autor(a/es);

3) A publicação de mais de um artigo, com a participação do mesmo autor, deverá obedecer o intervalo mínimo de 1 (um) ano, exceto quando convidado pela Equipe Editorial para elaborar conteúdos editoriais específicos;

4) É permitida a submissão de somente 1 (um) artigo por volume/ano;

5) Os artigos devem ser encaminhados à Equipe Editorial, por email e/ou pelo portal de publicações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na url <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>>, não sendo necessário enviar cópia impressa pelo Correio. Os artigos devem, necessariamente, conter entre 10 a 15 laudas, fonte Times Roman, tamanho 12, em espaço interlinear de 1,5 cm, todas as margens com 2,5 cm, em papel tamanho A4 e parágrafo a 1,25 cm da margem esquerda. Estas dimensões incluem as referências completas e possíveis ilustrações. As resenhas devem conter, precisamente, entre 3 (três) a 5 (cinco) laudas;

6) Os artigos não deverão conter dados de identificação dos(as) autores(as), mas devem ser acompanhados por outro arquivo, ou por folha separada do corpo do artigo, designado(a) como folha de rosto, e nesta deve conter o nome completo do(s) autor(es), sua formação profissional, titulação acadêmica com a respectiva instituição que conferiu o título, cargo principal ocupado atualmente, nome e endereço completos de correspondência, que pode ser pessoal ou da instituição a qual estão vinculados(as) e e-mail, dados estes que serão publicados, quando o artigo e/ou resenhas forem aceitos, atendendo a indicação de indexadores;

7) A primeira página do texto deverá conter:

– somente o título do artigo – sem (s) nome(s) do(s) autor(es) – constando, no máximo, 12 palavras.

- o Resumo, que deve ter até, no máximo, 150 palavras e ser redigido em fonte 10 e espaço simples;
- deve ter entre 3 a 5 palavras-chave, escolhidas entre aquelas que possam classificar com precisão o trabalho em pesquisa bibliográfica, para efeito de indexação;
- o título em inglês, *abstract* e *keywords*; isto é, a versão, em inglês do título, do resumo e das palavras-chave.

8) Serão aceitas contribuições em português, espanhol ou inglês. Em relação à língua dos Títulos, Resumos e palavras-chave, a orientação é a seguinte:

- quando o artigo for em português ou em inglês, o título, o resumo e as palavras-chave só deverão ser em português e inglês.
- quando o artigo for em espanhol, o título, o resumo e palavras-chave deverão ser em espanhol, português e inglês;

9) As notas de rodapé devem ser evitadas; quando indispensáveis, não deverão exceder quatro linhas. As ilustrações (figuras, tabelas, fotos e quadros) devem ser evitadas, mas quando indispensáveis ao conteúdo, devem ser indicadas e anexadas no corpo do texto, incluindo título e fonte de referência. Devem também ser enviadas em arquivos separados, atendendo aos seguintes requisitos: tabelas e gráficos em Excel, formatados, quadros e demais ilustrações devem estar em alta resolução (com pelo menos 300 dpi) em formato *JPG, *JPEG ou *TIF. Em todas as situações, será avaliada a qualidade e pertinência do material encaminhado, cabendo à Equipe Editorial a decisão sobre sua inclusão ou não, comunicando o fato ao(a/s) autor(es/as);

10) Para o envio do trabalho é necessário:

- 1) Declaração de Responsabilidade (assinada);
- 2) Transferência de Direitos Autorais (assinada);
- 3) Ficha de registro preenchida (assinada);
- 4) Arquivo com o trabalho.

Os documentos referidos acima deverão ser assinados, digitalizados e enviados para o correio eletrônico da revista (revistaempauta.uerj@gmail.com) ou anexados como documento suplementar, quando submetidos via plataforma SEER.

Ao enviar o trabalho para a Revista *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, os autores atestam: sua participação na concepção, elaboração e desenvolvimento (parcial ou integral) do artigo, assumindo publicamente seu conteúdo e reconhecendo sua autoria e ineditismo. Os autores atestam, também, o não envio simultâneo a outro(s) periódico(s), seja no formato eletrônico ou impresso, se comprometendo a não enviar o material para outra forma de publicação enquanto perdurar o processo de submissão e análise da Revista Em Pauta. Os autores reconhecem também a necessária menção de órgãos de fomento, financiamentos e/ou acordos com organizações diversas relacionadas e/ou interessadas pela publicação, se responsabilizando pelos créditos ou agradecimentos devidos, quando couber. A Revista Em Pauta reserva-se o direito de exclusividade na publicação de artigos e similares, cabendo à Equipe Editorial avaliar as exceções.

11) Uma vez submetido o artigo em coautoria, não será permitida a retificação de autoria do mesmo.

12) Todas as colaborações não encomendadas são encaminhadas à Equipe Editorial – que as submeterá ao processo de avaliação, no sistema duplo cego, a partir do parecer de dois membros do Conselho Editorial Científico, podendo ser realizado convite também a pareceristas *ad hoc*, a quem cabe recomendar a publicação, mantendo sigilo sobre o parecer emitido. Quando da não coincidência das avaliações, o artigo será enviado para um terceiro parecerista. A Equipe Editorial da Revista, de posse dos pareceres do Conselho Editorial Científico e/ou de parecerista *ad hoc*, reserva-se o direito de sugerir aos autores modificações, a fim de adequar os artigos e similares aos padrões da Revista Em Pauta.

13) Os originais enviados à Revista Em Pauta serão considerados definitivos; os não aprovados, a Equipe Editorial compromete-se a inutilizar o material, e se responsabiliza, ainda, em enviar sempre uma resposta, positiva ou negativa, por e-mail e/ou diretamente ao(s) autor(es).

14) Quando ocorrer aprovação de artigos e similares, um documento de autorização da publicação será encaminhado por e-mail aos autores que deverão remetê-lo, junto com os demais procedimentos cabíveis de revisão e versão final do material a ser publicado, devidamente preenchida, assinada e escaneada.

15) Réplicas e comentários sobre os artigos publicados são do interesse da Revista e, se aceitos para publicação, serão enviados aos autores para conhecimento prévio às publicações e para direito a réplicas, preferencialmente no mesmo número.

16) Ao enviar o material à Revista Em Pauta, os autores transferem todos os direitos autorais para a Revista Em Pauta, sendo vedada sua reprodução, parcial ou na íntegra, e em quaisquer meios de divulgação, seja no formato eletrônico ou impresso sem solicitação prévia. Para possível divulgação posterior à publicação na Revista Em Pauta, quando de sua autorização, os autores se comprometem a fazer constar os devidos créditos à primeira publicação na Revista “Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea”. O *copyright* dos artigos publicados pertence a seus autores e os direitos autorais de cada edição pertencem à *Faculdade de Serviço Social da UERJ*, não envolvendo quaisquer pagamentos a autores.

17) Não serão publicados artigos que atentem contra a ética profissional, que emitam pre-conceitos de qualquer natureza ou pontos de vista incompatíveis com a Linha Editorial da Revista. Os artigos deverão também observar as resoluções nacionais da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde, notadamente a Resolução 510 de 7 de abril de 2016 que normatiza a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Os artigos submetidos com conteúdo oriundo de pesquisas normatizadas pela Resolução 510 de abril de 2016 deverão explicitar metodologicamente, no corpo do texto, a observância aos referidos parâmetros normativos.

18) Os artigos e similares devem obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), aqui adaptadas, e devem ser entregues à Revista, revisados segundo as regras gramaticais vigentes, sendo os exemplos de citações e referências mais usuais apresentados a seguir.

19) A partir da edição do n.30, v.10 vem sendo publicada nominata com Pareceristas *ad hoc* que contribuíram com a revista no último ano, considerando-se o mês de emissão do parecer e tomando-se o mês de outubro de 2011 como o corte inicial.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

(Segundo NBR 6022, NBR 6023 e NBR 10520 da ABNT – aqui adaptadas)

As citações e referências constantes nos textos entregues pelos autores à Revista para publicação são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

Citações:

- as citações devem seguir a orientação autor-data;
- citação de até 3 linhas: dentro do corpo do texto, entre aspas, fonte igual à do texto.
- citação de mais de 3 linhas: fora do corpo do texto, fonte 10, recuada para a linha do parágrafo, a 4cm da margem esquerda, sem aspas, ou qualquer outro destaque, espaçamento interlinear simples, margem direita igual à do texto. As aspas no interior de uma citação são simples.

- Nome do autor:

- a) no corpo do texto: grafia normal para nomes próprios; ano e página entre parênteses. Exemplo: Segundo Costa (2002, p. 39), “A sociedade civil [...]”.

b) ao final do texto e nos dois casos acima: todos os elementos da referência entre parênteses e em caixa alta. Exemplo: “A sociedade civil [...]” (COSTA, 2002, p. 39).

– Quando se trata de citação indireta (quando não se utiliza as mesmas palavras do texto citado – paráfrase), devem ser referenciados o sobrenome do autor e o ano, sem necessidade das aspas e de página e tal como nos exemplos anteriores.

Exemplos de Referências:

Livros (obra completa)

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Capítulo de Livro

CHAUI, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

Periódicos – Revistas

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

Dissertações/Teses

CARVALHO, L. *O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2006, mimeo.

Jornais

DAMOUS, D. E quem vai nos defender? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fev., 2007. Tema em debate, Caderno 1, seção Opinião, p. 7.

Meio Eletrônico

São necessárias as informações sobre o endereço eletrônico, entre < >, e a data de acesso (dia / mês / ano), sendo precedidos, respectivamente, das expressões “Disponível em:” e “Acesso em:”. Deve ser apresentado o *link* (URL) completo do documento consultado.

Exemplo: MOTA, Ana Elizabete. Os desafios da formação profissional na gestão 2005-2006. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.59-66, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2145>>. Acesso em: 07 mai. 2012.

Obs.: Além dos documentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) mencionados, esclarecimentos adicionais sobre referências e citações podem ser obtidos, por exemplo, no seguinte documento: DIB, S.F.; SILVA, N.C. (Org.) *Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2012. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=9pgdhs6qe51dd8e68htfni5kn3>. Acesso em: 16 maio 2013.



EM PAUTA: TEORIA SOCIAL E REALIDADE CONTEMPORÂNEA

ISSN: 2238-3786 (electronic version)

Scientific publication, published biannually, arbitrated by peers and produced by the Faculdade de Serviço Social at the Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ)

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social**

EDITORIAL STANDARDS

1) The Magazine structure is opened and composed primarily of articles resulting from monographs, dissertations, theses and research, as well as essays, reviews, interviews, lecture summaries, adapted reports from scientific research and significant records. Through the received contributions, the suggestions sent or the analysis of matters whatsoever relevant in professional and social situation, the Editorial Staff can organize files that emphasize certain thematic. Article from an end-of-course monograph should be submitted in co-authoring with the responsible teacher / advisor;

2) Anonymity will be ensured for the authors in the evaluation process and for the reviewers under their evaluation (double blind system) under all circumstances. The approved articles will be submitted to the Editorial Staff of the journal for the final composition of the editions of each volume / year, in view of the criteria and norms of the journal's indexing and editorial policy. The approved and unpublished articles may remain for a maximum period of 18 (eighteen) months in the bank of articles of the journal for later publication, except in cases of refusal formalized by the author (s);

3) The publication of more than one article, with the participation of the same author, must obey the minimum interval of 1 (one) year, except when invited by the Editorial Team to elaborate specific editorial content;

4) Only one (1) article per volume / year is allowed;

5) Articles should be sent to the Editorial Staff, via email and/or by the (UERJ) Universidade do Estado do Rio de Janeiro publishing site, http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaem_pauta, being not necessary to send a print copy by mail. Articles must necessarily contain between 10 to 15 pages, with 25 lines of 70 ringtones each, Times Roman font, size 12, interlinear space of 1.5 cm, with 2.5 cm margins all in A4-size paper and paragraph 1.25 cm from the left margin. These dimensions include complete references and possible illustrations. The reviews must contain precisely from 3 (three) to 5 (five) pages.

6) The articles shall not have the author(s) identification, but must be accompanied by another file, or sheet separated from the body of the article, designated (a) to cover with the full name of the author (s), their training, academic degree, with the institution that conferred the title, main position occupied currently, full name and mailing address, which may be personal or of the institution to which they are related, phone and email; these data will be published when the article and / or reviews are accepted, given the indication crawlers;

7) The first page of the text should contain:

- Only the title of the article - without name (s) of author (s) - with a maximum of 12 words.
- The abstract should have up to 150 words maximum and be written in font size 10 and single spacing.

- Must have between 3 to 5 keywords, chosen among those that can accurately sort the work in bibliographical research, for indexing.

- The English title, abstract and keywords, ie the version in English of the title, abstract and keywords.

8) Contributions in Portuguese, Spanish or English will be accepted. As for the language of the Titles, abstracts and keywords, the guidance is as follows:

- When the article is in Portuguese or English, the title, the abstract and keywords should only be in Portuguese and English.

- When the article is in Spanish, the title, the abstract and keywords must be in Spanish, Portuguese and English.

9) Footnotes should be avoided; when indispensable, should not exceed four lines. The illustrations (figures, tables, photos and pictures) should be avoided, but when indispensable to the content, they must be indicated and attached in the body of the text, including title and reference source. They should also be sent in separate files, complying with the following requirements: Excel tables, graphs, formatted, tables and other illustrations must be in high resolution (with at least 300 dpi). In all situations, the quality and pertinence of the submitted material will be evaluated, being the responsibility of Editorial Staff the decision on its inclusion or not, communicating the fact to the author (s);

10) To send the work you must:

- 1) Declaration of Responsibility (signed);

- 2) Transfer of Copyrights (signed);

- 3) Registration form completed (signed);

- 4) File with work.

The documents mentioned above must be signed, scanned and sent to the magazine's electronic mail (revistaempauta.uerj@gmail.com) or attached as a supplementary document, when submitted via the SEER platform.

When mailing the work to the magazine "Em Pauta: Social theory and contemporary reality", the authors attest: their participation in the design, preparation and development (full or partial) of the article, assuming its contents publicly and acknowledging its authorship and originality. The authors also attest not submit simultaneous to other journal(s), whether in electronic or printed format, making a commitment not to send the material to another form of publication while continue the submission process and review of the Revista em Pauta. The authors also acknowledge the necessary mention of funding agencies, funding and/or agreements with several organizations related and/or interested by the publication, accepting full responsibility for credits or acknowledgements due, when applicable. The Revista em Pauta reserves the right of exclusivity in the publication of articles and alike, being the Editorial Staff responsible for evaluate the exceptions.

11) Once submitted the article in coautoria, will not be allowed the rectification of authorship of the same.

12) All non-commissioned collaborations are forwarded to the Editorial team – which shall submit to the evaluation process, in double-blind system, based on the opinion of two members of the Scientific Editorial Board; also can be invited ad hoc reviewers, who recommend the publication, maintaining secrecy about the opinion. When the non-coincidence of the evaluations, the article will be sent to a third reviewer. The Editorial Staff of the magazine, in possession of the opinions of the scientific Editorial Board and/or ad hoc reviewers, reserves the right to suggest to the authors modifications in order to adapt articles and similar to the magazine standards.

13) The originals sent to the Em Pauta Magazine will be considered definitive; the Editorial Staff undertakes to make the material unusable, and is also responsible for always sending a positive or negative response, by e-mail and / or directly to the author (s).

14) When approving articles and similar, a document authorizing the publication will be sent by email to the authors who will forward it, along with other applicable procedures for review and definitive version of the material to be published, duly completed, signed and scanned.

15) Replicas and comments on the articles published are of interest to the magazine and, if accepted for publication will be sent to authors for knowledge prior to publications and the right to rejoinders, preferably on the same number.

16) Sending the material to the Revista Em Pauta by mail, authors transfer all copyrights to the Revista Em Pauta, being prohibited its reproduction, partial or in full, and in any means of divulgation, whether in electronic or printed format without prior request. For possible disclosure after the publication in the magazine, when authorized, the authors undertake to set forth the proper credit to the first publication in the "Revista Em Pauta: Social Theory and Contemporary Reality". The copyright of published articles belongs to their authors and the copyright of each issue belongs to the Faculdade de Serviço Social from UERJ, not involving any payments to authors.

17) Will not be published articles that violate the professional ethics, emitting prejudices of any nature or incompatible views with the Editorial Policy of the magazine. The articles should also observe the national resolutions of the National Commission for Research Ethics / National Health Council, namely Resolution 510 of April 7, 2016, which regulates research in Human and Social Sciences.

Articles submitted with content derived from research normalized by Resolution 510 of April 2016 should explain methodologically, in the body of the text, compliance with said normative parameters.

18) Articles and alike shall conform to the standards of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), adopted here. The material will be delivered to the magazine, reviewed in accordance with the grammatical rules in force, the more usual examples of citations and references presented below.

19) From the issue 30, v. 10 has been published data with ad hoc Reviewers who have contributed to the magazine over the past year, considering the month of issuance of opinion and taking the month of October 2011 as the initial cut.

CITATIONS AND REFERENCES (According to ABNTs NBR 6023, NBR 6022 and NBR 10520- here adopted).

The citations and references contained in the texts delivered by the authors to the journal for publication are the responsibility of their respective authors.

Quoting:

- The citations should follow the author-date guidance;
- Quote from up to 3 lines: within the body of the text, enclosed in quotation marks, font equal to that of the source text.
- Quote from more than 3 lines: outside the body of the text, font 10, indented to the line of the paragraph, 4 cm from the left margin, no quotes, or any other featured, simple, interlinear spacing, right margin equal to that of the text. The quotation marks inside a quotation are simple.
- Author name
 - a) In the body of the text: normal for spelling proper names; year and page in parentheses. Example: "the civil society [...]" (COSTA, 2002, p. 39),
 - b) At the end of the text and in the two cases above: all the elements of the reference in parentheses and in uppercase. Example: "civil society [...]" (COSTA, 2002, p. 39).
- When it comes to indirect quote (when do not use the same words of the quoted text - paraphrase), refer the surname of the author and the year, no need of quotes and page, as in the previous examples.

References

The bibliographic references and other sources are mandatory and should be made of the bibliography cited in article effectively or similar.

Examples of references:

Books (complete works)

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Chapter of Book

CHAUÍ, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

Periodicals – Magazines

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

Dissertations/Theses

CARVALHO, L. *O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2006, mimeo.

Newspapers

DAMOUS, D. E quem vai nos defender? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fev., 2007. Tema em debate, Caderno 1, seção Opinião, p. 7.

Electronic means

Information about e-mail address among < >, and access date (day / month / year), being preceded, respectively, of the expressions “available at:” and “accessed at:”. Link of the document consulted must be submitted (address/URL).

Example: MOTA, A.E. The challenges of vocational training in management 2005-2006. *Tem-poralis*, Brasília (DF), year 11, no. 22, p. 59-66, July/dez. 2011. Available in: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2145>>. Accessed: 07 mai. 2012.

Note: in addition to the mentioned documents of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), further information on references and citations can be obtained. Example, in the following document: DIB, S.F.; SILVA, N.C. (Org.) *Script for submission of theses and dissertations of the Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rev. current and ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Sirius Network, 2012. Available in: <http://www.bdt.d.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=9pgdhs6qe51dd8e68htfn5kn3>. Accessed: May 16, 2013



Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea
 Faculdade de Serviço Social da UERJ
 Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001.
 Bairro Maracanã – 20.550-013 – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
 URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>
 Email: revistaempauta.uerj@gmail.com
 Telefones: (21) 2334-0299 ramal 221

Revista da Faculdade de Serviço Social
 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2018 – n. 41, v. 16
 ISSN 2238-3786 (Versão online)

EDILANE BERTELLI
 LILIANE MOSER
 ROSEMEIRE DOS SANTOS
 CASSIA MARIA CARLOTO
 BARBARA WEINERT FERREIRA NOGUEIRA
 MARIA HELENA DE JESUS BERNARDO
 MÔNICA DE MARTINO BERMÚDEZ
 CLAUDIA SANDRA KAMPOITIC
 MÔNICA DE CASTRO MAIA SENNA
 BRENDA LUIZANA SILVA COSTA
 CILENE SEBASTIANA DA CONCEIÇÃO BRAGA
 MARIA INÊS MARTINHO ANTUNES AMARAL
 ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
 ARIANE REGO DE PAIVA
 INDELY CHAKIM DE AVELLAR ALCORNONE
 POLIANA DE OLIVEIRA CARVALHO
 SOLANGE MARIA TEIXEIRA
 LUIZ FELIPE BARROS SILVA
 VICENTE RODRIGUES
 INEZ STAMPA
 ANA LOLE
 SÂMYA RODRIGUES RAMOS
 AIONE MARIA COSTA SOUSA
 ANA VASCONCELOS
 LARISSA JÉSSICA FERREIRA DE SOUZA
 SANDRA OLIVEIRA TEIXEIRA
 RITA FREITAS
 NIVIA BARROS
 ADRIANA MESQUITA
 IRIS DA SILVA
 MARCO ANTÔNIO TEODALDO
 KELI REGINA DAL PRÁ
 MICHELLY LAURITA WIESE
 LIA DE MATTEOS ROCHA
 JÉSSYKA KALINE AUGUSTO RIBEIRO
 CAROLINA GONÇALVES SANTOS DE BRITO